LIVRO
DE
ACTAS

CÂMARA MUNICIPAL

DE

REDONDO

LIVRO DE ACTAS

TERMO DE ABERTURA

Há-de servir este livro para nele se exararem as actas das sessões da Assembleia Municipal.

Leva no final o competente termo de encerramento.

....., em

Paços do Concelho, 11 de NOVEMBRO de 1996.

O Presidente da Assembleia Municipal,

.....

Mod. 208 - A. M. — Imprensa Municipalista - Lisboa - 15268 - Formato 2 A 4

doente. Essa questão, segundo me parece é para descentralizar Évora. O doente irá primeiro a freguesias e só vai para Évora se o Hospital de Freguesias mandar.

Manuel Luís – Também se falou que os serviços de atendimento eram até á meia-noite e agora passa para as 20 horas.

O atendimento também funciona mal, porque querem exercer a medicina fora dos Hospitais, para ganharem mais.

Victor Guachado – Nós temos um Centro de Saúde no Freixo, quando foi inaugurado penso que não tem quem dê assistência á saúde. Também há-de haver isso. A senhora que lá estava não é funcionária, mas dava injecções, faz um penso, dá os primeiros socorros. Já não está lá;

Diz-se que vem uma enfermeira de Évora, eu não acredito.

Nós temos que lutar, por estas situações serão haverros de querer ir ao médico, não temos transporte nem dinheiro para pagar.

Há um Largo, aqui no Redondo, que se chama o "Novo Redondo", eu até desconhecia. Há uma Placa que as pessoas se interrogam porque é que está tapada? Há uma Placa que está tapada, com aquelas indicações que puseram ali. Uma placa é ao pé da Oficina do mestre Ezequiel e a outra é ao pé do Correio.

Só uma coisa, peço se puderem fazer alguma coisa para se remediar o assunto.

João Azanuja – As obras da Etar junto ao Cemitério estão paradas?

O que é que a Câmara pensa fazer do espólio do Convento de Santo António?

Já alguns dias se reuniu a Comissão Ergonómica em que estiveram presentes o senhor Vereador Casimiro, senhor José Rocha e eu, e mediante esta reunião quais as hipóteses que foram desenvolvidas?

Presidente da Assembleia – Antes de dar a palavra ao senhor Vereador queria que ficasse registado se todos os elementos nomeados para a Comissão de Trabalho, aceitam.

Então a minha proposta é esta, após esta Assembleia, o Executivo da Câmara se indicasse o elemento que vai fazer parte da Comissão. A partir daí, esta Comissão marcava uma reunião com o responsável da Saúde, aqui de Évora e passaríamos a atacar este problema se estivessemos de acordo.

Assim que soubermos o elemento da Câmara, eu entrarei em contacto com os senhores.

Fica combinado assim.

Vereador Casimiro – Eu fiz um contacto com o Director do Centro de Saúde, o Snr. Dr. Luís Ferreira. Duas ou três pessoas de Montoito foram ter comigo e fizeram-me sentir, aquilo que de facto eu já sentia na medida em que eu vivo cá e sei perfeitamente as condições em que aquilo se encontra e as dificuldades em que a maior parte das pessoas residentes naquela freguesia mais concretamente em Montoito e Aldeias de Montoito são as duas localidades onde o Dr. Octávio presta serviço.

E, foi neste sentido que falei com o Dr. Luís Ferreira e coloquei-lhe o meu ponto de vista ida ao Centro de Saúde para falar com ele que era ao mesmo tempo o sentimento das pessoas daquelas duas localidades. Transmiti-lhe que estava sózinho naquele dia, mas a todo o momento podia estar cá com um conjunto de pessoas que eventualmente se prontificassem a vir.

Ele disse-me que as recebia e a informação que lhes dava era a mesma que me deu. O que ele me transmitiu é o sentimento dele, as condições de trabalho que ele também tem. Não tinha médicos. Tinha menos dois médicos.

Falou-me do falecimento do Dr. Queiróz que não chegou a ser substituido, o Dr. Octávio adoeceu, não tem médico para o substituir.

Pôs o problema superiormente e disseram-lhe que não havia possibilidades de colocar, aqui, mais médicos, nem que fosse provisóriamente.

A assistência médica a Aldeias de Montoito e Montoito, isto na óptica do Dr. Luís Ferreira estava a ser feita, claro que isto é também um pouco utópico, também em minha opinião, através da enfermeira que presta serviço naquelas duas localidades.

A enfermeira traz todos os dias as receitas dos doentes. Eu também lhe fiz esta observação: "São doentes crónicos, as receitas são sempre as mesmas" não quer dizer que daqui amanhã não tenham outra doença qualquer.

Por outro lado, as urgências têm que vir ao Centro de Saúde de Redondo. Foi o que ele me

transmitiu, penso que não é [illegible].
Transmiti isto às pessoas e pedi-lhe a disposição delas para as trazer [illegible] Centro de Saúde e termos uma [illegible] com o Dr. Luís Ferreira. Mas não [illegible].
Parece que o médico entra ao Serviço na próxima terça-feira.
Concordo perfeitamente com a criação desta comissão. Hoje, temos este problema em âmbito, amanhã poderemos ter nas outras localidades.
Esta Comissão pode intercetar a nível de Centro de Saúde de Redondo, e da Administração Regional de Saúde se tal for necessário.
Efectivamente nós estivemos, aqui, reunidos há dias para nos debruçarmos sobre uma questão que já tinha sido abordada, que era definir nomes de Ruas à Zona da Tapada Municipal.
Fizemos um Levantamento de nomes, fizemos nós os três, uma proposta, enfim de acordo com os três intervenientes. Essa proposta está a ser analizada. Brevemente iremos fazer um Inquérito às pessoas residentes em cada rua de que "foi nossa proposta foi atribuido o nome A, B, ou C, afim de avizinhos os residentes de facto concordarem com o nome que foi escolhido para a sua própria rua.
Este assunto está a andar, é nossa intenção que todo este Processo seja desenvolvido até à próxima Assembleia Municipal para que venha à aprovação da Assembleia.
Fez Referência ao Convento de Stº António.

Também é um assunto que tem vindo, já alguns anos a esta Assembleia. Nós, também já há alguns que temos candidato o Convento ao Programa PIDAC, não tem sido aprovado, e continua a não ser aprovado.
Estamos a pensar fazer uma intervenção dentro deste ano, se tiver oportunidade dentro do Plano de Actividades, vem cá referênciado.
Vamos ver o quê? Sabemos que fazer uma intervenção do Convento, temos que gastar milhares e milhares de contos.
A questão que fez da ETAR eu pedia ao Vereador Recto que lhe desse essa informação.
Vereador Recto – A obra estave parada um período devido às chuvas. Logo após o período das chuvas arrancamos com ela.
João Azarwja – Penso que a obra do Convento, a obra prioritária seriam os telhados, a cobertura da Igreja.
Vereador Recto – É por aí que começamos, este ano, arranjar a cobertura da Igreja. Porque a outra parte do Convento tem algumas goteiras. São telhados velhos têm menos infiltrações que tem a parte da Igreja.
João Azarwja – A Câmara fez algum Inventário do conteúdo da Igreja?
Vereador Casimiro – Não direi, um inventário rigoroso, mas um levantamento fizemos. Não sei se nesse levantamento está tudo anotado o que existia na Igreja de Santo António. Fica registado para nós podermos verificar.
Orlando Sajara – Quando são construidos os Bat

neários em Aldeias de Montoito?
Vereador Casimiro — A construção [illegible] rios no campo de Futebol em Aldeias de Montoito é um assunto que tem vindo a [illegible] há, já, algum tempo com a Direcção do Aldiense.

Aquilo que o senhor Presidente da Câmara transmitiu á Direcção do Aldiense e como eu já lhe transmiti duas ou três vezes, pela simples razão que me encontro mais com eles, inclusivamente, há bem pouco tempo, sugeri para eles, em função do espaço disponível, envolvente a campo de Futebol.

Tenho uma opinião é minha, mas gostaria de fazer com que os Directores daquele Clube também tivessem intervenção na decisão do espaço em si para implantação dos Balneários.

De forma que as coisas estão paradas neste sentido. Nós, não tinhamos um Projecto própriamente dito dos Balneários, neste momento já temos. Podemos dizer que temos dois Projectos á disposição. Pensamos abrir concurso e talvez dentro do mês de Abril isso possa acontecer.
Caetano Carriço — No Freixo também havia necessidade de uma casa mortuária. Talvez, aqui há 3 ou 4 anos, não fosse. Pois pensavam levar os corpos para a Igreja. Fez-se um abaixo assinado para que a Igreja fosse electrificada, e vieram aqui á Câmara.

Depois da luz lá posta, foi dito por parte da Igreja que não há ordem de acompanhar ninguém, durante a noite. Não valeu a pena electrificar-se.

Vereador Casimiro — Fica registado. Penso que é justo. Hoje em dia as Casas Mortuárias são uma necessidade. Felizmente que se pensou, naquela Casa Mortuária em Montoito, que é comum á Freguesia, também o próprio Cemitério é comum, serve as três localidades e, a partir daí as pessoas deixaram de ter aquela preocupação, que certamente as pessoas do Freixo e Santa Suzana ainda têm de velar os corpos em casa.

Hoje, em dia, essas coisas não caem também como caíam, aqui há alguns anos.

Período Reservado á Assistência

Carlos Sousa — Em primeiro lugar dizer que hoje, estou aqui, não só pelo que vem acontecendo nesta terra, mas também porque estou a estudar na área da estrutura Municipal.

Há pouco, não vinha com ideia de fazer intervenção nenhuma, mas parece-me que os Munícipes têm falta de informação sobre a questão da Saúde. As culpas caem sobre a Câmara, quando esta nada ou pouco tem a ver.

Já tenho comentado com pessoas conhecidas que tenho aqui. Parece-me extremamente importante encontrar um meio de comunicação entre esta Câmara — Executivo e a população, ou seja fazer sair um Boletim Municipal que desse as informações e soluções, mapas desta Assembleia e dar conhecimento dessas reuniões.

Li num Jornal de Évora, que eu tenho aqui, que a Assembleia Municipal reunia, hoje, mas não sabia a hora e vim, aqui, á Câmara saber

a hora, e de facto vi um papel [illegible], mal se via a hora.
Presidente da Assembleia – Quanto á publicidade das reuniões, penso que foram [illegible] nas vitrines que estão espalhadas pela vila. Quanto ao Boletim Municipal, foi também [illegible], já em Assembleia que devia sair o Boletim Municipal para que as pessoas possam ter conhecimento daquilo que a Câmara tem feito.
Carlos Sousa – A outra questão tem haver com a Zona Industrial. Vão sair as oficinas dentro da vila, criar postos de trabalho.
A Câmara tem o estaleiro numa área que me parece que é fundamentalmente residencial de pessoas que se sentem incomodadas com o barulho das máquinas.
Algumas pessoas perguntaram-me se eu tinha conhecimento de que tinha entrado um Projecto na Câmara para a Panificadora ser tirada dali e ser construída onde está o Liceu abandonado. Se vão tirar dali a Panificadora é porque as pessoas se sentem incomodadas com os fumos, mas acontece que se for instalada no outro sítio que eu mencionei, serão as pessoas desse sítio que ficam prejudicadas. Gostaria de um esclarecimento sobre o assunto.
Vereador Casimiro – Relativamente ao Estaleiro da Câmara posso informar que nós, neste momento estamos em mudança de Estaleiro. Vai ser retirado da zona onde está, e ficará aquele edifício todo como zona de serviço. O Estaleiro já está feito naquela zona, como quem vai para o

Feixo, junto á Tapada Municipal. Até porque ele tem que ser retirado pelo simples facto de que a Piscina coberta vai ser construída naquela zona. Vai ser retirado muito brevemente, estamos a aguardar o visto do Tribunal de Contas para início da obra da Piscina Coberta. O outro Estaleiro já está feito. É só uma questão de transferência dos poucos materiais que existem neste.
No que respeita á Panificadora, posso-lhe dizer que não conheço. Sei que os proprietários da Panificadora compraram de facto esse edifício que foi o antigo Liceu, não sei se o objectivo é fazerem transferência para esse edifício ou não. Também me parece que estas questões vão ter um processo tanto de execução, deste conjunto de actividades depois da Zona Industrial que estamos a criar.
Enfim, nós temos, aí outra Panificadora á saída para Évora, não sei se inclusivamente quer um, quer outro proprietário se estão inscritos para lotes da Zona Industrial. Não conheço qual a sua intenção.
Há um ano, dois anos não havia nada. Parece-nos que Roma e Pavia não se fez num dia e estas coisas demoram o seu tempo.
Carlos Sousa – O facto depois de existir a Zona Industrial, isso vai alterar a construção da Panificadora?
Tem que haver um critério, uma vez que vai haver critérios para os outros. Na Zona Industrial também vão criar o espaço para construção de armazéns?
Vereador Casimiro – Só conheço o edifício que

eles compraram o antigo colégio. Não deu entrada nenhum Projecto referente à Panificadora. Não conheço qual a intenção.

Podemos, eventualmente, travar impressões com os proprietários da Panificadora.

Quanto àquilo que já tinha sido falado numa Assembleia Municipal, quanto a terrenos de armazéns, eu penso que nós com o desmembramento da venda dos lotes para instalação das pequenas indústrias também vamos ter a sensibilidade, à verificar se de facto há ou não necessidade de pensarmos numa zona exclusivamente para armazém. Neste momento, tanto quanto sei não temos indicadores nesse sentido, com o desenrolar do processo - início da venda de terrenos parece-me que também vamos ficar com alguns dados disponíveis e verificar se efectivamente há ou não necessidade de pensarmos numa ampliação. Se assim for certamente que a Câmara vai ficar atenta.

E não havendo mais assuntos o Snr. Presidente deu por encerrada a reunião.

ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE REDONDO REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE 1997

Aos dezasseis dias do mês de Maio de 1997, pelas vinte horas, na sala das sessões do edifício dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Redondo, para discutir a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Actividade da Câmara; - 2 - Aprovação do Relatório e Conta de Gerência/96; 3 - Assuntos Gerais do Concelho

Estiveram presentes:

Presidente: João Aleixo Branco

2º Secretário: Domingos Alberto Saraiva Boavida

Compareceram os seguintes membros:

António Alves Garcia; Elias José António; Emília Chicau Martins dos Santos Calixto; José Joaquim Matalote Siquenique; Manuel Luís Nunes Gomes; João Sebastião Cardoso Afonso; Manuel Balbino Garcia Branco; Faustino Manuel Salvador Jeremias; Egídio Manuel Fialho Santos; Isidoro Francisco Leal de Almeida; José Manuel Mendes Portel; Orlando José Ambrósio Safara;

Justificaram a falta os seguintes membros:

Caetano Venâncio Gato Carriço - 1º Secretário

Victor Joaquim da Silva Guachado

Faltou o senhor membro:

Francisco António Carriço

Verificando que havia quorum, o Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão e antes da ordem do dia e conforme o Regimento da Assembleia, apresentou a seguinte proposta:

"Proponho à consideração dos senhores a dispensa da Leitura do Expediente presente na mesa da Assembleia, estando, como é óbvio, à disposição dos senhores membros.

Os senhores membros aprovaram por unanimidade a dispensa da Leitura do Expediente pre-

sente na reunião.
Expediente:
- Carta de Victor Joaquim da Silva Gouveia pedindo justificação da falta á reunião de 16 de Maio de 1997.
- Carta de Caetano Verâncio Gato Caeiro pedindo justificação da falta á reunião de 16 de Maio de 1997.
- Carta de José Manuel Mendes Bortel pedindo justificação da falta á reunião de 30 de Abril de 1997.
- Carta de Domingos Alberto Carreira Boavida pedindo justificação da falta á reunião de 30 de Abril de 1997.
- Carta de Faustino Manuel Salvador Jerónimo pedindo justificação da falta á reunião de 30 de Abril de 1997.
- Carta de Faustino Manuel Salvador Jerónimo pedindo justificação da falta á reunião de 28 de Fevereiro de 1997.
- Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses enviando a Resolução sobre a Carta Europeia das Regiões de Montanha.
- Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses informando sobre o Servidor de Informação na Internet.
- Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses enviando alguns exemplares do nº52 referente ao mês de Janeiro.
- Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses enviando mensagem da Sua Eminência Reverendíssima o Bispo de Coimbra.

- Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses enviando documento aprovado pelo Conselho Directivo da ANMP.
- Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses informando que se realiza no próximo dia 22 de Maio o Seminário sobre a Nova Lei da Tutela Administrativa.
- Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses enviando exemplares do nº53 - Boletim, referente ao mês de Fevereiro.
- Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses enviando convite para a Inauguração da Exposição Nacional de Municípios.
- Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses enviando o Programa da Inauguração da Exposição Nacional de Municípios.
- Ofício da Assembleia Distrital de Évora enviando a Convocatória para a reunião de 7 de Abril de 1997 que se realiza na Câmara Municipal de Arraiolos.
- Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses informando que no dia 21 de Maio, se realiza, no Auditor 34 da Exponor em Matosinhos um Seminário sobre Políticas da Juventude.
- Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses chamando a atenção para as iniciativas a realizar pelas Comemorações dos 20 anos de Poder Local Democrático.
- Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses enviando a ficha de inscrição para o jantar de Autarcas.

— Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses informando que nos dias 20 e 21 de Abril de 1997 se realiza no Palácio Nacional de Sintra o Encontro das Eleitas Locais e Regionais Europeias com as Mulheres Eleitas Portuguesas/Seminário sobre a Presença das Mulheres na vida Política Local.
— Ofício do Conselho de Região do Alentejo CCR Alentejo enviando o Parecer do Conselho da Região aprovado na Reunião de 8 de Maio de 1997, Sobre a Reprogramação do Quadro Comunitário de Apoio e o Necessário Reforço de Verbas para o Alentejo.
— Ofício do Centro de Estudos para o Desenvolvimento Regional e Local informando que nos dias 15 e 16 de Maio de 1997 se realiza um Seminário Internacional "A Revitalização do Mundo Rural e o Ordenamento do Território".
— Ofício da Assembleia Municipal de Borba enviando a Moção sobre a Revisão Constitucional aprovada em Reunião da Assembleia Municipal de 28 de Fevereiro de 1997.
— Ofício da Região de Turismo de Évora enviando convite para o Encontro sobre o Museu de Artesanato Regional, a decorrer em Estremoz, no Polo da Universidade de Évora, no dia 2 de Maio.
— Ofício da Assembleia Distrital de Évora comunicando que no dia 28 de Abril se realiza uma reunião extraordinária, na Câmara Municipal de Vendas Novas.
— Ofício da Direcção do Redondense Futebol Clube de Redondo, enviando convite para assistir ao 1º Torneio de Futebol Infantil que se realiza no dia 30 de Março de 1997 pelas 9,30 horas.
— Ofício da Assembleia Municipal de Borba enviando a Resolução elaborada pelo membro Snr. Joaquim Manuel Cardoso, a fim de ser incluída na ordem de trabalhos.
— Ofício da Direcção do Centro de Cultura, Recreio e Desporto de Foros da Fonte Seca enviando convite para a Grandiosa Corrida de Atletismo em Foros da Fonte Seca.
— Ofício dos Novos Corpos Sociais da Sociedade Filarmónica Municipal Redondense apresentando Saudações e cumprimentos a todos os membros da Assembleia.
— Ofício do Comandante da G.N.R. apresentando cumprimentos e manifestar toda a disponibilidade e empenho na cooperação e colaboração entre os Serviços.

Aprovação da Acta — A Acta da Reunião Ordinária realizada em 28 de Fereireiro de 1997 foi aprovada com 13 votos a favor e 1 abstenção.

Tomada de Posse

O Senhor José Anastácio Bairrinhas Paditha da Lista PSD perdeu o mandato.

Nos termos do artigo 9º do regimento da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu posse ao candidato a seguir na Lista, senhor Egídio Manuel Fialho Santos, casado, de 45 anos de idade, filho

de José Joaquim dos Santos e Eletiva Conde Fialho, Professor do ensino básico, natural da Freguesia de S. Pedro do Corval, Concelho de Reguengos de Monsaraz, residente na Freguesia de Montoito, Concelho de Redondo, portador do Bilhete de Identidade número 2146280 passado pelo Arquivo de Identificação de Lisboa em 10 de Janeiro de 1994.

1- Actividade da Câmara

Informação à Assembleia Municipal

— Arruamentos

* Arranjo de Passeios * Conservação de Estradas * Abertura de Valetas * Pavimentação de Ruas (Redondo e Montoito) * Arranjo de Ruas na Serra D'Ossa

— Infraestruturas

* Tapada Municipal * Prolongamento da Rede de Águas * Zona Industrial de Redondo * Parque de Feiras e Exposições * Emissário Junto do Cemitério (concluído)

— Apoio aos Munícipes

* Programa Casa Caiada (Idosos e Necessitados) * Arranjo de Telhados (Idosos e Necessitados)

— Obras

* Centro de Reformados das Aldeias de Montoito
* Arranjo de Largos em Montoito e Redondo
* Museu do Vinho
* Pavilhão Polidesportivo junto às Piscinas
* ETAR Zona 1
* ETAR Zona 2
* ETAR Zona 3

* Ampliação da Estação de Tratamento de Água da Vigia.
* Ampliação da Casa do Povo do Freixo
* Centro de Artes e Ofícios (Castelo)
* Balneário da Zona da Feira
* Alargamento e Repavimentação da Estrada de Baixo dos Foros da Fonte Seca
* Arranjo do Campo de Futebol de Montoito
* Iluminação Pública entre Montoito e Aldeias de Montoito (Concurso)
* Casa Mortuária de Stª Susana (Concurso)
* Zona Verde junto ao Poli desportivo de Stª Susana (Concurso)
* Projecto do Mercado Municipal
* Projecto do Pavilhão Gimnodesportivo (Assinatura do Protocolo em 14 de Setembro de 1995
* Projecto da Piscina Coberta (Concurso Público)
* Projecto do Tanque de Santos
* Projecto da ETAR de Montoito
* Projecto de Infraestruturação (Zona Industrial Montoito)
* Projecto de Arranjo da Zona Envolvente ao Castelo
* Projecto para a Cobertura do Polidesportivo de Montoito
* Projecto de Arranjo da Zona do Rossio em Montoito
* Projecto de Loteamento Urbano (Freixo)

Actividades dos Serviços Sócio - Culturais

Actividades desenvolvidas de Março a Abril de 1997

* Actividades de Expressão Dramática em todas as Escolas Básicas 1 do Concelho e Escola Básica 2, 3 Dr. Hernâni Cidade.
* Recepção dos trabalhos do Prémio Literário Dr. Hernâni Cidade.
* Preparação da XI Feira do Livro e da Exposição "A evolução dos Meios de Transporte", a iniciar dia 3 de Maio.
* Organização das Comemorações do dia 25 de Abril (Redondo, Freixo, Santa Susana, Fôros da Fonte Sêca e Montoito)
* Elaboração do programa das Festas Populares de Agosto/97. Apoio às Ruas Floridas.
* Projecto da Carta Arqueológica do Concelho de Redondo (a decorrer).
* Preparação do programa para a Semana da Juventude a realizar no mês de Setembro.
* Preparação do IV Encontro de Teatro Escolar
* Apoio às Cantinas escolares
* Apoio aos transportes escolares
* Cedência do autocarro para as visitas de estudo, organizadas pelas Escolas e Jardins de Infância do Concelho.
* Animação desportiva na Escola do 1º ciclo de Redondo

Serviços Culturais - Desporto

MARÇO

* Animação desportiva na escola de Redondo
* Abertura das 7.as Olimpíadas no Alandroal
* Reuniões na Associação de Municípios
* Reunião com as colectividades sobre as Olimpíadas
* Fase de apuramento de pesca - Juramenha
* Realização de Férias desportivas para alunos do 1º Ciclo.

ABRIL

* Malha em Redondo - Olimpíadas
* Sueca em Redondo - Olimpíadas
* Sueca nos Fôros da Fonte Sêca - Olimpíadas
* Realização do 12º Grande Prémio de Ciclismo em Juniores.
* Prova de Ciclismo - Cadetes
* Animação desportiva na Escola de Redondo
* Malha nos Fôros.

José Portel - Projecto de Arranjo da Zona Envolvente ao Castelo, gostaria de saber mais detalhadamente qual a zona abrangida.

Presidente da Câmara - Este Projecto abrange toda a zona que vai desde o Poço Velho, envolve aquela zona da Porta da Ravessa. A zona envolvente ao Castelo, tem a ver com o Arranjo quer da rua que dá acesso ao cemitério, quer da zona da Porta da Ravessa. E, depois também tem a ver com a parte da iluminação pública, daquela zona envolvente e também da Praça D. Dinis e Rua do Castelo.

José Portel - Acho absolutamente correcto. Aquela zona está com um aspecto muito mau.

Chamo a atenção para duas casas que estão na Rua do Castelo, sei que não são propriedade do Município. Não seria possível a Câmara

contactar os proprietários para [illegible], pois no estado em que se encontram, também dá um mau aspecto naquela zona.

Presidente da Câmara – Só dizer que em relação a uma das casas há o Projecto em elaboração para a reparação. De qualquer forma temos procurado junto de alguns proprietários ter essa acção de manter as casas conservadas. Por vezes não é fácil, mas registamos e vamos continuar a insistir.

João Azaruja – Já há bastante tempo que esta Câmara Municipal dá apoio aos Munícipes nas caianças. Vejo, aqui, apoio a idosos e necessitados. Acho que é um bocado vago. Gostava de saber mais concretamente quais os critérios que a Câmara Municipal utiliza, quando alguém quer caiar a casa. Se há idosos necessitados, e há de facto, mas também há pessoas que são menos idosas e menos necessitadas e estão a beneficiar desta actividade.

Presidente da Câmara – Este é um Programa que não tem um, dois ou três anos, tem vários anos. É um Programa que tem naturalmente a subjectividade própria da interpretação por vezes do necessitado. De qualquer forma temos princípios que passam por procurar, apoiar pessoas sempre dentro deste princípio "necessitados". Quando falamos em idosos, é porque de forma geral dos necessitados são idosos.

Temos dois tipos de intervenção: um da fachada da casa, nalguns casos, outro a intervenção mesmo no interior da Casa e essa é enorme.

Naturalmente esses casos têm a ver com situações, declaradamente, pessoas que vivem sózinhas. Aqui não funciona só o aspecto da casa estar caiada, mas também por razões de higiene, enfim, que são conhecidas. Há algumas pessoas a quem damos cal.

Os critérios que estão definidos. Pode acontecer que por vezes a subjectividade do necessitado, faça com que para os serviços da Câmara considere que a pessoa é necessitada e outra pessoa qualquer, ao lesar de fora, possa considerar que não.

Por vezes, também pode acontecer que ao caiar-se duas ou três fachadas de casas, ao ficar uma no meio, possa acontecer que apanhe uma menos necessitada e que se acabe de caiar essa também para ficar tudo igual. Admito que possa acontecer algumas situações de pessoas menos necessitadas.

Os princípios estão definidos. É um Programa que está em vigor na Câmara há vários anos. Relembro que o iniciado já há muitos anos, apenas com o fornecimento da cal, verificamos, na altura, que em muitos casos a cal não era a solução, o problema não era a cal, era efectivamente a mão de obra. E procuramos fazer, e faz sempre parte do processo de candidatura dos POC's, digamos, formamos brigadas destinadas a este tipo de serviço. Pode haver casos considerados menos correctos, se

os haver agradeço até que nos diga, para chamar a atenção dos serviços.
João Azarwja – É evidente que não estou a pôr em causa esta actividade "da casa caiada e reparação de telhados". Estou a querer um bocado no ar. Quem paga as caiações e reparação de Telhados são os Munícipes, porque descontam impostos neste concelho. Penso que deve ter evitado não vou citar nomes, pois não estamos em nenhum Tribunal, mas há subjectividades que não têm necessidade nenhuma de ter a casa caiada e o telhado reparado.
Egídio Santos – Em relação á casa caiada, se se estabelecesse algum escalão em relação ao rendimento da pessoa.
O meu colega, que está em Aldeias de Montoito estava-se a queixar em relação aos idosos que o Centro de Reformados, ainda não estava a funcionar.
Em que fase se encontra a Zona Industrial de Montoito?
Presidente da Câmara – Estamos todos de acordo, que utilizar os escalões de rendimentos oficiais não é a melhor solução. Se fizermos os escalões de rendimentos oficiais aquilo que verificamos, é que há uma forma muito grande de pessoas, que por essa via, digamos, usufruiram deste benefício, antes porque trabalham por conta de outrém, embora com vencimentos baixos, mas têm que declarar esse vencimento, e não têm hipótese, enfim a chamada fuga ao "fisco" e naturalmente esses aí não teriam hipóteses e ficariam excluídos.

Procuramos nestes casos, ter um pouco uma percepção mais pessoal da situação, enfim eu referia da subjectividade, porque há situações e que por vezes tem acontecido, o idoso em si tem necessidade, mas tem por detrás uma família que suporta melhor e que até não tem necessidade.

Procuramos muito mais pelo conhecimento pessoal e real das necessidades do que propriamente pelos escalões dos rendimentos pela via oficial. Posso-lhe garantir por essa via, de certeza absoluta, "que no lugar do Dr. Azarwja estou a dizer que não estamos em nenhum Tribunal, não citava nomes", que todos iam falar em nomes.

Tenho experiência própria, enfim, no caso dos POE's, digo-vos que é de passar os rendimentos oficiais que constam nas declarações. Nós que conhecemos a realidade temos que dizer que não está bem.

Esse não é o caminho indicado, porque iria criar situações, então aí, verdadeiramente injustas.

Em relação ao Centro de Reformados, em Aldeias de Montoito, o que lhe posso dizer é que está para muito breve uma solução da abertura do Centro de Reformados de Aldeias de Montoito.

Não tenho ainda, elementos oficiais, mas penso que vai haver uma articulação com o Centro de Reformados já existente em Montoito, dar uma polivalência maior.

Em relação á Zona Industrial, o Projecto es-

tá elaborado, falta apenas montar a parte de infraestruturas, salvo erro, da pavimentação e electricidade. A outra parte está já feita, já com a ampliação e foi aprovada pela Junta de Freguesia.

2 - Aprovação do Relatório e Conta de Gerência/96

Presidente da Assembleia - Todos os membros receberam um exemplar do Relatório e Conta de Gerência/96, se algum dos senhores membros quer dizer alguma coisa. Informo esta Assembleia que o Relatório e Conta de Gerência foi aprovado por unanimidade, na reunião de 26 de Março de 1997.

João Ataruja - Se o senhor Presidente da Assembleia Municipal me permite, gostaria de saber quais os membros do Executivo que estiveram presentes nessa reunião?

Presidente da Câmara - Eu percebi a pergunta, mas estava a ver que não está a minha assinatura, porque realmente não estive nesta reunião. É evidente que conheço o documento. Quem esteve nesta reunião foram os senhores Vereadores: Casimiro, Recto e o Arquitecto Barreal.

A Assembleia Municipal aprovou por maioria e em minuta, o Relatório e Conta de Gerência/96 da Câmara Municipal. (Aprovado com 13 votos a favor e 1 abstenção.

3 - Assuntos Gerais do Concelho

Antes de dar a palavra aos senhores membros, permitam-me que confira os elementos que formam o Grupo de Trabalho, os quais foram nomeados na última Assembleia. E dizer, também que a Câmara designou o senhor Vereador Inácio dos Santos Casimiro para fazer parte desse Grupo de Trabalho.

Não quis marcar nenhuma reunião sem primeiro trocarmos impressões qual o dia que lhes calhava melhor para reunirmos e ver quais as demarches a fazer sobre a Saúde no Concelho.

João Ataruja - Concordo com a escolha do Vereador Casimiro. Para mim desde que não seja á sexta-feira, estou disponível.

Emília - Não me importo. Ao sábado estou mais disponível.

Presidente da Assembleia - Sendo assim marcaríamos para um sábado á tarde. Depois envio um ofício a cada elemento.

Manuel Rubo - Não sei se têm conhecimento do Depósito de Gás junto ás Escolas Primárias?

Presidente da Câmara - O que há é um pedido de viabilidade para a instalação de um Posto de abastecimento de combustíveis no espaço público portanto naqueles terrenos da Tapada em frente áquelas Lojas de comércio.

Portanto o parecer é favorável cumprindo todas as regras do afastamento da Escola. De acordo com a Legislação em vigor, não há qualquer impedimento, e nem qualquer perigo em relação a isso.

Manuel Rubo - O Depósito de Gás é mais concretamente numa Oficina.

Presidente da Câmara – Na Olaria. Não vou ver, neste momento desconheço.
Manuel Reis – Na Olaria do Pinheiro
Presidente da Câmara – Vou ver o que se passa. Tudo isto tem regras, alvarás de edifícios públicos. Se cumprir a legislação é aprovado, senão cumprir a legislação é indeferido. Temos que cumprir a legislação nacional, em relação a essas coisas.
Presidente da Assembleia – Vários munícipes me têm dirigido, lamentando-se que até hoje não têm hoje não têm Sanitários na Serra D'Ossa. Não seria possível construí-los junto ao Restaurante?
Presidente da Câmara – É um Processo que tem sido conduzido pela Junta de Freguesia. De qualquer forma nós também temos estado a aguardar a evolução de um Projecto, que está aprovado na Direcção Geral do Turismo, da Construção de uma Residencial ao Albergaria, onde era o Restaurante do Galito.
Portanto no arranjo de todo aquele espaço envolvente que confina com aquele sesmo junto ao Restaurante articula-se todo aquele espaço com a construção das Instalações Sanitárias.
Tem a ver com o Processo da Unidade Hoteleira avançar ou não. É um Processo que não está neste momento tanto quanto sei e como já disse está aprovado pela Direcção Geral de Turismo, está na fase de aguardar o financiamento.
De qualquer forma, é evidente que se o Processo continuar a arrastar, nós entramos em contacto com a Junta de Freguesia e irá-se-á construir.
Presidente da Assembleia – As pessoas queixam-se e agradecia que efectivamente se debruçasse sobre o assunto.
Elias António – Na Praça D. Dinis é um sítio onde se junta muita gente principalmente aos Domingos. Acho que também, aí, se deveria construir uns Sanitários.
Presidente da Câmara – Em relação a esta situação, e há pouco quando referi a zona envolvente do Castelo e do Paço Velho, tudo isto começa na Praça D. Dinis. Portanto um dos elementos que está previsto no Projecto que está a ser elaborado é precisamente os Sanitários.
Naquela Travessa é uma dos possíveis localizações, aliás está a ser equacionado não só isso, como também a transferência de um dos Paços que está numa casa particular.
Elias António – A não ser que os senhores Padres não queiram junto á Igreja.
Presidente da Câmara – De qualquer forma não passaria pela cabeça de ninguém e muito menos do Arquitecto que está a fazer o trabalho avançar com uma proposta destas sem dialogar com as pessoas responsáveis da Igreja.
João Azarwja – Já que falamos da Igreja ao Igrejas, no Semanário Independente nº 274 de 4 de Junho de 1993 houve uma longa reportagem sobre o estado de conservação da Igreja de Stº António. Esta Igreja é Património da Câmara Municipal de Redondo.

Perguntei ao Vereador Casimiro se havia inventário e ele disse-me que não sabia se havia inventário rigoroso, mas havia um certo inventário. Eu, como membro desta Assembleia Municipal gostava que me fosse dada cópia desse levantamento.
Presidente da Câmara – Sim, irá ser-lhe fornecida essa cópia.
Egídio Santos – É a primeira reunião que estou participando, queria saber se esta Assembleia já se pronunciou sobre a Regionalização?
Presidente da Assembleia – Esta Assembleia já tomou o ponto de deliberação sobre a Regionalização que fará na altura própria um Debate do que foi deliberado por esta Assembleia com todos os Partidos representados na Assembleia.
Naturalmente, era já para ter sido feito, e não foi, mas como o Senhor sabe a Regionalização neste momento está parada. Não sabemos se avança ou não. Só para 1998 é que vai haver o Referendo.
Quando a Regionalização estiver prevista, far-se-á um Debate, para efectivamente as pessoas ficarem esclarecidas do que é a Regionalização.
Todos nós estamos a aguardar a resolução do Governo.
E não havendo mais assuntos a tratar o Snr. Presidente deu por encerrada a reunião.

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE REDONDO REALIZADA NO DIA 27 DE JUNHO DE 1997.

Aos vinte sete dias do mês de Junho de 1997, pelas vinte horas, na sala das sessões do edifício dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Redondo, para discutir a seguinte ordem de trabalhos:
1 - Actividade da Câmara; 2 - Assuntos Gerais do Concelho
Estiveram presentes:
Presidente: João Aleixo Branco
1º Secretário: Caetano Venâncio Gato Carriço
2º Secretário: Domingos Alberto Sanaiva Boavida
Compareceram os seguintes membros:
António Alves Garcia; Elias José António; Victor Joaquim da Silva Quadrado; Emília Chicau Martins dos Santos Calixto; Francisco António Carriço; José Joaquim Matoloto Siqueirique; Manuel Luís Nunes Gomes; João Sebastião Cardoso Azanuja; Manuel Balbino Garcia Branco; Faustino Manuel Salvador Jeremias; Egídio Manuel Trialho Santos; Isidoro Francisco Leal de Almeida; José Manuel Mendes Pontel; Orlando José Ambrósio Safara
Verificando que havia quorum, o Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão e antes da ordem do dia e conforme o Regimento da Assembleia, apresentou a seguinte proposta:
"Proponho à consideração dos senhores a dispensa da leitura do Expediente presente na mesa da Assembleia, estando, como é óbvio, à disposição dos senhores membros"!

Os senhores membros aprovaram por unanimidade a dispensa da leitura do Expediente presente na Reunião.

Expediente:

- Carta da Sociedade Columbófila Asas [illegible] se solicitando um pedido de apoio na [illegible]
- Carta da Acrijovem - Associação [illegible] de Apoio á Criança e ao Jovem - [illegible] do que há vários anos vêm solicitando apoio para a construção de uma sede social para a Associação bem como a integração de serviços de apoio na Escola da Freguesia e á Infância e á Juventude em geral.
- Ofício da Assembleia Distrital de Évora enviando a convocatória para uma Reunião extraordinária que se realiza no dia 30 de Junho de 1997 pelas 15 horas no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mora.
- Ofício do Presidente da Região de Turismo de Évora enviando cópia do Ofício remetido ao Secretário de Estado do Comércio e Turismo e a respectiva deliberação recebida.
- Ofício do Concelho da Região do Alentejo com Alentejo enviando os Documentos aprovados na Reunião do Concelho da Região do Alentejo de 16 de Junho de 1997.
- Ofício da Comissão Promotora do MARE enviando o Documento "do Alentejo ao País e aos Orgãos de Soberania" resultante da Jornada pelo Desenvolvimento do Alentejo.
- Ofício do Partido Comunista Português enviando a tomada de posição do Organismo Inter Regional do Alentejo do PCP, sobre o PROALENTEJO.
- Ofício do Presidente da Câmara Municipal de Redondo enviando cópia da parte da Acta de Reunião Ordinária de 25 de Junho de 1997, na qual aprovou o Lançamento da Derrama, Contribuição Autárquica e Identificação toponímica da Tapada Municipal.
- Ofício do Presidente da Câmara Municipal de Redondo enviando o Loteamento do Freixo o qual foi aprovado pela Câmara Municipal em Reunião de 14 de Maio de 1997.

Aprovação da Acta - A Acta da Reunião Ordinária realizada em 16 de Maio de 1997 foi aprovada com 15 votos e 2 abstenções.

1 - Actividade da Câmara

Informação á Assembleia Municipal

* Arruamentos

Arranjo de Seixos; Conservação de Estradas; Abertura de Valetas; Pavimentação de Ruas (Redondo e Montoito); Arranjo de Ruas na Serra d'Ossa

* Infraestruturas

Tapada Municipal; Prolongamento da Rede de Águas Zona Industrial de Redondo; Parque de Feiras e Exposições

* Apoio aos Munícipes

Programa Casa Caiada (Idosos e Necessitados); Arranjo de Telhados (Idosos e Necessitados)

* Obras

Centro de Reformados das Aldeias de Montoito; Arranjo de Largos em Montoito e Redondo; Museu do Vinho; Parilhão Polidesportivo junto ás Piscinas; ETAR Zona 1; ETAR Zona 2; ETAR Zona 3;

Ampliação da Estação de Tratamento [illegible] Vigia; Ampliação da Casa do Povo de [illegible]; Centro de Artes e Ofícios (Centro); [illegible] da Zona da Feira; Alargamento e [illegible] da Estrada de Baixo dos Fojos [illegible]; Arranjo do Campo de Futebol de [illegible]; Iluminação Pública entre Montoito e [illegible] Montoito; Projecto do Mercado Municipal; Projecto do Pavilhão Gimnodesportivo (Concurso Público desde 04/06/97); Projecto da Piscina Coberta (concurso Público); Projecto do Tanque de [illegible]; Projecto da ETAR de Montoito; Projecto de Infra-estruturas (Zona Industrial Montoito); Projecto de Arranjo da Zona Envolvente ao Cemitério; Projecto para a Cobertura do Polidesportivo de Montoito; Projecto de Arranjo da Zona do Passeio em Montoito; Projecto de Loteamento Urbano (Traixo); Casa Mortuária de Stª Susana; Zona Verde junto ao Polidesportivo de Stª Susana; Balneário de Apoio ao Polidesportivo de Stª Susana; Balneário de Apoio ao Campo de Futebol de Aldeias de Montoito

Actividades dos Serviços Sócio-Culturais

Actividades desenvolvidas de Maio a Junho de 1997.

Actividades de Expressão Dramática em todas as Escolas Básicas 1 do Concelho e Escola Básica 2,3 Dr. Hermâni Cidade; Elaboração do programa dos Festas Populares de Agosto/97. Apoio às Ruas Floridas, Projecto da Carta Arqueológica do Concelho de Redondo (a decorrer), Preparação do programa para a Semana da Juventude a realizar no mês de Setembro; Realização do 4º Encontro de Teatro Escolar, que decorreu no dia 19 de Junho; Apoio às cantinas escolares; Apoio aos transportes escolares; Cedência do autocarro para as visitas de estudo organizadas pelas Escolas e Jardins de Infância do Concelho; Apoio às festas de fim de ano, organizadas pelas Escolas Básicas e Jardins de Infância do Concelho. Preparação do programa de animação de Verão; Apoio aos mastros; Exposição de artesanato e preparação do dia do Concelho de Redondo na Feira de S. João; Animação desportiva na Escola Básica 1 de Redondo; Participação na Estafeta "Peace Run"; Participação nas finais distritais dos Olimpíadas de: Tiro ao Alvo, Futebol 5 feminino, Sueca, Ténis de Mesa, Futebol 5 Masculino, Malha, Atletismo, Tiro aos pratos, Pesca, Bicha, Andebol; Realização das seguintes fases concelhias dos Olimpíadas: Tiro aos pratos, Malha, Ténis de Mesa, Andebol, Biribol; Apoio na prova de Cicloturismo, realizada de Évora a Reguengos passando por Redondo.

2 - Assuntos Gerais do Concelho

Presidente da Assembleia - Antes de dar a palavra aos senhores membros, informo que o senhor Presidente da Câmara não pode estar presente, pelo que se faz substituir pelo senhor Vereador Casimiro.

Seguidamente, gostava que a Câmara se pronunciasse sobre o conteúdo do Ofício que a Acrijovem enviou a esta Assembleia, e qual a resposta que vai dar?

Vereador Casimiro - Relativamente a este Ofício

Ampliação da Estação de Tratamento [illegible] Vigia; Ampliação da Casa do Povo de [illegible]; Centro de Artes e Ofícios (Contrato); [illegible] da Zona da Feiza; Alargamento e [illegible] da Estrada de Baixo dos Fojos da Feiza [illegible]; Arranjo do Campo de Futebol de Montoito; Iluminação Pública entre Montoito e Arraiolos - Montoito; Projecto do Mercado Municipal; Projecto do Pavilhão Gimnodesportivo (Concurso Público desde 04/06/97); Projecto da Piscina Coberta (Concurso Público); Projecto do Tanque de Outeiro; Projecto da ETAR de Montoito; Projecto de Infra-estruturas (Zona Industrial Montoito); Projecto de Arranjo da Zona Envolvente ao Cristo; Projecto para a Cobertura do Polidesportivo de Montoito; Projecto de Arranjo da Zona do Rossio em Montoito; Projecto de Loteamento Urbano (Trujxo); Casa Mortuária de Stª Susana; Zona Verde junto ao Polidesportivo de Stª Susana; Balneário de Apoio ao Polidesportivo de Stª Susana; Balneário de Apoio ao Campo de Futebol de Montoito

Actividades dos Serviços Sócio - Culturais

Actividades desenvolvidas de Maio a Junho de 1997.

Actividades de Expressão Dramática em todas as Escolas Básicas 1 do Concelho e Escola Básica 2,3 Dr. Hermâni Cidade; Elaboração do programa dos Testes Populares de Agosto/97. Apoio às Ruas Floridas, Projecto da Carta Arqueológica do Concelho de Redondo (a decorrer); Preparação do programa para a Semana da Juventude a realizar no mês de Setembro; Realização do 4º Encontro de Teatro escolar, que decorreu no dia 19 de Junho; Apoio às cantinas escolares; Apoio aos transportes escolares; Cedência do autocarro para as visitas de estudo organizadas pelas Escolas e Jardins de Infância do Concelho; Apoio às festas de fim de ano, organizadas pelas Escolas Básicas e Jardins de Infância do Concelho. Preparação do programa de animação de Verão; Apoio aos mastros; Exposição de artesanato e preparação do dia do Concelho de Redondo na Feiza de S. João; Animação desportiva na Escola Básica 1 de Redondo; Participação na Estafeta "Peace Run"; Participação nos finais distritais dos Olimpíadas de: Tiro ao Alvo, Futebol 5 Feminino, Sueca, Ténis de Mesa, Futebol 5 Masculino, Malha, Atletismo, Tiro aos pratos, Perca, Bicha, Andebol, Realização dos seguintes jogos concelhios dos Olimpíadas: Tiro aos pratos, Malha, Ténis de Mesa, Andebol, Bilhar; Apoio na prova de Cicloturismo, realizada de Évora a Reguengos passando por Redondo.

2 - Assuntos Gerais do Concelho

Presidente da Assembleia - Antes de dar a palavra aos senhores membros, informo que o senhor Presidente da Câmara não pode estar presente, pelo que se fez substituir pelo senhor Vereador Casimiro.

Seguidamente, gostava que a Câmara se pronunciasse sobre o Conteúdo do Ofício que a Acrijorem enviou a esta Assembleia, e qual a resposta que vai dar?

Vereador Casimiro - Relativamente a este Ofício

que foi enviado pela Acrijovem [illegible] mento dele, neste momento, o que não [illegible] que a Câmara não o tenha recebido.

O que se passa é o seguinte: [illegible] Acrijovem, fazendo o enquadramento, a chamada recuperação do Centro Rural de Montoito, [illegible] jecto de índole comunitária, que [illegible] dade a melhoria da qualidade de vida da população da Freguesia, no que diz respeito [illegible] reco de intervenção da Freguesia.

Há um conjunto de Programas que [illegible] este Centro Rural a um conjunto extenso de Projectos que já foram apresentados e naturalmente a Acrijovem como Associação de Apoio á criança e aos Jovens de Montoito, uma Associação que foi criada há três ou quatro anos. Não temos neste momento instalações próprias. Candidatou-se ao Projecto de Recuperação do Centro Rural, tal qual como outras Associações se candidataram, naturalmente para obras de melhorias das instalações, neste caso não para melhoria mas para construção de uma instalação.

Efectivamente, tinha havido um contacto com a Câmara Municipal para que, por um lado desse o parecer, e por outro lado, desse o apoio para a criação dessas instalações, ainda antes de aparecer o Centro Rural de Montoito.

A Câmara, na altura, analisou o Processo. O Processo estava em estudo e, com o aparecimento do Centro Rural de Montoito, este Processo voltou novamente a ser estudado, havendo um conjunto de Reuniões, inclusivamente de Reuniões de apresentação para fazer parte da Associação Monte. Uma Associação de desenvolvimento Local que está a fazer a elaboração do próprio Plano.

Na última Reunião que foi feita na Sociedade União Montoitense, onde estiveram presentes todos os interessados no desenvolvimento deste Projecto, inclusivamente a Acrijovem e a Câmara Municipal de Redondo estavam presentes, os próprios juntas de Freguesia também estavam, elas também estão envolvidas, e Santa Suzana.

Só lembro que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Redondo fez referência exactamente a esta questão que foi colocada á Assembleia Municipal.

Eu penso que o Ofício foi enviado á Assembleia Municipal, pedindo alguma informação sobre o assunto, por outro lado como conhecimento daquilo que, efectivamente a Associação pretende realizar.

O Senhor Presidente da Câmara deu a informação nessa Reunião, de que a Câmara teria candidato dois Projectos, e foi isso que foi feito, ao centro Rural de Montoito. Um deles que não vem, ainda, para a Assembleia, penso que depois constará na Informação da Actividade da Câmara á Assembleia, refere-se á chamada Zona Industrial de Montoito.

O outro Projecto foi efectivamente a Recuperação de um edifício mencionado nesse Ofício para instalação de Sedes Sociais de três a quatro Associações. Uma delas era a Acrijovem. Posteriormente a essa Reunião que eu sei, a Associação Monte fez-nos um contacto e transmitiu-me, pes-

soalmente, de que iria fazer uma [illegible] Acrijovem para que chegassem a uma proposta final, uma vez que queriam apresentar [illegible] Global de Intervenção até ao fim [illegible] na despacho superior, do Secretário de Estado.

Efectivamente, não sei o que saiu dessa Reunião, uma vez que foi feita com a Acrijovem e representante da Associação Monte, pelos vistos, pelo que me apercebi do conteúdo do Ofício, teria havido discordância da Acrijovem podendo usufruir do Projecto que a Câmara tinha proposto para a execução. Era, como já disse, também, a recuperação daquele edifício para Sedes - Sociais de três a quatro Associações.

A Câmara fez esta proposta, porque além da Acrijovem, há uma Associação, sendo está criada, está a ser criada, ligada à Colectividade e depois há uma outra Associação ligada a uma Reserva Associativa de Caça e ambas precisam de Sedes Sociais.

Tendo a Câmara em Montoito um edifício que está, praticamente em degradação, onde antigamente funcionou uma Cooperativa de Consumo. Um edifício grande, muito antigo que precisa inelusivamente de ser recuperado, podemos dizer que faz parte do Património da Autarquia. É uma das componentes do Centro Rural é essa também, fazer a Recuperação do Património Arquitectónico e nós aqui precisamos englobar estas duas vertentes: recuperação do Património e instalação das Sedes Sociais que precisassem de instalação própria. O objectivo da Câmara era este. Como já disse, há pouco, sei que a Acrijovem apresentou um Projecto para a criação de instalações de Sedes Sociais.

Como sei que houve uma Reunião feita com a Acrijovem e Associação Monte, não sei o resultado dessa Reunião, mas pelo que me é dado aperceber desse Ofício, certamente a Acrijovem não teria acedido á proposta que a Câmara fez.

Talvez para podermos desenvolver mais qualquer coisa uma vez que o Professor Egídio está presente, ele passa dizer se isto se confirma ou não, para depois desenvolvermos mais esta questão.

Presidente da Assembleia - Devo dizer que vem outro Ofício da Direcção Regional de Educação do Alentejo, juntamente com o Ofício da Acrijovem e diz o seguinte:

" Assunto : Associação Sócio - Cultural de Apoio á Criança e ao Jovem - Acrijovem".

Em referência do assunto em epígrafe, informo V. Exª que esta Direcção Regional de Educação considera que o Projecto apresentado reveste-se de grande importância no apoio ás crianças dos Escolares bem como ás suas famílias.

Com os melhores cumprimentos.

a) O Director dos Serviços, Luís Manuel G. Capitão

Vereador Casimiro - Só mais uma questão sobre este assunto e uma vez que vem um Ofício da Direcção Regional de Educação do Alentejo, no sentido de apoiar e tentar de alguma forma viabilizar a pretensão da Acrijovem, portanto é sabido por esta Câmara Municipal que assim é, mas

niões houve, já onde este assunto foi falado. Não está em questão de forma nenhuma, aquilo que a Acrijovem quer desenvolver em termos da sua actividade no que diz respeito á freguesia de Montoito na sua ligação com as escolas e com a comunidade em geral, mas apenas tão sómente, como disse, há pouco, a tentativa de utilização do edifício que está em degradação e que a Câmara submeteu em termos de Projecto, em termos de candidatura ao Centro Rural de Montoito.

Uma outra questão que ficou de certa forma pendente, relativamente a isto foi o seguinte: — Quando eu falei com o representante da Associação Monte, Jorge Coelho que ficá de certa forma a fazer contactos com os candidatos ao financiamento no âmbito deste Centro Rural, ficou de certa forma pendente porque nós tínhamos para este edifício um Primeiro Programa. Nós acerca de três anos a esta parte, encomendamos um Projecto ao GAT para recuperação do edifício para duas habitações.

Portanto este Projecto está na nossa posse, foi feito na altura e agora como surgiu a oportunidade, e uma vez que havia alguma abertura por parte de uma ou outra Associação de que o edifício fosse de facto recuperado para este efeito, nós temos de pedir novamente ao GAT que faça uma Revisão do Programa do Projecto. Não o fizemos ainda, visto que ficou combinado com o Jorge Coelho e ficamos a aguardar, de certa forma, os contactos que ele iria fazer com es-

tas Associações. E faço referência novamente, á Acrijovem e uma Associação de Colombófila que está a ser criada. Depois ficou de me transmitir qual o resultado destas Reuniões.

Até hoje, ele não me transmitiu nada. Daí que, eu não sei se este Conjunto de Associações aceitaram ou não esta sugestão. Penso que talvez não houvesse uma concordância, na medida em que o teor desse Ofício leva-me a crer exactamente isso.

Egídio Santos — Esta questão da Acrijovem está num impasse. A questão põe-se a dois níveis, porque o Projecto da Acrijovem tem em conta um apoio ás Escolas, e um apoio Sócio-Cultural. Dentro daquele edifício há espaço, mas, é claro, mas para partilhar com outras Associações é muito pouco, se bem que em Montoito, haja, Clube Desportivo, haja Sociedade Recreativa, etc.

Eu tinha proposto a construção, em edifício próprio, mas que englobasse as quatro Associações da freguesia.

O problema que eu ponho é que a Acrijovem tem em conta dar apoio ás crianças e aos Jovens e misturados com Associações de caçadores que são essencialmente adultos e colombófilos, que são adultos, nunca dá bom resultado.

A outra questão é esta: se fosse permitido no edifício um espaço fechado, no 1º andar, tudo bem, aí poderíamos instalar a nossa sede, e estaríamos independentes.

O outro Programa, reside no facto do apoio que devemos dar ás Escolas e Ateliers Oficinais,

o apoio no sentido de ajudar crianças [illegible] nos capacidades intelectuais, [illegible] feito num edifício daqueles.

Depois temos que ter em [illegible] dim de Infância está num edifício [illegible] la noutro e cada vez mais temos que resolver o problema dos espaços escolares em espaços unitários.

Não ponho em causa a utilização do espaço da Câmara Municipal de Redondo, do edifício onde estava a Cooperativa de Consumo, pelas duas Associações.

Penso que a Câmara tem a desempenhar um papel importante no sentido de encontrar soluções que eu considero importantes para o desenvolvimento Social e Sócio-Cultural da Freguesia.

João Azaruja – Em termos de espaços não é conveniente misturar Associações como a dos Columbófilos, Caçadores, com os Jovens.

É evidente que os adultos têm os seus vícios.

Deve ter-se em conta a separação das Associações em termos de espaço.

Penso que não devem ser juntas as actividades das pessoas adultas com jovens. Nunca juntar as Associações. É de salientar que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Montoito tenham em conta que o edifício degradado seja recuperado para uso unitário, ponham lá os caçadores e os columbófilos.

Presidente da Assembleia – Também compreendo que os jovens devem ter um tratamento especial, desde a infância até à adolescência. De qualquer forma, este assunto veio à Assembleia e foi discutido com muito apreço e clareza e vê-se que a Câmara também está empenhada em resolver esse problema, e vai-se empenhar nesse sentido, dialogando com as pessoas interessadas e certamente trará os resultados desses diálogos à Assembleia Municipal.

João Azaruja – É de esperar, em termos de dinamização de espaço desses jovens, mas também é um desafio que se põe a qualquer Associação, no caso concreto da Acrijovem.

É uma actividade de grande mérito e se há espaços próprios para a Juventude e para as crianças, há necessidade de existir uma equipa saiba rentabilizar esses espaços.

De qualquer forma, é um desafio para quem se coloca à frente deste tipo de actividades.

Presidente da Assembleia – Naturalmente que é.

E é sempre salutar. E há espaços que serão recuperados de forma que se possam sentir bem.

José Siquenique – Espaços para crianças até se justifica. Agora espaços para caçadores do regime geral e não só. Nos Foros também eu queria uma casa para crianças e uma para caçadores.

Egídio Santos – No caso de haver espaços próprios para isso, já havia um Professor destacado. Há boa vontade da parte da Direcção Regional, há boa vontade das pessoas que estão à frente da Acrijovem. Desde que esta disposição permaneça há sempre possibilidades de resolver o pro-

blema localmente mesmo que a Direcção Regional não o entendesse. Nós temos visto o apoio do Ministério da Educação.
Egídio Santos – Em Montoito há uma Clínica Habitacional. Eu já cá estou há muito tempo e ainda não avistei razão para sorrir.
Presidente da Assembleia – Isso é um problema que ultrapassa a Câmara. O senhor sabe que isso passa pelo Governo, pelas autoridades Centrais. Não é só problema de Montoito, é geral, e aí temos que pedir responsabilidades ao Ministério da Educação que efectivamente não cria condições, para que efectivamente essa Clínica Habitacional se desenvolva. Tem que se descentralizar para não lançar responsabilidades para cima dos Autarquicos.
E, o senhor compreende e sabe que é verdade. Não é só Montoito. É desde o Norte do País.
Egídio Santos – Só queria dizer isto, é que o Centro Rural de Montoito propondo-se a desenvolver a cultura, deverá preocupar-se com o desenvolvimento das novas gerações, sem as quais é impossível resolver. Devia haver uma política educativa na área da Freguesia.
Presidente da Assembleia – Permita-me que lhe diga que é uma situação muito clara, essas situações de política do nosso País, e no nosso Concelho mais particularmente.
Egídio Santos – Temos aqui um problema que se resolve a nível Local, Câmara Municipal de Redondo, Junta de Freguesia de Montoito, Associações de Agricultores de Montoito e Santa Suzana, estas entidades fazerem o Projecto.

Para a agricultura são 160 mil contos, o resto é para outras coisas.
Presidente da Assembleia – Nós tinhamos uma solução muito fácil para essas questões. Sabe qual é?
É criar as Regiões. A Regionalização era uma solução para essas situações, mas infelizmente ela não avança.
João Azenha – Eu conheço este Projecto da Associação Monte. Mas de qualquer forma iria perguntar senão seria um Projecto de Desenvolvimento integrado?
Vereador Casimiro – Devo dizer que isto não é nenhum Projecto da Associação Monte. Isto é um Projecto, eu creio que existe 40 ou 42 em todo o País de índole comunitária. A Associação Monte devo dizer-lhe que é um consórcio formado por três Associações: ADIME, Associação de Jovens Interessados de Monsaraz, Alienda e Trilho, neste caso específico – Centro Rural de Montoito. Como em Veiros já engloba uma outra Associação de Desenvolvimento Local como em Vila Nova de S. Bento outra, tem que ver com as Associações de Desenvolvimento Local existentes na área geográfica dos Centros Rurais.
São Programas de índole comunitário que visam de certa forma o desenvolvimento sócio-económico das Zonas onde os mesmos estão inseridos.
Já agora aproveito para fazer referência a duas ou três questões que têm estado a ser le-

tidas. Falou-se, há pareo que deveria haver uma política produtiva profunda na área da Freguesia, evidentemente que eu conceito perfeitamente com isso, não conheça eu todos os interesses da Freguesia, o que é que a Freguesia especificamente necessita.

Só por vezes, como o senhor Presidente da Assembleia Municipal fez referência penso e muito bem, que há questões que nos ultrapassam, nós Autarquias Locais. As Câmaras Municipais têm as competências que têm, e as Juntas de Freguesia têm as competências que têm. E o Ministério da Educação tem as suas competências.

Deveria haver uma acção conjunta, mas a nível destes Orgãos, estamos a englobar o Centro Rural eu penso que não. O Centro Rural apresenta e está a elaborar um Plano Global de intervenção na área da Freguesia que depois vai a S. Vicente de Valongo e Santa Eulária de acordo com os interesses dos próprios Localidades, de acordo com os interesses dos pessoas que efectivamente apresentam Projectos de Intervenção e que para o efeito, devo dizer que foram feitas algumas reuniões conjuntas. Vou fazer referência a uma questão que me parece fundamental nesta altura, que tem que ver com aquilo que foi efectivamente a posição que o senhor Presidente da Câmara Municipal de Redondo, nessa Reunião, quando ele fez a apresentação. Eu aqui não estou de forma nenhuma por um lado a defender-lo, por outro lado a dizer que está bem, a integração do mesmo edifício de crianças com adultos, não é isso que eu estou a querer dizer.

Mas o que eu vou dizer é aquilo que o senhor Presidente da Câmara disse nessa Reunião em Montoito, uma Reunião pública em que estava muita gente, estavam os interessados naturalmente e os Candidatos a Projectos para o âmbito do Centro Rural.

Nessa fonte o senhor Presidente da Câmara apresentou esta intenção da Câmara quererem candidatar a recuperação deste edifício que tinham estes dois comparentes. A recuperação do Património Histórico que é também em Montoito e por outro lado o integrar neste mesmo edifício a Associações que necessitam mesmo de instalações próprias para sedes Sociais.

Quando fez a apresentação desta ideia, eu digo que era ideia, porque ele depois no fim pergunta: "Se havia nas pessoas que estavam presentes alguma discordância". Não houve ninguém que dissesse que não achava bem, ninguém disse que estaria mal a junção de crianças com adultos.

E, com base nessa intervenção dele e com base no facto de não haver nenhuma resposta a essa ideia que ele lançou, nós imediatamente a seguir candidatamos o edifício para recuperação. Posso dizer que o edifício foi englobado no Plano Geral de Intervenção, o edifício está em perfeitas condições de ser candidato e as obras começarem, inelusivamente, ainda dentro deste ano.

Posteriormente a isso, eu sei que a Associação Monte fez as reuniões que fez com a Aerijovem e se calhar com outras Associações, não sabemos neste momento, qual foi a posição dessas Associações, penso eu que deveríamos saber, na medida em que

tinha pedido á pessoa que está a coordenar o trabalho na Associação Monte que nos fizesse chegar toda essa informação. Até hoje, não chegou. Daí que estaríamos um pouco convictos de que efectivamente esta ideia teria sido aprovada como de certa forma foi nessa Reunião no Salão da Sociedade União Montoitense.

De qualquer forma o que ficou também falado com o responsável da Associação Monte com a pessoa que está a coordenar o Plano de intervenção e as Reuniões estão a ser efectuadas no Local.

Há pouco o Prof. Egídio disse que deveria haver Reuniões conjuntas.

Eu também as defendo.

Eu próprio, também estou inserido numa outra candidatura que é do Clube Desportivo de Montoito e não são tantas as Associações como isso. Nós por vezes comentamos esta ideia, de que deveria, efectivamente, de haver uma Reunião conjunta, em que estivessem Associações e também os representantes a nível de Orgãos Autarquicos, ao menos para tentarmos criar uma ideia diferente e tentarmos chegar a conclusões que pelos vistos através da forma como estão a ser feitas não há grande hipótese de chegarmos a esse consenso.

Ficou aberto, depois de ouvirmos qual foi a posição das Associações e relativamente a esta questão deste edifício de analizarmos novamente esta componente de transformação do edifício para Sedes Sociais. Podemos chegar a uma conclu-

são. A Acrijovem pelo Projecto que tem. Sei que é um Projecto importantissimo para o desenvolvimento daquela Freguesia, nas mais diversas áreas de intervenção que é o proposto não só no Ofício mas noutras comunicações que chegaram á Autarquia.

Se chegarmos a essa conclusão eu penso que já não acontece em relação ás outras Associações, porque o espaço que existe é mais que suficiente para as outras. Poderá não ser efectivamente para a Acrijovem. Mas também devo lembrar que tudo depende um pouco do Programa que fôr de facto feito para a utilização do edifício, pois o edifício tem nés do chão e 1º piso. A revisão do Projecto depende também um pouco do Programa que fôr feito para recuperação do edifício.

De qualquer forma a Acrijovem está a solicitar por um lado e com todo o direito naturalmente, enfim a sua pretensão, a Câmara face áquilo que tem acontecido e ao conhecimento que tem da realidade candidatou o edifício para a aprovação do Centro Rural.

Nada está fechado, penso que tudo está aberto para que possa haver diálogo.

Francisco Carriço – Já houve contactos com o Hospital por causa do problema da saúde, no Concelho?

Presidente da Assembleia – A Comissão já reuniu e iremos avançar com os trabalhos, vamos fazer uma Reunião com o responsável do Centro de Trabalhos e tentarmos saber o que se passa.

João Azaruja – O senhor Vereador Casimiro não foi directamente á minha questão. Se o Projecto

de Montoito e Aldeias limítrofes [illegible] projecto a integrar. De qualquer forma [illegible] que era um Projecto global, em minha opinião é um Projecto integrado.

Quando é um Projecto a integrar há [illegible] que são canalizados nesses Projectos integrados.

Se é um Projecto integrado as verbas são, em minha opinião, investidas em conjunto.

Vereador Casimiro – Naturalmente que estes Projectos são sempre integrados. Neste caso na minha opinião meramente pessoal eu devo dizer que sendo um Projecto integrado acaba por não ser. Penso que tem a ver um pouco com as fonças vivas com os futuros candidatos a Programas ou a Projectos no âmbito deste Centro Rural. Criou-se uma certa expectativa e depois uma certa apreensão.

Criou-se uma expectativa na medida em que toda a gente pensaria que ouvia-se falar em 300 mil contos em investimentos directos mas podem ser mais, na medida em que a própria gestão da Associação Monte pode e vai certamente endereçar alguns Projectos para outros Programas de Fundo Comunitário.

Tudo depende da iniciativa do querer e da vontade das pessoas.

Naquilo que eu conheço, há um conjunto vasto de um Projecto que foi apresentado no âmbito da agricultura, fez-se já referência e também dou a minha opinião porque é que foram apresentados tanto quanto sei e me é dado perceber, porque a Freguesia de Montoito é uma Freguesia, tal qual

como esta, mas por outras razões, porque tem perímetro de regra, e engloba uma parte da área Geográfica da Freguesia onde o Centro Rural está implantado e há uma bolsa onde apareceu um conjunto vasto de Projectos para investimento a chamada Zona das pequenas fazendas de Regadio entre Montoito e Aldeias de Montoito.

Só quero chegar aqui, para dizer em minha opinião porque é que é integrado não sendo integrado. Na falta de outros Projectos de desenvolvimento noutras áreas, também em minha opinião, meramente pessoal, deveriam ter aparecido e não apareceram, sei lá na área do artesanato poderia ter aparecido algum Projecto, não apareceu nenhum, na área da salsicharia e queijaria. Apareceram alguns mas para criação de pequenas fábricas o que está correcto, e aí também devo dizer que a Câmara Municipal, para de alguma forma viabilizar essas intenções, apresentou um Projecto que é a chamada Zona Oficinal de Montoito para instalações futuras de possíveis candidatos que eventualmente venham a ser financiados no âmbito deste Centro Rural.

Outras áreas houve que não apareceram e deveriam ter aparecido. Depende um pouco, também não direi da criatividade, mas das necessidades das pessoas residentes naquela área. Apareceram mais na área agrícola, pois há muitos pequenos agricultores e há pessoas que estão interessadas na melhoria do sistema de regra nas Zonas onde estão inseridas.

Face a este conjunto vasto de Projectos e quem está a fazer a Gestão do Centro Rural neste caso a Associação Monte imediatamente e automaticamente faz uma pré-selecção.

Segundo as informações que temos, pensamos que a agricultura vai ser uma área beneficiada, outras não tanto, por falta de Projectos, mas também tem que ver com a necessidade e criatividade das pessoas que residem naquela zona.

Egídio Santos – A Acrajovem também apresentou Projectos de Artesanato. O nosso Projecto não abrange só o Artesanato mas também o Sócio-Cultural.

Queria dizer que a Associação Monte estabeleceu nomeadamente como componente imperativa 160 mil contos para a agricultura.

Quando o senhor Vereador se lembrou de referir que deveria haver uma Associação de Desenvolvimento Local em Montoito e muito se podia ter feito e não se fez, e agora a solução está no senhor Presidente da Junta. Para resolver este impasse das Associações, penso que se deviam combinar as Associações interessadas e resolvermos em conjunto, estabelecerem as prioridades naquele espaço.

Presidente da Assembleia – Efectivamente, entendo que se deve estabelecer o diálogo com o Presidente da Junta de Freguesia e penso que a Câmara está a tentar isso e resolver o problema da melhor maneira.

Tenho, aqui outro Ofício da Colombófila Redondense. Diz que enviou um Ofício á Câmara em

Agosto de 1994 e eu gostaria de perguntar á Câmara se este Ofício teve alguma resposta, ou se houve algum contacto com a Sociedade no sentido de se resolver este problema.

Vereador Casimiro – Se faz referência que foi enviado o Ofício naturalmente que foi enviado. Penso que se prende um pouco com aquilo que tem estado a ser falado em função da necessidade de melhoramento das instalações, das Associações, neste caso é uma Associação que já existe, que tem instalação própria, está instalada no edifício da Câmara Municipal, no Matadouro, que por necessidade das suas actividades necessita de ampliações. Passava este assunto para o Vereador Recto, na medida em que não tenho muito conhecimento e não sei se efectivamente já foi estabelecido algum contacto directo ou pessoal com o Vereador Recto ou com o Presidente da Câmara.

Vereador Recto – Esta situação prende-se um bocado com a situação de Montoito. É um edifício da Câmara que já tem alguns anos, edifício do Matadouro onde estão instalados os Colombófilos, mas não só, há outras Associações que estão instaladas no mesmo edifício.

Não sei se o Ofício data dessa altura, mas se a Direcção o diz é porque é verdade. Sei que foi-lhe dada uma explicação. Ao tapar o pátio que eles pedem ficam o resto dos compartimentos interiores.

Isto é um bocado complicado e não vai resolver o problema. E, posterior a essa data do Ofício foram feitas algumas obras de adaptação, nunca se tapou o pátio. Pensamos que aquele edifício re-

quer um Projecto, outro tipo de aproveitamento, isto para quem não conhece, ainda continua a [illegible] dos Borregos, dos Porcos, das Galinhas, necessita sim de um Projecto que venha a estruturar todo o edifício e que venha a estruturar todo o edifício e que venha a criar condições aos Columbófilos, que também sou da opinião deles, as condições que têm são insuficientes.

Foi isto que lhe foi transmitido na altura, ainda não houve oportunidade para pegar no edifício, da parte da Câmara, assim que houver concerteza que nós faremos as obras necessárias.

Victor Quadrado – Vou falar mais uma vez no Largo Novo Redondo e lembrar que continua tapada a Placa que lá está e não se vê o nome da Rua. Devia baixar-se um pouco a Placa.

Vereador Casimiro – Já tomei nota e segunda-feira vamos verificar e proceder ao baixamento da Placa.

Isidoro de Almeida – Há pombais dentro da vila, não haverá possibilidades de localizar esses pombais num só local que a Câmara tenha, em vez de estarem dispersos pela vila?

Não sei se a Câmara vai ou não, tinha-se falado há algum tempo, pavimentar o espaço ou ruas no Cemitério de Redondo.

Vereador Recto – Em relação aos pombais o espaço destinado era aquele que está por detrás das Escolas onde está instalada a antena TMN.

Há bastantes anos houve uma tentativa de criar um espaço só para os Columbófilos.

Reuniu com eles, só um é que queria, o resto não. Não houve acordo entre eles.

Em relação á Pavimentação do Cemitério foi eu que me esqueci na informação na listagem das obras, porque os primeiros quarteirões a contar do fundo do Cemitério para cima já estão todos pavimentados.

José Portel – Queria colocar duas questões que foram levantadas ontem na Assembleia de Freguesia. Primeira: Foram construidos uns Sanitários em Santa Suzana junto á Escola e as pessoas queixam-se que não têm electrificação.

Por outro lado, também foi colocada a questão pela mesma pessoa, se seria possível colocarem Bandas Sonoras á entrada e á saída de Santa Suzana.

A segunda questão tem a ver com o local do Freixo, este assunto até já tinha sido levantado pelo proprietário do Terreno, o senhor João Perdigão, quando da inauguração do Posto Médico, dizia ele que já tinha falado com o Vereador Recto sobre a hipótese de ele dar um bocado de terreno naquela estrada para tirar uma curva da estrada que liga o muro do Monte dos Graios com o Cemitério.

Efectivamente aquela estrada é estreita e tem algumas curvas e naturalmente seria uma boa ocasião.

Por outro lado queria chamar a atenção dos responsáveis pela Câmara quanto á limpeza das ruas de Redondo, penso que a limpeza não tem sido ideal, vejo muitos papéis, muita coisa por

essas duas forças. Também sei que há dificuldade em arranjar pessoal. Mas há muitos pormenores que passam pela nossa terra e acho que devia ter outro aspecto.

Uma outra situação que foi posta por um Munícipe de Pedondo, há duas ou três semanas, após o falecimento de uma pessoa aqui, pretendia contactar o coveiro, não estava, claro que era um Domingo, não havia chave da Casa Mortuária disponível e a pessoa viu-se perdida e queria apresentar o caso na Assembleia Municipal e estava a pensar escrever uma Carta para a Câmara. Gostava de saber se essa Carta já chegou, se já foi tomada alguma deliberação.

Vereador Carrinho - Relativamente às Bandas Sonoras, estava agora a dizer o Vereador Recto, que é altura de nós pensarmos nisso na medida em que já tinha vindo a esta Assembleia Municipal, fazer sentir a necessidade das Bandas Sonoras em Aldeias de Montoito. Na altura não foram colocadas.

Há bem pouco tempo, uma outra pessoa fez-me referência a essas Bandas Sonoras, estou a ver que também há necessidade das Bandas Sonoras em Santa Suzana, e aqui penso que talvez também em minha opinião com mais justificação porque a via que atravessa Santa Suzana passa pela Escola Primária, portanto é mais um motivo para que possa haver uma reflexão sobre esta questão das Bandas Sonoras e penso que deveríamos pensar seriamente nesta questão, não só em Santa Suzana mas onde efectivamente se justificar no atravessamento de mais algumas Localidades.

Temos mais algumas com Escola Primária que são atravessados com estradas Nacionais, inclusivamente Santa Suzana é uma estrada Municipal, mas por exemplo Aldeia da Serra tem Escola Primária que é atravessada pela estrada Nacional, bem sei que aí temos que fazer o contacto com a Junta Autónoma de Estradas, nas Freguesias existe a mesma situação e nas outras Localidades é mais da competência da Autarquia, na medida em que fica registado, vamos pensar então onde é que efectivamente se justifica a colocação de Bandas Sonoras.

Vereador Recto - A electrificação das Casas de Banho de Santa Suzana está pedido à EDP. Todas as Casas de Banho públicas pedimos à EDP para colocar uma baixada e ficam ligadas à iluminação pública.

Não são só as Casas de Banho de Santa Suzana, são uma série de Pontos de Luz que estão pedidos já há bastante tempo e não têm sido colocados. Fizemos já uma versão à EDP e aquilo que nos dizem é que os pedidos são muitos e não têm pessoal para dar resposta tão breve quanto possível.

Nomeadamente no Freixo a estrada que dá acesso às Escolas, há uma proposta do senhor José, que requer uma discussão devidamente orçamentada a nível de Câmara.

Porque não é só demolir a parede por demolir, têm que se criar muros de suporte e criam uma vedação, isto trás alguns encargos. Já há

alguns contactos para ver se apresentam Orçamentos para a demolição e alargamento da estrada, estamos a aguardar os Orçamentos. Disso o senhor João já sabe para depois a Câmara tomar uma decisão. Todos estamos de acordo que a estrada é bastante estreita, mas temos que ponderar o custo daquele alargamento. Tanto pode alargar para o lado direito, como para o lado esquerdo.

Para o lado direito entraremos com os terrenos do senhor João, para o lado esquerdo com o Monte dos Gaios. É uma questão de Orçamento, para depois se poder tomar uma decisão.

A limpeza do Redondo, nesta altura, agrava-se sempre, é sempre o velho problema das férias. Isto tem-se agravado este mês, vamos tomar medidas. Ainda hoje estive reunido com o encarregado para encontrarmos soluções. Nesta altura agrava-se sempre.

A chave da Casa Mortuária, essa senhora da Agência já escreveu á Câmara. Já mereceu uma apreciação da nossa parte, temos que encontrar soluções porque entendemos que a solução mais correcta não é entregar uma chave da Casa Mortuária ás Agências Funerárias. E os funerais que vêm de Évora que são feitos pelo Pestana?

Também lhe vamos dar uma chave?

Vamos encontrar uma solução que satisfaça as Agências, sem que seja entregue a chave, porque entendamos que não é a forma mais correcta de resolver este problema.

Elias António — Por falar em Casa Mortuária, está ali um Parque para estacionamento de carros como nós sabemos. As pessoas estacionam os carros de qualquer maneira. Talvez se o Parque tivesse uns sinais indicando a entrada e a saída penso que melhorava.

Vereador Recto — Na informação que damos neste quadro onde estão os Projectos, temos um que diz "Projecto da Zona envolvente do Castelo". A Zona envolvente do Castelo vai desde a Praça D. Dinis, Rua dos Curtidos e vai até ao Cemitério passando pelo Poço Velho. Acho que a sua sugestão tem toda a razão de existir, realmente é como o senhor diz, e neste período de Verão ainda é pior, naquela parte há árvores e as pessoas procuram as sombras para estacionarem os carros e cortam o acesso do Parque que foi criado á Casa Mortuária.

Penso que depois de elaborado o Projecto que aquilo não irá ficar assim, conseguimos aí sim disciplinar, porque agora é um bocado difícil disciplinar a arrumação nas alturas dos Funerais.

Egídio Santos — Agradecia um esclarecimento. Pedi um Parecer á Câmara Municipal sobre a instalação de uma Fábrica em Montoito. Desde Dezembro que estou a fazer Ofícios. O senhor Presidente transmitiu-me que tinha despachado para o Senr. Arquitecto. Já lá vão dois meses e ainda não tive resposta. O Parecer era da Zona Indústrial Urbanizada dos Pavilhões da EPAC.

Era para apresentar o Projecto, mas só o podia apresentar com base no Parecer da Câma-

ra Municipal.
Penso que é suficiente 15 dias para responder a qualquer Ofício que se faça á Câmara se alfonar, ou se viermos falar as coisas resolvem-se depressa, se fazemos Ofícios não estamos resposta.
Outro esclarecimento em relação ao que se passa em Montoito com as águas. Ainda ontem, houve um rebentamento da conduta e esteve 24 horas a deitar água. Não há semana nenhuma que não haja rebentamentos de conduta em Montoito.
Vereador Casimiro – Relativamente á primeira questão aquilo que eu me apercebi foi que fez um pedido de viabilidade para instalação de uma fábrica, só deixo esta pergunta:
– Esse pedido de viabilidade foi localizado, onde é que iria ser construido? Nos Pavilhões da EPAC?
Egídio Santos – Havia três hipóteses: Uma na Zona Indústrial que não está feita, essa foi posta de parte. Então fomos para os Pavilhões da EPAC e já em Dezembro falei nisso.
Vereador Casimiro – Inclusivamente da Câmara ter que responder e aí estamos completamente de acordo, porque em toda e qualquer situação a Câmara deveria responder.
Quanto ao pedido e eu faço esta pergunta, por várias razões, e uma delas eu não sabia, aliás tinha a ideia de que os Pavilhões da EPAC não estavam á venda.
Egídio Santos – Foram postos á venda á cerca de 12 dias.
Vereador Casimiro – Mas o pedido foi feito em Dezembro?
Egídio Santos – Ainda não se pensava nisso.
Vereador Casimiro – Por isso é que eu faço a pergunta, se efectivamente o pedido foi para uma determinada localização ou não?
Isso tem que ver com o seguinte: os Pavilhões da EPAC nós sabíamos aqui perfeitamente se foram postos há quinze dias, essa informação não temos, mas sabíamos que não estavam á venda e que não era intenção os senhores da EPAC colocarem aqueles Pavilhões á venda, eu devo dizer-lhe que isso foi-me transmitido pessoalmente a mim, por um dos senhores da EPAC.
Egídio Santos – Isto passa-se há cerca de dois meses.
Vereador Casimiro – Quanto ao pedido de viabilidade, em si, eu não conheço exactamente o teor do Ofício e se o senhor Prof. Egídio está a dizer que o senhor Presidente lhe transmitiu de que teria enviado para apreciação do Gabinete Técnico, portanto o senhor Arquitecto, naturalmente que o fez. E, se efectivamente havia mais do que uma localização a ser pedida para instalar essa unidade, certamente teria mais dificuldade em termos de análise.
De qualquer forma não estou com isto a querer desculpar o Gabinete Técnico da Câmara, apenas quero dizer que, penso eu que tem que ver com o facto e todos nós sabemos e mui-

to mais nós que estamos na Câmara, de querermos candidatar a chamada Zona Industrial - o termo é Zona Oficinal, mas o termo mais conhecido e para nós nos podermos situar é Zona Industrial, de que essa obra seria candidata do Centro Rural conforme foi, e vai ser aprovada e ser executada, pensamos que a partir de próximo mês de Outubro, Novembro, pelo menos temos essa confirmação.

Um pedido de viabilidade para uma unidade dessa natureza, naturalmente que deverá ser endereçada para a Zona que se pretende dar apoio a esse tipo de actividade. Certamente que não direi que está pendente, na medida em que eu não conheço o Processo, mas certamente que isso está a ser analizado por quem deve dar o Parecer que é o Arquitecto João Paulo. De qualquer forma, como disse essa resposta podia ter chegado ao seu conhecimento, dizendo simplesmente que o Processo está a ser analizado que haveria outras hipóteses de ser implantado na Zona Industrial, na medida em que nós encomendamos um Projecto, inclusivamente de alteração da Zona Industrial. Todos nós sabemos quem vive naquela Zona de que os Lotes existentes estavam todos vendidos e que em função de um Programa desta Natureza do âmbito do Centro Rural, de que tinhamos uma Zona Industrial onde não havia Lotes disponíveis e se nós queriamos candidatar essa Zona para financiamento do Centro Rural não faria sentido. Por isso pedimos um Projecto que o temos em nosso poder, foi entregue à Associação Monte para candidatura quando contempla uma ampliação da Zona Industrial. Eu penso que com isso o seu pedido de viabilidade será certamente endereçado para aí, porque há um conjunto de Lotes que estão contruidos e vão ser infraestruturados, pensamos que a partir de Novembro segundo indicações que temos em termos de financiamento que está mais ou menos certo em termos de indicação que nos foi dada pela Associação Monte.

De qualquer forma, vamos ver o que é que se passa com esse pedido, se está pendente, se não está para que no mínimo possa haver este tipo de resposta.

Egídio Santos - Na Secção de Obras não sabem em que ponto está o Parecer do Arquitecto.

Vereador Casimiro - Vamos ver o que se passa. Só dizer isto: Há esta semana me apareceu uma pessoa de Montoito, tem que ver com questões de financiamento, tem muita urgência, está numa fase mais adiantada. Tem os Projectos aprovados no FEDAP, precisa de uma certa documentação da Câmara que pediu e estamos a ver se vamos dar uma resposta tão breve quanto possível.

Quanto aos rebentamentos da conduta em Montoito, efectivamente e infelizmente acontecem com alguma frequência. Infelizmente porque a rede quando foi construida, e nós, hoje em dia pensamos que há uma deficiência no material que foi aplicado. Foi aplicado há muitos anos, essa defi-

ciência estava a nível dos juntos de condutas. São juntos que foram negligenciados, hoje qualquer deslocação do terreno é suficiente para fazer com que haja rebentamentos. Todos os rebentamentos se verificam, exactamente nesse ponto. Nós estamos a ver, já temos duas ou três zonas feitas.

Aquela obra em termos de condutas está devidamente seccionada, ela tem aquilo que chamamos as torneiras de seccionamento em todos os entroncamentos. Se elas funcionassem nós tinhamos o problema resolvido fechavamos rua á rua, elas não funcionaram. Temos que são torneiras muito antigas que nos trazem esse tipo de dificuldade mesmo em termos de manutenção da rua. Há meses que não há um rebentamento, mas quando acontece a rede tem que ser fechada quase na generalidade, e assim toda a rede acaba por absorver ar, esse ar não sai devidamente quando o rebentamento é arranjado, a água entra no depósito depois há o chamado golpe de aríete que haja esse rebentamento passado um dia ou dois há outro. Hoje, houve o arranjo de um, penso que amanhã ou Domingo deve haver outro, isto é já prática corrente. Nós neste caso, temos o pessoal preparado, sempre que haja um rebentamento para estar lá.

João Azenha – Há algumas Assembleias Municipais perguntei ao senhor Vereador Casimiro se havia algum levantamento do Património da Igreja de Santo António. Ele disse-me que havia esse levantamento. Na última Assembleia Municipal eu pedi como membro que me fosse enviado fotocópia desse levantamento. Senhor Vereador Casimiro estou á espera.

Vereador Casimiro – No dia imediatamente a seguir á Assembleia Municipal foi transmitido para fazerem chegar uma fotocópia desse levantamento. Faço fé nas suas palavras e amanhã estou com a pessoa responsável por isso, vou fazer essa conversa e lembrá-la para dar cumprimento ao pedido.

Presidente da Assembleia – Vou ler um Ofício da Câmara Municipal de Redondo, do seguinte teor: "Para os devidos e legais efeitos junto envio a V. Exª cópia da parte da acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal realizada em 25 do corrente, a qual aprovou o Lançamento da Derrama, Contribuição Autárquica e Identificação Toponímica da Tapada Municipal".

DERRAMA

Elias António – Sobre este Imposto, julgo eu, que vai dar mais possibilidades e desafogo ás Câmaras, mas por outro lado é mais um encargo para os munícipes.

Victor Quadrado – Estive a ler este Documento de Derrama, e vem todos os anos á Assembleia Municipal e está aprovado pela Câmara, eu penso que isto não vai trazer mais encargos a nós. É preciso que nós paguemos ás Finanças para vir para a Câmara.

É a Taxa da Contribuição Autárquica também é insignificante.

A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade e em minuta o Lançamento da derrama de 10% sobre o rendimento dos pessoas colectivos.

CONTRIBUIÇÃO AUTARQUICA

A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade e em minuta o Lançamento da Taxa da Contribuição Autarquica para prédios Urbanos de 1,0%.

IDENTIFICAÇÃO TOPONÍMICA DA TAPADA MUNICIPAL

João Azarwja – Esta questão foi discutida em conjunto pelo senhor Vereador Casimiro, senhor José Portel e eu próprio, mas isso não me inibe de fazer um comentário que é o seguinte:

– Enquanto membro de uma força partidária desta Assembleia Municipal, na minha opinião meramente pessoal penso que nas Ruas não se devem colocar nomes de pessoas ligadas á vida partidária. Devem colocar-se nomes de pessoas que tiveram uma actividade, aqui no Redondo, Alentejo, a favor do Redondo e aqui nascidos, independentemente da importância que o senhor Dinis Miranda possa ter tido, a Câmara de Évora avançou com uma proposta e o seu nome já está numa Avenida. A sede do Concelho avançou com o nome desse senhor. Penso que na Freguesia onde ele nasceu deveria estar uma Rua com o nome do senhor Dinis Miranda, embora eu tenha dito no princípio que não devia estar nas ruas nomes de pessoas directas ao

Partido. Respeito a opinião das outras pessoas.

Vereador Casimiro – A Câmara Municipal pensou de uma vez por todas fazer a Toponímica da Tapada Municipal. Pensámos convidar algumas pessoas para fazerem parte de uma Comissão, como o Dr. Azarwja já fez referência, fui eu pela Câmara Municipal, Dr. Azarwja e o Presidente da Junta de Freguesia de Redondo.

Digamos que houve da parte de cada um de nós, a apresentação de um conjunto de nomes que nos parecia a nós, merecerem enfim, que constassem que acabassem por ir dar o nome a Ruas na Zona da Tapada Municipal.

Cada um de nós apresentou os nomes que na altura nos veio á ideia, cada um por si, certamente terá um critério, e desse conjunto de nomes nós chegámos a este trabalho final.

Penso que houve unanimidade, embora faça referência aquilo que o Dr. Azarwja disse, que não gostaria de ver politizada esta questão. De qualquer forma o nome "Dinis Miranda" também aparece mais por ter sido, Presidente da Assembleia Municipal e nesse sentido é que aparece o seu nome contemplado na Zona da Tapada Municipal. Porque se assim não fosse certamente que haveria um conjunto mais vasto de nomes de pessoas que foram ilustres políticos e algumas delas, pessoas de Redondo, mas encontrámos que não deviamos politizar muito esta questão.

João Azarwja – Sim, houve unanimidade, mas de qualquer maneira, acho que a Freguesia de Mon-

feito devia homenagear o senhor Dinis Miranda.
José Portel – Houve uma pessoa que recebeu carta Rua posta "Rua Timor Leste" e que não recebeu carta. No caso concreto foi a Mónica, a recepcionista dos Foios. Ela disse-me que todos os vizinhos tinham recebido carta menos ela. Se foi Lapso não sei. Se todos eles receberam carta em relação á Rua menos ela.
Vereador Casimiro – Não sei se o José Portel se recorda, nós na altura deixamos duas Ruas, porque chegamos também a uma conclusão. Não é muito fácil por vezes nós arranjarmos nomes com alguma dignidade e por vezes tendo em conta a centeta de cada Rua. Nós temos aqui uma Rua que não tem frente de casa nenhuma. Estar a atribuir o nome de uma pessoa ilustre a essa Rua não faria sentido. E deixamos essa Rua, que é uma Rua muito pequena, tem cerca de seis frentes, seis habitantes.
Nós fizemos depois auscultação ás pessoas da zona do Baixo. Foram enviados esses sugestões ás pessoas para se pronunciarem durante o determinado período de tempo. Acabou, apenas por haver uma delas que fez sentir que gostaria que fosse atribuido á Rua dela o nome de Timor Leste, quando por Lapso a pessoa mora na Rua Florbela Espanca e foi-lhe entregue na Rua do Almagre, por Lapso.
Ela viu que havia qualquer erro, a rua dela não era a Rua do Almagre, mas sim Rua Florbela Espanca, então mandou um Ofício dizendo que gostaria que a Rua dela fosse Timor Leste. Daí o facto de nós termos atribuido Rua Timor Leste a essa pequena Rua, que fica lá no Topo.
Orlando Ambrózio – Queria informar que foi aprovado na Reunião da Assembleia de Freguesia de Fontoito que iria ser posto um busto de "Dinis Miranda" na Praça dos Laranjeiros. Efectivamente quando contactei o senhor que está a fazer o busto, ele dispôs-se em fazê-lo e daí que nós fizemos os possíveis por fazer essa homenagem ao Dinis Miranda, o projecto está feito.
A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade e em minuta a Identificação Toponímica da Tapada Municipal conforme planta anexa.
Presidente da Assembleia – Foi também enviado a esta Assembleia um documento relacionado com Loteamento no Freixo. Punha á consideração desta Assembleia se concordam que este documento seja discutido e votado nesta Assembleia e pedia ao Secretário que lesse este documento.
João Azaruja – Será algum documento prioritário de grande urgência ser analizado?
Vereador Recto – Aquilo que ali está, parecem muitas folhas porque tem o Regulamento Técnico. É um Loteamento que vem á Assembleia Municipal sobre o Regulamento Técnico para a construção.
O que me parecia, aqui, mais importante será o Regulamento da Atribuição dos Lotes, isso, penso que é só uma folha e o custo dos Lotes.
Presidente da Assembleia – Serão foi distribuido aos elementos, esta Assembleia Municipal não pode pronunciar-se, convictamente sobre aquilo

que está no papel. Por isso pôs claramente o problema á Assembleia. Portanto vou pedir ao senhor Caetano Carriço que leia este Documento e os senhores membros, depois da leitura dirão o não se deverão efectivamente discutir e aprovar este Documento.

Caetano Carriço – Gostaria que fosse discutido e aprovado, e que toda a gente tivesse tido, isto é urgente na medida em que até por questões de interesse na localidade ou seja no Freixo, há todo o interesse que isto seja resolvido. É ducto haver Capso na questão da entrega do documento, mas isto também não tem assim muitos pormenores, é mais a questão técnica, confrontações, medidas: Penso que depois deria ser enviado fotocópia a cada membro. É minha opinião, Penso que é urgente aprovarmos o Documento.

Presidente da Assembleia – Devo dizer que só para esta questão, porque desde o princípio gosto dos assuntos com clareza, esta é a minha forma de estar, e por conseguinte qualquer Documento que venha para esta Mesa da Assembleia, deve ser distribuido pelos membros para ser analizado com tempo e atempadamente para se poderem pronunciar. Não quero que digam que eu ou a Mesa está a aprovar o Documento.

Caetano Carriço – Vou ler o Documento sobre o Zoteamento do Freixo.

João Azarwja – Os compradores têm o prazo de três anos para construir, senão construirem reverte a favor da Câmara Municipal.

Vereador Casimiro – Sim.

João Azarwja – Agradecia que depois fosse enviado fotocópia do Documento sobre o Zoteamento do Freixo.

Vereador Recto – Vai apenso á acta, fotocópia do referido Documento.

A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade e em minuta o Zoteamento do Freixo.

Período Reservado á Assistência:

A senhora Joseja Ramalhosa, Francisco Joaquim Rosa Inácio e José Tomé Magarreiro Ferreira apresentam queixa do senhor Dionízio Patinha porque ele vedou as suas terras, e desta maneira vedou também os caminhos que dão acesso ás suas propriedades.

Vereador Casimiro – Não conheço muito bem o processo, mas creio que o senhor Presidente já esteve no Local e que esse assunto está entregue á Jurista.

E não havendo mais nada a tratar o senhor Presidente deu por encerrada a Reunião.

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE REDONDO REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 1997.

Aos vinte seis dias do mês de Setembro de 1997, pelas vinte horas, na Sala das Sessões do edifício dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Redondo, para discutir a seguinte ordem de trabalhos:

1- Actividade da Câmara;-Assuntos Gerais

do Concelho
Estiveram presentes:
Presidente: João Aleixo Branco
1º Secretário: Caetano Venâncio Gato Caeiro
2º Secretário: Domingos Alberto Saraiva Soares
Compareceram os seguintes membros:
António Alves Garcia; Élio José António; Victor Joaquim da Silva Quadrado; Emília Chicau Martins dos Santos Calixto; Francisco António Caeiro; José Joaquim Matacoto Siqueique; Manuel Luís Nunes Gomes; João Sebastião Cardoso Aranjo; Manuel Balbino Garcia Branco; Faustino Manuel Salvador Jeremias; Egídio Manuel Tiago dos Santos; Isidoro Francisco Leal de Almeida; José Manuel Mendes Portela
Justificou a falta o senhor membro:
Orlando José Ambrósio Sajara
Verificando que havia quórum, o Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão e antes da ordem do dia e conforme o Regimento da Assembleia, apresentou a seguinte proposta:
"Proponho à consideração dos senhores a dispensa da leitura do Expediente presente na mesa da Assembleia, estando, como é óbvio, à disposição dos senhores membros".
Os senhores membros aprovaram por unanimidade a dispensa da leitura do Expediente presente na Reunião.
Expediente:
— Ofício da Câmara Municipal de Redondo submetendo à aprovação da Assembleia o "Nome de Rua Toponímica" em Montoito.
— Carta de Orlando José Ambrósio Sajara informando que não pode estar presente na reunião de 20 de Setembro de 1997, pelo que solicita a justificação da falta.
— Ofício do Secretário Geral da Associação de Municípios Portugueses enviando documentos sobre o assunto: "Acções Prioritárias de Informação": Prioridade aos Cidadãos", Euro - uma Moeda para a Europa e "Construamos a Europa juntos".
— Ofício do Secretário Geral da Associação Nacional de Municípios enviando um exemplar do Catálogo da Exposição Nacional de Municípios, relativo aos 20 anos de Poder Local Democrático.
— Ofício do Gabinete de Comunicação Social da Associação Nacional de Municípios Portugueses, enviando um exemplar do Boletim ANMP referente ao mês de Maio de 1997.
— Ofício do Secretário Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses enviando a Lista dos trabalhos premiados pelo Júri Nacional referente ao "Concurso de Texto e Desenho" 20 anos de Poder Local Democrático".
— Ofício do Secretário Geral da Associação Nacional de Municípios comunicando os novos números de Telefone e Fax da Delegação da ANMP.
— Ofício da Sociedade Filarmónica Municipal Recondense enviando convite para assistir às comemorações do 70º Aniversário que se celebra em 20 de Setembro de 1997.
— Ofício do Presidente da Comissão de Administração do Território, Poder Local, Equipamento Social e Ambiente, enviando uma brochura do Relatório

Parecer relativo à Consulta Pública sobre a Regionalização.
Aprovação da Acta – A Acta da Reunião Ordinária realizada em 27 de Junho de 1997 foi aprovada por unanimidade.
1- Actividade da Câmara
Informação à Assembleia Municipal
* Arruamentos
Arranjo de Seixos; Conservação de Caminhos; Abertura de Valetas; Pavimentação de Ruas (Redondo e Montoito); Arranjo de Ruas na Serra d'Ossa
* Infraestruturas
Tapada Municipal; Prolongamento da Rede de Águas; Zona Industrial de Redondo; Parque de Feiras e Exposições
* Apoio aos Munícipes
Programa Casa Caiada (Idosos e Necessitados); Arranjo de Telhados (Idosos e Necessitados)
* Obras
Centro de Reformados das Aldeias de Montoito; Arranjo de Largos em Montoito e Redondo; Museu do Vinho; Pavilhão Polidesportivo junto às Piscinas; ETAR Zona 2; ETAR Zona 3; Ampliação da Estação de Tratamento de Água da Vigia; Centro de Artes e Ofícios (Castelo); Alargamento e Repavimentação da Estrada de Baixo das Fontes Seca; Arranjo do Campo de Futebol de Montoito; Arranjo da Zona do Rossio em Montoito; Remodelação do Edifício da Tele-Escola em Montoito; Balneário de Apoio ao Campo de Futebol de Aldeias de Montoito; Iluminação Pública entre Montoito e Aldeias de Montoito; Projecto do Mercado Municipal; Projecto do Pavilhão Gimnodesportivo (Concurso Público desde 04/06/97); Projecto da Piscina Coberta (Concurso Público); Projecto do Tanque de Saltos; Projecto da ETAR de Montoito; Projecto de Infraestruturas (Zona Industrial Montoito); Projecto de Arranjo da Zona Envolvente ao Castelo; Projecto para a Cobertura do Polidesportivo de Montoito; Projecto de Zoneamento Urbano (Feixo); Zona Portuária de Stª Susana; Zona Verde junto ao Polidesportivo de Stª Susana; Balneário de Apoio ao Polidesportivo de Stª Susana.
Actividades dos Serviços Sócio-Culturais
Julho a Setembro de 1997
Organização e realização dos Festas Populares de Agosto/97 e apoio às Ruas Floridas; Montagem de duas peças de Teatro estreadas nas Festas Populares; Conclusão da Carta Arqueológica do Concelho; Apoio à realização da Semana da Juventude; Assinatura do Protocolo entre a Autarquia e a Associação de Escolas da Freguesia de Redondo; Elaboração do Projecto da Oficina da Criança para o ano lectivo 1997/98; Apoio, em material, aos Jardins de Infância; Apoio às cantinas escolares; Apoio aos transportes escolares; Preparação do Plano de Actividades dos Serviços; V Olimpíadas Populares - final distrital de futebol 5 sénior em Montoito; Férias Desportivas para jovens dos 6 aos 12 anos; Acolhimento de um grupo de jovens italianos; Realização da Noite Radical na Praça da República; Participação no Festival de encerramento das 5as Olimpíadas em Vendas Novas; Apoio ao passeio Motard

realizado nas Festas Populares
Egídio Santos – Actividades dos Serviços Sócio-culturais, onde diz "Assinatura do Protocolo entre a Autarquia e a Associação de Escolas" abrange também Montoito?

Nós em Montoito propusemos á Autarquia um Protocolo em relação á Associação de Escolas da Freguesia de Montoito.
Presidente da Câmara – O que está aqui é o Protocolo que foi assinado entre a Autarquia e a Associação de Escolas da Freguesia de Redondo. (Escolas 1º Ciclo e Dr. Hermâni Cidade).
Egídio Santos – Nós propusemos também uma Proposta de Protocolo e até agora ainda não recebemos resposta.
Presidente da Câmara – São coisas diferentes. Este Protocolo é diferente do Protocolo que foi proposto e a que o Sr. Professor Egídio se está a referir.

Este Protocolo tem a ver com a participação dos alunos do 4º Ano Lectivo das Escolas do 1º Ciclo de acordo com as disponibilidades de transporte que há. É um Processo diferente daquele que foi apresentado pela Associação de Escolas de Montoito.

Agora estamos a discutir aquilo que foi feito neste período e informar em relação às Escolas da Freguesia de Redondo do 1º Ciclo com a Escola Dr. Hermâni Cidade este tipo de colaboração. O Protocolo foi assinado durante este período.

O Senhor Professor Egídio diz que não recebeu respostas. Houve respostas em relação a alguns dos propostos. Agora se as respostas por serem negativas, são consideradas não respostas por não haver possibilidade, pode ser essa a sua interpretação.
Egídio Santos – Julgo que houve tempo suficiente para dar uma resposta. Nós não pedimos nada de extraordinário, nem sequer solicitávamos transportes. Nós só pedíamos colaboração nas actividades desportivas.

A nossa Associação de Escolas funciona já há muitos anos. Foi a primeira a nível Nacional, a ter a mudança para o 1º Ciclo.
Presidente da Câmara – Nós estamos a discutir uma questão fora do contexto da actividade da Câmara, mas de qualquer forma só gostava de perguntar se as actividades que têm sido desenvolvidas nas escolas do 1º Ciclo em Montoito não têm tido o apoio da Câmara?
Egídio Santos – Eu estou a falar da Proposta de Protocolo que fizemos em Junho e que não obtivemos resposta.
Presidente da Câmara – A Proposta a que o Snr. Professor Egídio se refere implica investimentos e equipamentos. Não é uma Proposta de apoio ás actividades sem necessidades de investimentos e equipamentos. Não é uma Proposta de apoio ás actividades sem necessidades de investimentos e equipamentos. Tanto que este Protocolo que foi estabelecido e que está aqui, tem apenas a ver e tão só com o transporte, dado que não é mais do que assegurar a ida dos miúdos do 4º Ano - 1º Ciclo á Escola 3 2, 3 e aí têm um dia por semana, fazem um esquema rotativo com três ou quatro actividades em que a própria escola 3 2, 3 Dr. Hermâni Cidade

requereu ao Ministério professores para darem esse tipo de aulas e dar esse tipo de acompanhamento a esses alunos. Estamos a falar de coisas diferentes.

O Snr. Professor Egídio sabe perfeitamente que a sua proposta engloba a alteração no horário da Tele-Escola. Esta alteração de horário implica o fornecimento de refeições dos alunos da Tele-Escola e por consequência todos os alunos no Jardim de Infância.

Implica, portanto que a Cantina que existe em Montoito não possa satisfazer com tanta capacidade as refeições. Eu próprio já pus questão: "Se assegurarem que os alunos da Tele-Escola por força da alteração do horário são efectivamente só os necessitados e não acontecer, depois, por comodidade todos querem usar a cantina, então podemos encarar essa hipótese. Mas isso ninguém quer garantir, que serão apenas os carenciados que se têm de deslocar.

Neste momento estamos num Processo de transferência de competência do Ministério de Educação para as Autarquias. Estamos em plena fase de negociações, algumas delas já foram acordadas e esperamos, agora, que a Lei de finanças locais, da parte financeira da transferência de competências seja resolvida e então aí, se houver acordo, estamos cá para colaborar.

Agora estamos a assumir responsabilidades que não são nossas aí não assumimos.

Egídio Santos – A nossa Proposta de Protocolo não tem nenhuma alteração de horário da Tele-Escola. É a impressão sua. Mas já que falou nisso, a Cantina tem a função de dar almoços às crianças que se deslocam.

Presidente da Assembleia – Desculpe. Senhor Professor, não estamos a discutir a actividade da Câmara. No ponto 2 o senhor pode colocar as questões que quizer.

Algum dos senhores membros quer fazer perguntas sobre a Actividade da Câmara?

José Pontel – Gostaria que o senhor Presidente ou os senhores Vereadores dessem um esclarecimento sobre o Pavilhão Polidesportivo junto às Piscinas.

O Projecto do Mercado Municipal está concluido ou qual a fase em que está neste momento?

O Projecto do Pavilhão Gimnodesportivo (Concurso Público desde 4 de Junho de 1997) em que fase se encontra o Concurso?

O Projecto de Arranjo da Zona Envolvente ao Castelo, já foi falado, aqui, na última Assembleia, eu gostaria de saber se já há algum trabalho feito ou apenas se neste momento está a iniciar-se?

Finalmente, uma pequena observação na actividade dos Serviços Sócio-Culturais onde diz: "Realização da Noite Radical na Praça da República" dizer que isto foi uma actividade conjunta entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Redondo.

Presidente da Câmara – Em relação ao Polidesportivo junto às Piscinas, é uma obra que está programada fazer juntamente com a obra das Piscinas Cobertas. Como sabem, a Assembleia foi informada na altura. Houve um problema

com o Visto do Tribunal de Contas [illegible] ao primeiro Concurso e [illegible]

Abriu-se novo Concurso [illegible] estamos a tratar do Contracto [illegible]

As obras da Piscina Coberta [illegible] no âmbito do Programa de Miniturismo e Recreação e no âmbito do Programa [illegible] nal Regional e a partir daí [illegible] executadas.

Em relação ao Projecto [illegible] pal fez-se o Estudo Prévio [illegible] Projecto por considerarmos que [illegible] tário e neste momento temos [illegible] digamos uma obra prioritária, construir o novo Mercado ou recuperar o actual em melhores condições.

Isto tem a ver com a maior ou menor utilização dos Mercados, com o aparecimento das grandes Superfícies. Cada vez há, infelizmente menor número de utentes de Mercado e por isso neste momento está como Estudo Prévio.

Em relação ao Projecto do Pavilhão Gimnodesportivo (Concurso Público desde 4 de Junho de 1997) está em Concurso Público, senão houver atrasos, a obra deverá começar dia 15 de Outubro.

Em relação ao Projecto de Arranjo da Zona Envolvente ao Castelo, o GAT está a fazer o Projecto.

A realização da Noite Radical na Praça da República, nós não dizemos que foi só a Câmara, dizemos que a Junta de Freguesia participou. Também há, aqui, mais acções em que a Junta de Freguesia participa, por exemplo a Casa Mortuária de Santa Susana e outras obras.

Egídio Santos – Gostava de saber em que situação está o Projecto de Infraestruturas (Zona Industrial de Montoito)?

Presidente da Câmara – Está concluído. Como sabe é um dos Projectos que está integrado, que faz parte do PGI do Centro Rural de Montoito. Foi um Projecto que mereceu o consenso bastante alargado dos diversos intervenientes. O Projecto está concluído, assim que o PGI seja aprovado, imediatamente se avança. Portanto o Projecto está concluído, já com a ampliação.

Caetano Carriço – O arranjo que andam a fazer na estrada de baixo dos Fornos é para porem betão ou vai ser enchida com alguma gravilha?

Eu passei lá há quinze dias e achei aquilo confuso, se for para ficar como está de facto aquilo não é nada. Se for cheia de alcatrão, se calhar, ficará melhor. Direi mesmo que em termos de estrada, e a nível de Concelho, é a pior que temos.

Presidente da Câmara – A chamada estrada de baixo dos Fornos, eu passei lá há mais ou menos três semanas, portanto temos o toutvenant, mas na estrada que liga à estrada de Santiago, aí já se vê os valetões que estão a ser feitos em betão e depois vão ser pavimentados. Está-se a

alargar as bermas, fazer a [illegible] e depois é que se vai [illegible].

2 - Assuntos Gerais do Concelho

Presidente da Assembleia - Antes de dar a palavra aos senhores Membros, vou lêr o Ofício nº 1635/02.3 de 26 de Setembro de 1997 enviado pela Câmara Municipal de Redondo a esta Assembleia, do teor seguinte:

Assunto: "NOME EM PLACA TOPONÍMICA"

"Para conhecimento e devidos efeitos junto envio a V. Exª fotocópia do Ofício enviado a esta Câmara Municipal pela Filarmónica União Monbitense respeitante ao assunto mencionado em epígrafe o qual mereceu aprovação por parte desta Câmara na sua Reunião Ordinária realizada em 24 do corrente".

Presidente da Câmara - A Direcção da Banda, numa Reunião que tivemos expõe este assunto, este desejo, em particular dos músicos da Banda de Montoito.

Aquilo que me transmitiram na altura e dado que a Rua já tem um nome, era necessário o acordo dos moradores da Rua, naturalmente que para salvaguardar o nome já existente - Rua das Parreiras. O Ofício da Banda vem acompanhado de uma declaração dos moradores, em como estão de acordo com a alteração do nome da Rua.

Só nessa base, também é que a Câmara alterará o nome, pondo "Antiga Rua das Parreiras" por baixo do nome proposto, como é prática corrente.

A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade, e em minuta, a alteração do nome da Rua das Parreiras, em Montoito.

João Azaruja - Nas actividades Sócio-Culturais queria pôr uma questão a pedido de muitos Munícipes que o Campo de Futebol não é no Jardim.

Muitas pessoas se queixaram que correm alguns riscos.

Acho que esse tipo de actividades deviam ser encaminhadas para o Campo de Futebol e não no Jardim.

Victor Quadrado - Foi feito um Posto Médico no Freixo. Está bem equipado, mas há uma coisa que se vê agora, que na altura não se viu. É o calor. As pessoas não são capazes de suportar.

Eu já lá estive e verifiquei que de facto é um calor insuportável, mesmo com as duas ventoinhas ligadas.

Presidente da Câmara - Na altura quando se programou a semana da Juventude, e dadas as obras necessárias na Zona da Feira, o espaço não estava disponível. O outro espaço que eles surgeriram foi o espaço do Jardim. Nós sabemos que essas iniciativas no Jardim têm os seus riscos, de qualquer forma também têm as suas vantagens na organização, enfim é mais agradável para os Jovens se encontrarem.

Em relação á questão das seringas, se apareceram seringas no Jardim se calhar no Campo de Futebol apareceriam muito mais.

De qualquer forma é bom que se diga que por estar aqui o apoio dos serviços da Câmara á Semana da Juventude, eles funcionaram de uma forma autónoma, tão autónoma que, agora, estão com problemas de contas finais. Isso também é bom, assim aprendem a assumir responsabilidades.

Em relação ao Posto Médico há uma medida que vai ser tomada que é a plantação de árvores na parte da frente do Posto Médico e vai resolver parte do problema nomeadamente o Sol que bate na zona envidraçada. O que está previsto, já se tinha falado no dia da inauguração, era fazer um pequeno alpendre, de maneira a não afectar a arquitectura do edifício.

Victor Machado – As árvores embelezam, mas só daqui a uns anos é que fazem sombra. Em relação ao alpendre já tinha falado nisso.

Há ali um sítio onde os passageiros vão apanhar a camioneta. Faziam um abrigo, do lado de lá da estrada, que servia para os passageiros apanharem a camioneta e servia também para o Posto Médico.

Presidente da Câmara – De qualquer forma, eu também lembro que o Posto Médico é da responsabilidade do Ministério da Saúde.

O que o senhor Victor Machado está a colocar se calhar é uma sugestão para a Assembleia requisitar um aparelho de ar condicionado para o Posto Médico. Deve ser requisitado á Administração Regional de Saúde de Évora e não á Câmara Municipal, que não tem responsabilidade de equipar os Postos Médicos. Muito já nós fizemos. Fizemos o edifício e equipámo-lo, em termos do indispensável.

A parte de mobiliário é da competência do Ministério da Saúde. Poderá ser uma sugestão para a Assembleia reivindicar á Administração Regional de Saúde, não á Câmara Municipal.

Presidente da Assembleia – O senhor Victor Machado dará uma proposta a apresentar á Assembleia e nós vamo-nos debruçar sobre ela e votá-la. Deixo isso ao seu critério.

João Azenha – Só dizer que no Campo de Futebol apareceriam mais seringas, mas também no Campo de Futebol passam menos crianças do que no jardim.

José Portel – Todos passamos pelo jardim e constatamos que efectivamente o nosso Jardim Público está a necessitar de algumas remodelações.

Na questão da iluminação, havia vários candeeiros que tinham os lâmpadas fundidas, foram substituídas, mas se reparardes os globos estão torcidos, derivado aos pontapés que dão nos postes.

Fica, aqui, este alerta a quem de direito, que de facto possa pôr o sistema de globos.

Nós sabemos que tem sido a pareo e pareo que o jardim chegou ao estado em que se encontra.

Penso que se deve evitar mais daquele espaço, talvez fazendo um trabalho mais pormenorizado.

Tem sido muito falado, aqui na nossa Vila a co-

Locação de outra bomba de Gasolina

Diz-se por aí que está prevista mais uma bomba de Gasolina. Gostaria de saber, da parte da Câmara Municipal se já entrou algum processo nesse sentido.

Presidente da Câmara – Em relação ao Jardim Público, vamos vêr a questão dos glosos, de qualquer forma a conservação da iluminação pública é da responsabilidade da EDP.

Vai ser montado, o sistema da rega tal qual como o novo equipamento para o Parque Infantil. Está encomendado e já devia cá estar há muito tempo. Optámos por uma solução em madeira e vai ser montado assim que chegue. A única coisa que veio foram as mesas e os bancos que estão na zona de piquenique junto ao quiosque. Portanto, o jardim vai ter essa remodelação a curto prazo.

Em relação ás bombas de Gasolina, há dois Processos a decorrer, na instalação de Postos de Combustíveis.

Um em nome do ECOMARCHÉ e outro, agora não sei o nome exacto mas está ligado ao senhor Piteira do Banco.

São dois Projectos em que estão a decorrer o licenciamento, depois são as aprovações. Um em terreno público, outro em terreno privado.

Posso dizer que neste momento o processo do ECOMARCHÉ está numa fase mais adiantada de licenciamento e é provável que a curto prazo possam começar a instalá-lo.

Tenho conhecimento dos Processos na parte que passa pela Câmara, que é a viabilidade e a parte urbanística, a parte técnica passa pela Direcção Regional do Ministério da Indústria e Energia.

Da parte da Câmara já demos parecer favorável, aos dois pedidos, isto na parte urbanística. Agora está na Direcção Regional do Ministério da Indústria e Energia, a aguardar aprovação técnica.

José Portel – Em relação á instalação do pedido do Piteira, situa-se em que zona?

Presidente da Câmara – Na zona, em frente aos comércios na Tapada.

José Portel – Os dois Projectos deram entrada e poderão, eventualmente, serem montadas as duas bombas se as pessoas assim o entenderem?

Presidente da Câmara – Exactamente.

Manuel Balbino – A minha questão é relacionada com a estrada entre as Falcoeiras e Redondo e estrada Aldeias de Montoito e Casas Novas de Mares, que está intransitável.

Em relação á estrada de Vendinha - Montoito leva algum reforço de microaglomerados?

Presidente da Câmara – Em relação á estrada Falcoeiras/Redondo, estrada Nacional 381, tal qual como a estrada Nacional 381, Redondo limite do Concelho de Estremoz, já são dezenas de vezes que a Câmara junto da Direcção de Estradas de Évora procura que sejam arranjadas.

Não quero entrar na discussão do troço de Reguengos/Falcoeiras para não entrar na questão da recepção das estradas desclassificadas

por parte das Câmaras.
Para já, com o Novo Plano Rodoviário Nacional, estas estradas, aqui, há uns meses atrás, ainda se podia dizer que as estradas desclassificadas já não eram da Junta Autónoma mas também não eram das Câmaras, porque [illegible] tinham recebido, era um bocado "Terra de ninguém", embora estivesse a cargo da Junta Autónoma a má conservação.
Neste momento a estrada 321 é de inteira responsabilidade da Junta Autónoma de Estremoz. Deixou de estar desclassificada segundo o Novo Plano Rodoviário.
Manuel Balbino – Senão se faz alguma coisa, a Freguesia de Montoito só já vem fazer os impostos a Redondo.
Presidente da Câmara – Nós o que não podemos é, por vezes, obrigar os Serviços Camarários a executar as obras.
Posso-lhe dizer, o troço de Redondo até limite do Concelho de Estremoz foi arranjado, foi fruto da nossa insistência. Daquela altura a Direcção de Estradas virou-se para este lado, mas aí são assuntos independentes.
Registamos mais uma vez, a Câmara continuará a insistir junto da Direcção de Estradas de Évora para arranjar a estrada. Talvez fosse bom a Assembleia Municipal, também, insistir junto da Direcção de Estradas de Évora nesse sentido, que tomasse a sua posição. Nestas coisas quanto mais orgãos houver a exigir e a reivindicar, melhor.

Em relação à estrada Montoito/Venda Nova, não só em relação a essa como às outras que levaram o micro-aglomerado, a nossa intenção é esperar mais um tempo para ver o efeito do comportamento do micro-aglomerado e aproveitar o efeito positivo que tem a selagem, e fazer uma intervenção depois com o betuminoso por cima do micro-aglomerado.
Manuel Balbino – Repare que aquela estrada é uma estrada Municipal, tem um trânsito diferente.
Presidente da Câmara – A estrada Montoito/Venda Nova é uma estrada intermunicipal, qualquer intervenção feita naquela estrada tem que ser feita com a Câmara de Évora, nós não podemos fazer as obras no Concelho de Évora.
Manuel Balbino – Mas pode fazer até ao limite do nosso Concelho, pode ser que a Câmara de Évora faça a parte dele.
Presidente da Câmara – Nós já tentámos, e sabe isso perfeitamente, para que se procedesse ao arranjo daquela estrada em conjunto. Isso não foi possível, a não ser em relação aos micro-aglomerados, mesmo assim foi difícil concluir aquele troço.
Posso-lhe dizer que em relação à situação de Casas Novas de Mares/Aldeias de Montoito, a Câmara de Alandroal nem sequer nos contactou. Fizeram, mas nem sequer nos contactaram.
Manuel Balbino – Se puder reparar a nossa parte, agradecia. Repare, eu até não sou vítima daquele troço de estrada. Há pessoas das Aldeias de Montoito que passam ali duas ou quatro

vezes a buscarem pessoas.
Vereador Recto – Ou começar [illegible] segunda-feira começar a [illegible] estradas.
Isidoro de Almeida – Foi falado, o assunto foi falado, salvo erro não se falou [illegible]. As crianças têm necessidade [illegible] devidamente equipado.
Presidente da Câmara – Eu referi que a Câmara adquiriu um equipamento novo para o Parque Infantil. Só que ainda não [illegible], estão com três meses de atraso na entrega. Mas que vêm dia dois de Outubro e depois será montado.
José Siquenique – É só pedir um esclarecimento sobre o que se passa na Vigia. Têm aparecido centenas de carpas mortas nas águas da Vigia. Não sei se isso já foi analizado?
Quanto a mim é uma coisa muito importante, visto o Concelho estar a ser abastecido [illegible] água.
Presidente da Câmara – O aparecimento das carpas deu-se há quinze dias, mal seria se não tivessemos já analizado a água.
A qualidade da água está controlada pela Câmara, pela Direcção Regional do Ambiente e pela Administração Regional de Saúde. A água bruta foi analizada, obedece a todos os parâmetros em termos de qualidade da água.
A razão do aparecimento das carpas mortas, segundo, e também é a minha opinião, opinião dos técnicos do Ambiente tem a ver com o facto de ser um peixe que anda em águas [illegible] e tem a ver com a falta de oxigénio.

Não estamos de certeza perante problemas de descargas, porque tanto aparece na Carvoeira, como na Zapateira. Se fosse um problema de descargas era uma situação localizada.

Ontem recebemos o Ofício da Direcção Regional do Ambiente com as análises e a confirmar que a água bruta está em boas condições.

O que posso dizer que não há perigo em relação à saúde na qualidade da água.

José Siquenique – Mas têm estado a tirar o peixe morto, é que não é muito agradável nós estarmos a ver o peixe morto.

Presidente da Câmara – Sim. Quem pela Direcção Regional do Ambiente, quem pela Câmara Municipal, aliás ainda, ontem à tarde, o Sargento do Posto da GNR, esteve aqui, a falar comigo sobre isso.

Nós com os Serviços do Ambiente articulamos o retirar do peixe, e os Serviços do Ambiente estavam articulados com a GNR para ver se fiscalizavam a Barragem para ver se se apercebiam de alguma coisa anormal.

Ficaram admirados. Deixaram de ver o peixe morto nalgumas zonas e vieram perguntar se tinha sido a Câmara Municipal de Redondo e os Serviços do Ambiente a proceder a essa operação.

A qualidade da água bruta está a ser acompanhada pela Direcção Regional do Ambiente e está dentro dos parâmetros normais.

Neste período também recebemos as análises

de rotina da Administração [illegible]
sobre a água da torneira, [illegible]
ço. Estavam normais, não há [illegible]
mão.

Emília Calixto – Na limpeza [illegible]
em Aldeias de Montoito, se há só [illegible]
rio para este trabalho?

Presidente da Câmara – [illegible]
Não compreendo a posição [illegible]
tina escolar em Montoito já [illegible]
alunos da Tele-Escola, e não só [illegible]
tados como os de Montoito e outros [illegible]

Em princípio as Cantinas são [illegible]
nar com os alunos que são transportados, mas se houver pais que tenham deslocação ainda da Freguesia, para as crianças não almoçarem em casa da família deviam ter possibilidades de almoçar na cantina.

Não compreendo qual é a posição da Câmara porque desde 1984 que as competências sobre os serviços das Cantinas escolares foram transferidos para as Câmaras Municipais.

A proposta é com o horário normal. Nós estamos a manter o horário normalmente, só porque a Câmara não fornece transporte para funcionamento da Cantina para essas crianças. Fazer um bocado de exagero e pôr assim um bocado à margem o direito que as crianças têm de funcionar. As instalações estão completamente livres todo o dia.

A outra questão é saber se a Câmara tem alguma proposta para habitação social?

Em Montoito, há famílias muito numerosas com falta de habitação.

Presidente da Câmara – Penso que há, aqui, alguma confusão e começo por dizer que o que foi transferido para as Câmaras foram as Cantinas Escolares existentes. E, mesmo dentro destas foi transferido o espaço e o equipamento, e não o pessoal.

O pessoal continua a ser competência do Ministério.

Neste momento, está-se a tratar daquele acordo que foi negociado entre o Ministério da Educação e Segurança Social, Associação Nacional de Municípios da transferência desse pessoal, naturalmente com os respectivos meios financeiros.

Mas se as Câmaras têm mantido pessoal, as cozinheiras e tanto pessoal para funcionarem as Cantinas, tem sido da sua iniciativa, porque não é da sua responsabilidade.

Egídio Santos – Não é isso que a Direcção Regional diz.

Presidente da Câmara – A Direcção Regional pode informar aquilo que quiser. Agora a Direcção Regional não pode é informar de um modo nas reuniões que tem com os Professores e depois informar ou aceitar a realidade quando debate os assuntos com as Câmaras.

Senão é assim, porque é que está a ser negociado neste momento, o acordo em relação à transferência do pessoal auxiliar, pessoal abrangendo desde as Escolas Primárias até, inclusivamente à Escolaridade obrigatória?

A Escolaridade obrigatória também é muito

complexa. Define-se que a Escolaridade obrigatória era até ao 6º ano, depois [illegible] 9º ano.

Agora, o que há é ter em conta que [illegible] isso, transferir-se também para as Câmaras o encargo do transporte do 7º, 8º e 9º ano, bem como se transferir os meios financeiros respectivos. Não basta dizer que a Escola é até ao 5º ano, é preciso fazer acompanhar isso da [illegible] tação e dos respectivos meios. E é precisamente por causa desses grandes problemas que tem havido e sabe que, pelo menos há cinco anos, decorrem as negociações entre a Associação Nacional de Municípios e o Ministério da Educação.

Podemos dizer que neste momento já há um acordo, para ser posto em prática mas tem a ver, como há pouco referi, com a questão dos meios financeiros, com a lei das finanças locais. Têm que ser transferidos os fundos necessários para as competências transferidas.

A Associação de Municípios, ainda ontem teve uma reunião com o Presidente da Assembleia da República a pedir para o assunto ser agendado com carácter de urgência a fim de ser compatibilizado com o Orçamento de Estado para 1998.

As coisas estão a ser negociadas, se houver acordo tudo bem. Se fosse exactamente como a Direcção Regional de Educação diz, então não havia negociações, isso já estava do nosso lado.

Penso que as coisas têm de ser devidamente esclarecidas, devidamente legisladas e regulamentadas para cada um saber aquilo que efectivamente tem a seu cargo.

Todos nós sabemos que há três anos, inclusivamente até se falava em os professores passarem a ser pagos pelas Câmaras. Felizmente a parte docente está retirada de todo este processo.

Há muita confusão em relação a essa matéria e em relação a outras especificidades, que nesta fase fiquem devidamente esclarecidas e até porque se ficarem esclarecidas é bom para o Ministério, é bom para as Câmaras Municipais e acima de tudo é bom para os alunos.

Egídio Santos – Em relação á minha questão. Presidente da Câmara – Eu, com isto estou a responder á sua questão em relação ás cantinas, aos transportes, etc.

Sabe perfeitamente que o antigo IASE pagava os transportes escolares, mas se o aluno morava perto do local onde passava o transporte público, usufruia desse benefício. Se morava num monte o IASE já não pagava. Quando foi transferido para as Câmaras, seja onde fôr, vai-se buscar.

Estou a dizer que as Câmaras fizeram mau negócio em termos financeiros, porque receberam transferência para transportar 20 alunos e passado um ano estavam transportar 50 alunos.

Esta é a realidade, no caso de Redondo.

Neste Protocolo para transportar os alunos do 4º Ano para a Escola Dr. Hermâni Cidade, a Câmara não tem obrigação nenhuma de fazer isto. Houve solicitação dos professores e entendemos que era benéfico para os alunos.

Presidente da Assembleia – Não compreendo o que é que agora se está a querer que as Câmaras e Municípios assumem compromissos financeiros, se em contrapartida o Governo Central, há tanto tempo que isto dura, e nunca cumpriu com os fundos que eram devidos às Câmaras Municipais. Nunca foi cumprido o FEF. As Câmaras já fizeram sacrifícios tremendos para resolver coisas que não eram da sua responsabilidade. Parece-me que uma vez que está a ser solucionado o problema através do Ministério e da Associação de Municípios, devíamos aguardar por esse Protocolo para que efectivamente levantassemos os problemas bons ou maus.
Egídio Santos – Eu pedi esclarecimento.
Presidente da Assembleia – Gostava que apresentasse propostas ou levasse questões concretas.
Egídio Santos – Nós temos propostas o que não temos é respostas concretas.
Estou a falar de casos concretos.
Presidente da Assembleia – Quais são os casos concretos?
Egídio Santos – O caso concreto é o da Tele-Escola.
Presidente da Assembleia – O senhor Presidente da Câmara já esclareceu.
Egídio Santos – Não esclareceu. O problema é pontual. Já existia. As crianças da Tele-Escola almoçavam na Cantina. Porque é que há cinco anos não almoçaram? Porque a Câmara disse que não. A questão é esta. E todos os anos se repete.
Presidente da Câmara – Foi aqui afirmado que os alunos da Tele-Escola almoçavam na Cantina e há cinco anos deixaram de almoçar. Então eu tenho que dizer, se tomavam refeições na Cantina era sem responsabilidade da Câmara, porque há cinco anos a Tele-Escola, e ainda hoje é Ciclo Preparatório; se neste momento já há uma mistura do 1º Ciclo com a Tele-Escola, em termos de responsabilidade, há cinco anos não o haria e aí era perfeitamente definido.
Então, se isso acontece pontualmente, eu não sei, sinceramente está a apontar uma situação que eu vou averiguar. Vou esclarecer isso, está a fazer uma afirmação, enfim, parece-me que não corresponde à realidade ou se isso aconteceu, aconteceu pontualmente e não em termos de funcionamento.
Egídio Santos – O senhor Presidente acha que não? Os professores da Tele-Escola são os senhores professores: Barradas e José Manuel estão lá há dez anos. Os professores da Tele-Escola comiam na Cantina de Montoito e Aldeias de Montoito, enquanto eu lá estive como professor.
Presidente da Câmara – Se calhar comiam indevidamente.
Egídio Santos – Não sei se comiam indevidamente, sei que comiam lá.
Presidente da Câmara – Se calhar comiam indevidamente. Se nós quisermos ser mais rigorosos, eu não queria entrar nisso. Todos nós sabemos que as Cantinas têm uma determinada função. É por isso que são dimensionadas, são preparadas e há critérios, há escalões. Sabemos que nas Cantinas, até por uma questão, até de comodidade de alguns pais, há miúdos que em condi-

ções normais os professores deveriam pagar, não aquilo que paga o aluno não carênciado, mas sim o valor que corresponde ao valor do subsídio de refeição nas Cantinas.
Egídio Santos – Os professores pagam quatrocentos e tal escudos.
Presidente da Câmara – Pagam agora. Durante muitos anos não pagaram e sabe perfeitamente que era assim.
Senhor Professor Egídio eu propunha-lhe o seguinte: Que pudessemos conversar para a semana ou para a outra, um dia que pudessemos conversar sobre essas propostas e no campo estritamente legal eu direi: "Isso é da nossa responsabilidade" e "Isto não é da nossa responsabilidade".
Também sabe que apresentou já propostas á Câmara de fazer equipamentos, instalações, pavilhões, campos dentro da Escola. Investimentos grandes. Sabe perfeitamente, não estou a pôr em causa o mérito das suas propostas. Agora não queira é obrigar a Câmara a fazer isso?
Egídio Santos – O que é que se fez em Montoito em relação ás Escolas?
Presidente da Câmara – A situação das Escolas foi transferida para as Juntas de Freguesia, penso que deve fazer essa pergunta ao senhor Presidente da Junta.
Egídio Santos – Não estou a defender as minhas causas. Estou a defender as minhas causas. Estou a defender as causas dos alunos, e os pais é que deveriam estar aqui.

Eu estou a cometer uma ilegalidade na Escola a favor da Câmara Municipal de Redondo ou da Junta de Freguesia de Montoito, porque possivelmente posso boicotar essa ilegalidade. A empregada está a funcionar com recibo verde. Se eu quizer, deixa de haver Cantina.
Presidente da Câmara – Está a ver como não é da nossa responsabilidade, mas nós temos suportado.
Egídio Santos – A Câmara paga á Junta de Freguesia e esta paga á empregada.
Presidente da Câmara – Do ponto de vista legal a Câmara não pode pagar, não tem contrato. A forma que se encontrou de pagar foi essa. Se quizer acabar com isso as pessoas deixam de receber.
Victor Quadrado – Relacionado com a Vigia. Por baixo de uma das pontes há uma ruptura, já há meses, não sei se têm conhecimento.
Estou satisfeito em encontrar, aqui, um professor de Montoito preocupado com os alunos.
Presidente da Câmara – Em relação á questão da ruptura na ponte da Vigia, o problema é das Juntas. Há alturas, com a dilatação das Juntas, que corre mais e outras menos.
De vez em quando vamos lá e arranjamos. É uma zona que dilata com as alterações climáticas.
Manuel Luís – Achei estranho a Banda ter actuado num palco feito no chão, havendo um coreto no Jardim Público.
João Azaruja – Os coretos espalhados pelo País não têm as dimensões necessárias para a Banda actuar.

Presidente da Câmara – É isso mesmo [illegible] não têm dimensão suficiente.

Tenho uma questão a colocar à Assembleia que é a seguinte:

"De vez em quando há pergunta[illegible] ao ponto da situação do empreendimento [illegible] e gostava de ler, e dar conhecimento, [illegible] carta que vou enviar segunda-feira [illegible] Primeiro Ministro. Vou dar conhecimento à Assembleia, porque entendo que exerço a minha função como Presidente da Câmara, mas que devo esta informação à Assembleia Municipal".

Assunto: "Plano de Ordenamento da Vigia"

Exmo. Senhor

Primeiro Ministro

Em nome da competência e da tão [illegible]alada eficácia governamental, não posso deixar de expôr a V.ª Ex.ª os factos que passo a relatar:

1. Em Outubro de 1993 foi publicado em Diário da República o Plano de Ordenamento da Albufeira da Vigia, executado por iniciativa desta Câmara e aprovado superiormente pelo Governo.

2. No início de 1995 e face a reais perspectivas de investimento, tornou-se necessário proceder á revisão do regulamento do referido Plano (POAV).

3. Dúvidas sobre se estávamos perante uma alteração ou uma revisão de regulamento, levaram a que o processo se alterasse durante vários meses.

4. Em Novembro de 1996 o processo transita da DGOTU para o INAG

5. Em Fevereiro de 1996, o Snr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais despacha no sentido de ser iniciado o processo de revisão (Decreto-Lei nº 151/95), após reunião solicitada pelo signatário.

6. Em Setembro de 1996, por despacho conjunto dos Srs. Ministros do Planeamento e do Ambiente, foi nomeada a Comissão Técnica de Acompanhamento para a revisão do POAV.

7. Comissão Técnica que reuniu em Março de 1996, na Câmara Municipal de Redondo, a fim de analisar a situação e trabalhar sobre as propostas de revisão, tendo-se chegado a um acordo de princípio. Note-se que a Comissão Técnica reuniu antes da publicação em Diário da República da sua nomeação a fim de se ganhar tempo.

8. Em Novembro de 1996 procedeu-se a nova reunião da Comissão Técnica de Acompanhamento, nas instalações do INAG, cujas conclusões foram no sentido de emissão de parecer favorável quanto ás propostas apresentadas e de estarem reunidas as condições para que se procedesse ao inquérito público (Decreto-Lei nº 151/95).

9. Inquérito público que, por despacho do Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais, publicado em jornais diários decorreu de 24 de Março a 24 de Abril de 1997.

10. Não houve quaisquer reclamações ou sugestões durante o período de inquérito público, pelo o INAG comunicou a esta Câmara ir enviar o processo para a Secretária de Estado dos Recursos Naturais a fim de ser aprovado.

11. Pensava, nessa altura, que me restava aguardar pelo processo burocrático normal [illegible] aprovação superior e publicação em [illegible] pública.

12. E porque como se pode ver [illegible] nha passado, resolvi esperar [illegible] do atraso resultante da proximidade [illegible] de férias (apesar deste ainda [illegible]).

13. Esperei e ia estando atento ao [illegible] República, até que no início de Setembro de 1997, resolvi recomeçar os contactos para ver se conseguia saber onde e como estava o processo.

14. Falei com a Secretária de Estado dos Recursos Naturais, falei com o INAG, prometeram-me ir ver o que se passava e dar andamento ao assunto.

15. Mas, aconteceu o que eu nunca poderia imaginar.

É que uma entidade depende do Ministério da Agricultura (DGEA) resolveu, depois do ingénito público, apresentar três ou quatro alterações, tanto quanto me foi transmitido telefonicamente, que não alteram o conteúdo do Regulamento em causa.

16. E, face às propostas sugeridas fora de prazo, o processo esteve parado até agora. Não sei exactamente se desde Maio ou Junho de 1997, mas sem conhecimento desta Câmara Municipal nem das entidades regionais (CCRA e DRANDA) que fazem parte da Comissão Técnica.

Sr. Primeiro Ministro:

Como é possível que uma reunião dum Plano de Ordenamento duma Albufeira tenha de passar por tantas peripécias e durante tanto tempo?

Como é possível que a inércia (?) da Administração Central (neste caso do Governo a que V. Ex.ª preside) possa pôr em causa um investimento da ordem dos 10 milhões de contos, de interesse estratégico para o Concelho de Redondo e para esta região?

Como é possível dizer-se que as Autarquias não captam investimentos, quando estão sujeitas a este tipo de condicionalismos?

Sr. Primeiro Ministro:

Tenho na Câmara Municipal os dossiers com os projectos inerentes ao investimento turístico e sou obrigado a deixar ultrapassar os prazos de resposta, sem que sinta qualquer responsabilidade.

Não quero pensar que estou perante qualquer manobra de diversão para inviabilizar o Investimento.

Não quero, porque não é essa a minha maneira de estar na política autárquica, ir para a praça pública denunciar esta autêntica telenovela.

Sr. Primeiro Ministro:

Tenho a informação do INAG de que o processo vai, finalmente, seguir o seu caminho.

Mas será que é desta vez?

Quando decidi expôr a situação a V. Ex.ª, fi-lo na convicção de que como responsável pelo governo lhe será útil conhecer estes casos e também porque certamente não irá permitir que daqui a alguns meses (anos?) esta Câmara ainda continue a procurar no Diário da República a revisão do seu Plano de Ordenamento da Albufeira

da Vigia.

Fico, naturalmente, a aguardar uma resposta o mais urgente possível sob pena de não mais acreditar na eficiência do Governo a que V. Exª preside bem como nas respostas que os Serviços dos Ministérios dão no dia a dia.

Este é o ponto da situação. Esta carta vai seguir segunda-feira. É Lamentável que quando andavamos a consultar o Diário da República, o Processo estava parado.

Eu tenho Ofícios do INAG com a versão final do Regulamento a dizer que a Câmara pode seguir o Regulamento na análise dos Processos. Ontem, fui confrontado com a informação, depois de muitos telefonemas, para vários lados, de que o Processo estava parado, já depois de decorrer o Inquérito Público, e este serve para isso mesmo, para todas as entidades públicas, privadas se pronunciarem e apresentarem sugestões.

O Ministério da Agricultura, estava representado, tinha um representante na Comissão Técnica. Como é que pode acontecer que depois de estar encerrado o Inquérito Público, um Processo destes fique parado, sem ser dado conhecimento á Câmara Municipal, que neste caso é a entidade directamente interessada, e como tive ocasião de o afirmar, nem dado conhecimento á Comissão de Coordenação Regional, nem á Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais, que curiosamente até preside á Comissão Técnica.

Neste momento, temos o Alvará de Loteamento pronto para ser aprovado, seguir para Diário

da República, temos Projectos de especialidade para dar resposta e não podemos dar resposta porque a Revisão do Plano está como os senhores acabaram de tomar conhecimento.

É Lamentável, que isto aconteça. Eu, transmito, aqui, na Assembleia Municipal, não o transmito na Praça Pública, porque realmente é uma situação que considero de descrédito para o Governo.

Hoje, entendi, que devia dar conhecimento superiormente, é uma situação demasiadamente grave.

E não havendo mais assuntos a tratar o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão.

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE REDONDO REALIZADA NO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 1997

Aos dezoito dias do mês de Dezembro de 1997, pelas vinte horas, na sala das sessões do edifício dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Redondo, para discutir a seguinte ordem de trabalhos:

1- Actividade da Câmara; 2- Discussão e Aprovação do Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal para o ano de 1998, 3- Loteamento da Zona Indústrial, Zona da Feira e Zona Habitacional de Redondo; 4- Assuntos Gerais do Concelho

Estiveram presentes:

Presidente: João Aleixo Branco

1º Secretário: Caetano Venâncio Carriço
2º Secretário: Domingos Alberto Soares Oliveira
Compareceram os seguintes membros:
António Alves Garcia; Elias José Antunes; Joaquim da Silva Quadrado; Francisco [illegible]; João Sebastião Cardoso Afonso; [illegible] Branco; Faustino Manuel Salvador [illegible]; Egídio Manuel Fialho dos Santos; [illegible] Leal de Almeida; José Manuel [illegible]; Orlando José Ambrósio Sabino
Faltaram os seguintes membros:
Emília Chicau Martins dos Santos Peixoto; José Joaquim Matacoto Siquenique; Manuel Luís Nunes Gomes

Verificando que havia quorum, o Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão e antes da ordem do dia e conforme o Regimento da Assembleia, apresentou a seguinte proposta:
"Proponho à consideração dos senhores membros a dispensa da leitura do Expediente presente na mesa da Assembleia, estando como é óbvio, à disposição dos senhores membros".
Os senhores membros aprovaram por unanimidade a dispensa da leitura do Expediente presente na Reunião.
Presidente da Assembleia – Antes de darmos início aos trabalhos, quero congratular-me com o civismo demonstrado pelas Forças Políticas que concorreram às eleições Autárquicas, no Concelho de Redondo e deixar em acta este Louvor de agradecimento, pelo respeito e civismo que caracterizaram durante a Campanha e no dia do acto eleitoral.

A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade e em minuta o Louvor de agradecimento, apresentado pela Mesa.
Tenho, aqui, um Ofício do Coordenador Sub Regional da ARS Alentejo do seguinte teor: "Tendo como finalidade a constituição da Comissão Concelhia de Saúde prevista no artº 12º do Decreto Lei nº 335/93 de 29 de Setembro, solicita-se a V. Exª que indique o representante da Assembleia Municipal na referida Comissão, com vista á convocatória da primeira reunião.
A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade e em minuta a Comissão Concelhia de Saúde, a qual fica composta da seguinte maneira:
Isidoro de Almeida, Caetano Carriço e João Aleixo.
Sendo o seu representante o senhor Presidente da Assembleia Municipal – o senhor João Aleixo Banco.
Expediente:
– Fax do Presidente da Câmara Municipal de Ourique enviando o Comunicado no qual esclarece as irregularidades anunciadas pela Comunicação Social.
– Ofício do Presidente do Grupo Parlamentar do PCP enviando o Projecto de Lei nº 425/VII, visando permitir às Freguesias constituirem-se em Associação, pedindo a distribuição pelas Juntas de Freguesia.
– Ofício do Secretário Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses informando que o valor da parcela do FEF, destinado ao Município de Redondo, é de 491.657 contos.
– Ofício do Secretário Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses enviando a Análise

da Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 1998.
— Ofício do Secretário Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses reenviando cópia do Despacho Normativo nº 6/96 de 8 de Fevereiro de 1996 relativo ao "Regulamento do Concurso para Comparticipação às Câmaras Municipais [illegible] no âmbito da segurança Rodoviária.
— Ofício do Secretário Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses explicando os resultados das Eleições Autárquicas na [illegible].
— Ofício do Secretário Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses comunicando a alteração ao valor do FEF/98 para este Município foi aumentado, passando a ser de 491.909 contos.
— Ofício da Assembleia Distrital de Évora comunicando a alteração da reunião para o dia 6 de Outubro às 15 horas, na Junta de Freguesia do Alandroal.
— Ofício da Associação de Municípios do Distrito de Évora informando da criação da Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.
Aprovação da Acta — A Acta da Reunião Ordinária realizada em 26 de Setembro de 1997 foi aprovada por unanimidade.
1 — Actividade da Câmara
Informação à Assembleia Municipal
* Arruamentos
Arranjo de Sesmos; Conservação de Estradas; Abertura de Valetas; Pavimentação de Ruas (Redondo e Montoito); Arranjo de Ruas na Serra d'Ossa
* Infraestruturas
Tapada Municipal; Prolongamento da Rede de Águas; Zona Industrial; Fazer e

Exposições; Prolongamento das Redes Esgotos em Santa Susana e Aldeia da Serra
* Apoio aos Munícipes
Programa Casa Caiada (Idosos e Necessitados); Arranjo de Telhados (Idosos e Necessitados)
* OBRAS
Arranjo de Largos em Montoito e Redondo; Museu do Vinho; Pavilhão Polidesportivo junto às Piscinas; ETAR Zona 2; ETAR Zona 3; Ampliação da Estação de Tratamento de Água da Vigia; Centro de Artes e Ofícios (Castelo); Alargamento e Repavimentação da Estrada de Baixo dos Fojos da Fonte Sêca; Arranjo da Zona do Rossio em Montoito; Piscina Coberta — Adjudicada; Pavilhão Gimnodesportivo; Balneário de Apoio ao Campo de Futebol das Aldeias de Montoito; Casa Mortuária de Santa Susana - Obras a realizar conjuntamente entre a CMR e a JFR; Zona Verde junto ao Polidesportivo de Santa Susana; Balneário de Apoio ao Polidesportivo de Santa Susana; Projecto do Tanque de Saltos; Projecto da ETAR de Montoito; Projecto de Infraestruturas da Zona Industrial Montoito (Concurso Público); Projecto de arranjo da Zona Envolvente ao Castelo; Projecto para a cobertura do Polidesportivo de Montoito.
ACTIVIDADES DOS SERVIÇOS SÓCIO-CULTURAIS
Realização de reuniões com os directores das Escolas e Jardins de Infância; Elaboração do projecto da Oficina da Criança e Biblioteca para o ano de 1998; Apoio à comemoração do dia de S. Martinho, iniciativa das Escolas do Concelho e Jardins de Infância; Exibição da peça "Leandro, Rei da Helíria" pelo Grupo Cultural da Escola Básica 2,3 Dr. Her-

nâni Cidade no dia 25 de Novembro [illegible] especial – Alice Vieira; Montagem [illegible] "A Menina do Mar" de Sophia de Mello [illegible] com participação da Oficina [illegible] e Serviços Culturais, a [illegible] a partir do mês de Janeiro, [illegible] Jardins de Infância do Conceito, [illegible] candidaturas dos Jardins [illegible] e Montoito ao Programa de [illegible] expansão da Educação Pré-Escolar; [illegible] portiva na Escola do 1º [illegible]; Início da ocupação de Tempos Livres na Escola do 1º Ciclo de Redondo; Apoio as Festas de Natal das Escolas e Jardins de Infância do Conceito, entrega de prendas; Montagem do presépio na Oficina da Criança; Apoio às cantinas escolares; Apoio aos transportes escolares.

2 – Discussão do Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal para o ano de 1998.

Egídio Santos – Não sendo da total competência da Câmara Municipal providenciar a construção de casas de "Habitação Social" mas sabendo-lhe providenciar para minorar as situações mais críticas junto das famílias mais carenciadas tanto por proposta do Poder Central como por sua livre iniciativa como acontece com muitos outros municípios.

Porque razão a Câmara vem adiando sucessivamente esta solução, sabendo-se que não é com o Programa de reparações de habitações degradadas que nem sempre são aproveitadas seguir por reformados, [illegible] carência-

das – que esse problema se resolve, pois normalmente estas famílias habitam casas arrendadas ou estão noutras situações precárias.

Consta do Plano de Actividades (página 2 – código 02.02.04 a verba de 22.500 contos para o pavilhão Polivalente de Montoito).

Podem definir-se nesta verba as instalações anexas para apoio a actividades escolares da Associação de Escolas e concomitantemente um fundo de apoio ao Projecto da Acrijovem – com sede em Montoito – para poder abalançar-se ao Projecto proposto no âmbito do Centro Rural de Montoito pela qual foi consignada uma verba proposta de 15 mil contos para equipamentos e adaptação de instalações?

Se esta solução não puder ser encontrada nesta rúbrica, onde pode o Orçamento contemplar esta situação e, caso, não tenha sido prevista no Orçamento, qual a razão para esta lacuna?

A verba orçamentada na rúbrica 01.02.04.01 referente á Acção Social Escolar prevê alguma resolução do problema de funcionamento da Cantina Escolar de Montoito no que concerne ao alargamento do fornecimento de refeições aos alunos da Escola Básica Medilizada de Montoito (que sejam transportados) ou no mesmo caso para as crianças que frequentam o Jardim de Infância de Montoito?

Presidente da Câmara – Em relação á questão da Habitação Social, devo lembrar que não é da responsabilidade da Câmara. De qualquer forma se houver condições para construção de Habitação Social, naturalmente que, o facto de haver verbas destinadas para a aquisição do terreno, portanto

no Capítulo - Urbanismo, permita que se proceda desencadear contratos de Programa de Habitação Social. Para isso só se haver naturalmente condições.

No Plano de Actividades as verbas estão compensadas e isto é já ir um pouco ao encontro da 2ª questão também, portanto não foi encontrado um Programa específico de Habitação Social.

Em relação aos anexos, há uma confusão, a verba é de 30 mil contos e não de 22 500 contos, prevista para o Pavilhão Polivalente de Montijo.

O valor são 30 mil contos, deferida são 22500 contos, quer dizer que a parte que está no Cinga-mento é da responsabilidade da Câmara.

Não tem nada que estar a tirar desta verba para anexos da Escola Primária dado que, no Cap. Educação estão verbas para obras de beneficiação nas Escolas.

Chamava só a atenção da Assembleia Municipal, dentro do que está legislado pronuncia-se sobre a aprovação ou não aprovação do Plano de Actividades e do Orçamento.

A Assembleia Municipal de acordo com a Legislação não pode alterar o Plano de Actividades.

Em relação á Acção Social Escolar tem uma cotação suficientemente nas diversas vertentes, cantinas, transportes, etc. Tudo o que tem a ver com o apoio ás Escolas, o que permite se haver condições e haver a decisão de avançar, enfim, com a solução que o senhor membro da Assembleia Colega, poder-se avançar, mas neste momento não há nenhuma decisão sobre este assunto.

As verbas que estão no Plano de Actividades, onde estão os 30 mil contos, para o Pavilhão, isto refere-se a verbas de capital. As obras são feitas pelos trabalhadores da Câmara, saem por despesas correntes, está no Orçamento - despesas com o Pessoal.

João Azevedo - Pedia um esclarecimento sobre "Conservação de Edifícios Municipais" no Plano de Actividades.

Presidente da Câmara - Referimo-nos aos Paços do Concelho, aos Estaleiros, não estamos a referir a Património Municipal.

João Azevedo - No Plano de Actividades estão inscritos 2 mil contos em edifícios Municipais. Depois na rubrica "Convento de Santo António, que é edifício Municipal vem á parte, com uma verba inicial, ria em minha opinião.

Egídio Santos - No código 04.01.01 a importância de 15 mil contos referente a juros de depósitos. Pedia esclarecimento sobre o montante do capital em depósito que dá origem a estes juros; informação sobre se este capital está inscrito na presente proposta orçamental e sob que código? É, se não está, qual a razão para tal facto.

A que tipos de trabalhos se refere o código 08.02.03 relativo a "Trabalhos de conta de particulares"?

Presidente da Câmara - Em relação á receita de 15 mil contos, naturalmente que tem a ver com o saldo corrente durante o ano, portanto não tem que estar em capital fixo, porque se a Câmara num determinado mês tiver um valor de 200, 300 mil contos, naturalmente que uma parte está á ordem e a outra procura rentabiliza-la.

Os verbos estão a render de acordo com o que a Banca oferece, nas melhores condições para a Câmara.

Em relação a "Trabalhos de conta de fornecedores" que está portanto na venda de serviços, tem a ver com fornecimento de ramais de água e de esgotos.

A Assembleia Municipal aprovou em minuta o Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal para o ano de 1998.

3 - Zoneamento da Zona Industrial, Zona da Feira, e Zona Habitacional de Pedondo.

O Presidente da Assembleia informa que este assunto já tinha sido debatido, em reuniões anteriores, mas que por lapso não tinha havido deliberação.

Presidente da Câmara - O que se passou, foi o seguinte: esta Assembleia teve ocasião, em mais do que uma sessão de analisar e discutir estes Processos da Zona Industrial, Zona da Feira e Zona Habitacional de Pedondo e isso está transcrito nas diversas actas. Só que a Assembleia analisou, discutiu, apreciou, mas não aprovou. Sem a aprovação da Assembleia não pode prossegoir-se com os procedimentos burocráticos, nomeadamente na Conservatória para o Registo dos respectivos Loteamentos a fim de posteriormente serem vendidos às pessoas que estão inscritos.

Quando do Registo detectámos que a Assembleia Municipal não tinha aprovado, pelo menos não está nas actas, embora naturalmente tenha ficado no espírito de todos que tinham aprovado. Como não consta a aprovação nas actas, é por isso que, hoje, a Câmara solicita à Assembleia Municipal que o faça.

João Azevedo - Permita-me que diga que um comerciante, já anda anunciar na Rádio que vai ter uma oficina - armazém na Zona Industrial.

Qual o critério de compra de Lotes na Zona Industrial?

Presidente da Câmara - Naturalmente que houve inscrições para Lotes na Zona Industrial e posso já responder à segunda questão, houve uma triagem em relação às inscrições e o critério seguido foi este: os Lotes destinam-se às actividades de porta aberta com funcionários, ou seja oficinas com actividade. Todas as inscrições para armazéns foram excluídas, da mesma forma em um caso ou outro de actividades incompatíveis com o tipo de indústria também foram excluídas. O facto de uma pessoa, como referiu: "Um comerciante já tem um Lote". Eu posso-lhe dizer que neste momento ninguém tem Lotes, precisamente porque o Loteamento nem sequer está registado, só após a aprovação da Assembleia é que se poderá proceder ao Registo. E, só, após esse registo é que se poderão atribuir os Lotes.

Naturalmente que há algumas situações às quais a Câmara esteve atenta, nomeadamente de casos que têm a ver com Candidaturas ou sistemas de incentivos Regionais.

Há um caso concreto de uma Candidatura ao Programa SIR que para ser aprovada necessitou que a Câmara declarasse que dispunha de Lotes para actividades em causa.

Ninguém pode dizer que já tem um [illegible], porque nem sequer estão registados.
Vão ser atribuídos, após o registo, a [illegible] são estes que eu referi: "Actividade com [illegible] trabalho e com porta aberta".
Na escritura que cada um realizar, [illegible] uma cláusula em que os [illegible] cumprir o critério estabelecido pela Câmara.
Podem ficar descansados que não vamos vender lotes para armazéns ou garagens na zona industrial.
João Ataíde — Faço votos que se cumpra como o senhor Presidente disse.
A Assembleia Municipal, aprovou por unanimidade e em minuta, os loteamentos da Zona Industrial, Zona da Feira e Zona Habitacional de Redondo.
4 — Assuntos Gerais do Concelho
Egídio Santos — No loteamento da Montoito só se permite a utilização das classes C e D?
Presidente da Câmara — O que está previsto são as classes C e D, e neste momento estou à espera de um pedido de esclarecimento da Direcção Regional da Indústria e Energia em relação a algumas industrias classificadas, que depois, enfim não justifica o juncionamento de afluentes.
Como as industrias estão classificadas, há algumas situações que não são, compatíveis, mas quando vier a resposta da Direcção Regional da Indústria e Energia poderemos, naturis casos, de acordo com essa informação criar excepções.
José Portel — O Ofício que a Câmara enviou ao Senhor Primeiro Ministro, e do qual foi dado conhecimento na reunião desta Assembleia em Setembro, já obtiveram Resposta?
Presidente da Câmara — O gabinete do Sr. Primeiro Ministro foi-nos enviada uma resposta dizendo que o assunto foi registado e tinha seguido para averiguações, e posterior informação.
Da parte da Câmara não vamos ficar só á espera da resposta do Sr. Primeiro Ministro, continuamos a nossa insistência junto do Instituto da água, junto do Instituto dos Recursos Naturais.
Ainda, ontem, tentei informar-me se já estava o assunto desbloqueado, mas não consegui falar com o Adjunto do Secretário de Estado, mas penso que á cerca de um mês o processo saiu do Instituto da Água para os Recursos Naturais.
Victor Quadrado — Queria lembrar mais uma vez o arranjo da fossa do Freixo.
Francisco Carriço — Tenho estado a ouvir o que se tem passado aqui. Ora, se nós nos unissemos todos para tratar e ajudar a resolver os assuntos do Concelho, isso seria muito melhor do que estarmos a criticar a Câmara.
Isidoro de Almeida — Queno agradecer a todos os colegas e aos Políticos esta experiência que todos tivemos neste mandato e desejo bom trabalho e felicidades para o Mandato que vão iniciar.
Presidente da Assembleia — Desejo, muitas felicidades para todos. Alguns vão fazer parte do novo Mandato, outros vão embora, mas nós continuamos a tratar e a debater os assuntos com a mesma participação, a mesma dignidade e a mesma solidariedade.

A todos desejo um Bom Natal e um Próspero Ano Novo.

E, não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião.

[signature]

ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE REDONDO REALIZADA EM 16 DE JANEIRO DE 1998

Aos dezasseis dias do mês de janeiro de 1998, pelas vinte horas e trinta minutos, na sala das sessões do edifício dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Redondo, para discutir a seguinte ordem de trabalhos:
1- Discussão e Aprovação do Regimento (Projecto) da Assembleia Municipal; 2- Vereadores em Regime de Permanência; 3- Obras por Administração Directa (Decreto-Lei nº 55/95 de 29 de Março); 4- Dispensa da Celebração de Contrato Escrito (Decreto-Lei nº 55/95 de 29 de Março)
Estiveram presentes:
Presidente: João Aleixo Branco
1º Secretário: Caetano Venâncio Gato Caeiro
2º Secretário: Domingos Alberto Saraiva Boavida
Compareceram os seguintes membros:
Faustino Manuel Salvador Jeremias; Miguel Elísio Capinha Alves; Manuel Balsino Garcia Branco; Jacinto António Siquenique; António Joaquim Caeiro Pavanelo; António Alves Garcia; Miguel António Ratinho Caraça; António Inácio Grilo Festas; Manuel Luís Nunes Gomes; José Joaquim Matacoto Siquenique; José Manuel Mendes Portel; Orlando José Ambrósio Sajana

Justificou a falta o membro:
Ana Rafa Caeiro Leão Jeremias
Faltou o membro:
Mário José Mendes Pelvas
Verificando que havia quorum, o Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, dando início à ordem de trabalhos:
1- Discussão e Aprovação do Regime (Projecto) da Assembleia informou que o Regimento se basseava na própria Lei, por isso não tinha alterações de fundo a fazer.
A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade, e em minuta, o Regimento (Projecto) da Assembleia Municipal.
2- Vereadores em Regime de Permanência
O senhor Presidente da Assembleia leu o Ofício enviado pela Câmara Municipal de Redondo, do seguinte teor:
"Para devidos e legais efeitos informo V. Exª que esta Câmara Municipal em sua reunião extraordinária realizada em 8 do corrente, deliberou por unanimidade e em minuta fixar em regime de permanência dois Vereadores, para o mandato de 1998 a 2001".
Presidente da Câmara – Um dos Vereadores, a tempo inteiro está previsto na Lei, o segundo Vereador é que tem que ser aprovado pela Câmara e ser submetido a aprovação da Assembleia Municipal.
Portanto, um é da competência da Câmara se-

gundo a legislação.
José Siquenique — No último mandato, parece-me que não foi assim.
Presidente da Assembleia — Precisamente igual. Se o senhor membro fôr ler as Actas, certamente verifica que foi assim.
A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade e em minuta a fixação de dois funcionários em regime de permanência.
3 - Obras por Administração Directa (Decreto-Lei nº 55/95 de 29 de Março).
O senhor Presidente da Assembleia Municipal leu o Ofício enviado pela Câmara que constava do teor seguinte:
"Para devidos e legais efeitos informo V.Exª que esta Câmara Municipal em sua reunião extraordinária realizada no dia 8 do corrente deliberou por unanimidade e em minuta que as obras do Município feitas por Administração Directa fosse fixado o respectivo valor em 200 000 contos".
Presidente da Câmara — Decreto-Lei nº 55/95 de 29 de Março tem a ver com uma deliberação da Câmara que é valida para o mandato e quem já participou nas Assembleias Municipais anteriores, recordar-se-á desta aprovação — "pela fixação de um valor até ao qual a Câmara poderá executar as obras por Administração Directa"! Portanto acima desse valor terá que ser por empreitada.
Há um Ofício da Câmara Municipal que fixou o valor em 200 000 contos, portanto isso trás à aprovação da Assembleia Municipal, no sentido desse valor ser fixado ou não, como disse é válido para mandato. É o valor que nos parece aceitável, porque alguns casos parecer um valor elevado mas é pouco para salvaguardar obras que se ecciam fazer por Administração Directa, não tendo minimamente este valor a ver com a Câmara dar obras de empreitada de 5, 6, 7, 20 ou 30 mil contos. A Câmara pode executar obras por Administração Directa até 200 000 contos, mas pode dar as obras todas de empreitada, se assim o entender.
Está autorizada a executar obras por Administração Directa até este valor. Acima de 200 000 contos é obrigatoriamente de empreitada.
A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade, e em minuta, que as obras do Município efectuadas por Administração Directa, fosse o respectivo valor fixado em 200 000 contos.
4 — Dispensa de Celebração de Contrato Escrito (Decreto-Lei nº 55/95 de 29 de Março).
O senhor Presidente da Assembleia leu o Ofício enviado pela Câmara do teor seguinte:
"Para os devidos efeitos, informo V.Exª que a Assembleia Municipal em reunião extraordinária realizada em 16 de Janeiro de 1998, aprovou e em minuta, a dispensa de contrato escrito desde que não exceda os 20 000 contos".
Presidente da Câmara — No ponto anterior aprovamos um valor até ao qual as obras por Administração Directa poderão ser executadas pela Câmara.

Neste ponto 4 e também de acordo com o Decreto-Lei nº 55/95 de 29 de Março, aquilo que se submete á apreciação da Assembleia Municipal é um valor até ao qual a Câmara poderá dispensar a celebração de contrato escrito. Acima desse valor, obrigatóriamente todos os contratos de empreitadas, de fornecimentos de serviços, etc, serão traduzidos em contrato escrito.

Portanto o Decreto-Lei nº 55/95 estabelece este valor de 20 000 contos como máximo e a proposta da Câmara é que a Assembleia Municipal aprove esse valor. Isto tem a ver, e também á semelhança do ponto anterior o facto de se fixar este valor de 20 000 contos, não quer dizer que a Câmara não celebre os contratos escritos, e isto tem a ver com o tipo de fornecimento, tipo de empresas, o tipo de prestação de serviços. Dar um exemplo de uma pequena empreitada de 2, 3 mil contos, com uma empresa que tem trabalhado com a Câmara nós conhecemos perfeitamente, temos confiança, podemos dispensar do contrato escrito, havendo deliberação e compromisso das duas entidades.

Há digamos, o contrato avulso, há sempre o documento.

A prática corrente da Câmara é, naturalmente com as empresas e tem um bocado a ver com os valores, mas quando fazemos concursos de fornecimentos, por exemplo aquisição de viaturas estes traduzimos sempre em contratos escritos, sejam 2, 3 ou 15 mil contos.

Se fôr um contrato de fornecimento de material para obras de Saneamento Básico, aquisições para armazém, enfim de grandes entregas de material, por vezes até parciais, também traduzimos sempre em contrato escrito, mesmo que seja de 3, 4, ou 5 mil contos.

Este valor de 20 mil contos é o que está estabelecido no Decreto-Lei nº 55/95 é aquele que submetemos á apreciação da Assembleia Municipal, no sentido depois da Câmara em cada caso salvaguardar os interesses da Câmara, quer do ponto de vista da confiança em relação ao empreiteiro, quer do ponto de vista do tipo de aquisição, ou de fornecimento.

Miguel Alves — Todas as obras que fazem por concurso público têm contrato escrito?

Presidente da Câmara — Essas obrigatóriamente.

Miguel Alves — E as obras de concurso limitado também estão sugeitas a contrato escrito?

Presidente da Câmara — As obras de Concurso Público são obrigatóriamente de contrato escrito. Se é concurso Público tem que ter o visto do Tribunal de Contas, obrigatóriamente contrato escrito. As de concurso limitado é que a Câmara poderá deliberar, se o entender, reduzi-las a contrato escrito ou não. Isso tem a ver, apenas, com o tipo de serviço e também com o conhecimento que temos dos fornecedores.

A Assembleia aprovou e em minuta a dispensa de contrato escrito desde que não exceda os 20 000 contos.

E não havendo mais assuntos a tratar o senhor Presidente da Assembleia deu por encerra-

da a reunião.

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE REDONDO REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 1998

Aos vinte sete dias do mês de Fevereiro de 1998, pelas vinte horas e trinta minutos, na sala das sessões do edifício dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Redondo, para discutir a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Actividade da Câmara; 2 - Assuntos Gerais do Concelho

Estiveram presentes:

Presidente - João Aleixo Branco

1º Secretário - Caetano Venâncio Gato Carriço

2º Secretário - Domingos Alberto Saraiva Boavida

Compareceram os seguintes membros:

Faustino Manuel Salvador Jeremias; Miguel Elísio Capinha Alves; Manuel Balbino García Branco; Ana Paula Carriço Leão Jeremias; Jacinto António Siquenique Carriço; António Alves García; Miguel António Platinho Casaca; Manuel Luís Nunes Gomes; José Joaquim Matacoto Siquenique; Orlando José Ambrósio Safara

Faltaram os membros:

António Joaquim Cacijo Ramalho; António Judício Grilo Festas; Mário José Mendes Relvas; José Manuel Mendes Portel

Verificando que havia quorum, o Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão e antes da ordem do dia e conforme o Regimento

da Assembleia, apresentou a seguinte proposta:

"Proponho á consideração dos senhores a dispensa da leitura do Expediente presente na mesa da Assembleia, estando, como é óbvio, á disposição dos senhores membros".

Os senhores Membros aprovaram por unanimidade a dispensa da leitura do Expediente presente na reunião.

Expediente:

- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal de Estremoz enviando a moção de recomendação sobre a realização da EXPO-98.
- Ofício do Secretário Geral da Associação Nacional de Municípios Portuguêses informando que estão disponíveis, nos Serviços, vários Pareceres do Comité das Regiões da União Europeia.
- Ofício do Governador Civil do Distrito de Évora enviando uma publicação dos primeiros dois anos de actividade do Governo.
- Ofício do Secretário Geral da Associação Nacional de Municípios Portuguêses enviando a Moção sobre a Posição do Conselho Geral da ANMP.
- Ofício do Secretário Geral da Associação Nacional de Municípios Portuguêses enviando o Regulamento do XI Congresso e fichas de inscrição.
- Ofício do Secretário Geral da Associação Nacional de Municípios Portuguêses enviando o Plano de Actividades da ANMP/998.
- Ofício do Secretário Geral da Associação Na-

cional de Municípios Portugueses [illegible] no dia 19-02-98 se realiza um seminário nacional sobre Protecção Civil, e [illegible] Programa.
— Ofício do Presidente do [illegible] de Estudos e Formação Autárquica [illegible] que vão realizar conjuntamente [illegible] - Geral da Administração Autárquica, um seminário sobre o Sancionatório [illegible] eais!"
— Ofício do Presidente da [illegible] enviando o Programa, para [illegible] Internacional, sobre a Regionalização, a Sociedade e a Reforma do Estado.
— Ofício do Secretário Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses informando que o Seminário "Protecção Civil" passa a ser no Hotel Quinta dos Lágrimas.
— Ofício do Presidente da Assembleia Distrital de Évora enviando cópia da Acta nº18, da sessão extraordinária.
— Ofício do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território informando que o ciclo de seminários organizados pelos CEFA e OGAA subordinados ao tema "Quadro Sancionatório dos Órgãos Locais" é uma iniciativa a não desperdiçar.
Carta de Mário José Mendes Reis informando que não pode estar presente na reunião de 16-01-98
— Ofício do Presidente da Câmara Municipal de Redondo enviando [illegible]

cópia do IEAT, ref.ª SP-900601, de 22-01-98.
Aprovação da Acta — A Acta da Reunião extraordinária realizada em 16 de Janeiro de 1988 foi aprovada por unanimidade.
1- Actividade da Câmara
Informação á Assembleia Municipal
*Arruamentos
Arranjo de Sesmos; Conservação de Estradas; Abertura de Valetas; Pavimentação de Ruas (Redondo e Montoito); Arranjo de Ruas na Serra d'Ossa
*INFRAESTRUTURAS
Tapada Municipal; Prolongamento da Rede de Águas; Zona Industrial de Redondo; Parque de Feiras e Exposições; Prolongamento da Rede Esgotos em Santa Susana e Aldeia da Serra;
*APOIO AOS MUNICÍPES
Programa Casa Caiada (Idosos e Necessitados); Arranjo de Telhados (Idosos e Necessitados)
*OBRAS
Arranjo de Zangas em Montoito e Redondo; Museu do Vinho; Pavilhão Polidesportivo junto da Piscinas; ETAR zona 2; ETAR zona 3; Ampliação da Estação de Tratamento de Água da Vigia; Centro de Artes e Ofícios (Castelo); Alargamento e Pavimentação da Estrada de Baixo dos Foros da Fonte Seca; Arranjo da Zona do Rossio em Montoito; Balneário de Apoio ao Campo de Futebol das Aldeias de Montoito; Piscina Coberta - Adjudicada; Pavilhão Gimnodesportivo; Casa Mortuária de Santa Susana; Zona Verde junto ao Polidesportivo de Santa Susana; Balneário de Apoio ao Polidesp

portivo de Santa Sofana; Projecto [illegible] Saltos; Projecto da GIAR de [illegible] Infraestruturas da Zona [illegible] (Concurso Público); Projecto [illegible] Envolvente ao Castelo

Actividades dos Serviços Sócio-[illegible]

Janeiro e Fevereiro de 1998

Apoio ós Cantinas Escolares; Apoio aos monitores escolares; Apoio e participação na organização do corso de Carnaval das Escolas; Apoio da Oficina da Criança na execução de [illegible] carnavalescos das Escolas Básicas 1; Organização do Corso Carnavalesco; Continuação da montagem da peça "A menina do Mar" de Sophia de Mello Breyner, a exibir para as crianças das escolas na Biblioteca Municipal, a partir do mês de Março; Curso breve de Língua Portuguesa que decorreu de 26 a 30 de Janeiro na Biblioteca Municipal; Preparação das Comemorações do 25 de Abril; Divulgação da Conferência "Um escritor e as letras do seu tempo" pelo Dr. Luís Filipe Castro Mendes, a realizar no dia 13 de Março na Biblioteca Municipal; Preparação da feira do Livro; Preparação das Festas Populares de Agosto; Animação Desportiva na escola do 1º Ciclo de Pedondo; Preparação do Grande Prémio de Ciclismo, a realizar em Abril; Preparação de intercâmbio com jovens de outros países; Expressão Dramática na Escola Básica 1 e Básica 2,3 de Pedondo; Preparação do Prémio Literário Hermâni Cidade; Apoio ao Programa Piloto Serviço Voluntário Europeu

2 - Assuntos Gerais do Concelho

Presidente da Assembleia - Antes de dar a palavra aos senhores membros, informo que tenho em meu poder um ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses relacionado com o XI Congresso da ANMP que se vai realizar em Vila Flouria nos dias 27 e 28 de Março.

Como todos sabem é necessário eleger um Presidente de Junta de Freguesia para participar juntamente com o Presidente da Assembleia nesse Congresso.

Contactei os dois presidentes das Juntas de Freguesia, e o da Junta de Freguesia de Montoito disse-me que não tinha disponibilidade. Sendo assim, irá o Senhor José Portel - Presidente da Junta de Freguesia de Pedondo e eu próprio participar no XI Congresso da ANMP.

Caetano Carriço - Queria saber como é que estava a questão de Loteamento do Fijeixo. As pessoas têm os Projectos feitos. Em princípio, na Câmara, não queriam aceitá-los não havia ordem para isso. Há questão de poucos dias começaram a receber os projectos, mas informam as pessoas que está demorado.

Em parte, sei o que se passa, mas gostaria que fosse dado um esclarecimento nesta Assembleia.

Presidente da Câmara - O atraso que teve o Loteamento do Fijeixo teve a ver com o registo do terreno na Conservatória. A senhora conservadora entendia que a forma como o Processo

de escritura da aquisição do [illegible] feita e o destaque como estava [illegible] poderia aprovar e o Loteamento [illegible] processo esteve parado na [illegible] durante algum tempo, até que [illegible] conversa que tive com a [illegible] e dos esclarecimentos que [illegible], o assunto neste momento está desbloqueado e está-se a proceder ao registo dos Lotes, dentro de duas, três semanas as escrituras começam a ser feitas.

A entrega dos Projectos tem a ver com o facto das escrituras não estarem feitas. As pessoas só podem entregar os Projectos e uma das peças é fazer prova que são titulares do terreno, senão fizerem a escritura é evidente que não fazem prova, portanto daí os serviços dizerem: "entregar ou não entregar" ficam parados.

Mas este problema está ultrapassado, espero que dentro de duas semanas comecem a fazer as escrituras.

Manuel Luís — O que se passa com a Etar de Zona 2?

Presidente da Câmara — Estamos a proceder á revalidação de acordo com o Projecto. Há nivelamento com o terreno do chamado Poço Velho que foi negociado com a Stª Casa da Misericórdia e que implicava também, para além, do valor monetário que a Câmara acertou com a Stª Casa da Misericórdia a entrega de um Lote de terreno, junto aos Lotes da Misericórdia.

Como, já tive ocasião de explicar numa Assembleia, houve problemas com aqueles terrenos que estavam em nome do INH - Instituto Nacional de Habitação, aquando da falência da Firma que construiu os outros blocos, esse processo já está ultrapassado. O INH fez uma escritura de doação dos Lotes á Câmara. Foi o processo que se encontrou mais rápido, mesmo assim demorou mais de 1 ano a resolver.

Agora estamos a registar esses terrenos para a Câmara poder concretizar o acordo com a Stª Casa da Misericórdia e podermos usufruir daquele espaço.

Falta fazer as ligações, a vedação para começar a funcionar.

José Siquenique — Houve algum problema com os Lotes junto ás escolas?

Presidente da Câmara — Recapitulando, na altura eram nove Lotes e foram ocupados quatro e ficaram cinco por construir no âmbito dos contratos de habitação do INH. A Firma que começou a fazer no CDH Jaliu, foi uma outra Firma "Seabra Gomes" que acabou as Obras e uma terceira Firma que comercializou os fogos.

Entretanto no Processo de falência da INTERLAGO que decorreu no Tribunal de Vila Franca de Xira, o Juiz por lapso considerou como património da INTERLAGO aqueles cinco Lotes onde não havia construção, não o devia ter feito. A Câmara recebeu o valor dos Lotes quan

do foi feita a construção e era feita por transferência do INH directamente para a Câmara.
Em relação àqueles cinco lotes não houve pagamento, porque não houve construção. Por lapso do Tribunal da Vila Franca de Xira foi considerado património do INH e este registou os terrenos.
Nós, na altura, não nos apercebemos disso e soubemos quando das negociações com a Stª Casa da Misericórdia quizemos dar aquele passo que era entregar um dos lotes à Stª Casa da Misericórdia, e aí tivemos a surpresa que os lotes não estavam em nome da Câmara.
Havia duas formas de resolver o problema ou havia a impugnação do processo de falência da INTERLAGO, junto do Tribunal de Vila Franca de Xira e a correcção dos valores patrimoniais da INTERLAGO, ou havia negociações directamente com o INH de forma que nos devolvessem os terrenos que eram nossos.
Eu, próprio, tive reuniões com o INH e concordaram, naturalmente, que os terrenos não eram deles. O que demorou foi tempo a fazer a transferência do INH para a Câmara, porque o INH como Instituto Público não pode dar terrenos às Câmaras.
Aqui, teve que se encontrar uma situação de excepção, devidamente fundamentada com autorização do Secretário de Estado da Habitação para que o INH desse, entre aspas, os terrenos que naturalmente eram da Câmara.
Depois foi feita uma escritura de doação, visto ser a forma mais explícita que encontramos para solucionar o problema.
E, para ver o caricato da situação a Câmara teve que deliberar aceitar, só assim se pode dar início ao Processo de transferência para a Câmara.
Miguel Casaca — Não havia possibilidades de tapar os buracos da estrada das Vinhas?
Vereador Recto — É um troço de estrada que nós temos problemas muito sérios, digamos que é maior dentro do concelho neste momento.
Estamos a aguardar, que o tempo melhore um pouco mais, que para podermos fazer uma intervenção de fundo. Será um pouco fazer o que fazemos nos Foros, fazer valetas cimentadas, substituir uma grande parte do ribeiro que está junto à estrada por valetas cimentadas e depois fazer um troço até mesmo à ponte em condições.
A nossa opinião em relação às Vinhas é um problema de drenagem de águas. Já tentei marcar esta semana uma reunião com o Engº Piedade para vermos, como é que nós vamos solucionar o problema das Vinhas.
Por muito que nós façamos nos seismos ou até na estrada com o asfalto, não resulta.
Os ribeiros a maior parte deles estão en-

tupidos, outros desapareceram. A [illegible] está disposta com o Ministério [illegible] encontrar uma solução, embora [illegible] seja da nossa competência, mas estamos dispostos para isso, e até já trocamos [illegible] opiniões.

Estamos já neste momento [illegible] alguns proprietários para [illegible] os muros o que não está a [illegible]. Houve alguns que caíram com as intempéries, e os proprietários queriam os muros prestes no outro dia. Está a haver algumas dificuldades com alguns proprietários.

PERÍODO RESERVADO À ASSISTÊNCIA:

Senhor Marcelo — O problema que ia levantar já foi levantado. Era sobre a estrada das Vinhas. Tem que se resolver, mas neste momento o que nós queríamos era os buracos tapados, de maneira que nós possamos transitar.

Presidente da Assembleia — Independentemente do arranjo da estrada, a Câmara vai debruçar-se sobre isso e mandar tapar os buracos.

E, não havendo mais assuntos a tratar o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião.

[signature]

[signature]

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE REDONDO REALIZADA NO DIA 24 DE ABRIL DE 1998

Aos vinte e quatro dias do mês de Abril de 1998, pelas vinte horas, na sala das sessões do edifício dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Redondo, para discutir a seguinte ordem de trabalhos: 1- ACTIVIDADE DA CÂMARA; 2- APROVAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTA DE GERÊNCIA/97; 3- REGULAMENTOS MUNICIPAIS; 4- TABELA TAXAS, LICENÇAS E TARIFAS DE ÁGUA; 5- ASSUNTOS GERAIS DO CONCELHO.

ESTIVERAM PRESENTES:

Presidente: João Alcino Branco

1º Secretário: Caetano Venâncio Gato Corriço

2º Secretário: Domingos Alberto Saraiva Boavida

Compareceram os seguintes membros:

Miguel Elísio Cajinha Alves, Manuel Balbino Garcia Branco, Ana Paula Carriço Leão Jeremias, Jacinto António Siqueniqué Corriço, António Alves Garcia, Miguel António Ratinho Casaca, António Inácio Grilo Festas, Manuel Luís Nunes Gomes, Mário José Mendes Relvas, José Joaquim Matalote Siqueniqué, José Manuel Mendes Portel.

Verificando que havia quorum, o Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão e antes da ordem do dia e conforme o Regimento da Assembleia, apresentou a seguinte proposta:

"Proponho à consideração dos senhores membros a dispensa da leitura do Expediente presente na mesa da Assembleia, estando como é óbvio, à disposição dos senhores membros".

Os senhores membros aprovaram por unanimidade a

dispensa da leitura do expediente presente à reunião.
EXPEDIENTE:
- Carta de António Joaquim Caeiro Ramalho pedindo a suspensão de mandato ao abrigo do artigo 79º do Decreto-Lei nº 100/84 de 29 de Março. Solicita ainda a justificação da falta da reunião de 27 de Fevereiro de 1998.
- Carta de José Manuel Mendes Fontes informando que não pode estar presente na reunião de 27 de Fevereiro de 1998, pelo que solicita a justificação da falta.
- Ofício da Associação Nacional de Freguesias Portuguesas informando que se aproxima a data limite das inscrições no XI Congresso da A.N.M.P.
- Ofício da Associação de Freguesias do Distrito de Beja informando que o Diário do Alentejo é o melhor jornal regional e o mais lido.
- Ofício da Associação Nacional de Freguesias Portuguesas informando que só poderão ser aceites as inscrições no Congresso respeitante a delegados cujos freguesias tenham a sua quotização em dia.
- Ofício do Ministério da Administração Interna enviando convite e Programa para o Seminário Internacional: "Polícia Municipal" - um Modelo Português".
- Fax do Ministério da Administração Interna reforçando o convite para participar no Seminário Internacional "Polícia Municipal - um Modelo Português" que se realiza em Lisboa no Forum Lisboa - Cinema Roma no próximo dia 23 de Março.
- Ofício do Centro de Cultura Recreio e Desporto dos Foros da Fonte Seca, enviando convite para a tomada de posse da nova Direcção.
- Ofício da Direcção do Regulamento Futebol Clube, enviando convite para o almoço que se realiza no próximo dia 19 de Abril/98 e também para assistir ao 2º Torneio de Futebol Infantil.
- Ofício da Direcção da Casa do Povo de Freixo convidando para o almoço convívio assinalando o final da época de futebol 97/98.
- Ofício da Associação Nacional de Freguesias Portuguesas informando que terminou o XI Congresso da A.N.M.P. e assim solicita o contributo para identificação de qualquer falha que possa ser tida em conta na preparação de próximas iniciativas da A.N.M.P.
- Ofício da Associação Nacional de Freguesias Portuguesas informando que se encontram disponíveis nos serviços, vários Pareceres do Comité das Regiões da União Europeia.
- Ofício da Associação Nacional de Freguesias Portuguesas enviando exemplares do Boletim da A.N.M.P., referente ao mês de Março/98.
- Ofício da Associação Nacional de Freguesias Portuguesas enviando os documentos aprovados na reunião do órgão máximo da A.N.M.P.
- Ofício da Associação Nacional de Freguesias Portuguesas enviando vários exemplares do Boletim da A.N.M.P. referente ao mês de Janeiro/98.

Aprovação da Acta - A Acta da Reunião Ordinária realizada em 27 de Fevereiro de 1998 foi aprovada por unanimidade.

) - Actividade da Câmara

INFORMAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL ACTIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE REDONDO

* ARRUAMENTOS

Arranjos de Sismos; Conservação de Estradas; Aber-

tura de Valetas; Pavimentação de Ruas (Recordo e Montoito; Arranjo de Ruas na Serra D'Osso

* INFRAESTRUTURAS

Tapada Municipal; Prolongamento da Rede de Águas; Zona Industrial de Redondo; Parque de Feiras e Exposições; Prolongamento das Redes Esgotos.

* APOIO AOS MUNICIPES

Programa Casa Caiada (Idosos e Necessitados); Arranjo de Telhados (Idosos e Necessitados

* OBRAS

Arranjo de Largos em Montoito e Redondo; Museu do Vinho; Pavilhão Polidesportivo junto às Piscinas; ETAR Zona 2; ETAR Zona 3; Ampliação da Estação de Tratamento de Água da Vigia; Centro de Artes e Ofícios (Castelo); Alargamento e Pavimentação da Estrada de Baixo dos Fores da Fonte Seca; Arranjo da Zona do Rossio em Montoito; Balneário de Apoio ao Campo de Futebol das Aldeias de Montoito; Piscinas Cobertas - Adjudicada; Pavilhão Gimnodesportivo; Casa Mortuária de Santa Suzana (Concluída); Zona Verde junto ao Polidesportivo de Santa Suzana*; Balneário de Apoio ao Polidesportivo de Santa Suzana; Projecto de Tanque de Saltos; Projecto da ETAR de Montoito; Projecto de Infraestruturas da Zona Industrial Montoito (Concurso Público); Projecto de arranjo da Zona Envolvente ao Castelo; Projecto de um Edifício por detrás do Tribunal, para a instalação das Finanças, Tesouraria e Assembleia Municipal; Projecto de adaptação do Edifício da Antiga Cadeia de Montoito em Sedes de Associações

ACTIVIDADES DOS SERVIÇOS SÓCIO-CULTURAIS

MARÇO E ABRIL DE 1998

Apoio às Cantinas Escolares; Apoio aos Transportes Escolares; Exibição da peça "A Menina do Mar" de Sophia de Mello Breyner, na Biblioteca Municipal, para as crianças do 1º ciclo; Conferência "Um escritor e as letras do seu tempo" pelo Dr. Luís Filipe Castro Mendes, dia 13 de Março na Biblioteca Municipal; Preparação da Feira do Livro, sob o tema Os Oceanos; Elaboração do programa das Comemorações do 25 de Abril; Organização do XIII Prémio de Ciclismo de Redondo, na categoria de cadetes e juniores; Animação Desportiva na Escola Básica 1 de Redondo; Expressão Dramática na Escola Básica 1 e Básica 2,3 de Redondo - Preparação do V Encontro de Teatro Escolar; Divulgação do Prémio Literário Hernâni Lidade - Recepção dos Trabalhos; Apoio à Comemoração do Dia da Árvore, iniciativa das Escolas e Jardins de Infância do Concelho; Apoio ao projecto "Marchas Populares", iniciativa da Associação de Pais e Encarregados de Educação da EBI de Redondo; Apresentação do projectos OTL.

2 — APROVAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTA DE GERÊNCIA 197

Todos os pedidos solicitados pelos senhores membros foram esclarecidos pelo Senhor Presidente da Câmara, que de seguida informou a Assembleia de que em virtude da situação criada por uma funcionária da Contabilidade, que entretanto já não está ao serviço da Câmara, alguns registos não estarão feitos da forma mais correcta em termos de rubricas orçamentais.

É uma situação que introduz algumas imprecisões por sectores alterando os valores parciais mas que não põe em causa a credibilidade da Conta de Gerência em termos globais.

Aliás, já em anteriores Assembleias, tinha informado que era previsível haver dificuldades no rigor da Conta de Gerência, setorialmente apenas, de acordo

com as informações resultantes do inquérito disciplinar instaurado à funcionária em causa.

A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade e em minuta o Relatório e Conta de Gerência da Câmara Municipal referente ao ano de 1997.

3 – Regulamentos Municipais.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Os senhores membros receberam um exemplar do documento, se têm alguma dúvida queiram colocá-la.

A Assembleia Municipal, aprovou por unanimidade e em minuta os Regulamentos Municipais.

4 – TABELA DE TAXAS, LICENÇAS E TARIFAS DE ÁGUA.

PRESIDENTE DA Assembleia – Se alguns dos senhores membros têm alguma questão faz favor de a colocarem.

A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade e em minuta a Tabela de Taxas, Licenças e Tarifas de Água.

5 – Assuntos Gerais do Concelho.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Antes de dar a palavra aos senhores membros, informo que temos que eleger um Presidente da Junta de Freguesia para fazer parte dos vogais do Conselho Cinegético Municipal.

Falei, há dias, com os dois Presidentes e chegamos à conclusão que o que está mais disponível é o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Redondo.

A Assembleia Municipal, elegou o Presidente da Junta de Freguesia de Redondo, senhor José Manuel Mendes Portel para fazer parte dos vogais do Conselho Cinegético Municipal.

Caetano Carriço – No que respeita às Comemorações do 25 de Abril, quero dizer que as pessoas do Freixo não ficaram contentes com a actuação do Grupo que foi apenas de 20 minutos. Estão habituados a outro tipo de confraternização. Gostam de um baile de estar uns com os outros e beber um copo.

PRESIDENTE DA CÂMARA – Foi uma parte das Comemorações do 25 de Abril.

JOSÉ PORTEL – Chamava a atenção para situações pontuais do Concelho das estradas: das Vinhas, Freixo, Santa Suzana, Foros da Fonte Seca, todas elas merecem uma atenção especial. É certo que quando se fez o arranjo com microaglomerado, acerca de um ano elas ficaram relativamente boas.

Sei que existem algumas colunas para colocar o nome das ruas, na Tajada Municipal.

Sei que há alguns problemas com a distribuição do Correio e não só. E, sabendo-se que, já, foram atribuídos nomes às Ruas de forma que queria saber qual o tempo previsto para resolver essa situação?

VEREADOR RECTO – Queria lembrar à Assembleia que durante o Inverno tivemos uma brigada nas estradas. Perdemos algum tempo e ainda bem que o perdemos, porque é a única maneira de conseguirmos melhorar o acesso entre Aldeias de Montoito e Santiago Maior. Fizemos uma intervenção. Neste momento andamos no Freixo. Elas não estão boas, mas também noutras alturas, e, após o Inverno, é sempre o período em que se encontram piores.

Vamos continuar com a brigada nas estradas, durante o ano todo.

As placas estão feitas e foram feitas por carpinteiros e vão levar um painel de azulejos que também já está feito e dentro de quinze dias devemos colocá-los.

JOSÉ PORTEL – Sei que não é da competência da Câmara Municipal, mas tem a ver com o estado em que se encon-

tra a estrada de Montoito, já foi aqui falado, mas de qualquer das formas, se houve alguns contactos, alguma preocupação, da parte do executivo em relação a esta situação. Se há alguma previsão em relação à data ou altura em que irá ser requalificada a estrada de Santa Suzana - Montoito.

Sei que há uma empresa que anda a fazer uma reparação na zona da fonte do Azinhalinho, não sei se isso tem uma sequência.

PRESIDENTE DA CÂMARA - Posso informar de que em relação às obras da estrada 251, vão terminar na zona do lado da Boa Nova, progressam a Reserva para fazerem as ligações às estradas municipais e fazer as duas rotundas: a rotunda junto ao cruzamento de Montoito e a outra é entrada de Vila Viçosa.

Em relação à estrada 251 para Montoito está adjudicado o trabalho de revestimento superficial, uma para já ter começado, mas não começou, precisamente por insegurança do tempo, mas deve começar brevemente, segundo informação dada pelo engenheiro Bilro.

MANUEL LUIS - O escorrega do jardim infantil tem o fundo roto. Na travessa do Dr. Moura não tem placa a indicar o nome da rua. E se havia possibilidade de pôr só um sentido ou de estacionamento proibido.

PRESIDENTE DA CÂMARA - Também já aí, temos uma informação, após algumas investigações da G.N.R., de algumas pessoas que procederam a esburgas no jardim público, em breve também iremos actuar.

MANUEL LUIS - Em relação aos postes da rotunda, falou-se aqui que iriam chamar as pessoas que ainda não tinham construído. Já há alguma coisa nesse sentido?

PRESIDENTE DA CÂMARA - Em relação aos postes da rotunda, chamaram as pessoas para ver o que iam fazer, algumas anunciaram que iam desistir. Neste momento estamos a tomar uma decisão aos postes não construídos já terminaram os prazos e de acordo com a escritura pode-se optar pela cláusula de reversão do terreno a favor da Câmara.

O processo está em fase terminal. Foram chamadas todas as pessoas que não tinham construído.

MANUEL BALBINO - Não havia possibilidade de colocar nesta Barragem da Vigia duas bicas automáticas? As pessoas que chegam ali têm que ir beber a Montoito ou a Record.

PRESIDENTE DA CÂMARA - A conduta de Montoito já teve uma torneira que se encarregaram de partir como têm sido partidas as ventosas.

Eu sou o primeiro a apoiar essa ideia, mas tem a certeza que passada duas ou três semanas ou se pache a torneira ou esta deita água de dia e noite.

MANUEL BALBINO - Mas a água se perde na conduta que vem para Redondo.

PRESIDENTE DA CÂMARA - A primeira parte está arranjada, a segunda está a ser arranjada, com substituição de todo o material.

MANUEL BALBINO - Não é possível?

PRESIDENTE DA CÂMARA - Possível é. Agora nós sabemos o que aconteceu às ventosas e à bomba do Poço.

Espero dentro de dois meses termos o Alvará do Loteamento da Vigia, emitido.

E, as obras vão arrancar a nossa altura vai acabar esse jogo.

Há uma parte pública junto à fonte da Sagatoa que é da responsabilidade de investidor para entrega à

Camara, ao domicilio público.
ANTÓNIO FESTAS – Nessa altura já somos velhos.
PRESIDENTE DA CÂMARA – Talvez não, talvez não, vamos ser optimistas.
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Como todos os senhores membros sabem, comemora-se a 25 de Abril, Comemoram-se 24 anos da Revolução dos Cravos. Com essa Revolução deu-nos a nós todos estarmos aqui presentes.
Sendo o Poder Local uma das maiores conquistas de Abril, é meu dever, efectivamente saudar essa grande data, a data que nos deu a liberdade.
Só é possível estarmos, aqui, precisamente porque se deu o 25 de Abril, que nos libertou da ditadura. Gostaria que esta Assembleia, em nome da Mesa, saudasse o 25 de Abril, e que todos nós democratas e progressistas continuemos a lutar para que o 25 de Abril seja uma data inesquecível.
E, que todos nós, amanhã, possamos participar em Redondo nas Comemorações do 25 de Abril. Quero deixar, aqui, em nome da Mesa desta Assembleia um salvo e palmas muito viva, para que o 25 de Abril perdure sempre na nossa memória.
Viva o 25 de Abril!
ASSISTÊNCIA: Não houve.
E, não havendo mais assuntos a tratar o senhor Presidente deu por encerrada a reunião.

João Alexo Branco
[illegible]

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE REDONDO REALIZADA NO DIA 30 DE JUNHO DE 1998

Aos trinta dias do mês de junho de 1998, pelas vinte horas e trinta minutos, na sala das sessões do edifício dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Redondo, para discutir a seguinte ordem de trabalhos: 1 – ACTIVIDADE DA CÂMARA; 2 – DERRAMA; 3 – CONTRIBUIÇÃO AUTARQUICA; 4 – ORGANOGRAMA, QUADRO DO PESSOAL; E ESTRUTURA FUNCIONAL; 5 – ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA PARA SER INTEGRADO NA ASSEMBLEIA DISTRITAL DE ÉVORA; 6 – ASSUNTOS GERAIS DO CONCELHO.

ESTIVERAM PRESENTES:
PRESIDENTE : João Alexo Branco
1º SECRETÁRIO : Caetano Venancio Gato Carriço
2º SECRETÁRIO : Domingos Alberto Soraiva Boavida

COMPARECERAM OS SEGUINTES MEMBROS:
Faustino Manuel Salvador Jeremias; Miguel Elisio Ojinha Alves; Manuel Balbino Garcia Branco; Jacinto António Siquenique Carriço; António Alves Garcia; Miguel António Ratinho Casaca; Manuel Luis Nunes Gomes; Mario José Mendes Relvas; José Manuel Mendes Portel; Orlando José Ambrósio Sajara; João Sebastião Cardoso Azaruja

TOMADA DE POSSE

O Senhor Dr. António Joaquim Caeiro Ramalho da Lista PS pediu a substituição do cargo de membro da Assembleia Municipal.

Nos termos do artº 73º do Decreto Lei nº 100/84 de 29 de Março e artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu

posse ao candidato a seguir na lista, senhor Dr. João Sebastião Cardoso Azarujo, casado, de 41 anos de idade, filho de José Francisco da Conceição Azarujo e de Adile Franco Cardoso, professor do Ensino Secundário, natural de Freguesia e Concelho de Redondo, residente no Largo dos Combatentes da Grande Guerra, nº2 em Redondo, portador do Bilhete de Identidade número 4871801 passado pelo Arquivo de Identificação de Lisboa em 21-04-93 aa) João Alcina Branco e João Sebastião Cardoso Azarujo

Verificando que havia quorum, o Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão e antes da ordem do dia e conforme o Regimento da Assembleia, apresentou a seguinte proposta:

— Proponho à consideração dos senhores membros a dispensa da leitura do Expediente presente na mesa da Assembleia, estando como é óbvio, à disposição dos senhores membros.

Os senhores membros aprovaram por unanimidade a dispensa da leitura do Expediente à reunião.

EXPEDIENTE:

— Ofício do Presidente da Câmara Municipal submetendo à aprovação o lançamento de uma Derrama de taxa de dez por cento sobre as contribuições rústicas industriais

— Ofício do Presidente da Câmara Municipal submetendo à aprovação a taxa da Contribuição Autárquica para prédios urbanos e que o valor fosse fixado em 1,3% conforme artº 45 da Lei 52 c/96 de 27/12.

— Ofício do Presidente da Câmara Municipal submetendo à aprovação o Organograma e Quadro de Pessoal desta Câmara Municipal.

— Ofício do Presidente da Assembleia Distrital de Évora solicitando a indicação de um Presidente de Junta de Freguesia eleito em Assembleia Municipal que substitua o actual Presidente, com vista à sua integração na Assembleia Distrital.

— Carta de Faustino Manuel Salvador Jeremias informando que não pode estar presente na reunião de 24-4-98, pelo que solicita a justificação da falta.

— Carta da Direcção Nacional do STAL informando que ninguém pode afirmar não ter responsabilidades, quer a nível de Governo, quer a nível de Autarcas.

— Ofício do Parlamento Europeu informando que na sessão Plenária do mês de Maio analisou em segunda leitura um relatório parlamentar sobre a qualidade de água.

— Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses enviando exemplares do Boletim da Associação Nacional referente ao mês de Abril/98.

— Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses enviando o Parecer do Arte Projecto de Lei de Finanças Locais.

— Ofício do Presidente da Assembleia Distrital de Évora informando que a acta nº 18 ficou por discutir e aprovar e ficou decidido na reunião de 4-5-98 remeter cópia aos membros da Assembleia Distrital de Évora Cessante.

— Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses informando que no dia 5 de Junho/98 realizou-se um Seminário Sobre "Os Municípios e o Desenvolvimento Social Integrado".

APROVAÇÃO DA ACTA: A acta da Reunião Ordinária realizada em 24 de Abril de 1998 foi aprovada com 1 abstenção.

INFORMAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE REDONDO

*ARRUAMENTOS
Arranjo de Sesmos; Conservação de Estradas; Abertura de Valetas; Pavimentação de Ruas (Redondo e Montoito); Arranjo de Ruas na Serra d'Ossa
INFRAESTRUTURAS
Tapada Municipal; Prolongamento da Rede de Águas; Zona Industrial de Redondo; Parque de Feiras e Exposições
*APOIO AOS MUNICIPES
Programa Casa Caiada (Idosos e Necessitados); Arranjo de Telhados (Idosos e Necessitados); Limpeza de Linhas de Água na Zona das Vinhas
*OBRAS
Arranjo de Largos em Montoito e Redondo; Museu do Vinho; Pavilhão Polidesportivo junto às Piscinas; ETAR Zona 2; ETAR Zona 3; Ampliação da Estação de Tratamento de Água da Vigia; Centro de Artes e Ofícios (Castelo); Alargamento e Repavimentação da Estrada de Baixo dos Foros da Fonte Seca; Arranjo da Zona do Rossio em Montoito; Balneário de Apoio ao Campo do Futebol das Aldeias de Montoito; Piscina Coberta - Adjudicada; Pavilhão Gimnodesportivo; Casa Mortuária de Santa Suzana (concluída); Zona Verde junto ao Polidesportivo de Santa Suzana; Balneário de Apoio ao Polidesportivo de Santa Suzana; Projecto do Tanque de Soltos; Projecto de ETAR de Montoito; Projecto de Infraestruturas da Zona Industrial Montoito (Concurso Público); Projecto de Arranjo da Zona Envolvente ao Castelo; Projecto de um Edifício por detrás do Tribunal, para a instalação das Finanças, Tesouraria e Assembleia Municipal; Projecto de adaptação do Edifício da Antiga Cadeia de Montoito em Sedes de Associações;

ACTIVIDADES DOS SERVIÇOS SOCIO-CULTURAIS
MAIO E JUNHO DE 1998
Apoio às Cantinas Escolares e aos Transportes Escolares; XII Feira do Livro - de 2 a 13 de Maio; Visita das escolas do Concelho à Feira e à Oficina de Educação pela Arte; Apoio ao projecto «Redondo Vila Florida» da área escola do 6º B - da Escola Dr. Hêrnani Cidade; Curso Breve de História da Literatura Portuguesa pela Dra. Silvina Lopes - Biblioteca Municipal; Entrega dos Trabalhos do Prémio Literário Hernâni Cidade aos membros do Júri; Concerto no Cinema Municipal, pelo Pedro Coldeira Cabral; Preparação das exposições das Festas de Agosto; Abertura das Piscinas Municipais; Preparação e elaboração do programa das Festas Populares; Apoio ao baile dos alunos dos 8º E 9º (A, B e C) da EB 2,3 Dr. Hernâni Cidade (Música dos Anos 60).; Apoio às «Marchas Populares» - Desfile dos alunos (da EB1 de Redondo); Apoio às Festas Populares do Concelho; Mostra de Produtos do Concelho de Redondo na Feira de S. João; Expressão Dramática na EB1 e EB2,3 de Redondo preparação do 5º Encontro de Teatro Escolar de Redondo; Apoio às actividades do Clube de Astronomia na EB 2,3 de Redondo; Apoio às actividades do Grupo Cultural da EB 2,3 de Redondo - Ensaios e Representação da peça «Leandro, Rei da Helíria» de Alice Vieira no Inatel em Évora; Ensaios da entrevista com Vasco da Gama para a inauguração do painel de azulejos; Apoio à representação da peça «Ulisses para a Expo 98; Realização do 5º encontro de Teatro Escolar de Redondo nos dias 29 e 30 de Maio; Montagem de peças de Teatro para as actividades do final do ano lectivo de EB 2,3 de Redondo: ensaios e representações; Apoio

à preparação do projecto de férias de cruzo cultural de 32,3 de Rodrão

SERVIÇOS - CULTURAIS - DESPORTO

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

Preparação do Projecto de Férias Desportivas; Animação Desportiva na Escola do 1º Ciclo de Rodrão; Convívio de Mini Andebol da Escola do 1º Ciclo de Rodrão; Convívio Mini-Andebol em Montoito para as Escolas da Freguesia de Montoito; Visita à Loja com jovens Carenciados e Idosos; Realização de 1ª Generalidade Dyane de Rodrão.

1 - ACTIVIDADE DA CÂMARA

JOÃO AZARUJA - As obras da ETAR da zona 2 já estão embargadas?

PRESIDENTE DA CÂMARA - As obras da ETAR da zona 2 não estão embargadas e nunca estiveram. A fase que falta concluir é a ligação à rede que tem a ver com a falta de, não termos ainda feito escritura do terreno com a Santa Casa da Misericórdia por onde passa o emissário.

Não há qualquer embargo. Estamos também a acabar a redacção. A obra foi licenciada.

JOÃO AZARUJA - A Câmara e a Santa Casa da Misericórdia chegaram a acordo com a aquisição daquele terreno?

PRESIDENTE DA CÂMARA - Sim. Está negociado, está acordado, apenas falta a escritura. Foi acordado o valor e uma cedência de 50 m² de terreno junto ao Bloco que a Misericórdia disse para poder, se obtiver financiamento para tal, construir mais um Bloco para habitação social.

2 - DERRAMA

Presidente da Assembleia Municipal procedeu à leitura do ofício nº 1113/18 de 3-6-18 enviado pela Câmara Municipal, do seguinte teor:

"Para os devidos efeitos se transcreve a deliberação de Câmara tomada na reunião realizada a 13-5-18, sobre o lançamento de uma derrama.

O Senhor Presidente informou que a lei permite o lançamento de uma derrama a que ofereceu-se em conta o peso desta carga fiscal, reconhecia igualmente a necessidade deste reforço às receitas municipais.

Seguidamente o Senhor Presidente propôs que, tendo em atenção que nos anos anteriores a Câmara Municipal de Rodrão recorreu ao lançamento de uma derrama de dez por cento sobre as contribuições rústicas e urbana e sobre a contribuição industrial para fazer face a encargos com obras de melhoramentos a realizar na área da freguesia, considerando que os rendimentos da Câmara continuam a ser insuficientes para suportar os encargos sempre crescentes:

a) A Câmara deliberou o lançamento de uma derrama de dez por cento sobre o rendimento dos pessoas colectivas (I.R.C.), relativa ao rendimento gerado na sua área geográfica, ao abrigo do artigo quinto do Lei 1/87, de 6 de Janeiro alterado pelo Decreto-Lei nº 442-B/88, de 19 de Dezembro.

b) Que se submeta o assunto à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea f) do artº 39º do Decreto-Lei n. 100/84, de 29/3.

c) Que se solicite ao Director de Finanças do Distrito de Évora para que a liquidação e cobrança da derrama seja feita através da Repartição de Finanças de Concelho de Rodrão cumulativamente com a cobrança dos impos-

tos sobre que recai.
A Câmara deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta do Senhor Presidente, devendo a mesma ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal."
A Assembleia Municipal aprovou (com duas abstenções) em minuta a proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, o lançamento de uma Derrama da taxa de 10% sobre as contribuições rústicas e urbana e sobre a contribuição industrial.

3 — CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA

Presidente da Assembleia procedeu à leitura do ofício nº 1113/98 de 3/6/98, enviado pela Câmara Municipal do seguinte teor:

"Para os devidos efeitos informo V.Exª que foi presente à reunião de Câmara realizada em 3-5-98, a taxa da Contribuição Autárquica para prédios urbanos e foi deliberado o seguinte:

Propõe o Senhor Presidente que a taxa da Contribuição Autárquica para prédios urbanos fosse fixada em 1,3%, conforme art. 45 da Lei 52 C/96, de 27/12.

A Câmara deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta do Senhor Presidente e submeter o assunto à aprovação da Assembleia Municipal."

Miguel Casaca - Essa taxa é finalizada ou reformada ou tem algum benefício desses?

PRESIDENTE DA CÂMARA - É igual para todos. É sobre a matéria colectável. Há muitos prédios rústicos e urbanos que estão isentos da Contribuição Autárquica. Face à naturalização mais da metade estão isentos da contribuição autárquica.

A Assembleia Municipal aprovou (com duas abstenções) em minuta o lançamento da taxa da contribuição autárquica para prédios de 1,3%.

4 — ORGANOGRAMA, QUADRO DO PESSOAL E ESTRUTURA FUNCIONAL

Presidente da Assembleia procedeu à leitura ofício nº 1197/11 de 98-6-17 do seguinte teor:

"Para os devidos efeitos, junto remeto a V.Exª a estrutura funcional, organograma e quadro de pessoal desta Câmara Municipal, os quais foram presentes à reunião extraordinária realizada em 17/6/98, e aprovados por unanimidade e em minuta".

PRESIDENTE DA CÂMARA - Este documento trata de uma actualização do Organograma e Quadro de Pessoal e estrutura funcional existente. Procurando, por um lado introduzir alguns serviços que se entendem criar, embora na prática possam já existir, mas atribuindo-lhes portanto o nome.

A última actualização do Organograma e Quadro de Pessoal já tinha alguns anos e vai havendo necessidade de distribuir de outra forma os Serviços da Câmara e daí, portanto, surgir este Organograma com a descrição das competências de cada um dos Serviços ou Sectores, aí indicados no Organograma.

Em relação ao Quadro de Pessoal houve a preocupação de contemplar algumas situações para as quais, o que estava em vigor não estava preparado e refiro-me a situações de trabalhadores que foram contratados para exercer uma determinada tarefa, depois evoluíram para outra e, por vezes há situações em que se criam impasses por não haver lugares no Quadro em progredir na carreira.

Portanto há necessidade de fazer esta correcção ao fim de alguns anos, deixando também uma margem

para não estarmos todos os dias para fazermos essas reuniões.

O que está, aqui, contemplado neste ponto são situações provisórias, em relação aos trabalhadores existentes e mais alguns que possam dar a entrada e estabelecido também, naturalmente, a alguns casos que a própria Freguesia possa ter, quando às dificuldades quanto ao número de jogos.

Devo informar a Assembleia que para além deste ter sido aprovado por unanimidade em reunião de Junta, como o Senhor Presidente já referiu, os trabalhadores foram ouvidos, as situações individuais de cada uma das situações que estavam por resolver foram identificadas, que se procura agora corrigir e a remissão Sindical também foi ouvida.

A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade e em minuta o Organograma e Quadro de Pessoal e Estrutura funcional.

5 - ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA PARA SER INTEGRADO NA ASSEMBLEIA DISTRITAL DE ÉVORA

Presidente da Assembleia - O assunto dos jantos já foi, aqui, falado na última Assembleia. Hoje, temos que eleger um dos Presidentes das Juntas de Freguesia. Tive o cuidado de falar com os três e ficou decidido entre eles que seria o Presidente da Junta de Freguesia de Redondo se todos concordassem.

A Assembleia Municipal elegeu o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Redondo - José Pinto Rodrigues Farrica para ser integrado na Assembleia Distrital de Évora.

6 - ASSUNTOS GERAIS DO CONCELHO

Mário Relvas - Gostava de saber porque é que a Junta de Freguesia Montoito depois de receber a pagamento da luz e do telefone?

Agora esses pagamentos fazem-se numa boa perfeição.

Presidente da Assembleia - Terá que ser a Junta de Freguesia de Montoito a informar e esclarecer porque é que isso aconteceu, porque nós desconhecemos o assunto.

Orlando Ambrósio - De facto isto não é uma pergunta para aqui uma vez que é assunto da AFN, mas vou informar e esclarecer. Tentámos que as coisas corressem pelo melhor, mas acontece que havia dias em que estavamos fechados, por exemplo em Telecrónica de Junto. As pessoas chegavam lá para fazer os pagamentos por vezes não podia ser, depois quando voltavam no outro dia, já não podia ser, visto o prazo ter terminado. Então, daí, começou-se a gerar uma confusão com os pagamentos e nós, portanto tivemos que dar solução disso, para não podia ser assim.

João Casaruja - Estamos grãtamente dentro do período de férias e em termos de Turismo e informação o que se passa no Redondo?

Vamos à zona mais antiga do Redondo e estou a lembrar-me que há um Plano de Melhoramento para a Zona do Castelo. O Castelo está cheio de ervas, a Torre de Menagem, aliás as duas torres que estão no Castelo estão bastante degradadas. A Câmara pode dizer que a responsabilidade é do Estado, mas a Câmara tem um edifício em ruínas, a antiga cadeia, na minha opinião é mau. Depois vamos ver os miradouros do S. Pedro e da Boa Vista que estão cheios de ervas por tudo e pedi.

O Museu do Vinho, já várias vezes foi anunciado por terminado e ainda não funciona.

O Museu do Barro para quando a sua abertura?

Já por vezes, aqui, foi falado, o estado em que se encontra a estrada dos Vinhos. A estrada do Barro dos Foros da Fonte Seca está num estado miserável.

Presidente da Câmara - A recepção do Museu do Vinho vai ser o local onde vai funcionar o Posto de Turismo. Quando abrir o Museu do Vinho abrirá o Posto de Turismo, devidamente sinalizado.

As obras do Museu do Vinho estão quase concluídas, a parte museológica penso que nos próximos meses iremos concluir os trabalhos. Tem havido algum cuidado em se definir, exactamente o conteúdo do Museu.

Pôr, lá, o conteúdo das peças alusivo à vinha e ao vinho isso já se teria feito e seria fácil.

O que nós pretendemos do Museu do Vinho é algo mais do que isso.

É o espaço onde se conte a história da vinha e do vinho, ligada ao belo, ao profano e ao religioso e naturalmente com elementos justificativos, em termos de instrumentos, de materiais e, é um trabalho que tem provocado, digamos alguma divergência de opiniões entre as pessoas que estão a trabalhar nisto, nomeadamente entre a arquitecta e os museólogos e pessoas ligadas à vinícola e neste momento está-se a chegar a um consenso do conteúdo.

Na semana passada estava marcada uma reunião, não se realizou por motivo de uma pessoa que adoeceu, mas penso que uma próxima reunião as coisas ficarão, digamos, concluídas em termos de definição do conteúdo do Museu, espaço superior, de modo a podermos avançar para a elaboração desses elementos que vão preencher o espaço superior.

Essas coisas, fazer à pressa pode não ser a melhor solução e, assim, optamos fazer com algum cuidado, ouvindo e pedindo, inclusivamente, a opinião de pessoas que estão ligadas ao sector.

Em relação ao Museu do Barro está dependente, de certo modo, a sua abertura da mesma equipa do Museu do Vinho, visto ser uma parte dessa equipa que está a proceder à definição do conteúdo do Museu do Barro. Posso dizer que em relação ao Museu do Barro estava feito um trabalho de elaboração logotipo, inclusivamente no âmbito de um trabalho de fim de curso, em que isso foi combinado e foi aproveitado e acho que foi bom trabalho e depois será apresentado, na altura, publicamente.

Portanto o que nos falta é pô-lo a funcionar tirando a parte eléctrica que tem a ver, naturalmente, com aquilo que se põe e como se põe essa é uma parte que irá ser definida depois.

O Plano de Melhoramento da Zona do Castelo, nós pedimos a sua elaboração ao GAT de Évora e estamos a aguardar para depois o discutirmos com as outras entidades responsáveis pela Zona. Não é só a Câmara que é responsável por aquela Zona como foi referido.

É evidente que em relação a alguns monumentos a responsabilidade não é da Câmara, nem sequer tem poder para intervir.

Em relação à antiga cadeia ou celeiras do Povo posso dizer que faz parte do Plano de Actividades da Câmara, aquele espaço ser convertido em Centro de Artes

e Ofícios, esforçamos começar no próximo ano.

Em relação às estradas quer dos Foros quer dos Vinhos, nós temos uma brigada dotada com os meios necessários para este tipo de obras.

A seguir à estrada dos Foros irá começar na estrada dos Vinhos que necessita, naturalmente de uma intervenção semelhante à estrada dos Foros para escoamento de águas nas valetas.

Estamos, também, em contacto com alguns proprietários porque há necessidade de alargar a estrada nalguns pontos. Há receptividade de uns e não há de outros. Há aquele problema dos muros que acaba por funcionar como barragens e senão houver colaboração dos proprietários é difícil fazer-se um trabalho de fundo. Mas a pouco e pouco os proprietários têm aderido e quando se começar a fazer a obra estou convencido que estamos em condições.

Estamos a iniciar um pouco de estudo, digamos para colocação de tapetes nas estradas. Depois da experiência dos microaglomerados e da selagem das estradas, algumas estão em condições de agora poderem levar o tapete betuminoso, sem problemas de partir fàcilmente, porque estas estão em condições. Como já tive ocasião de dizer é intenção da Câmara nos próximos anos que a rede municipal de estradas seja toda coberta com o tapete betuminoso.

João Azaruja – A de Santa Susana, presumo eu, é até ao traço, limite ao concelho.

Presidente da Câmara – Penso que é aí que acaba a nossa responsabilidade. Posso-me dizer que já fiz sentir junto da Câmara de Évora a necessidade e fiz o pedido, naturalmente, à Câmara de Évora a ver se

faziam uma intervenção no traço até ao ajeadeiro, para melhorar as condições.

João Azaruja – Já há algum Regulamento para a aquisição e a atribuição de lotes no 2º Industrial?

Presidente da Câmara – Eu sugeria que se dirigisse a Auta e solicitasse fotocópia, porque eu agora não tenho, aqui, o Regulamento.

Miguel Alves – O Museu do Barro ficou dependente de ouvir a opinião dos intervenientes ou falta de museólogos?

Presidente da Câmara – As pessoas que estão a trabalhar no Museu do Vinho são também as que estão a trabalhar no Museu do Barro, nós pensamos que é prioritário o Museu do Vinho, e é prioritário definir-se o conteúdo do Museu do Vinho e ao fazer esse trabalho estamos a atrazar o Museu do Barro. Temos uma equipa, contratamos dois museólogos, portanto uma pessoa mais considerável – António Nobais que está a fazer o acompanhamento em termos de regras de museologia.

Miguel Alves – Na estrada dos Vinhos senão houver o consenso entre os proprietários e a Câmara, nunca mais se faz o arranjo.

Presidente da Câmara – Não foi isso que eu disse. O que eu disse, naturalmente, que é um processo pela existência dos muros. Houve necessidade de ir falar com os proprietários para ir desbloqueando, para eles se disponibilizarem a permitir o alargamento da estrada.

Nalguns casos derrubado muros velhos que não têm qualquer utilidade, noutros permitindo que as águas sejam desviadas por outro caminho, portanto esse trabalho está a ser feito. O que eu disse é que alguns proprietários mostraram-se receptivos e disseram

que se for necessário tudo bem. Nós sabemos que naquela estrada não conseguimos fazer o seu traçado todo da mesma largura. Se conseguirmos fazer de tantos em tantos metros zonas mais largas que permitam o cruzamento fácil de duas viaturas pesadas, por exemplo, resolve-se o problema de circulação naquela estrada.

Miguel Alves - Há interesse que sejam todos, ou há uma forma ou medida que não estejam de acordo em ceder aos interesses?

Presidente da Câmara - É evidente que há para a expropriação e para Processo Contencioso etc., se calhar, neste momento não será o melhor para as pessoas que circulam por aquela estrada, porque são processos que levam anos a resolver.

O que é pena é que a Direcção Geral do Ambiente com quem contactamos no sentido de um traço de estradas autorizar a colocação de manilhas de 2,10m na berma, de modo a pudermos aumentar a faixa e ter enfim melhor situação e a DRAU não autorizar. Estou convencido se houvesse um pouco de boa vontade, podia ter-se ultrapassado isso, isto em relação às águas no seu todo, porque na uma parte que a Câmara já assumiu fazer a saída da ETAR e já está a funcionar.

O eterno problema dos muros que para algumas pessoas são sagradas e não abdicam dos muros velhos que lá estão.

Vereador Recto - Nós se pretendemos mexer nos muros e terrenos é para eliminar algumas curvas, o que permitia mais visibilidade.

Os contactos que tivemos já com alguns proprietários, é evidente que eles não nos dizem que não. Tirar um muro ir fazer outro, quanto é que isso não custa. É um bocado complicado, mas estou convencido que as próximas conversas que vamos ter com eles, que vai reinar o bom senso e vamos chegar a acordo e tirarmos algumas curvas.

Presidente da Câmara - Bom seria que a Direcção Geral do Ambiente e Recursos Naturais tivesse meios financeiros para fazer este tipo de obras.

O problema não é só dos Vinhos. Em termos do Alentejo todos sabemos que as linhas de água deixaram de ser limpas com o desaparecimento dos Guardas Rios.

Aquilo que acontece um pouco por todo é que, hoje, as linhas de água estão identificadas. Aquilo que era o escoamento das águas e impedia que houvesse maior acumulação depois de o ser. Agora estamos em situações muito maiores.

Orlando Ambrósio - Em Montoito, acontece que as condutas de água rebentam diariamente, e quando acontece à sexta-feira à noite ou sábado, como aconteceu há pouco não havia piquete. Estivemos sem água.

Ao fim de semana, pelo menos havia de existir o piquete.

Presidente da Câmara - Penso que o Vereador Inácio pode dar informação. Ainda, hoje, de manhã estive a fazer o ponto da situação em relação às roturas que aconteceram ao fim de semana.

Devo dizer-lhes que as roturas têm a ver com questões de ordem técnica e o senhor Presidente da Junta conhece perfeitamente, tem a ver com o tipo de material que foi utilizado na altura, portanto com a oscilação do terreno, as cabeças da tubagem não é suficientemente flexível para acompanhar os movimentos do

do terreno em Montoito.

A solução era retirar toda a conduta e abrir novamente toda a rede de esgotos de Montoito e pôr uma rede nova.

Em relação à questão deste fim de semana, hoje, de manhã estive com os dois vereadores a fazer o ponto da situação e a indicação que tenho é que apenas uma travessa ficou sem água, desde Domingo,

Mas o Vereador está aqui presente e podemos escarecer essa situação, mas de qualquer forma não é a vigésima vez, infelizmente que as canalizações têm ido a Montoito reparar as roturas dos fins de semana.

Vereador Casimiro - Efectivamente foi assim. A primeira rotura foi sábado. E, de facto estivemos esta manhã a trocar impressões e a acertar algumas questões, no sentido de evitar que haja desperdício de água e que as pessoas fiquem sem água também, sobretudo ao fim de semana e aos fins da tarde, como aconteceu há pouco.

No sábado, de facto detectei uma rotura, quanto a mim era insignificante e eu próprio disse ao Valverde para não fechar a água, enquanto ela se mantivesse assim. Se eventualmente ela rebentasse por completo, aí tinha que haver outra solução. Ela não rebentou. Eu, bem ou mal, assumi a responsabilidade, mas de qualquer forma foi assumida e evitei que pelo menos, quase metade de Montoito ficasse sem água durante o dia de sábado.

Depois, no Domingo, vinha a sair de casa e vi rebentar um cano na travessa e a rua vinha cheia de água. Era uma conduta de 110 que rebentou. Aí teve que imediatamente ser fechada. E, ao fim de tarde de Domingo rebentou outra, ali corria pouco, hoje de manhã

é que rebentou.

De qualquer forma, penso que temos que estar atentos àquela situação pois estão a rebentar constantemente e pelas razões que o Sr. Presidente já explicou estamos sujeitos que haja rebentamentos desta natureza.

As coisas estão previstas, estão programadas para que de facto haja uma solução rápida.

Presidente da Câmara - Só para complementar. Uma das coisas que estivemos a ver esta manhã, vamos fazer uma medição de pressão da rede dos diversos pontos de Montoito. Aquela rede pode necessitar por duas coisas, por um lado a colocação de duas ou três ventosas, em ponto estratégico que façam sair o ar quando há roturas, por outro lado se verificarmos a pressão nalguns pontos é superior à normal colocarmos uma válvula estabelizadora de pressão, de modo a impedir que a pressão atinja determinado valor e provoque mais fàcilmente a rotura. Estamos já a tratar disso.

E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião.

[illegible]

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE REDONDO REALIZADA NO DIA 30 DE SETEMBRO DE 1998.

Aos trinta dias do mês de Setembro de 1998, pelas vinte horas e trinta minutos, na sala das sessões do edifício da Biblioteca Municipal reuniu a Assembleia Municipal de Redondo, para discutir a seguinte ordem de trabalhos:

1- Actividade da Câmara; 2- Assuntos Gerais do Concelho.

Estiveram Presentes:

Presidente: João Alemo Branco

2º Secretário: Domingos Alberto Soraiva Beavido

COMPARECERAM OS SEGUINTES MEMBROS:

Miguel Elisio Cajinha Alves; Manuel Balbino Garcia Branco; Jacinto António Siquenique Corriço; João Sebastião Cardoso Azaruja; António Alves Garcia; Miguel António Patinho Casaca; António Inácio Grilo Festas; Manuel Luis Nunes Gomes; Mário José Mendes Relvas; José Joaquim Matalota Siquenique; Orlando José Ambrósio Sajara.

FALTARAM OS SEGUINTES MEMBROS:

Caetano Venâncio Gato Corriço; Faustino Manuel Salvador Jeremias; Ana Paula Corriço Leão.

JUSTIFICOU A FALTA:

José Manuel Mendes Portel

Verificando que havia quorum, o Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão e antes de ordem do dia e conforme o Regimento da Assembleia apresentou a seguinte proposta:

Propondo à consideração dos seguintes membros a dispensa da leitura do Expediente presente na mesa da Assembleia, estando como é óbvio, à disposição dos senhores membros.

Os senhores membros aprovaram por unanimidade a dispensa de leitura do Expediente à reunião.

EXPEDIENTE:

- Ofício do Presidente da Câmara Municipal submetendo à Assembleia Municipal a isenção do pagamento de taxas às cooperativas de construção e habitação e solicita a aprovação da rectificação das áreas dos lotes de terreno nºs 5, 6 e 7 da Tapada da Cadeia, já aprovados pela Câmara Municipal.
- Ofício do Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia enviando a revista referente à renovação e mudança do concelho.
- Carta de José Manuel Mendes Portel pedindo a justificação da falta na reunião de 30-09-98.
- Ofício do Presidente da Assembleia Distrital de Évora comunicando que a reunião de 28 de Outubro passa para o dia 26 de Outubro.
- Ofício da Direcção do Centro de Cultura Recreio e Desporto dos Foros da Fonte Seca convidando para as Festas de Agosto/98.
- Ofício da Direcção do Centro de Cultura, Recreio e Desporto de Foros da Fonte Seca, solicitando o apoio e colaboração nas festas dos Foros da Fonte Seca.
- Ofício do Presidente da Assembleia Distrital de Évora informando que no dia 27 de Julho se vai realizar uma reunião.
- Ofício do Presidente da Assembleia Distrital de Évora enviando a convocatória para a reunião de 27-7-98
- Ofício do Presidente da Câmara Municipal de Sines convidando para assistir às celebrações dos SW anos

de viagem de Vasco da Gama à Índia, no próximo dia 25 de julho, ao cargo de Sines.

— Ofício da Associação Nacional de Freguesias Portuguesas enviando vários documentos emanados do Comité das Regiões da União Europeia

— Ofício do Centro de Estudos e Formação Autárquica enviando cartazes referentes ao Seminário «Regulamentos Urbanísticos Municipais - Técnicas de Elaboração».

— Ofício do Centro de Estudos e Formação Autárquica enviando o programa do seminário e as fichas de inscrição referente ao seminário «Regulamentos Urbanísticos Municipais - Técnicas de Elaboração».

— Telefax da Associação de Municípios do Distrito de Évora convidando para uma reunião no dia 2-10-98, pelas 14 horas. Tema: «Alentejo, sim à Regionalização por Portugal».

— Ofício do Governo Civil enviando convite com extensão aos membros da Assembleia Municipal, para uma reunião que se realiza no dia 2-10-98, pelas 21 horas, subordinada ao tema «Regionalização».

— Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses enviando documento sobre a aplicação do Novo Lei de Finanças Locais e o Orçamento de Estado para 99.

— Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses comunicando que no dia 15-10-98 vai realizar dois encontros de debate sobre «Privatização dos Serviços de Águas e Balanço de execução dos Programas para Tratamento de Esgotos».

— Ofício da Associação de Municípios do Distrito de Évora enviando horas relativas a «Alentejo - Sim à Regionalização por Portugal»

— Ofício do Presidente da Assembleia Distrital de Évora enviando cópia da acta nº 2

— Fax da Associação Municípios do Distrito de Évora convidado para uma reunião a realizar no dia 14 pelas 14 horas. Tema: «Alentejo, Sim à Regionalização por Portugal»

— Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses informando que na sequência da decisão tomada na reunião de 28 de julho foi solicitado ao Governo que divulgasse os referidos índices aos Municípios.

— Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses enviando cópias da Lei de Finanças Locais, aprovada pela Assembleia da República, a versão aprovada pelo Conselho Geral da A.N.M.P. e posição emitida pelo Presidente da A.N.M.P. em 3-7-98.

— Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses enviando exemplares referentes ao mês de Maio/98

— Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses enviando exemplares referente ao mês de Julho/98

APROVAÇÃO DA ACTA: A acta da reunião Ordinária de 30-06-98 foi aprovada por unanimidade.

INFORMAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE REDONDO

* ARRUAMENTOS

Arranjo de Somos, Conservação de Estradas, Abertura de Valetas, Pavimentação de Ruas (Redondo e Montoito), Arranjo de Ruas na Serra d'Ossa.

* INFRAESTRUTURAS

Tapada Municipal, Prolongamento da Rede de Águas, Zona Industrial de Redondo, Parque de Feiras e Exposições

* APOIO AOS MUNICÍPES

Programa Casa Caiada (Idosos e Necessitados)

Arranjo de Telhados (1998)
Limpeza de linhas de água
* OBRAS
Arranjo de Largos em Tientcito e Rocinos; Instalação Viana, Pavilhão Polidesportivo junto à Escola Primária Zona 8, ETAR Zona 2, Ampliação da Rede de Tratamento de Água da Linha, Centro Artes e Ofícios (Castelo), Alargamento e Repavimentação da Estrada de Baixo das Forcadas, Arranjo da Zona da Praça de Touros, Balneário de Apoio ao Campo de Futebol das Artes, Instalação Física na Cobertura, Pavilhão Gimnodesportivo, Rede Pública junto ao Polidesportivo de Santa Susana, Balneário de Apoio ao Polidesportivo de Santa Susana, Arranjo do Telhado da Igreja de Santo António, Projecto de Tanque de Saltos, Projecto da ETAR de Tientcito, Projecto do Interceptor Final, Infraestruturas da Zona Industrial, Loteamento de Setil, Alisal, Projecto de Arranjo da Zona Envolvente do Castelo, Projecto de um Edifício por detrás do Tribunal, para a instalação das Finanças, Tesouraria e Repartição Municipal, Projecto de adaptação do Edifício da Antiga Cadeia de Tientcito em Sede de Associações
ACTIVIDADE DOS SERVIÇOS SÓCIO-CULTURAIS
DE JUNHO A SETEMBRO 1998
* Preparação e Realização das Festas Populares de Agosto
* Entrega dos Prémios do Concurso Literário Dr. Hermâni Cidade.
* Montagem e ensaios do espectáculo "Os Sanguessurados" pelo Grupo Cultural de Escola Básica 2,3 Dr. Hermâni Cidade
* Representação do espectáculo nas Festas de Agosto
* Calendarização das actividades de Expressão Dramática a realizar nas escolas.
* Preparação para o início do novo ano lectivo
* Apoio às Câmaras Escolares
* Elaboração do plano de actividades para o ano de 1999
* Planeamento dos diversos itinerários dos:
* Transportes escolares
* Oficina de Educação pela Arte - Elaboração do Projecto «Vamos Explorar o Nosso Meio» Para o ano lectivo de 1998/1999
* Campo de trabalho Internacional
* Intercâmbio
* Visita à Expo 98
* Preparação das Actividades desportivas a desenvolver nas Escolas

João Azarujá - Na sessão passada onde as obras está «arranjo do telhado da Igreja de S.ta António» Pergunto se as obras se referem só ao telhado da Igreja ou também ao Convento»?
Presidente da Câmara - A primeira fase das obras é o arranjo do telhado da Igreja e anexos, mas não Igreja parte convento. A primeira parte da obra é exclusivamente cobertura.
João Azarujá - E a 1ª fase quando se inicia?
Presidente da Câmara - Já iniciámos.
Vereador Reato - Depois do Projecto de Tratamento em si, do emissário estar executado, surgiu uma fase posterior e para quem conhece Tientcito, nós temos uma parte do Bairro Novo, a ETAR previa apanhar o esgoto junto à linha e depois ser tratada, a parte de baixo da estação do comboio. E, estamos a deixar um de fora que é uma vivenda que tem a vila de Tientcito, que apanha aquela zona do Bairro.

Entretanto, surgiu uma gabarola nova a solicitar a colocação de varinhas que relacionadas a requerente o objeto, como é óbvio. Isto levou a reformular a questão e emissória. Assim, houve necessidade de fazer um novo levantamento topográfico e neste momento está-se a estudar as traseiras dos emissários para recolhermos tudo para Tentoito.

Presidente da Câmara - O ETAR está pronto em si. Como surgiu esta situação da solicitação [illegible], entretanto é esta a fase que está a ser definida, ou seja que tínhamos que ir para a estação elevatória, em vez de fossa séptica.

Manuel Balseiro - Tentoito está a receber os visitantes já há uma série de anos com as águas precisamente a céu aberto e tornam-se [illegible]. Presidente da Câmara - Assim que [illegible] ser definido a obra vai começar.

Manuel Balsino - Está bem obrigado.

Miguel Alves - A Câmara tem alguma intenção de fazer o arranjo de saneamento das águas na Rua Dr Queiroz no Bairro da Tojada?

Presidente da Câmara - Como se está a proceder ao arranjo das estradas, iniciou-se a construção da Rotunda, portanto estão a ser construídas uma série de caixas de recolha de águas pluviais que vão, até ao fim do Bairro para recolher todas as águas pluviais foram feitas caixas, dirigidas para que todas as águas possam ser recolhidas antes da estrada.

João Azarija - Gostaria de saber mais alguns pormenores sobre o projeto da zona envolvente do Castelo?

Presidente da Câmara - [illegible] mais pormenores como é que está o Projeto?

Só que o projeto é daqueles Projetos que faz parte do programação do GAT. Neste momento o GAT de Évora, com a extinção há dois anos do GAT de Montemor, estamos, ficou tudo num GAT único para cobrir concelhos. Para perfeitamente a Fortalgre e Sousel a Évora.

Portanto tem havido atrasos nos Projectos do GAT. Há pouco tempo perguntei, disseram-me que as coisas estão iniciadas, o levantamento está feito e vão começar a trabalhar no Projeto.

Não é este o único em atraso, também temos o do Foito, o edifício da antiga Escola pelo menos estão [illegible] resto todo feito para podermos avançar mas a resposta que o GAT dá é que neste momento os meios que têm a entrega dos Projetos é muito demorada. Sempre que posso vou insistindo com eles para entregarem o Projecto e evidente que o Projeto do arranjo da zona envolvente ao Castelo é um Projecto que passará, naturalmente por duas fases. A 1ª fase que a Câmara já com algumas propostas, é intenção da Câmara depois ver com algumas pessoas, não é para fazer inquérito público, mas pelo menos para alargar um pouco a discussão das ideias para depois passar a Projecto final.

Aqui o que posso garantir é que se a situação do GAT não se alterar, a Câmara terá que optar por mandar fazer o Projeto fora.

Neste momento temos dois ou três Projetos no GAT mas a capacidade de resposta é extremamente reduzida

João Azarija - Concordo plenamente que é uma situação delicada a zona envolvente ao Castelo. Numa certa forma obriga a Câmara a ter um pouco mais de cuidado, estar

mais atenta

2 - ASSUNTOS GERAIS DO CONCELHO

Presidente da Assembleia - antes de dar a palavra aos senhores membros vou ler o ofício nº 1945 de 99-9-98, enviado pela Câmara Municipal com o seguinte teor:

«Para os devidos efeitos junto remeto a V. Ex.ª fotocópia do ofício do IHC - Construção Habitação Cooperativa, CRL, informando que foi classificado por unanimidade e em minuto e em cumprimento do princípio de igualdade propor à Assembleia Municipal a isenção do pagamento de taxas às cooperativas de construção e habitação

Mais se solicita a aprovação da retificação das áreas dos lotes de terreno números 5, 6 e 7 do Tojado da Cadeia, já aprovados pela Câmara Municipal.

Com os melhores cumprimentos»

Presidente da Assembleia Municipal - Seguidamente vou ler o Ofício do IHC, nº 051/Resposta/98 datado de 98-07-27, do seguinte teor:

«Em o licenciamento do programa de 78 fogos a custos controlados, a edificar na Rua Almeida Garrett nesse sítio e no seguimento do nosso ofício n.º 39/Resposta/97 de 26-05-97, à semelhança de outras Autarquias e para que o preço de venda destes fogos seja de mais baixo valor possível, mui dignamente solicitamos a V. Ex.ª que nos conceda a isenção do pagamento das taxas municipais relativas a este empreendimento.

Certos da melhor atenção e compreensão de V. Ex.ª, ao ensejo, subscrevemo-nos agradecendo as nossas melhores cumprimentos.»

Presidente da Câmara - Só um esclarecimento. É uma cooperativo de habitação que se candidatou junto do I.H. para obter os financiamentos para construção de 78 fogos.

Solicitou à Câmara a isenção das taxas. Da parte da Câmara não vimos inconveniente. É evidente que, competirá parecer jurídico que está nos custos do ofício do IHC, a isenção das taxas é da competência da Assembleia Municipal, não pode haver isenção casuística portanto pontual num caso. O que se trás aqui à Assembleia é a proposta de isenção de taxas para Cooperativas de habitação.

A Câmara está, se a Assembleia assim o entender, em condições de isentá-la das taxas, porque em princípio os preços são mais baixos e serão controlados pelo IHC. Quanto aos preços são mais baixos e serão controlados pelo IHC. Quanto aos preços são mais baixos e serão controlados pelo IHC. Quanto aos

ca. A margem de lucro é realmente diminuta e as casas são entregues por portaria que é assinada pelo Ex.mo que semestralmente pede I.D.H.

Naturalmente que a Câmara tem uma ligação com a Cooperativa porque mesmo na venda de terreno a Câmara vende simbolicamente com o compromisso de a Cooperativa praticar preços abaixo da tabela.

De qualquer forma posso-vos informar que são 18 fogos, há mais de sete inscritos que estão a pagar a quota.

A Assembleia Municipal deliberou, com uma abstenção aprovar em minuta as propostas definitivas do Efício da Câmara Municipal de isenção e referentes à isenção de taxas e à reclassificação das áreas dos lotes de terreno 5, 6 e 7 do loteamento da rua da Cadeia.

João Azaruja - Em termos de posse qual a situação jurídica dos lotes do Bairro Pré-fabricado?

Presidente da Câmara - Arrendamento. As casas e o terreno são propriedade da Câmara Municipal.

João Azaruja - Estão a pagar uma renda!

Presidente da Câmara - Estariam a pagar uma renda se a Câmara tivesse cobrado, só que na altura quando aquelas casas foram atribuídas a Câmara portanto, há dezasseis anos, no início de 1[illegible] uma aquelas casas foram entregues graciosamente pelo E.N.H e quando entrei para a Câmara estava a decorrer um processo em que o Fundo de Fomento de Habitação queria vender as casas à Câmara por um preço reduzido.

A Câmara na altura tomou posição. O Fundo de Fomento de Habitação construiu as casas e conduziu o Processo de atribuição das casas, então o Fundo de Fomento de habitação que fez a renda e pelos os contactos.

Posteriormente, houve uma avaliação do pelo do Fundo de Fomento de Habitação no sentido de vão se proceder à venda, mas sim à entrega gratuita à Câmara das casas.

A Câmara, na altura, entendeu já que as casas estavam gratuitamente e isso foi comunicado e acordado com os inquilinos que tinham já sido escolhidos pelo Fundo de Fomento de Habitação, que a Câmara também não cobraria a renda mas as obras que houvesse de conservação teriam que ser por conta deles.

É evidente que já aconteceu num ou outro caso, onde nós reconhecemos que é necessidade, então a Câmara deu uma ajuda nos os outros casos são as próprias pessoas que fazem as reparações.

A intenção da Câmara em relação àquele processo foi avançar com um Projecto Tipo que quem esteja em condições e esteja interessado em construir, mas com um Projecto Tipo, tivemos que projectar esse Projecto, aliás já está a ser projectado e permitir que as pessoas que lá estão possam adquiri-las e algumas já manifestaram esse interesse.

Da parte da Câmara estamos receptivos a vender o terreno, mas com o Projecto semelhante, digamos a outras construções existentes.

José Siquenique - já várias vezes se falou, aqui, do abrigo para esgoto dos autocarros e até foi constituída uma Comissão com membros desta Assembleia para irem falar com a Empresa. Não sei como está este assunto. As pessoas não têm onde se abrigar.

Presidente da Assembleia - Recorda-me dessa Comissão não está aí o José Pontes, não sei se for diligenciar

alguns contactos com a Empresa.
José Siquenique - Outro dia estava a chover quando as crianças chegaram e foram-se abrigar debaixo dos toldos dos estabelecimentos. Um dos donos desse estabelecimento foi fechar o toldo.
Presidente da Assembleia - Tem que se fazer com o contacto com a Empresa para ver se efectivamente resolve a situação. Não sei se a Câmara tem possibilidades de avançar com alguma situação provisória.
Presidente da Câmara - Em termos de situação iremos ver se encontramos uma solução provisória. A Empresa transportadora «Beios» possam ter obrigação de assumir responsabilidades neste tipo de instalações mas enfim com a privatização das empresas, por vezes os resultados são estes.
A intenção da Câmara e o que está decidido é quando avançámos para a construção dos novos instalações sanitárias derrubando as velhas existentes junto ao chapariz, aquilo é tudo para derrubar até para construir a sala nobre do Museu do Linho, talvez no princípio do próximo ano.
Quando forem derrubadas as instalações sanitárias e construídas as novas, será construído um espaço para abrigar as pessoas do autocarro. Está previsto na mesma construção criar logo o espaço para isso. Vai ser um abrigo em tijolo como deve ser e um espaço maior que irá resolver a situação.
Hoje, houve uma pessoa que me falou nisso, mas a responsabilidade é da Empresa. Por vezes temos que pensar no interesse dos utentes.
Ainda, a semana passada foi à reunião da Câmara o pedido de autorização para a paragem, neste caso, o expresso no Largo da Ponte. A Empresa tem que fazer o pedido, se nós não autorizamos, então ainda é pior, depois não temos expresso.
Presidente da Assembleia - Até lá, ver uma solução para que as crianças não estejam à chuva.
Presidente da Câmara - Todos conhecemos o Largo. O lado favorável é o lado em que há toldos e estabelecimentos. Pôr quelquer coisa ali, estamos a tapar pontos e estabelecimentos. Do outro lado é o lado desfavorável, é o lado descobrento.
Vamos ver se arranjamos uma situação provisória até fazermos a construção.
Manuel Balbino - As caixas de visita da conduta de água da Vigia é da responsabilidade do Junta Autónoma das Estradas ou da Câmara?
É que eu vejo aquelas caixas sem tampas há dois ou três anos, enquanto não acontece nada está tudo bem, mas se uma criança ou um adulto pante uma forma.
Vereador Recto - Agora, neste momento a responsabilidade é da Câmara. As tampas estão encomendadas.
Manuel Balbino - Outra questão é sobre a estrada do Balancho que está cheia de buracos, e a outra estrada e de Arroz de Pau. É uma estrada que foi feita há uns anos, serve Santiago Maior. Se a Câmara não olhar para ela e fizer um tratamento adequado fica mesmo intransitável.
Presidente da Câmara - Em relação à estrada do Balancho já há muito que não posso lá, não posso dizer como está.
Em relação à estrada do Arroz de Pau posso dizer, apesar de sabermos que neste momento as Fundas Comunitárias já estão na parte final, mas estou

até, a preparar uma candidatura para [illegible] de fazer o arranjo para aquela estrada.

Manuel Balsino - É a do Balancho?

Presidente da Câmara - Aquela estrada é uma estrada de apoio à agricultura e foi construída nesse âmbito de apoio à agricultura, digamos é uma variante [illegible] mas não é uma variante para o estrado de Santiago. É uma estrada que foi financiada, na altura, para apoio aos agricultores. Foram financiadas algumas estradas: foi essa, a das Vinhas, de Fontoito e de Santa Susana.

Manuel Balsino - Essa estrada é bastante usada do freixo para o todo de Susana mas [illegible] Estremes não se serve da estrada, está [illegible] abandonada, ninguém liga.

Ali, a do Balancho está boa e a nossa gente usa [illegible] os outros é que se servem do outro acesso.

Presidente da Câmara - Aí, em relação à estrada do Balancho, já houve inclusivamente um acordo com a Câmara de Évora. Só que depois não resultou por causa da programação e sistema de trabalho da Câmara de Évora, acabou por não funcionar.

Nós tivemos um acordo, em que nós entre Santa Susana, a da Vendinha e Balancho nós fizemos intervenção numa, eles fariam noutra, fariamos uma permuta. Só que na altura eles desistiram de fazer isso

Manuel Balsino - Só que qualquer dia na nossa gente não tem por onde lhe pegar.

Presidente da Câmara - Temos que tomar providências.

João Azaruja - O Senhor Presidente Tinha dito na última Assembleia Municipal que havia uma brigada que quando acabasse os trabalhos na estrada

de Santa Susana iria para a estrada das Vinhas.

Presidente da Câmara - A brigada ia para fora de Fonte Seca e a seguir Vinhas. Estão quase a acabar os fornos, falta a estrada do Lino com do Barro no sentido Escola para o Centro de Convívio. Assim que acabarem não passam às Vinhas.

João Azaruja - A Câmara Municipal mandou reparar o Paço da Rua, endireitar as paredes. Havia, ali, umas [illegible] grande em granito.

Presidente da Câmara - Está guardado. Está guardado, o perigo era deixá-la lá.

Miguel Alves - E a Câmara tem, em vista, algum destino para a oliveira?

Presidente da Câmara - Foi com autorização da Câmara que a retiraram porque aquela zona vai ser pavimentada, já arranjada aquela entrada toda.

João Azaruja - Se fosse possível entravam a figueira.

Vereador Leeta - Já está tratada.

João Azaruja - Só se for hoje.

Vereador Leeta - Ela já foi tratada, arrebentou, isso já é outra questão. Tratou-se a figueira e fez-se a limpeza.

João Azaruja - Penso que as ruas não é feita atempadamente a limpeza das ruas. Nas zonas do Estabelecimentos há uma azinhaga. É pública ou privada?

É que ao fundo da azinhaga há uma rede onde há lixo.

Vereador Leeta - Ao fundo são quintais não tem continuidade.

Presidente da Câmara - Nós vamos averiguar.

Manuel Luis - E sobre o Edital das casas abandonadas já foi afixado? Na Travessa da Moura vão pôr um sinal só de um sentido proibido?

Presidente da Câmara - Houve afixação do edital. Houve um acordo, o Vereador Recto está mais dentro do assunto, no sentido dos Bombeiros procederem a recolha e proceder à venda da sucata.

No lugar do ser a Câmara, como os bombeiros tem meios propuseram-se fazerem a recolha e vender a sucata, é uma forma de receita. Tanto quanto soube os primeiros carros foram recolhidos pelo Bombeiros e depositados junto daquele campo de tiro. Houve alguém que os retirou de lá.

António Garcia - Parámos com isso, porque andávamos a trabalhar em vão. Se tivessemos um lugar onde os colocar sem ninguém lhe pegar

Vereador Recto - Os bombeiros, na altura, falaram comigo, queriam depositar carros atrás das escolas, eu não dei autorização. Nós pensámos para o estaleiro já está mau, quanto mais um depósito de carros velhos.

É evidente que os bombeiros disseram que só lá estavam uma semana, mas eu conheço um sítio que é dos bombeiros e já lá estão há uma semana. E naquele terreno quando se vai para o Freixo. E, com receio disso é que entendemos não exceder aquele espaço.

Parece que houve alguém que os começou antes que os bombeiros os vendessem.

Quando se faz um edital desta Natureza há sempre dois ou três carros que ficam, porque há um compromisso com os proprietários que os vão tirar.

Quando a Câmara afixa um Edital tem um hábito não fazer a recolha dos carros sem falar com os proprietários. E, a maior parte deles são as próprias pessoas que os retiram não sei o que lhe fazem, o que é certo é que desaparecem da via pública

Quando temos um Edital de 40 carros recolhemos o máximo uns 15 carros.

Manuel Luis - Há aí uma rua que já se fizeram 3 editais, e eles continuam lá.

Vereador Recto - Quando a Câmara afixa o Edital só avisa porque quer. É um meio pequeno e sabemos quem são os proprietários.

Miguel Alves - O saibro que foi metido no Largo do Calvário é para ficar ou vai ser arranjado de outra maneira?

Presidente da Câmara - Deixou de se fazer a Feira e Mercados e o saibro foi metido para dar outro aspecto.

E, a pedido do Rezonzense, há alturas em que os miúdos iniciados e juvenis e as treinas dos Seniores e Juniores não tem o campo e naquele espaço dá para fazer a preparação física e dá para poder fazer treinos.

É uma situação provisória.

Até porque posso dizer se, em princípio, não houver outra solução até lá, o que está previsto é aquele local ser, e está já a ser acordado com a Administração Geral de Saúde, o local do Centro de Saúde de Rezonzo. Em 99 é o ano do Projecto, concurso, implantação, arranque e a construção no ano 2000 e 2001.

Espero que no orçamento do Estado do próximo ano já esteja a verba para o arranque que tem a ver com o Projecto, concursos e no ano 2000 e 2001 está prevista a construção do Novo Centro de Saúde no Rezonzo e naturalmente o arranjo daquela zona envolvente.

O esclarecimento que eu gostava de dar tem a ver com o facto desta reunião se estar a realizar nesta sala e não na sala habitual.

Portanto isso prende-se com obras que vão a decorrer na sala do edifício da Câmara. Neste caso tem a ver com a sala das sessões, com a área onde é o meu gabinete actualmente e eu sair de lá daqui para dar seguência portanto à eliminação dos serviços.

E, também a saída dos Serviços de Reparação de Finanças e Tesouraria da Fazenda Pública para o edifício que se vai construir atrás do imóvel e cujo contrato com o Ministério das Finanças foi assinado, hoje, precisamente.

Assinamos, hoje, o contrato de ministério das Finanças em que o edifício vai ser construído.

Isto é público, não é segredo nenhum, portanto as finanças através da renda irão pagar a construção do edifício das finanças.

E, juntamente com a edificio de Reparação de Finanças irá ser construído uma sala de sessões para a Assembleia Municipal, enfim já equipados com outras condições, quer gravação, quer visibilidade, uma sala com óptimas condições, um gabinete para o senhor Presidente actualmente enfim para dignificar, também, a Assembleia Municipal

Digo, isto, porque a valor que as Finanças pagam da renda hoje é simbólico são vinte mil escudos para equipar as instalações da Câmara e pelo contrato assinado hoje, vão passar a pagar com o novo edifício 510 contos mensalmente, o que garante que o edifício vai ser construído com o valor das rendas e é da Câmara toma é lógico.

Foi acordado e assinado hoje. O Projecto está praticamente pronto, estamos só a rever o caderno de encargos, lançamento de concurso. Se tudo correr bem lá para fevereiro ou fevereiro as obras começarão

Portanto, agora por uma vez a Assembleia Municipal vai ter salas de sessões. E este esclarecimento e pedido de desculpa diante da Assembleia Municipal mas é por uma boa causa.

Miguel Alves - Já estamos habituados, mas depois vamos ficar com um edifício espaçoso e devidamente equipado.

Presidente da Câmara - Vai ficar uma sala espaçosa, com outros meios de gravação e de amplificação.

Presidente da Assembleia - Congratulamos todos com isso, vamos ter melhores condições de trabalho.

E, não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião.

O Presidente da Assembleia:

O 1º Secretário:

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE REDONDO REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO de 1998

Aos onze dias do mês de Dezembro de 1998, pelas vinte horas e trinta minutos, na Sala do edifício da Biblioteca Municipal reuniu a Assembleia Municipal de Redondo para discutir a seguinte ordem de trabalhos:

1 - ACTIVIDADE DA CÂMARA

2 - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO DE 1999.

3 - ASSUNTOS GERAIS DO CONCELHO

Estiveram presentes:

Presidente: João Alberto Branco

1º Secretário: Caetano Venâncio Gato Corrico
2º Secretário: Domingos Alberto Saraiva Boavida
Compareceram os seguintes Membros:
Miguel Elísio Cajinha Alves
Manuel Balbino Garcia Branco
Jacinto António Siquenique Corriço
António Alves Garcia
António Inácio Grilo Fostas
Manuel Luís Nunes Gomes
José Joaquim Matolota Siquenique
Orlando José Ambrósio Sapara
FALTARAM OS SEGUINTES MEMBROS:
Faustino Manuel Salvador Jeremias
Mário José Mendes Relvas
JUSTIFICARAM AS FALTAS:
Miguel António Ratinho Casaca
João Sebastião Cardoso Azaruja

Verificando que havia quorum, o Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão e antes da ordem do dia e conforme o Regimento da Assembleia apresentou a seguinte proposta:

Proponho à consideração dos senhores membros a dispensa da leitura do expediente presente na mesa da Assembleia, estando como é óbvio, à disposição dos senhores membros.

Os senhores membros aprovaram por unanimidade a dispensa da leitura do expediente à reunião.

— Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses enviando alguns exemplares do Boletim I.N.M.P. referente ao mês de Setembro/98.

— Carta de João Sebastião Cardoso Azaruja informando que não pode estar presente na reunião de 11-12-98 pelo que pede a justificação da falta.

— Carta de Miguel António Ratinho Casaca informando que não pode estar presente na reunião de 11-12-98 pelo que pede a justificação da falta.

— Carta de Faustino Manuel Salvador Jeremias informando que não pode estar presente na reunião de 30-9-98, pelo que solicita a justificação da falta

— Ofício do Presidente da Comissão de Coordenação da Região Alentejo informando que nos próximos dias 22 e 23 de Outubro, no Centro de Negócios transfronteiriços em Elvas, se realiza a iniciativa sobre a "Cooperação transfronteiriça - Encontro de Municípios".

— Ofício do Grupo Parlamentar do P.S.D. remetendo cópia do Projecto de Lei visando pôr termo à injusta cobrança, pelo Tribunal de Contas, de emolumentos pela fiscalização das Contas das autarquias.

— Ofício do Presidente da Câmara Municipal de Serpa remetendo a ficha de inscrição o folheto informativo para o X Congresso sobre o Alentejo a realizar no Cine Teatro Municipal, em Serpa, no próximo dia 17 de Outubro.

— Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses enviando os Programas dos Encontros sobre «Privatização dos Serviços de Águas» e «Balanço da execução dos Programas para Tratamento de Esgotos».

— Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses enviando cópia do relatório dos Seminários sobre concessão dos Serviços de águas. Balanço da execução dos Programas para Tratamento de Esgotos.

— Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses enviando a Proposta da Lei do Orçamento de Estado para 1999.

— Ofício da Associação Nacional de Municípios Portu-

Gueses enviando o parecer sobre a Proposta [illegible] de U.F. e as medidas a tomar.

— Ofício do Grupo Parlamentar do [illegible] enviando um documento alusivo ao Programa para a [illegible] incluindo os Projectos da Lei respectiva os quais vai ser discutidos na Assembleia da República no próximo dia 7 de Outubro.

— Ofício do Presidente da Assembleia Municipal de Sermancelhe enviando o texto da deliberação sobre a Lei das Finanças Locais.

— Ofício do Presidente da Comissão de Coordenação da Região Alentejo remetendo um exemplar do documento sobre «Descentralização, Regionalização e Reforma Democrática do Estado».

— Ofício do Governador Civil do Distrito de Évora convidando para assistir à assinatura do Protocolo de Cedência do equipamento com meios informativos para as juntas de freguesia do Distrito.

— Ofício do Presidente da Assembleia Distrital de Évora enviando convocatória para a reunião de 16-11-98, às 15 horas no Palácio D. Manuel, em Évora.

— Ofício do Presidente da Câmara Municipal de Redondo submetendo à aprovação da Assembleia Municipal o Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 1999.

— Ofício do Presidente da Câmara Municipal de Redondo submetendo à aprovação a divisão do Lote D da Tapada Municipal, ficando a constituir dos Lotes: D-1A ficando com a área de 412,5 m2 e o Lote D-1B ficando com a área de 337,5 m2.

APROVAÇÃO DA ACTA: A acta da reunião ordinária de 30-09-98 foi aprovada com duas abstenções. (As abstenções foi por não estarem presentes na reunião de 30-09-98).

) — ACTIVIDADE DA CÂMARA

INFORMAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE REDONDO

ARRUAMENTOS

* Arranjo de Semos
* Conservação de Estradas
* Abertura de Valetas
* Pavimentação de Ruas (Redondo e Monteito)
* Arranjo de Ruas no Serro d'Ossa.

INFRAESTRUTURAS

* Tapada Municipal
* Prolongamento da Rede de Águas
* Zona Industrial de Redondo
* Parque de Feiras e Exposições
* Prolongamento das Redes de Esgotos

APOIO AOS MUNICIPES

* Programa Casa Caiade (Idosos e Necessitados)
* Arranjo de Telhados (Idosos e Necessitados)
* Limpeza de Linhas de Água na Zona das Vinhas

OBRAS

* Arranjo de Largos em Monteito e Redondo
* Museu do Vinho
* Pavilhão Polidesportivo junto às Piscinas
* ETAR Zona 2
* ETAR Zona 3
* Ampliação da Estação de Tratamento de Água do Vigia
* Centro de Antes e Ofícios (Costeb)
* Arranjo do Espaço Exterior da Escola de Monteito
* Arranjo da Zona do Rossio em Monteito
* Balneário de Apoio ao Campo de Futebol das Aldeias de Monteito.

* Piscina Coberta
* Pavilhão Gimnodesjentivo
* Zona Verde junto ao Polidesjentivo de [illegible]
* Balneário de Ajoio ao Polidesjentivo [illegible]
* Arranjo do Telhado da Igreja de Santo [illegible]
* Projecto do Tanque de Soltos
* Projecto da ETAR de Montoito
* Projecto de Infraestruturas da Zona Industrial Montoito (Concurso Público)
* Projecto de arranjo da Zona Envolvente ao [illegible]
* Projecto de um Edifício por detrás do Tribunal, para a instalação das Finanças, Tesouraria e Assembleia Municipal
* Projecto de adaptação do Edifício da [illegible] Cadeia de Montoito em Sedes de Associações.

ACTIVIDADES DOS SERVIÇOS SÓCIO-CULTURAIS
DE 30 DE SETEMBRO A 11 DE DEZEMBRO

- Ajoio ás Cantinas Escolares
- Ajoio aos Transportes Escolares
- Elaboração do Plano de Actividades dos Serviços para o próximo ano.
- Reunião com a população para a decoração das Ruas nas Festas de Agosto.
- Planificação das actividades da Biblioteca e Oficina da criança para o ano de 1999.
- Expressão Dramática nas Escolas Básicas do Concelho - Preparação de pequenas peças para as Festas do Natal.
- Ajoio à realização das Festas de Natal das Escolas Básicas e Jardins de Infância.
- Caracterização Sócio-Cultural do Concelho para elaboração de um projecto de dinamização da Biblioteca Municipal.
- Animação desportiva nas Escolas de Redondo

- Ocupação dos tempos livres na Escola de Redondo 2 vezes por semana
- Ida à Exp com um grupo de jovens carenciados
- Actividade diversa na mata do Br.º António Festas.

2 - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO DE 1999

José Siquenique - Na página 4 onde diz "Arruamentos em Foros da Fonte Seca", está a verba de 10 mil contos. Esta verba é para fazer mais alguma coisa ou diz respeito ao trabalho já efectuado?

Presidente da Câmara - Esta questão tem uma resposta simples. Este Plano e Orçamento é para o ano de 1999, não tem a ver com o que está feito.

José Siquenique - A verba destina-se a começar obras noutras sítios?

Presidente da Câmara - No Plano de Actividades há três colunas, o valor, o definido e a definir. O valor é aquilo que está previsto gastar em despesas de capital. Tem a ver, por exemplo as obras que são feitas por administração directa, a aquisição de material ou seja a mão de obra que é utilizada é da Câmara não entra aqui, porque entra nas despesas correntes. No caso dos Foros da Fonte Seca, por exemplo, a obra foi feita por administração directa com o pessoal e máquinas da Câmara, portanto isto é para a aquisição de material. Se for de empreitada, então já será tudo incluído.

Há três colunas: na coluna do valor é a verba prevista para investimento, na definida é a verba que vem do orçamento de receita própria da Câmara, quer do Orçamento do Estado, quer das Receitas próprias; a verba a definir são verbas resultantes, fundamentalmente dos Fundos Comunitários.

Também, só aqui um caso ou outro que virá cair com os tais programas do Governo. São obras que vão comparticipação de outras entidades, privadas ou públicas que virão se as obras forem executadas, com recurso de valor da receita própria da Câmara.

Este Plano de Actividades tem uma estrutura idêntica à dos outros anos como podem reparar, até porque com a conjugação dos dois documentos - Plano de Actividades e Orçamento em que vinha um valor total de despesas correntes de 540 mil contos e um valor total de despesas de capital de 661 mil contos o que totaliza o orçamento global de 1201 mil contos.

É um orçamento que encaixa, baseado a capacidade de execução das obras do Plano de Actividades, por outro lado da comparticipação ou não dos receitas próprias.

José Pontol - Na rubrica «Aquisição de terrenos» vejo uma verba de 30 mil contos. Gostaria que o senhor Presidente esclarecesse em relação à aquisição de terrenos se destina a habitação social ou a que fim?

Por último, mais abaixo, no Plano Director de Resíduos Sólidos está a verba de 30 mil contos, tem a ver com aquele questão de Évora?

Presidente da Câmara - Em relação a aquisição de terrenos nessa rubrica tem a ver com a aquisição de terrenos para a habitação. Se é social, onde é que é? Não sabemos. Vamos ver. O que interessa é que no Plano de Actividades está prevista a verba para a aquisição de terrenos.

Em relação ao Plano Director de Resíduos Sólidos tem a ver com o prazo de se prever para o final do ano de 1999, não vai ser concretizado no início. Neste momento está a decorrer o processo de expropriação pelo Governo Civil do terreno onde vai ficar instalado o aterro sanitário.

Está previsto para Fevereiro/Março lançar o concurso de concepção de construção do sistema de tratamento de resíduos sólidos no distrito de Évora que engloba não só o aterro mas o sistema de quatro estações de transferências, o conjunto de ecocentros, de viaturas de transferências de estações para o aterro e o equipamento para o sistema todo funcionar articuladamente.

Esta verba que está aqui de 30 mil contos dos quais cinco mil são contratados da Câmara, eu diria que no estado actual que as coisas estão, se calhar uma visão um pouco optimista, mas queremos acreditar se o sistema arranca que não passe por falta de verba orçamentada por parte da Câmara de Évora.

Presidente da Assembleia - Na página 5 está «Boletim Municipal». Para quando o arranque do Boletim Municipal?

Presidente da Câmara - Penso que neste momento estão criadas as condições dentro da Câmara para passarmos a ter Boletim Municipal regular. Estamos razoavelmente preparados para começar a dar resposta a termos a comunicação a tempo do Boletim Municipal. O objectivo é passar haver um aglomerado de saída do Boletim Municipal não só com uma listagem e identificação das obras, acções levadas a cabo, mas com um conjunto de informações que são úteis para os Municípes e que a Câmara leva a cabo em articulação com um

guro do Município com a modernização administrativa.

A Câmara tem todo o interesse que os municípios conheçam o que é feito.

A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade e em minuta o Orçamento e Plano de Actividades da Câmara Municipal para o ano de 1999.

3 _ ASSUNTOS GERAIS DO CONCELHO

Presidente da Assembleia Municipal _ Antes de dar a palavra aos senhores membros da Assembleia, vou ler um ofício da Câmara Municipal enviado a esta Assembleia que consta do seguinte:

« Junto remete a O. Ex.ª fotocópia de parte da acta da reunião de Câmara realizada em 14-10-98, a fim de ser aprovada pela Assembleia Municipal a divisão do lote D1 da Tapada Municipal, ficando a constituir dois lotes: D-1A ficando com a área de 412,5 m2 e o lote D-1B ficando com a área de 337,5 m2.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente da Câmara

a) Alfredo Palamino Barroso

Presidente da Câmara _ A Câmara procedeu à divisão do lote dando assim vantagens a que sejam dois lotes a serem sorteados, em vez de um, ficando assim mais um concorrente beneficiado.

A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade e em minuta, a divisão do lote D1 da Tapada Municipal, ficando a constituir dois lotes: D-1A ficando com a área de 412,5 m2 e o lote D-1B ficando com a área de 337,5 m2.

Miguel Alves _ A rotunda à saída de Cirora, acho que está exagerada, uma vez que tinham espaço suficiente e fizeram uma grande curva.

António Gestas _ A rotunda à saída para Vila Viçosa está mais perigosa

Presidente da Câmara _ Deixamos, primeiro acabar a obra para depois então vermos como é.

Manuel Luís _ Acho que as carros pesados deviam circular por outro lado, uma vez que as Ruas Manuel Joaquim da Silva e Cândido dos Reis, apenas têm um sentido.

As casas de banho das escolas primárias deviam ser remodeladas as existentes estão há muitos anos ultrapassadas.

As crianças deviam ter bancos para se sentarem.

Presidente da Câmara _ Há um levantamento de sugestões para as alterações do trânsito. O vereador Jerónimo tem o pelouro do trânsito, falou com várias pessoas e inclusive com a G.N.R.

Na Assembleia de Fevereiro ou Abril virá uma proposta de alteração de trânsito.

Em relação às escolas, acho que o quadro não é tão negro. Foi apresentado um Projecto onde constava o arranjo de todo o espaço: redação, arranjo das sanitárias, etc.

Paula Jeremias _ Foi formulado o Projecto?

José Pontel _ O problema mais grave está tudo enquadrado com um aspecto, não quer dizer que se não houver comparticipação do Ministério da Educação que as obras não irão fazer-se.

Manuel Luís _ Dizem que essas palavras foram ditas há dois anos atrás. Espero que este Projecto tenha sido contemplado.

José Portel _ Penso que o Ing.º José Pedro já tem um Projecto e o Vereador Recto pode esclarecer.

Manuel Balbino - Na freguesia de [illegible] nas escolas primárias há falta de sinalização, [illegible] mente na escola de Folgueiras.

Também junto ao edifício da Junta de Freguesia de Montoito, dar Igreja e cemitério havia de haver mais sinalização.

Fico satisfeito porque vejo que as Pontes das condutas já tem as caixas e a estrada de Balancho está melhorada.

Presidente da Câmara - O senhor Presidente da Junta de Montoito enviou-me uma conta com as obras mais necessitadas, vamos ver e combinar o dia para nos reunirmos.

Orlando Ambrósio - De facto eu enviei um ofício com as obras mais necessitadas para a freguesia de Montoito. Estou à espera de combinarmos o dia da reunião.

Presidente da Câmara - Sim, vamos reunir.

Caetano Corriço - Fazer crítica à Câmara. Vem-se falando nas coisas nos acho que em termos de coisas pequenas passam muito.

Sejam colocadas alguns sinais na estrada Evaramonte para o Freixo e colocassem bandas sonoras.

As pessoas do Freixo não fazem parte do Plano de Actividades/99 mas devem fazer parte do Plano de Actividades/2000, assim solicito que seja criada nesse ano uma rubrica e verba para a Casa Mortuária do Freixo.

Presidente da Câmara - A Câmara aceita as críticas. Também lá passo na estrada, mas não vou a 100 Km/hora, respeito. No acesso ao Monte Novo toda a gente está contra as bandas sonoras.

Caetano Corriço - A semana passada o poste foi arrancado.

Presidente da Câmara - Respeito a opinião. O que não posso aceitar é que dois condutores em excesso de velocidade o derrubem.

Em relação à Casa Mortuária foi abordado numa reunião com a Junta de Freguesia de Redondo. Primeiro temos que pensar onde vamos localizá-la junto ao cemitério ou no Monte dos Gaios. Todos nós conhecemos a situação.

Quando se fazem Planos de Actividades há auscultações às pessoas e ouvem-se as sugestões.

Período Reservado à Assistência

José Rajoso - Os espaços cobertos da escola primária vêm-se arrastando há dois anos. Tenho lá o meu filho. Têm um espaço reduzido quando vem ao recreio.

Comem e bebem o leite de pé. Vamos esperar dois meses, depois temos que tomar uma atitude, porque só assim se resolve o problema.

Presidente da Câmara - Registo a preocupação. Da parte da Câmara e da Junta tivemos a reunião há quinze dias e estes assuntos foram equacionados. Espero que esta atitude não seja só perante a Câmara, seja também junto de outros responsáveis.

Vamos ver as questões das escolas e das responsabilidades das autarquias determinadas regras e outros é da responsabilidade do Ministério da Educação.

Ainda, hoje, estive a ver com o Vereador Recto o sistema de aquecimento das escolas. Há que iniciar na parte do Domingo. É o único no país. Nem tudo é tão mau, porque em termos de aquecimento é o melhor do concelho.

Qualquer intervenção em termos de [illegible] que seja feita em período de férias

José Pontel - Reconheço que o edifício [illegible] mais indicado. No edifício da escola do [illegible] existem duas salas que não têm nada [illegible] e as pessoas que trabalham podem apanhar [illegible] esforço.

José Lajoso - Isso só resolve aproximadamente [illegible] cola, elas são três.

E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião.

O Presidente [signature]

O 1º Secretário, [signature]

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE REDONDO REALIZADA NO DIA 26 de FEVEREIRO DE 1999.

Aos vinte seis dias do mês de Fevereiro de 1999, pelas onze horas e trinta minutos, na sala do edifício da Biblioteca Municipal reuniu a Assembleia Municipal de Redondo, para discutir a seguinte ordem de trabalhos:
1 - Pertinidade da Câmara; 2 - Alteração do Trânsito; 3 - Assuntos Gerais do Concelho.

Estiveram presentes:
Presidente: João Alexo Branco
1º Secretário: Caetano Venâncio Gato Carriço
Compareceram os seguintes MEMBROS:
Miguel Elísio Cajinha Alves; Manuel Balbino Garcia Branco; Ana Paula Carriço Leão Jeremias; Jacinto António Siquenique Carriço; António Alves Garcia; Miguel António Patrão Casaca; Manuel Luís Nunes Gomes; Mário José Mendes Relvas; José Joaquim Matabixo Siquenique; Orlando José Ambrósio Sajana; João Sebastião Cardoso Laranja; Faustino Manuel Salvador Jeremias

JUSTIFICARAM AS FALTAS OS SEGUINTES MEMBROS: Domingos Alberto Saraiva Boavida; José Manuel Mendes Pontel;

FALTOU O SENHOR MEMBRO:
António Mário Grilo Festas

Verificando que havia quorum o Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão e antes da ordem do dia o informe o Regimento da Assembleia Municipal apresentou a seguinte proposta:

- "Proponho à consideração dos senhores membros a dispensa da leitura do Expediente presente na mesa da Assembleia estando como é óbvio, à disposição dos senhores membros".

Os senhores Membros aprovaram por unanimidade a dispensa da leitura do Expediente à reunião.

- Carta de Mário José Mendes Relvas pedindo justificação da falta à reunião de 11-12-98.
- Carta de Faustino Manuel Salvador Jeremias pedindo justificação da falta à reunião de 11-12-98.
- Carta de Domingos Alberto Saraiva Boavida pedindo justificação da falta à reunião de 26-2-99.
- Carta de José Manuel Mendes Pontel pedindo justificação da falta à reunião de 26-2-99.
- Ofício da Associação Nacional de Freguesias Portuguesas enviando exemplares do Boletim Re-

fante ao mês de Novembro/98.
- Ofício do Secretariado da DORev do P.C.P. enviando a tomada de posição da Comissão Política do P.C.P. sobre a agressão dos EUA e da Grã Bretanha ao Iraque.
- Ofício do Grupo Parlamentar do P.C.P. informando que vão realizar um colóquio subordinado tema: Descentralização processo de transferência de novas atribuições e competências para o Poder Local
- Ofício do Presidente da Assembleia Distrital de Évora enviando Parecer emitido pelos Serviços jurídicos da Comissão Nacional de Évora sobre a possibilidade de substituição dos Presidentes das juntas de Freguesia eleitos, para a Assembleia Distrital, nos termos e para os efeitos da Lei n.º 5/91.
- Ofício da Associação Nacional de Freguesias Portuguesas comunicando as taxas a transferir do Orçamento do Estado para o Município de Resende.
- Ofício da Associação Nacional de Freguesias Portuguesas enviando o relatório - Síntese sobre os Encontros Nacionais (descentralizados) de Presidentes de Câmaras Municipais.
- Ofício da Associação Nacional de Freguesias Portuguesas informando que vai elaborar um regulamento tipo para criação dos conselhos municipais de Segurança Lei n.º 33/98 de 18 de julho.
- Ofício da Associação Nacional de Freguesias Portuguesas informando que se encontram disponíveis os pareceres do Comité das Regiões da União Europeia

- Ofício da Associação Nacional de Freguesias Portuguesas enviando um exemplar da Agenda Training/1999.
- Ofício da Associação Nacional de Freguesias Portuguesas enviando um exemplar do regulamento tipo "Conselhos Municipais de Segurança Lei n.º 33/98 de 18 de julho.
- Ofício da Direcção Nacional CCD's, Gestão de Pessoal comunicando que o Encontro se realiza no próximo dia 15-01-99 em Coimbra no Hotel D. Inês pelas 10 horas.
- Ofício do Chefe do Gabinete de Planeamento e da Administração do Território enviando o convite para o Seminário Nacional do POCAL-Coimbra 22 de Fevereiro/99.
- Ofício da Associação Nacional de Freguesias Portuguesas informando que estão a proceder ao aprofundamento do processo de transferência de novas responsabilidades para as Freguesias.
- Ofício da Associação Nacional de Freguesias Portuguesas enviando exemplares do Boletim referente ao mês de Outubro/98.
- Ofício da Associação Nacional de Freguesias Portuguesas enviando deliberação do Conselho Directivo da Associação Nacional de Freguesias Portuguesas sobre as competências da Administração Local e Administração Central
- Ofício do Presidente da Câmara Municipal de Redondo, submetendo à aprovação da Assembleia as alterações aos Estatutos da REDOT - Resende Artesanato e Turismo, Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade limitada, C.R.L. e alterações ao Trânsito da Vila.

- APROVAÇÃO DA ACTA: A acta da reunião ordinária de 11-12-98 foi aprovada com uma abstenção
1 - Actividade da Câmara
Informação à Assembleia Municipal (actividades da Câmara Municipal de Redondo
ARRUAMENTOS: Arranjo de Becos; Conservação de Estradas; abertura de Valetas; Pavimentação de Ruas; (Cabeço e Montoito); Arranjo de Ruas na Serra d'Ossa.
INFRAESTRUTURAS: - Tapada Municipal; Prolongamento da Rede de águas; Zona Industrial de Redondo; Parque de Feiras e Exposições; Prolongamento das Redes de Esgotos.
APOIO AOS MUNICÍPES - Programa Casa Quente (Idosos e Necessitados); Arranjo de Telhados (Idosos e Necessitados); Limpeza de Linhas de água na Zona das Vinhas
ACTIVIDADES DOS SERVIÇOS SÓCIO-CULTURAIS
DE JANEIRO A FEVEREIRO
- Apoio às Caminas Escolares; Apoio aos Transportes Escolares; Expressão Dramática nas Escolas do Concelho, preparação do VI Encontro de Teatro escolar; - Elaboração de um projecto de criação de uma Ludoteca na Oficina de Educação pela Arte, com o apoio do INSTITUTO de Apoio à Criança; - Animação da Biblioteca Municipal: Autor do mês de Janeiro - Bernardim Ribeiro dia 6 de Fevereiro realizou-se uma sessão sobre Bernardim Ribeiro com uma leitura encenada da obra de "Menina e Moça"; Autor do mês de Fevereiro - Conde de Monsaraz.
- Hora do Conto realiza-se todas as 4ªs feiras às 16 horas e às 5ªs feiras (comemorações efectuadas pelas escolas)
- Organização do Carnaval; Dinamização do espaço da Biblioteca com a Praia de Criança - Transferência do Fundo Infantil e da Hora do Conto para o espaço da Praia; - Preparação da Feira do Livro e da Exposição sobre o Tema "O Alentejo" a realizar durante o mês de Maio. - Preparação das Comemorações do 25 Aniversário do 25 de Abril; - Apoio às Ruas Floridas; - Apoio ao Projecto "Astronomia no Ensino Experimental das Ciências" que se realizou no dia 5 de Fevereiro, com a presença do Prof. Mário Ferreira; - Apoio ao Clube de Astronomia da Escola Básica 2,3 Dr. Hernâni Cidade; - Apoio ao Clube Cultural da Escola Básica 2,3 Dr. Hernâni Cidade na montagem de peça, "Os animais do Stajik" a levar à cena aquando nas Festas Populares de Agosto. - Animação nas Escolas do 1º Ciclo de Redondo; - Início da preparação dos 8ºs Olímpicos Populares do Distrito de Évora; - Actividades na Casa do Bairro António Festas todas as Quartas-Feiras.
OBRAS
Arranjo de Largos em Montoito e Redondo; - Museu do Vinho; Pavilhão Polidesportivo junto às Piscinas; - ETAR Zona 2; - ETAR Zona 3; Ampliação da Estação de Tratamento de água da Oliva; - Centro de Artes e Ofícios (Costeb); - Arranjo da Zona do Cessio em Montoito; - Balneário de Apoio ao Campo de Futebol das Aldeias de Montoito; - Piscina Aberta; - Pavilhão Gimnodesportivo, - Zona Verde junto ao Polidesportivo de Santa Susana

- Balneário de Apoio ao Polidesportivo de Sana Suzana; - Arranjo do telhado da Igreja de Santo António; - Edifício por detrás do Tribunal, para a instalação das Finanças, Tesouraria e Assembleia Municipal (Concurso Público). - Projecto de ETAR de Monteiro; - Projecto de Infraestruturas da Zona Industrial Monteiro (Concurso Público) - Projecto de Arranjo da Zona Envolvente ao Castelo; - Projecto de adaptação do Edifício da Antiga Cadeia de Monteiro em Sedes de Associações.

} - ACTIVIDADE DA CÂMARA

João Azaruja - Em relação à actividade da Câmara gostava de saber mais em pormenor dois assuntos: No Cap. Obras referente "Centro de Artes e Ofícios (Castelo). No Cap. Actividades dos Serviços Sócio-Culturais no que se refere "Actividades na mata do Bairro António Gostas".

Presidente da Câmara - Em relação ao Centro de Artes e Ofícios que consta no Plano de Actividades estamos a proceder à recuperação do Antigo Celeiro do Povo, onde está previsto a instalação do Centro de Artes e Ofícios, que pode ter a polivalência que depois vier a ser definida em termos disso.

Todos nós sabemos que o espaço em causa está bastante degradado e neste momento a obra que está a ser feita é a recuperação, a pôr uma nova cobertura, torná-lo amplo a fazer essa polivalência.

Temos neste momento a oferta de um espólio museológico legado a fotografia para o museu de fotografia que ocupará uma parte do espaço.

Z, em relação às Artes e Ofícios o Programa não está ainda definido tem a ver com o ensino de trabalhos em madeira, embarro, escultura, juntamente com actividades de multimédia, pode acontecer um pouco de tudo naquele espaço.

O Programa não está definido, o espaço está a ser recuperado para poder receber qualquer tipo de actividade conforme aquilo que for aprovado no Programa e decidido pela Câmara em conjunto com Associações e Colectividades e entidades do Concelho.

Para não se deixar degradar mais o espaço avançou-se com a obra que se está a fazer, recuperar interiormente e pôr em cobertura mantendo exactamente o que lá está.

Em relação à actividade da mata resulta de uma iniciativa do Núcleo Andebol de Redondo com uma candidatura ao Instituto Português da Juventude e Apoio dos Serviços da Câmara que teve por base a cedência de uso, por parte da Câmara, o mesmo que está a ser recuperado, e a limpeza daquela zona. Está-se a preparar um trabalho para além dessas actividades para envolver os jovens que serão eles que na prática assumir a recuperação daquele espaço.

A Câmara está aqui na retaguarda a apoiar nas obras, naquilo que o Grupo de Andebol de Redondo em articulação com o Instituto Português da Juventude estão a apoiar.

A Câmara deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta do Senhor Vereador e submeter o assunto à aprovação da Assembleia Municipal.

ALTERAÇÕES AO TRÂNSITO DA VILA

Projôs o Vereador Jerónimo que se façam as seguintes alterações ao trânsito da Vila de Redondo:

1- Estacionamento proibido na Estrada dos Foros, desde o prédio do Sr. Faustino Jeronimo até à frente dos Estaleiros Municipais (sentido Foros-Redondo)

2- Estacionamento proibido na Av. Dr. Barahona (sentido Redondo-Foros)

3- Estacionamento proibido na Rua da Faia (sentido Évora-Redondo)

4- Estacionamento proibido na Rua Infante D. Henrique (desde o cruzamento com a Rua Padre Manuel Granja até ao fim e desde o Posto de G.V.R. até ao prédio do Senhor Barrancos).

5- Estacionamento proibido na Rua Comendador Rui Gomes (desde o prédio do Sr. Saraiva até ao cruzamento com a Rua Manuel Joaquim da Silva).

6- Estacionamento proibido na Rua do Ladeiro (em frente ao café do Sr. João).

7- Mais uma bolsa de estacionamento proibido na Rua D. Arnilda e Eliezer Kamnezky (em frente à Biblioteca Municipal),

8- Estacionamento proibido nos dois sentidos na Rua do Matadouro.

9- Sinal de aproximação de estrada com prioridade na Rua de São João (cruzamento com a Alameda do Calvário),

10- Sinal de aproximação de estrada com prioridade na Rua do Lagar (cruzamento com a Rua dos Bombeiros Voluntários),

11- STOP nas Ruas: Direita e do Ladeira (cruzamentos com a Alameda do Calvário).

12- STOP na Rua Tarde-à-Pia (cruzamento com a Rua dos Curdidos).

13- STOP e proibição de virar à esquerda nas Ruas: Tago Coutinho, Manuel Mendes Ramos, Sacadura Cabral, e António Fernandes Piteira (cruzamento com a Rua da Boavista)

14- STOP na Estrada do Freixo (Fontinha dos Remédios), travessa das Traseiras do Campo do Calvário e Largo do Calvário (cruzamento com a Rua Professor Dr. Hernani Cidade).

15- Sentido proibido na Travessa do Dr. Moura (sentido Rua do Lagar para o Largo dos Bombeiros).

16- Sentido proibido na Travessa do Golneto (para o Largo Novo Redondo)

17- Sentido obrigatório para a Rua Alexandre Herculano (sentido Évora-Alandroal),

18- Sentido proibido na Praça da República (sentido Évora-Alandroal).

19- Estacionamento proibido na Rua Alexandre Herculano,

20- STOP e proibição de virar à esquerda na Rua Dr. Barahona (cruzamento com a Rua Alexandre Herculano),

21- Estacionamento proibido na Av. Matos Fernandes, do lado do Palácio da Justiça.

22- Sentido único na Rua do Lagar (a subir)

23- Sentido proibido na Rua do Lagar (a descer no cruzamento com a Rua da Boavista)

24- A praça de Tóxis será transferida para a avenida Matos Fernandes do lado da Sociedade Harmonia e Progresso Redondense.

A Câmara deliberou por unanimidade e em minu-

ta aprovar a proposta do Senhor Vereador, mais propõe submeter o assunto à aprovação da Assembleia Municipal.

2. ALTERAÇÃO AO TRANSITO

Presidente da Assembleia - Este é um documento que vem na sequência do que já se tem falado aqui em assembleias anteriores, sobre o funcionamento do transito nesta vila.

O Senhor Vereador Jerónimo elaborou a proposta de transito e para tal consultou os Municipes e a G.N.R.

A Câmara deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta do Senhor Vereador e submeter o assunto à aprovação da Assembleia Municipal.

Apesar dos senhores membros possuirem o documento, agradecia ao Senhor Presidente da Câmara que informasse mais detalhadamente.

Presidente da Câmara - Informou em pormenor a alteração ao transito projectando a planta e através dessa projecção ia dando as explicações das alterações ao transito.

Houve a preocupação de não proibir demasiado o estacionamento de forma que as pessoas não tenham que ir deixar as carros muito longe de casa.

Posso-lhes garantir que se aprovassemos a proposta que a G.N.R. nos apresentou era quase o dobro da proibição do estacionamento, por isso fomos para estas situações de equilíbrio criando as bolsas na Rua de Évora e Rua Infante D. Henrique.

Presidente da Assembleia - Poderíamos aprovar, a título experimental, dando um prazo para ver se resulta.

João Azaruja - Nesse caso aprova-se o projecto durante determinado período para ver a solução.

Presidente da Câmara - Se me permite, eu não impunha a questão do prazo. Após a aprovação, temos que passar à fase da implementação deste conjunto grande de sinais. Depois esperamos alguns meses para ver como é que funciona e se funciona bem deixamos estar.

Não punha, aqui a questão de dar um prazo de dois ou três meses porque até podíamos chegar à conclusão que na Rua de Évora a situação ficava na mesma e estaríamos a prejudicar os moradores com o estacionamento nessa altura alterar-se-ia.

João Azaruja - Na Rua de Évora havia de existir outras alternativas, rejito que esta solução não resulta nada.

Presidente da Câmara - Em relação ao estacionamento para deficientes chamo a atenção para o seguinte:

- Em primeiro lugar pode deliberar sem vir à Assembleia. Temos autorizado nalguns casos em ruas de menos trânsito.

Chamo a atenção do seguinte: nós estamos a fazer convergir a transito de pesados para aquela rua e se permitissemos o estacionamento para deficientes, um carro estacionado impede o trânsito de pesados.

Compreendo a sua preocupação mas temos que ter em conta a situação do trânsito

João Azaruja - Na Rua de Évora havia de existir outra alternativa, rejito que esta situação

não resulta nada.

Concordo com todas as alterações feitas à excepção do Largo da República em frente ao Banco.

Presidente da Câmara – As conversas que tivemos com o responsável do posto foi no sentido de haver, naturalmente, um período experimental, haver alguma coerência por causa das multas.

O estacionamento do parque é para disciplinar e impedir aquele abuso que todos nos conhecemos de carros que para aproveitarem a sombra e que estacionam em dois lotes de parque, assim ocupam dois lugares.

João Azaruja – Em cima do passeio do edifício da Câmara não podem estacionar carros.

Presidente da Câmara – Também não há problema nessa zona que vai ser parte privativa da Câmara. Falta pôr o sinal, e vai ficar só com dois lugares de estacionamento ao comprimento do edifício.

A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade e em minuta, numa fase experimental a alteração do trânsito na vila de Redondo.

3 – ASSUNTOS GERAIS DO CONCELHO

Presidente da Assembleia – Antes de dar a palavra aos senhores membros vou ler o ofício nº 422, Proc.º 15.2 enviado pela Câmara Municipal de 99-02-24 do seguinte teor: "Junto remeto a V.Ex.ª fotocópia da parte da acta da reunião ordinária realizada em 10-02-99, em que é deliberado submeter à aprovação da Assembleia Municipal a alteração dos Estatutos da Redat-Redondo, Artesanato e Turismo. Cooperativa de interesse Público da Responsabilidade Limitada, C.R.L.

Presidente da Câmara – A Redat é uma Regi Cooperativa que foi criada numa altura, na sequência da CAUR aquela Cooperativa de Artesanato para fabrico de pintura de mobílio Alentejano.

O Processo foi elaborado no Instituto de Emprego. Não teve êxito houve desentendimento entre os cooperantes. A Redat foi uma tentativa da Câmara de salvar o projecto inicial da CAUR e criou-se esta Regi Cooperativa Redondo Artesanato e Turismo, mas enfim a base não estava sólida e a Redat sem operacionalidade.

E, há um ano para cá, estavamos numa fase de extinção da Redat. Entretanto por parte do Instituto de Emprego e Formação Profissional a Câmara Municipal foi contactada no sentido de mostrar interesse na criação das chamadas Empresas de Inserção Social. É um Programa de Criação de Empresas criado pelo Instituto de Emprego dirigido a desempregados de longa duração ou equiparados desde de toxidependentes, ex reclusos, alcoólicos, etc.

Tive uma reunião com um dos responsáveis do Instituto de Emprego e manifestámos na altura interesse em avançar com este Processo, até de uma forma pioneira em termos do Alentejo apresentado por uma Câmara Municipal. Havia duas possibilidades, ou se ia para a constituição de uma empresa Municipal que a lei já permite, mas que é um Processo moroso ou então havia esta possibilidade, uma vez que já tínhamos uma Empresa, adequá-la a possíveis funções enquadráveis, naquele Programa do I.F.P. Portanto esta Regi Co-

perativa tinha no seu Estatuto inicialmente Produção e Comercialização de Artesanato Alentejano e a Produção Turística aquilo que se propõe como alteração dos Estatutos e a Produção e Comercialização na área de Energias Tóreis e Protecção do Ambiente.

Isto para quê?

Para permitir que duas áreas em que são enquadráveis nas linhas de inserção do Instituto de Emprego para ampliação deste tipo de Empresas a RODAT se possa enquadrar.

E quais são essas áreas?

As Energias Renováveis porque nós temos o processo de aquecimento das escolas com os sarmentos dos vides e com esta Empresa no lugar de ser a máquina da Câmara a fazer isso, passará a ser esta Empresa e a Câmara pagará por fazer este trabalho.

É evidente que não nos ficamos por aqui e damos um passo à frente que é aproveitar também os sarmentos para fazer o que se chama estilha de modo que duma fase posterior se revelar que esse fase é um bocado mais complicado a fabricação dos briquetes.

Em relação à Protecção do Ambiente é para poder abranger a área da limpeza urbana. Isto tem vantagens; é evidente que para a Câmara e para as pessoas. Não são POC's de seis meses, isto é suportável 80% dos lucros de rendimento, de encargos sociais pelo Instituto de Emprego durante 24 meses. Se depois ao fim destes dois anos os contratados passarem a empregados da Empresa há um bónus, senão saem aqueles entram outros.

O nosso Projecto vai ser entregue, se naturalmente for aprovada esta alteração estatutária, senão por vai ser levado na mesma porque há seis meses para constituir uma Empresa.

O Projecto provê um financiamento de 50% do investimento previsto: a máquina para a estilha, máquina para o enfardamento, para substituir a actual, um tractor, de um Reboque, carros de limpeza, vassoura mecânica, portanto um conjunto de equipamento para isto poder funcionar nas duas áreas.

A ideia é a criação de uma Empresa de 10 postos de trabalho que garantem um funcionamento, a fundo perdido, na ordem dos onze mil contos pagos pelo Instituto de Emprego à Empresa o pagamento dos dois anos - 80% - rendimentos, encargos sociais. E, facilidade de empréstimo da Empresa 20% do valor do investimento durante sete anos com a taxa de juros zero, e dois anos de falência.

São boas condições para pensar na Empresa. Como há pouca dinâmica na criação destas Empresas, o contacto directo que o Instituto de Emprego faz com a Câmara foi no sentido de propôr que apresentássemos a proposta, desde que tivesse lógica e coerência seria aprovada, e digamos seria pioneira para ser lançada noutros concelhos e por outras Câmaras.

Para o processo poder estar em sintonia com os estatutos da cooperativa, houve necessidade de alterar os estatutos. Como a Cooperativa foi criada na altura com a deliberação da Câmara e a aprovação da Assembleia Municipal, portanto qualquer alteração dos Estatutos tam-

bem tem que ter a aprovação da Câmara.

O objectivo é realmente bom, tem obrado bastante empenhado neste processo. Isto não são POC's prolongados, mas se conseguir agilizar, estamos a falar de desempregados de longa duração, mas como dizia o responsável do Instituto de Emprego quando falávamos dos seminários, porque não, depois de alguns trabalhadores receberem formação na área da roda da vinha. E a Empresa poder também prestar esse Serviço.

Mas, também temos que ver se o mercado necessita. Vejamos isto para outra fase.

A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade e em minuta a alteração dos Estatutos do Mercatempo, Artesanato e Turismo, Cooperativa de Interesse Pública de Responsabilidade Limitada, C.R.L.

José Siquenique - A estrada que vem da Praia do Pau Velho e liga a estrada nacional 354 é municipal ou não?

É que estreitam a passagem.

Presidente da Câmara - Era um acesso que estava ali, mas não era um arruamento e as regras de trânsito da Junta Autónoma não permitem o acesso directo a uma rotunda. Aliás foi a Junta Autónoma que não autorizou fazer caminho por outro lado a Câmara não tem nada com isso. Mas se conseguirmos encontrar uma solução de equilíbrio de compromisso que não ponha em causa a questão de acesso. Mais adiante há uma conversa isso tem de ser ordenado com a Junta Autónoma de Estradas. Mas nós próprios, eu e o Vereador Pedro já estivemos no local a ver a possibilidade de fazer um acesso, mas de qualquer forma o que está feito foi de acordo com a legislação de trânsito.

João Azevedo - Já se falaram, aqui, nas obras do Centro de Saúde, estão ainda demoradas?

Presidente da Câmara - É uma questão do Governo cumprir as promessas.

João Azevedo - Evidentemente. Mas também vamos ver, aqui, as promessas da Câmara, neste momento também são muitas. Que já há muito falar do Museu do Barro, Museu do Ouro, Museu do Vinho. Várias vezes nos dizem que tem que ser inaugurado.

A outra questão está relacionada com o Orçamento deste ano. Vê-se que o Grau Investimento vem perdendo de ano para ano qualidade. Como é que a Câmara encara esta perspectiva do Grau Investimento ir perdendo qualidade? E, depois a construção outros Encolhos.

O Sarilho dos Bares que teve no Cinema, eu gostava de obter esclarecimento, porque chegou até à minha pessoa a opinião de algumas pessoas que não têm uma informação quanto aos cidadãos que iam comprar os Bares.

Presidente da Câmara - Em relação ao Museu do Vinho, aquilo que lhe posso dizer é que não desejo mais do que eu. Adjudicámos a obra falso e um empreiteiro que recebeu o adiantamento quando veio cá fazer os arames e até hoje nunca mais o vimos.

Falta pôr o resto falso, o recheio, a parte de iluminação tem a ver com o relvado. Eu espero, e

dosagem e toda a loiça marcada para usar no Museu do Vinho.

Em ramos de obras inclusivamente até pelo Junho têm que estar prontas, porque se não estiverem prontas a parte dos Convenientes que não for justificado pode-se opor

E, nesse momento, o Dr. António Nobais que é a pessoa contratada pela Câmara para tratar da parte museológica está mobilizado para vir, enfim quase residir para o Pessoal, de modo que o resto do processo avance e se entregue depressa o Museu do Vinho

Em relação ao Museu do Pão acompanhado ao mesmo processo de acessório do Dr. António Nobais vai agora também ter a sua sequência, eu espero e desejo ardentemente que estes dois Museus este ano possam abrir.

Garanto-lhe que da minha parte e acho aqui um Vereador que não me deixa mentir que por vezes as obras vão decorrendo mas há algumas que eu próprio pergunto ao Vereador isto não anda porquê? Isso tem que estar pronto até determinada altura. Há prazos e isso é por alguma razão.

Em relação ao ouro não estou a gastar mais dinheiro, é só ao tempo, está-se a fazer mais devagar.

O Carnaval é uma iniciativa de freguesia que a Câmara ajuda, o que me parece não é uma motivação dos Serviços Sócio Cultural.

A Câmara atribui subsídios e espera que as pessoas tenham iniciativa, imaginação e

dar resultado um bom desfile. Senão resolta só que resolver, a vir se vale a pena a Câmara continuar a dar o Subsídio.

Em relação à Encarnação aqui à volta não estamos como isso.

Ruas, não bem, tem outras localidades. Tem Badajoz ao lado, não vamos imaginar Ruas em Pessoal. Mas mesmo assim, ainda vem cá muita gente de fora.

Eu penso que nunca deverá a Câmara a organizar, porque quando for a Câmara a organizar acabamos com a tradição do Carnaval. Têm que ser as pessoas.

João Carvalho - Têm que se motivar as pessoas, não é só abrem as inscrições. De qualquer forma falta a motivação da parte das pessoas do Sócio Cultural, falta o trabalho de motivação das pessoas. Pessoal tinha o Carnaval com características próprias que infelizmente está-se a perder.

Presidente da Câmara - também gostava de ver isto um Desfile melhor. Como lhe disse isso depende muito da imaginação e vontade das pessoas e do enfeitamento. Estamos a falar do Carnaval como poderíamos falar das Ruas floridas. Vamos ver como é que este ano vai decorrer, senão houver enfeitamento da parte das Comissões das Ruas, evidente que não é a Câmara que vai decorar as Ruas. A Câmara dá todo o apoio e espera a parte do trabalho de decoração das Ruas, Se as pessoas não fizerem as ruas serão mal decoradas, aqui no

Carnaval é a mesma coisa.
João Azaruja - É evidente que tem que ser as pessoas, de facto que reuniões têm os serviços feito atempadamente com as pessoas?
Houve as inscrições. Isso não é um trabalho fácil, é um trabalho muito longo.
Presidente da Câmara - Registo o seu reparo.
Presidente da Assembleia - Houve reuniões com as pessoas para colaborarem no Carnaval?
Presidente da Câmara - Sim com as pessoas que se inscreveram, as colectividades e os grupos de pessoas. Houve condições da parte da Câmara. Se a pessoa disse que fazia um carro sobre um determinado tema, se o carro não resultou, isso depois já é discutível. Agora, haver criação de prémios para estimular? Pode haver subsídios diferentes? Isso já se chegou a falar, aliás o ano passado chegou-se a criar, não sei se o Dr. Azaruja não fazia parte de uma comissão para dar parecer se merecia ou não o subsídio?
João Azaruja - Não.
Presidente da Câmara - Talvez no meio disto haja algum oportunismo de alguns grupos, com se costuma dizer, pintar a cara e arranjar raupas velhas podem o subsídio como as outras que fazem um carro
Podemos criar um subsídio base e depois haver um factor suplementar de acordo com a qualidade, sem lhe estarmos a chamar prémios.
Em relação ao sorteio dos lotes as regras estavam definidas desde a princípio, foi aprovado um Regulamento.

As pessoas todas se inscreveram tinham conhecimento do Regulamento, fra perguntado pelos Serviços da Câmara se na altura não tinham casa própria se eram maiores de 18 anos e se residiam na vila e se tinham casa própria.
As pessoas inscreveram-se. Houve três ou quatro situações de pessoas de fora, salvo erro três, que foram excluídas.
O sorteio foi feito no Cinema e quem lá esteve pode confirmar que foi feito de uma forma exemplar, ou sejam foram as próprias pessoas que cada uma tirou o papel.
E, para salvaguardarmos, até porque sabíamos que havia 10 lotes na Tapada e 16 lotes na Zona da Feira e sabíamos que havia pessoas que estavam inscritas nos dois loteamentos, naquela expectativa senão sair de um lado sai de outro. Preferiu num, mas também se inscreveu noutro, nós não podíamos impedir as pessoas de se inscrever. Foi-lhes explicado e isso aconteceu com duas pessoas.
Primeiro fez-se o sorteio da Tapada foram premiados, tiveram sorte de tirar o papel premiado, mas essas pessoas já não entram no sorteio dos lotes na Zona da Feira. Foram retiradas.
Tirámos uma lista de suplentes igual ao numero de efectivos a pensar nos desistências.
Após o sorteio uma das pessoas que foi premiada, alguém alertou que tinha casa própria. Uma das condições era casa própria do casal.
Houve essa situação que na Costagem

da contribuição autárquica do ano passado não constava e que se listagem curiosamente chegou três ou quatro dias antes do sorteio. Perante a afirmação das pessoas que estavam na sala de que determinada pessoa tinha casa própria.

Fomos ver a listagem da contribuição autárquica lá estava. Foi excluído do sorteio. Avançou o primeiro suplente.

Foi a reunião de Câmara na quarta feira, esteve aberto durante quinze dias para as pessoas pondererem, se efectivamente queriam ficar com os lotes. Foi na quarta feira a atribuição dos lotes e as pessoas foram todos contactados.

João Azaruja - São 26 lotes. Qual o espaço máximo que as pessoas têm para construírem?

Presidente da Câmara - dois anos.

João Azaruja - E se não construírem nesse prazo?

Presidente da Câmara - Senão respeitarem esse prazo aplica-se a mesma regra, os lotes revertem para a Câmara.

João Azaruja - Esta Câmara permitiu que muitos munícipes dessem especulação, não dando cumprimento à regra.

Presidente da Câmara - Tenho que me reboter com veemência por essa afirmação que acaba de fazer, por duas razões. Primeiro a especulação que houve não foi oficial, ou seja, havia uma clausula desde o princípio das escrituras que os lotes só podiam ser vendidos mediante autorização da Câmara. As pessoas podiam autorização à Câmara para venderem um lote. Vou dar um exemplo qualquer não interessa, o lote de 500 contos nós vamos verificar que o lote tinha custado 400 contos. Aqui não havia especulação visto ter comprado há algum tempo por 400 contos ia vender por 500 contos.

É evidente, que as coisas acabam por se saber, pelas conversas paralelas de que a compra não foi de 500 contos mas sim por 1.000 contos. E, quando nós tomamos conhecimento e confirmámos este caso, a partir de um determinado tempo, Sr. Doutor pôde verificar que nunca mais a Câmara deixou de exercer o direito de compra dos terrenos. E por isso é que os tínhamos agora para sortear, nunca mais a Câmara deixou de exercer esse direito de compra mediante um critério tão simples, como isto, se a pessoa adquiriu um lote por 1.000 contos a Câmara solicitava à C.G.D. ou ao B.G.B. para nos dizerem, desde o dia da escritura até aquelo momento se aqueles 1000 contos estiverem numa conta a prazo quanto é que rendiam?

Comprou por 1.000 contos, vendia por 1.200 contos, era esta importância que a Câmara pagava à pessoa que vendia o terreno, para não a prejudicar.

A Câmara adquiriu vários lotes e revendeu até antes do sorteio. Nunca mais se venderam lotes a particulares a particulares.

Os únicos casos que houve, situações de venda de particulares a particulares, só as houve e aí também não posso garantir, mas a Câmara não estava interessada eram casas concluídas

Oficialmente se for ver as actas da Câmara isso
esta lá.
João Azaruja - Eu que ao começar a haver lotes
ao fogado Juniagoa.
Presidente da Câmara - Começou no ano de 1980. Houve uma fase em muitos lotes para vender, a fase
chegara a Câmara escolhia o lote e comprava. A partir de um dado momento havia mais procura e
menos lotes.

Já fizemos outro sorteio em relação a lotes.
Havia três lotes disponíveis. Havia dez pessoas inscritas. Fez-se sorteio.

Para provar que a Câmara dá o exemplo em
termos de combate à especulação está a realidade de sorteio que a Câmara adoptou. Sempre
quisessemos combater a especulação do preço
dos terrenos era muito mais fácil e vantajoso para os cofres da Câmara vender os terrenos
em hasta pública, como muitas Câmaras fazem,
como o Sr Doutor sabe, E garanto-lhe que a Câmara vendia os terrenos por valores superiores á-
queles que vendem, mas como não é essa a nossa
função não optamos, fizemos sorteio.

Dar-se mais um alargamento, o Bairro
mento da zona da feira tem 11 lotes e foram sorteados dezasseis. Houve dezasseis candidatos
porque eu quis respeitar a palavra que tive
para com o proprietário do terreno, quando se negoceia do terreno, o proprietário disse:
- Vendo-lhe o terreno mas tem que vender um
dos minhas filhas. Sim senhor. Quando chegou a
altura as três filhas foram chamadas. Duas ti-



nham casa própria, portanto não se podiam inscrever,
a outra não tinha casa própria pôde comprar um lote.
Isso foi vedado diretamente, porque eu quis
respeitar a palavra. O proprietário já se não en-
tra, eu assumi, não estava toda a gente, portanto
por essa razão o lote foi vendido diretamente e
não sorteado.

E, não como alguns jornais já o apelidaram
que era para a filha do Senhor Vereador Leão pois
não estava inscrita e que podia estar como é
lógico. Mas isto foi apelidado, mas eram quem o
disse...

João Azaruja - Não assisti ao sorteio, só quis
saber a realidade dos factos foi nesse sentido a
minha questão.

Gerano Connio - Sobre o Bairramento do Freixo hoje-
mas distintamente a perguntar-me se eu sei
alguma coisa sobre os lotes que vão para vender
e quando dão abertura a outros pessoas

Há pessoas que são do Freixo, mas não vivem
lá, trabalham em Lisboa, e querem comprar lotes de
terreno para fazerem casa para um dia regressarem
à terra.

Presidente da Câmara - Se a Câmara tivesse uma
atitude especulativa, vendia os lotes agora, mas
como não tem. A Câmara adquiriu aquele terreno
ao Freixo em condições especiais, todos nós sabemos
que a herdade estava hipotecada. A Caixa Geral
de Depósitos na altura desapropriou aquela parcela,
dado ao fim a que se destinava, à habitação
social e a vedação da Câmara. E, isto tudo em
toma a preocupação das pessoas do Freixo não ver

terreno para construir casa própria. Dos 9) lotes, portanto ha 7). A Camara está a ronder a 4 ou 5 escudos o metro quadrado.

Devo dizer ao Sr. Caetano Camilo que existindo de renda de terrenos a pessoas do sexo for uma razão muito simples. Se vamos rendar aqueles terrenos a pessoas de fora, o que vai acontecer é que dentro de dois a três anos só jovens do Freixo que hoje não estão a pensar em construir a sua casa, mas que dqui a seis meses poderão começar e dqui a um ano podem pensar em construir a sua casa.

Para já seria insensato abrir a venda a esse preço. Em segundo lugar seria lacharmos a jovens que dqui a dois ou três anos poderiam ter necessidade de construir a sua habitação. É preferível a Camara não organizar a abertura de modo deixarmos lá estar para aqueles que possam ter necessidade, é esta a posição da Camara.

Caetano Camilo - Em termos de ordenamento prefere o Freixo não ver a crescer, porque aqui a cinco ou seis anos há muito casa velha do Freixo para vender. Há uma série de moradias feitas no Bairro há 25 anos e depois de uns anos as pessoas que lá vivem são velhas.

Estou a pensar se nós abríssemos a venda a pessoas naturais do Freixo paviam a sua casa para depois um dia mais tarde regressarem à sua terra Natal e viriam ali fazer a sua velhice.

Acho que em dqui a quinze anos estariam vendidos. Acho que há possibilidades. A Camara autorizou o Loteamento do Francisquinho para que alguns pessoas podiam comprar ali, seria uma forma daqui crescer.

Presidente da Camara - É um esclarecimento a fazer Presidente não autorizou nada. O Sr Vereador tem noção do terreno que está dentro do perímetro urbano do Freixo pode fazer um loteamento. Não foi o Sr. presidente que autorizou. O perímetro urbano do Freixo abrange aquele parque e o terreno em frente à Casa do Povo, e junto à estrada do lado do Campo de futebol. É evidente que pode fazer um loteamento particular.

Presidente da Camara - Ele não cedeu terreno nenhum. A Camara comprou o terreno e pagou-lhe.

Caetano Camilo - Mas isso foi com o contrato dele fazer o loteamento.

Presidente da Câmara - Se o terreno está dentro do perímetro urbano, é evidente que qualquer pessoa pode fazer um loteamento. Não é só eles. As pessoas que têm terra dentro do perímetro urbano podem fazer um loteamento.

Quando eu digo vamos deixar estar as obras não vamos alterar as regras que estão, é evidente que não vamos esperar nove, nem dez nem quinze anos. Há um ano que se comprou, sejam as rendas, se estão a construir as primeiras casas porque há dez vagas vamos já alterar o Regulamento não me parece correcto.

Miguel Reis - E, se fizer o sorteio para as jovens e se sobrassem lotes poderiam fazer sorteio para as pessoas naturais do Freixo.

Presidente da Câmara - Vamos lá ver o Regulamento tem um ano e não dez.

Se haver uma quantidade grande de procura, nessa altura poderemos rever o assunto. Não tenho a menor dúvida que a 800 escudos o metro quadrado se a Câmara juzesse a venda livre para aqueles dez lotes havia 40 ou 50 pessoas só para ter casa no Freixo. Cá está a especulação do terreno. A pessoa construiu para render.

Miguel Alves - Mas nessa altura ter um determinado período para não render a casa.

Presidente da Câmara - Quem me garante que daqui por uns anos as pessoas do Freixo não precisam de terreno. O Sr. Caetano Carriço sabe perfeitamente que este terreno que compramos ao Sr. Venâncio Lino deram muito trabalho a comprar, a negociar. Agora entrarmos na venda livre é irmos contra os princípios que definimos.

Caetano Carriço - Um moço que reside a 15 km do Freixo e é natural de lá, foi-lhe cortado o acesso à compra do terreno, para agora estarem lotes de sobra. Discordo.

Presidente da Câmara - Temos que ser coerentes Sr. Caetano Carriço. O senhor sabe perfeitamente que a Câmara teve tanto cuidado em relação às inscrições dos lotes do Freixo que até pediu ao Sr. Caetano Carriço, como membro da Assembleia Municipal e como conhecedor das pessoas e da situação das mesmas, a colaboração para identificar as pessoas. Não era eu, efectivamente

que sabia se residiam no Freixo e se tinham casa próprio.

Caetano Carriço - Tem aí tudo bem.

Presidente da Câmara - O Sr. Caetano Carriço sabe perfeitamente que tivemos que eliminar algumas pessoas, que tentaram de uma forma nobilidosa comprar um lote.

Caetano Carriço - Esses não viriam lá e estavam na perspectiva de poder comprar para um dia regressarem à sua terra.

Presidente da Câmara - Vamos aguardar. Só é possível vender os lotes aquele preço porque além de compra ter sido um preço razoável e algumas infraestruturas estavam feitas e a própria electrificação. Como sabem a E.D.P. tem a mão pesada nessas coisas, mas até aí a própria E.D.P. colaborou no sentido em que o custo da electrificação fosse suportado 50% pela E.D.P. e 50% pela Câmara para poder ser vendido ao preço que foi.

Manuel Luis - Em relação ao escorrega para o jardim do Bairro António Festas já está comprado?

Vereador Recto - Está comprado.

PERÍODO RESERVADO À ASSISTÊNCIA

Isidoro Almeida - Em relação ao sinal de trânsito no Rua do Jogar.

Em relação aos contadores das escolas não podem ligar os aquecedores porque não têm potência suficiente. E isso acontece nas escolas das Vinhas, Feros, Serro d'Osso e Freixo; pelo menos há três anos que estão nesta situação.

Presidente da Câmara - Em relação aos contadores só alterando a fase é que dá para aumentar a

potência, daí que optámos por algumas escolas por aquecedores a gás comprados em conjunto.
A Escola das Vinhas está a funcionar, e do Freixo e dos Foros, com as salamandras. Estando muito, há pouco tempo tivemos uma reunião e eles se queixaram de frio.
Há problemas, estou a lembrar-me de Montalto, não tem a ver com o aquecimento, tem a ver com os computadores, o aquecimento está a ser resolvido através de aquecedores a gás.
A única hipótese de aguentar os aquecedores é uma instalação nova. Ainda há um mês tive reunião com os professores das escolas do centro urbano e nenhuma falou de falta de aquecimento.
Isidoro d'Almeida - Concretamente a escola das Vinhas.
Presidente da Câmara - Vou ver o que se passa com a escola das Vinhas e vou esclarecer isso.
Ludovina Marono - Nós gostávamos de ver o Relógio a funcionar, e perguntava se não há hipótese de ser arranjado ou ser substituído?
Presidente da Câmara - Já fizemos a encomenda do relógio. Coincidiu quando vieram fazer a montagem do sistema de Igreja e na altura fizeram uma reparação naquele. Só que não durou muito, tornou a avariar e agora optámos pela compra de um relógio. Estamos a aguardar.
E, não havendo mais nada o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião.
O Presidente da Assembleia: [signature]
O 1º Secretário: [signature]

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE REDONDO REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 1999.

Aos trinta dias do mês de Abril de 1999, pelas 20,30 horas na sala do edifício da Biblioteca Municipal reuniu a Assembleia Municipal de Redondo.
O Senhor Presidente da Assembleia propôs a alteração da ordem de trabalhos, em virtude de algumas pessoas presentes terem outros compromissos. Assim o segundo ponto passaria para o primeiro e o primeiro para o segundo ponto.
A Assembleia Municipal aprovou a proposta apresentada pelo Senhor Presidente.

1 - Aprovação do Relatório e Conta de Gerência 198.
2 - Actividade da Câmara
3 - Assuntos Gerais do Concelho.

Estiveram Presentes:
Presidente: João Alexo Branco
1º Secretário: Caetano Venâncio Gato Carrico
2º Secretário: Domingos Alberto Saraivo Boavida
Compareceram os seguintes Membros:
Ana Paula Carriço Leão Jeromias; Jacinto António Siquenique Carriço; António Alves Garcia; Miguel António Ratinho Casaca; António Inácio Grilo Costas; Manuel Luís Nunes Gomes; José Joaquim Matelotto Siquenique; Orlando José Ambrósio Sopara; João Sebastião Cardoso Azaruja.
Justificaram a falta os senhores membros:
Faustino Manuel Salvador Jeromias e Manuel Balbino Garcia Branco
Faltaram os senhores membros:

Miguel Elisio Gijinho Alves, Mário José Mendes Relvas, José Manuel Mendes Portal.

Verificando que havia quorum o Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão de ordem do dia e conforme o Regimento da Assembleia Municipal apresentou a seguinte proposta:

— "Proponho à consideração dos Senhores membros a dispensa da leitura do expediente presente na mesa da Assembleia estando como é óbvio à disposição dos senhores membros".

Os Senhores Membros aprovaram por unanimidade a dispensa da leitura do Expediente à reunião.

EXPEDIENTE:

— Carta de Faustino Manuel Salvador Jeremias solicitando a justificação da falta à reunião de 30-4-99

— Carta de Manuel Belbino Garcia Branco solicitando a justificação da falta à reunião de 30-4-99.

— Ofício da Inspecção Geral de Finanças informando que se inicia no dia 28 de Abril de 1999 ao Município de Redondo. "Inspecção Temática e Audotoria de Sistemas - Contratos Programa (IND e DRE) e Audotoria de Sistemas (PORA).

— Ofício da Câmara Municipal de Redondo submetendo à aprovação da Assembleia Municipal os seguintes documentos:

— Conta de Gerência de 1998

— Contribuição Autárquica

— Derrama e

— Alteração do nome do Largo Julio Picôto, em Monteiro, para praça D. Dinis Miranda.

— Ofício da Câmara Municipal de Redondo convidando

a Assembleia Municipal para participar na homenagem, à memória, de Dinis Fernandes Miranda que se realiza no dia 15 de Maio pelas 11 horas em Monteiro.

— Ofício da Assembleia Municipal de Alijó pedindo resposta ao ofício n 3 de 3-2-99

— Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses informando que se encontram disponíveis os Pareceres do Comité das Regiões da União Europeia.

— Ofício do Governo Civil do Distrito de Évora convidando a assistir ao concerto da Banda Sinfónica da P.S.P. que terá lugar no dia 30-4-99, às 22 horas, junto do Templo de Diana em Évora.

— Ofício do Governo Civil do Distrito de Évora convidando para participar no colóquio sobre "Polícia de Proximidade", que terá lugar no próximo dia 29 de Abril, às 21 horas no Auditório da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo.

— Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses enviando alguns exemplares do Boletim Municipal referente ao mês de Dezembro do ano de 98.

— Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses enviando alguns exemplares do Boletim Municipal referente ao mês de Janeiro/99.

— Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses enviando alguns exemplares do Boletim Municipal referente ao mês /99

— Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses enviando o Plano de Actividades da Associação Nacional de Municípios Portugueses, para o ano de 1999, aprovado pelo Conselho Geral.

— Ofício da Associação Nacional de Municípios

Portugueses enviando a "Declaração Final" e a Declaração sobre o 25 de Abril" assumidas no III Encontro Nacional de Autarquias.
- Ofício da Associação Nacional de Freguesias Portuguesas informando que a transferência do local da realização do III Encontro Nacional de Autarquias passa a ser no Pavilhão Carlos Lopes, sito em frente ao Parque Eduardo VII.
- Ofício da Associação Nacional Freguesias do distrito de Évora, convidando para assistir à cerimónia de aberturas das 8as Olimpíadas Regulares do distrito de Évora que se realiza no dia 13-3 em Borba.
- Ofício da Câmara Municipal de Viseu enviando cópia do fax enviado a CCRA sobre "Projecto de Jornalismo / Intervenção Global nas Termas de Viseu.
- Ofício do Centro de Estudos e Formação Autárquica informando que vão realizar mais quatro seminários nas áreas das CCR do Norte, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve.
- Ofício da Assembleia Distrital de Évora enviando convocatória para a reunião que se realiza no dia 30-3-99, pelas 15 horas no Palácio de D. Manuel em Évora.
- Ofício da Assembleia Distrital enviando a documentação para a reunião de 30-3-99.
- Ofício da Assembleia Distrital de Évora enviando cópia da Acta nº 1, realizada em 30-3-99.
- Ofício do Centro de Estudos e Formação Autárquica enviando o cartaz referente aos "Novos Modelos de gestão e exploração de sistemas hor-

sícolas".
- Ofício da Associação Nacional de Freguesias Portuguesas convidando todos os eleitos da Assembleia Municipal a participarem no III Encontro Nacional de Autarquias, que terá lugar no Parque das Nações, Sala Tejo no dia 10 de Abril de 1999, pelas 14,30 horas.
- Ofício da Sociedade Filarmónica Juventude Redondense convidando para assistir à apresentação do Big Band que se realiza no dia 1 de Junho de 1999 no Cine Teatro de Redondo, pelas 21,30 horas.
- Ofício a Centro de Cultura, Recreio e Desporto de Foros da Fonte Seca convidando para assistir ao espectáculo de variedades que se realiza no dia 3 de Julho em Foros da Fonte Seca, pela altura das Festas/99.
- Ofício do Centro de Cultura, Recreio e Desporto de Foros da Fonte Seca enviando o Plano de Actividades 1999 do referido Centro.
- APROVAÇÃO DA ACTA: A acta da reunião ordinária de 26-2-99 foi aprovada com uma abstenção. (A abstenção foi por não estar presente)
1 - Aprovação do Relatório e Bico de Gerência de 98

José Siquenique - Tanto que reconhecer que não percebo nada sobre a conta de gerência. Creio que o ano passado não era este tipo de apresentação. Vou votar sem perceber nada do assunto.
Presidente da Assembleia - Como não somos contabilistas, solicitei a Câmara Municipal que estivesse presente uma colaboradora para explicar o documento para que todos nós soubéssemos da

qui esclarecidos.
Chefe de Divisão – A Conta de Gerência, apesar de ter saído no computador tem as mesmas rubricas que a do ano passado, se vocês quiserem verificar, só que era feita manualmente. As rubricas são as mesmas, o programa é igual, mas para o ano já não é. Para o ano vai haver a POCAL e toda a estrutura contabilística da Câmara vai ser toda diferente.

As normas de contabilidade são as mesmas desde 1983, a forma como vem timbrado saída do computador, a outra era toda feita manualmente. Se nós a pudemos tirar do computador, é óbvio que não a vamos passar manualmente.

Entrou uma lei em vigor que para o ano já somos obrigados a cumpri-la, que já se usa há muitos anos em Empresas Privadas.

Apesar de não terem recebido a deliberação da Derrama e Contribuição Autárquica quero explicar que os valores são idênticos aos do ano passado não foram aumentados. Mantém-se os 10% da Derrama é o que está estabelecido por lei, desde há anos, e 1.3% a nível da contribuição Autárquica.

A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade, e em minuta o Relatório e Conta de Gerência/98.

Presidente da Assembleia Municipal – Vou ler a deliberação da Câmara Municipal sobre «Contribuição Autárquica» Propôs o Senhor Presidente que a taxa da Contribuição Autárquica para prédios urbanos fosse fixada em

1.3% conforme Art.º 45 da lei 52 C/96, de 27/12.
A Câmara deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta do Senhor Presidente e submeter o assunto à aprovação da Assembleia Municipal.
Derrama – O Senhor Presidente informou que a lei permite o lançamento de uma derrama e que apesar de ter-se em conta o peso desta carga fiscal, reconhecia igualmente a necessidade deste esforço às Receitas Municipais.

Seguidamente o Senhor Presidente propõe que tendo em atenção que nos anos anteriores a Câmara Municipal de Redondo recorreu ao lançamento de uma Derrama da taxa de dez por cento sobre as Pessoas Colectivas (I.R.C), para fazer face a encargos com obras de melhoramentos a realizar na área de Autarquia considerando que os rendimentos da Câmara continuam a ser insuficientes para suportar os encargos crescentes:
a) A Câmara delibera o lançamento de uma derrama de dez por cento sobre o rendimento das Pessoas Colectivas (I.R.C), relativo ao rendimento gerado na sua área geográfica, ao abrigo do Artigo quinto da lei 1/87, de 6 de Janeiro alterado pelo Decreto lei n. 470/-B/88, de 19 de Dezembro.
b) Que se submeta o assunto a a aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea p) do Artigo 39º do Decreto-lei n. 100/84, de 29/3.
c) que se solicite ao Director de Finanças do Distrito de Évora para que a liquidação e cobrança da derrama seja feita através da Repartição de Finanças do Conselho de Redondo cumulativamente com a cobrança dos impostos que recai

A Câmara deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta do Senhor Presidente, devendo a mesma ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal.

Orlando Ambrósio - Em relação à contribuição autárquica o aumento é 3%?

Chefe de Divisão - É igual ao ano passado. Os 30% é para a Derrama.

Orlando Ambrósio - Em relação à derrama, se a inflação é de 2 a 3%, porque é que todos os anos se tem que aprovar os 30%? Acho que não está correcto, este aumento.

Vereador Neto - O lançamento da derrama não aumenta todos os anos 30%. Os 30% é a percentagem do I.R.C. que já vem há anos. Fortemse a mesma percentagem dos 30% sobre os rendimentos colectáveis, e já há muitos anos.

Chefe de Divisão - A percentagem não pode ser aumentada, está proibida por lei.

Orlando Ambrósio - Estou esclarecido.

José Siquenique - Penso que dentro do Concelho há prédios que não pagam contribuição e porquê? Será por serem antigos ou não são vistoriados? 1.3% é sobre o valor do prédio. Quem é que dá esse valor?

Chefe de Divisão - São as Finanças.

Presidente da Assembleia - Esse valor é calculado sobre o rendimento colectável do prédio, e avalá que não mexam nisso.

José Siquenique - Há prédios que não pagam.

Presidente da Assembleia - Desde que estejam colectados todos pagam.

António Costas - Podem estar colectados por um valor inferior ao valor de prédio.

Vereador Neto - A contribuição autárquica é uma receita da Câmara, mas quem faz o cálculo é uma Comissão de Avaliações das Finanças. Pode haver prédios que estejam isentos, outros não. Tem a ver com a idade desses prédios que têm um valor muito antigo e com as construções recentes.

Este ano houve alguma actualização do pessoal das Finanças, e notou-se mais nesses prédios antigos. Daí que durante o mês de Abril, houve alguns inquilinos que ficaram em pânico desagradados com as contribuições.

E sei que alguns quase que deixaram a contribuição autárquica porque fizeram a actualização do imóvel.

Vereador Neto - Se não dão licença a Chefe de Divisão vem aqui para explicar, e ela tem compromissos e são quase 21 horas e eu peço que ela se retirasse, agradecendo o seu contributo.

Caetano Camilo - Em relação à Contribuição Autárquica e segundo aquilo que nos disseram as Câmaras que se associaram na Associação de Municípios de Évora aplicaram a taxa de 1.3% sobre o I.R.C. Penso que a Câmara não devia ir ao máximo. Em relação à Derrama, já há muitos anos que eu chego que é esta a taxa que vem sendo aplicada.

A Assembleia aprovou por unanimidade e em minuta o lançamento de uma derrama de 30% sobre o rendimento das pessoas colectivas

(I.R.C) relativo ao rendimento gerado na sua área geográfica ao abrigo do artigo quinto do Dec. Lei 2/87, de 6 de Janeiro alterado pelo Decreto Lei 470-B/88 de 19 de Dezembro.

A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade, e em minuta, o Parecer da taxa da comparticipação autárquica para prédios urbanos de 1,3%

Presidente da Assembleia Municipal - Vou pôr a deliberação da Câmara sobre alteração do nome do largo Professor Júlio Picão. Propõe o Senhor Presidente que o largo Professor Júlio Picão, em Monteiro, se passe a denominar, Praça Dinis Miranda.

A Câmara deliberou por unanimidade e em minuta aprovou a proposta do Senhor Presidente, devendo a mesma ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal.

Sérgio Rocio - Como há pouco ouviram o convite que foi endereçado a esta Assembleia, a Câmara vai-lhe prestar homenagem, por isso convidou os membros desta Assembleia, outros Presidentes das Assembleias, Presidentes das Juntas, vai também convidar as Associações do Concelho e as entidades oficiais para no dia 15 de Maio lhe prestarmos homenagem à memória do "Dinis Miranda" todos os que estamos aqui o conhecemos. Alguns tiveram o prazer de estarem sentados, não nesta sala mas numa outra, na mesma função com ele. Concerteza que dispensa qualquer comentário sobre ele.

O largo onde vamos fazer a homenagem, vamos colocar um busto no largo que tem o nome do Professor Júlio Picão e o que se pede à Assembleia Municipal é que esse largo passe a ter o nome de Praça Dinis Miranda.

Presidente da Assembleia - Estamos todos convidados Parece justa a homenagem a um homem que trabalhou e lutou por este concelho.

João Azenha - Não sou muito favorável, todos dão o seu contributo, cada um na sua área. O contributo do Dinis Miranda em defesa dos valores, e é indiscutível que ninguém lhe pode negar isso.

Todos tem o seu lugar, todos têm o seu método de trabalhar. Penso que seria preferível manter o largo com o mesmo nome e dar o nome de Dinis Miranda a outro largo ou a outra Rua.

António Gaio - O nome do Professor desagrada?

Presidente da Assembleia - É natural que dêem arranjem outra Rua para pôr esse nome.

António Gaia - Esse homem foi meu professor e também fez muitas coisas

Orlando Sajara - A Junta de Freguesia de Monteiro gostava de ter sido contactada de outra forma e não da forma como foi. Gostaria de ter participado nesse Projecto. Gostaria de ter conhecimento, gostaria de ter dado opinião em Monteiro e nós estamos de acordo com a homenagem.

Em relação ao nome da praça também não acha muito correcto, o nome da Praça estar, foi uma pessoa de bem em Monteiro também.

Se tivessemos sido contactados como deveriam ser, isto em relação à Câmara. Também gostaríamos

mos de dar a nossa opinião e nada ou pouco mi-gindo a rua que está em frente àquela onde nos encon-tramos, portanto a Av.ª da Escola. Podia-se ar-ranjar o nome dessa Avenida que não ina ferir a sensibilidade de ninguem. Portanto manifesto o meu desacordo em relação à forma como fomos in-formados em relação a esse projecto, porque esse Projec-to não foi iniciativa da Junta de Freguesia de Montoito, não tivemos meios financeiros nem re-cursos para o fazer.

Como isso aconteceu, gostaria de ser in-formado de uma forma digna em relação à Câmara, isto não são formas de tratar a Junta de Freguesia de Montoito.

Presidente da Assembleia - A Junta de Freguesia de Montoito não foi ouvida sobre este Projecto!

Orlando Sajara - A Junta de Freguesia não foi ouvida sobre o Projecto, nem quando ia começar a obra. Sabemos que a obra ia começar através do Senhor Vereador Casimiro numa Assembleia de Freguesia, em que ele também teve conhecimento através do senhor que ia fazer a obra. Não fomos con-sultados nem tivemos conhecimento de nada. Fomos uma vez discordo de não termos sido contactados.

João Azevia - É evidente que a Junta de Fre-guesia de Montoito tem mais legitimidade em relação a estas situações. Aliás, o senhor Orlando disse e repito a opinião dele que a Avenida da Escola que vai ter a esse Largo a mudança não iria ferir as sensibilidades de ninguém. Disse e repito toda a gente tem o seu Lugar. É evidente que o Dinis Miranda desempenhou-o em plenitude, após o 25 de Abril ninguém lhe pode tirar.

Toda a gente tem o seu Lugar. Ninguém lhe ocupa o lugar, nem só em termos nem só em conversa, como al-guns fazem. O outro senhor também é uma pessoa de bem que apesar de não ser de Montoito, teve aí a sua vida e trabalhou como Montoitense. Penso que seria mais correcto dar o nome de «Dinis Miranda» à dita Avenida e o Largo ficar com o mesmo nome. Não concordo de maneira nenhuma com a alteração do nome.

Vereador Mário - Esta questão de homenagem ao Dinis Miranda já tem pelo menos seis anos. Tem havido este contacto com a Junta nestes seis anos, houve alguém que se prontificou a fazer o busto em Montoito. Esta questão foi-se arrastando e a Junta sempre teve conhecimento e sempre foi desde primá-rio O Largo escolhido juntamente com a Junta e com a Câmara para se instalar o busto, sempre foi o Largo das Laranjeiras.

Isto do Presidente da Junta dizer que não tem conhecimento ou que teve quando a obra arran-cou, agora tem conhecimento quando há uns anos a esta Junta de Gouveia e até da dita homenagem que se ia fazer. Sempre se disse que seria a colocação de um busto naquele Largo.

Também tenho conhecimento que o Vereador Mário se deslocou a uma Assembleia de Freguesia onde es-teve esta questão e eu julgo que dias antes de obra arrancar.

A questão do Largo, não estamos aqui a destruir ninguém, o que nos parece é que uma vez que se vai instalar um busto seria muito bem colocado o nome do Largo à pessoa que vale está homenageado.

Não quero dizer que não se encontre outro local

para a atribuir o nome do professor.

Vereador Casimiro - Efectivamente esta homenagem pretendia-se fazer já há uma série de anos a esta parte. As pessoas foram efectivamente falados, entre nós, lá em Montoito, porque eu estive envolvido em muitas conversas. Houve uma fase, em que havia uma pessoa que estaria com disponibilidade para fazer o concurso. Depois as coisas acabaram por não se concretizar por aí e a Câmara, houve uma dada altura, bem eu agora não vou falar aqui entre a ligação institucional, Câmara e Junta de Freguesia não vou fazer referência a isso. A Câmara a uma dada altura pensou que seria oportuno avançar com a encomenda do trabalho, encomenda do busto, na medida em que se aproximava o ano em que íamos comemorar os 25 anos da Revolução de Abril.

Se o busto andava para ser feito acerca de meio dúzia de anos evidentemente que não deveria passar deste ano, uma vez que queríamos comemorar os 25 anos do Abril, naturalmente que seria mal menor fazermos o busto e a inauguração do largo com o referido busto durante o ano das comemorações dos 25 anos do Abril.

Como o Orlando disse há pouco, isto aconteceu quase na vespera da reunião da Assembleia de Freguesia, eu por acaso fui a essa reunião onde me foram colocadas um conjunto de perguntas sobre a actividade da Câmara, eu respondi sobre as questões que me foram colocadas.

Relativamente a esta, a obra estava adjudicada àquele pedreiro há, já algum tempo. Ocasionalmente encontrei-me com ele nesse dia, em Montoito, ele disse-me que ia começar a obra na segunda feira seguinte. Foi exactamente isto que transmiti, embora já tivesse adjudicada há algum tempo a esse mesmo pedreiro que é da zona de Montoito.

Quanto à mudança do nome, certamente todos nós temos consciência de que quando se faz a mudança do nome quer seja de um largo ou de uma rua, isso irá trazer alguma crítica, porque sabemos que há pessoas contra, outros a favor e ainda aquelas que não se pronunciam.

Quando pensamos instalar o busto naquele largo uma vez que era o mais ajustado a este tipo de homenagem. Não fazia sentido e de alguma forma ao auscultarmos algumas opiniões de pessoas, em Montoito sobre qual seria a ideia, a opinião relativamente à mudança do nome do referido largo, e relativamente à pessoa em si. O professor Picôto foi um professor que esteve em Montoito há muitos anos, ele não era de lá, foi um professor, eu digo isto sou uma pessoa suspeito nesta matéria, mas apenas faço esta referência não quero criar susceptibilidades de ninguém, mas surgiu-me um bocado esta ideia de que foi uma pessoa que esteve de alguma forma ligada ao antigo regime. Não quer dizer que isto fosse muito importante para a decisão final da alteração do nome do largo, mas de facto isto também surgiu nalgumas conversas tidas com algumas pessoas mais idosas, que seria uma pessoa que, por esse facto por estar ligado ao antigo regime isto acabou por ter algum apreço quer queiramos

quer não.

Por outro lado, falou-se naquele hipótese que o Orlando disse em atribuir o nome «Dinis Miranda» à Av.da da Escola que é a rua principal de Montoito que vai ter ao largo. Nós os dois já trocamos impressões e penso que há aqui unanimidade nesta ideia final de que não faria sentido nenhum nós estarmos a colocar um busto num largo e depois o largo em si, ele é tão pequeno, termos o busto «Dinis Miranda» no largo e termos no pare de largo do Professor Picôto.

Se fosse um largo grande, talvez isso se pudesse perder um pouco. Mas assim era impensável nós fazermos uma homenagem a uma coisa tão pequena e depois termos o nome do largo de outra pessoa.

É provável que vai haver algumas críticas acerca da mudança do nome: São riscos que se correm e a Câmara quando trocamos impressões sobre esta questão, estamos aqui, também a correr algum risco. Penso que é um risco relativo, por algumas conversas tidas com algumas pessoas que de facto, a homenagem em si, à pessoa que é, pensamos que vai sobrepôr em tudo o facto de estarmos a tirar a placa com o nome do Professor Picôto.

João Azaruja - É evidente que antes do 25 de Abril, alguém que quizesse dizer alguma coisa, segundo o tempo em que eu vivi, tinha que ser cumplice ou corria-se risco. Das duas uma, ou não se dizia e a obra não aparecia, ou dizia-se e era cumplice.

Orlando Sejara - De facto as conversações que tivemos foi até à altura que nós estavamos inscri-

dos no processo, a partir daí, quando nós não tínhamos hipótese de fazer o serviço, a Câmara tomou conta do serviço e avançou com a obra e o custo, mas não tivemos conhecimento de mais nada. E o Senhor Vereador Casimiro no dia em que esteve na Assembleia de Freguesia, não esteve lá na qualidade de vereador e a informação que ele deu, foi que de facto tinha ouvido dizer que de facto ia começar a obra.

Caetano Carriço - Estou de acordo com o local, estou de acordo com aquilo que foi a intenção da Câmara. Também estou de acordo com o Orlando, ele sabia que o local era este que já estava a ser falado há mais tempo, mas ao mesmo tempo não tinha conhecimento do arranque da obra em si. Penso que havia de haver, em várias questões e materiais, sintonia entre a Câmara e a junta de Montoito.

Se este assunto tivesse sido tratado e esclarecido atenjadamente, não seria necessário estar nesta Assembleia.

A homenagem que se vai fazer nada tem a ver com estas polémicas mas demonstro o meu desagrado como estas coisas vem a Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia - É sempre agradável a Assembleia Municipal em consenso com propostas unanimes. Pessoalmente, também entendo que são situações desagradáveis porque ferem as susceptibilidades das pessoas. A alteração do largo, claro que há pessoas que se sentem incomodadas.

Gostaria de perguntar à Câmara Municipal se há possibilidades do nome professor Júlio Picôto passar

para a outra Rua? O nome desaparece?

Vereador Recto - Não, de forma nenhuma. Há realmente a troca do nome

Não está em causa a figura que lá está. A Assembleia até pode sugerir outra Rua para se colocar o nome que a Câmara não tem nada contra.

Orlando Sapara - V.ª da Escola é a Av. que está aberta.

Vereador Recto - O que não faz sentido é estar o busto de uma pessoa e a rua ter o nome de outra?

Presidente da Assembleia - O que me parece é que a junta de Freguesia de Montoito tem uma palavra a dizer. A Av.ª da Escola passaria para Av.ª Júlio Picôto.

Orlando Sapara - Esse ideia não foi discordada

João Azarujo - Voto a favor da homenagem do nome Dinis Miranda, desde que haja uma Rua que lhe seja atribuído o nome Júlio Picôto.

Vereador Casimiro - Há pouco quando fiz referência em relação com conversas tidas com algumas pessoas, efectivamente foi isso que se passou. Não conheci o professor Picôto, apenas estive com ele uma vez quando foi levado ao Hospital, e eu é que o fui levar na ambulância de Montoito.

Quando fiz esta referência algum sentimento as pessoas têm. Eu não ponho isso em causa. Quanto ao facto da mudança em si, não sei aquela Rua Principal ter o nome dele ou não ter o nome dele, penso que se pode aprovar, e naturalmente, aqui, como Montoitense, julgo que se poderá fazer uma auscultação à população em si, não é descabido. Aliás, é uma ideia que sempre defendi, sempre que haja

mudança de nomes de rua, ainda, bem há pouco tempo, houve a mudança de uma Rua, não foi polémica, não tinha nome de ninguém era a Rua dos Barreiros que se passou a chamar a Nova Rua.

Penso que se deveria fazer uma auscultação às pessoas se do facto deve ser a Av.ª da Escola, o que eu pessoalmente, como Montoitense tenho muitas dúvidas, ou então uma rua com outro largo em Montoito.

Penso que se deveria um pouco em aberto transferir o nome dele para outra zona de Montoito. Devemos dar a melhor localização para se fazer esta homenagem.

António Garcia - A Avenida Principal?

Vereador Recto - Não foi intenção da Câmara substituir o nome da Rua. A própria junta vai fazer a auscultação e fazer uma proposta.

João Azarujo - Mas bem claro, bem explícito que o nome irá ser atribuído a uma outra Rua.

Presidente da Assembleia - Exacto. Fica bem claro que a junta de Freguesia de Montoito vai auscultar a população, através de uma assembleia de Freguesia, ou através de outro meio o que achar mais conveniente e posteriormente solicitar à Câmara Municipal o nome de uma Rua de Montoito com o nome do Professor Júlio Picôto. A Câmara analiza e traz à assembleia Municipal.

Também sou de opinião que o nome do professor figure numa Rua.

José Siquenique - Nesse caso nós vamos votar o quê?

Presidente da Assembleia - Vamos votar a alteração do largo Júlio Picôto para Praça Dinis

Miranda, salvaguardado posteriormente a atribuição do nome Professor Júlio Pisão noutra Rua de Montoito. Parece-me que efectivamente estamos todos de acordo nisto.
A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade e em minuta, a alteração do nome de Largo Professor Júlio Pisão, em Montoito, para Praça Vinis Miranda, desde que a Câmara Municipal em colaboração com a Junta de Freguesia de Montoito designe uma rua onde irá ser colocado o nome de «Professor Júlio Pisão?

2 - ACTIVIDADE DA CÂMARA

INFORMAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE REDONDO

ARRUAMENTOS
* Arranjo de Sesmos
* Conservação de Estradas
* Abertura de Valetas
* Pavimentação de Ruas (Redondo e Montoito)
* Arranjo de Ruas na Serra d'Ossa

INFRAESTRUTURAS
* Tapada Municipal
* Prolongamento da Rede de Águas
* Zona Industrial de Redondo
* Parque de Feiras e Exposições
* Prolongamento das Redes Esgotos

APOIO AOS MUNICIPES
* Programa Casa Caiada (Idosos e Desfavorecidos)
* Arranjo de Telhados (Idosos e Desfavorecidos)
* Limpeza de Linhas de Águas na Zona dos Montes.

OBRAS
* Arranjo de Largos em Montoito e Redondo
* Museu do Vinho
* Pavilhão Polidesportivo junto às Piscinas
* ETAR Zona 2
* Ampliação da Estação de Tratamento de água de Vigia
* Centro de Artes e Ofícios (Castelo)
* Arranjo da Zona do Passio em Montoito
* Balneário de Apoio ao Campo de Futebol de Montoito
* Piscina Coberta
* Pavilhão Gimnodesportivo
* Zona verde junto ao Polidesportivo de Santa Suzana
* Balneário de Apoio ao Polidesportivo de Santa Suzana
* Arranjo do Telhado da Igreja de Santo António
* Edifício por detrás do Tribunal para a Instalação das Finanças, Tesouraria e Assembleia Municipal (Concurso Público)
* Projecto da ETAR de Montoito
* Projecto de Infraestruturas da Zona Industrial Montoito (Concurso Público)
* Projecto de Arranjo da Zona Envolvente ao Castelo
* Projecto de adaptação do Edifício da Antiga Sede de Montoito em Sedes de Associações.

ACTIVIDADES DOS SERVIÇOS SÓCIO-CULTURAIS
- Apoio às Campas Escolares
- Apoio aos Transportes Escolares
- Expressão Dramática nas Escolas Básicas do Concelho.
- Apoio às Ruas Floridas
- Apoio ao Clube de Astronomia da Escola Básica 2,3 Dr. Hernâni Cidade.
- Organização das Comemorações do 25 de Abril
- Organização do Grande Prémio de Ciclismo
- Preparação da Feira do Livro e montagem da exposição

sobre o Alentejo, para as crianças das escolas Básicas 1 e Jardins de Infância do Concelho, a realizar de 2 a 16 de Maio, no edifício da Biblioteca Municipal.
- Apoio às Marchas Populares, organização da Escola Básica 1 de Redondo.
- Preparação do Prémio Literário da Hermanidade
- Preparação do XI Encontro de Teatro Escolar de Redondo
- Animação da Biblioteca Municipal:
- Hora do Conto (todas as 4ª feiras)
- Encontro com o capitão de Abril Dr. José Luís Cardoso.
- Conferência pelo Dr. António Simões "Era Abril de Madrugada"
- Exposição "Poema um lugar de liberdade"
- Apoio ao Curso de Pintura dirigido pelo Prof. Camol
- Recolha do espólio para o Museu do Vinho
- Participação na cerimónia de abertura dos VII Olimpíadas Populares do Distrito de Évora
- Animação Desportiva na Escola do 1º Ciclo de Redondo
- Calendarização das provas das Olimpíadas a realizar no Concelho.
- Reunião com colectividades do Concelho
- Tiro aos pratos em Redondo
- Tiro aos pratos em Aldeias de Montoito
- Sueca nas Foras
- Sueca no Freixo

3 - ASSUNTOS GERAIS DO CONCELHO

Manuel Luís - Para quando o arranjo junto à Cruz de S. Pedro?
Lá em cima há muito lixo.

Vereador Recto - Vamos melhorar a concordância da Rua Infante D. Henrique com a estrada dos Gavias para a Serra, isto é aquele bico que interfere na concordância reduzi-lo, não se consegue eliminar de forma como está feito o Projecto e há ali uma diferença bastante elevada. Por outro lado é revestir toda a barreira a pedra de xisto, e depois pavimentar todo o largo lá em cima. É uma obra que brevemente irá começar.

Miguel Ratinho - Havia hipóteses de colocar umas bandas sonoras na Rotunda de Évora para Redondo? Só para despertar à pessoa que está numa banda.

Manuel Luís - A Câmara este ano pensa melhorar as estradas do Concelho. Todas elas estão sem traço ao meio.

Vereador Recto - Em relação as bandas sonoras registemos e fazemos sentir junto da Junta Autónoma de Estradas, pois trata-se de uma estrada Nacional. Até aqui colocava-se a questão que as rotundas não estavam iluminadas, essa questão agora não se põe o que quer dizer que não respeitam a velocidade à entrada das rotundas.

Em relação às estradas Municipais nós aprovamos o ano passado no Plano de Actividades para este ano, uma verba cerca de 50 mil contos para pavimentação de estradas

A nossa intenção abrir, este ano, em relação a algumas estradas a colocação de tapete. Estou convencido que durante este verão somos capazes de colocar alguns quilómetros de tapete e depois sim, à pintura que vier a ser necessário.

Neste momento temos andado na Freguesia de Montoito, fizemos uma primeira intervenção na Estrada

de Volongo e depois fizemos uma outra na estrutura de Aldeias de Montoito para Santiago Maior e ultimamente fizemos uma entre as Aldeias de Montoito e as Valdoeiras passando pela estrada da Vendinha.

A proxima semana, a brigada vai passar à freguesia de Redondo vamos ao Freixo, passar a estrada dos Gaios no limite do concelho e depois vamos à estrada da Boa Vista e estrada de Monte Virgem.

Deixámos para último a zona das Vinhas porque estamos a pensar este ano começarmos a cimentar as roletas, à semelhança do que fizemos nos Foros.

Também é nossa intenção pavimentar os sesmos das Vinhas que liga à estrada de Montoito à estrada de Santa Susana o chamado sesmos das escolas.

Manuel Luis – De contacto que tem havido com a Camara Municipal de Estremoz em relação à estrada do Freixo, sabe-se já mais alguma coisa?

Vereador Recto – Em relação à estrada do Freixo houve entre as duas Camaras um Projecto. Há um Projecto para alargamento e pavimentação da Estrada do Freixo por Evoramonte. Em um projecto que custa cerca de 207 mil contos, E, não se conseguiu candidatura como compreende, e destes 207 mil contos secalhar a parte da Camara de Redondo seria 1/3 e 2/3 para a Camara de Estremoz. E quando chegamos a este ponto a Camara de Estremoz disse-nos: "temos muita boa vontade o que nos falta é valor respeitante a esses 2/3 do Projecto.

Por nós tudo bem, podiamos avançar com a obra. Depois aguardou-se aquela fase, a construção da outra estrada e eles acabaram por destruir ainda mais, mas também dentro do concelho de Estremoz.

Não sei neste momento em relação o que está acordado entre a Camara de Estremoz e o empreiteiro.

À nossa parte temos feito a conservação como temos feito nas outras, o problema fez-se é no limite do concelho de Redondo, esse é que é o grande problema daquela estrada, senão neste momento já nem pavimentos tem.

Podemos chamar a atenção da Camara de Estremoz, que havia necessidade da estrada, não a podemos e obrigar.

Caetano Carriço – Tem que haver um acordo entre as duas Câmaras.

Presidente da Assembleia – Da parte da Camara de Redondo tem havido esse esforço.

Periodo reservado à assistência – Não houve intervenientes, e assim o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião.

O Presidente da Assembleia [signature]

O 1º Secretário [signature]

ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE REDONDO REALIZADA NO DIA 9-07-99

Aos nove dias do mês de julho de 1999, pelas 20,30 horas na sala do edifício da Biblioteca Municipal reuniu a Assembleia Municipal de Redondo, para discutir a seguinte ordem de trabalhos:

1 – ACTIVIDADE DA CÂMARA

2 – ASSUNTOS GERAIS DO CONCELHO

Estiveram presentes:

Presidente: João Alexo Branco
1º Secretário: Caetano Fernando Gaio Carriço
Compareceram os seguintes membros:
Miguel Elísio Cajinha Alves; Ana Paula Carriço Leal Jeremias; António Alves Garcia; Miguel António Ramiro Graça; Manuel Luís Nunes Gomes; Mário José Mendes Relvas; José Joaquim Matalato Siquenique; José Manuel Mendes Portel; João Sebastião Cardoso Azaruja.
Justificaram as faltas os seguintes membros:
Manuel Balbino Garcia Branco
Orlando José Ambrósio Sapara
FALTARAM OS SENHORES MEMBROS
Faustino Manuel Salvador Jeremias
Domingos Alberto Saraiva Boavida
Jacinto António Siquenique Carriço
António Inácio Grilo Festas

Verificando que havia quorum o Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto a sessão e antes da ordem do dia e conforme o Regimento da Assembleia Municipal apresentou a seguinte proposta:

"Proponho à consideração dos senhores membros a dispensa da leitura do Expediente presente na mesa da Assembleia, estando como é óbvio, à disposição dos senhores membros".

Os senhores Membros aprovaram por unanimidade a dispensa da leitura do expediente à reunião.

- Carta de Orlando José Ambrósio Sapara pedindo justificação da falta à reunião de 9-07-99.
- Carta de Manuel Balbino Garcia Branco pedindo justificação da falta à reunião de 9-7-99.
- Carta de Miguel Eliseu Cajinha Alves pedindo justificação da falta à reunião de 30-6-99.
- Carta de Orlando José Ambrósio Sapara pedindo justificação da falta à reunião de 30-6-99.
- Carta de Mário José Mendes Relvas pedindo justificação da falta à reunião de 30-6-99.
- Carta de António Alves Garcia pedindo justificação da falta da reunião de 30-6-99.
- Carta de Faustino Manuel Salvador Jeremias pedindo justificação da falta à reunião de 30-6-99.
- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal de Carrazeda de Ansiães enviando cópia da proposta dos Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho de Carrazeda de Ansiães, referente ao regime de permanência das membros das Juntas de Freguesia.
- Ofício do Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia enviando a revista municipal.
- Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses enviando exemplares do Boletim Municipal nº 72.
- Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses enviando alguns exemplares do Boletim Municipal nº 73.
- Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses informando que o Comité das Regiões convida as autarquias regionais e locais para "Consulta aberta do Comité das Regiões, via Internet, sobre a Reforma dos Fundos Estruturais da União Europeia"
- Ofício do Governador Civil do Distrito de Évora enviando um exemplar do "Balanço da Legislatura 95-99 no Distrito de Évora.
- Ofício da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal informando que no dia 26-5-99 se vai realizar

o Seminário Internacional sobre Transgénicos e Acessibilidades na Península de Setúbal, no Fórum Cultural do Seixal.

– Ofício da Associação Nacional de Freguesias Portuguesas informando que se encontram disponíveis nos serviços «Pareceres do Comité das Regiões da União Europeia».

– Ofício da Associação Nacional de Freguesias Portuguesas informando sobre «NOVO Regime de Autonomia e Gestão das Escolas – Protocolo de Cooperação Associação Nacional de Freguesias Portuguesas / Ministério da Educação.

– Direcção Regional de Alentejo do PCP vai realizar no dia 1 de Maio, às 17.30 horas, no salão nobre do Teatro Garcia de Resende em Évora, um debate subordinado à temática «Alentejo, a Questão da Terra e da Água".

– O Presidente da Assembleia Distrital de Évora enviando convocatória para a reunião de 22-6-99 pelas 15 horas, no salão nobre da Câmara Municipal de Évora.

– Ofício do Presidente da Câmara Municipal de Redondo enviando para a aprovação a 1ª Revisão ao Orçamento Municipal da Receita e a 1ª Revisão ao Orçamento Municipal da Despesa.

– Ofício do Presidente da Câmara Municipal de Barbacena informando que no dia 5-5-99, aprovou por unanimidade uma saudação a Dinis Miranda.

APROVAÇÃO DA ACTA: A Acta da reunião ordinária de 30-4-99 foi aprovada com duas abstenções (as abstenções por não estarem presentes).

Presidente da Assembleia – Vou ler um ofício da Câmara que me parece a mim que se enquadra no dia 25:.

«Junto remeto a V/ 1ª Revisão ao Orçamento Municipal de Receita e a 1ª Revisão ao Orçamento Municipal de Despesa, as quais foram presentes à reunião de Câmara realizada em 23 do junto do corrente, afim de serem submetidas à aprovação da Assembleia Municipal?

VEREADOR FACTO: – Tivemos que fazer uma Revisão Orçamental, porque houve reclassificação de funcionários e as rubricas não tinham cabimento.

A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade e em minuta a 1ª Revisão do Orçamento Municipal de Receita e Despesa.

INFORMAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE REDONDO

ARRUAMENTOS

- Arranjo de Lesmas; Conservação de Estradas; Abertura de Valetas; Pavimentação de Ruas (Redondo e Montoito); Arranjo de Ruas na Serra d'Ossa.

INFRAESTRUTURAS

- Tapada Municipal, Prolongamento da Rede de Águas; Zona Industrial de Redondo; Parque de Feiras e Exposições; Prolongamento das Redes de Esgotos.

APOIO AOS MUNICÍPES

- Programa Casa Caiada (Idosos e Necessitados)
- Arranjo de Telhados (Idosos e Necessitados)
- Ligação de Linhas de Água na Zona dos Vinhos

OBRAS

- Arranjo de Largos em Montoito e Redondo
- Jardim do Vinho
- Pavilhão Polidesportivo junto às Piscinas

* ETAR Zona 2
* Ampliação da Estação de Tratamento de água do Vigia
* Centro de Artes e Ofícios (Castelo)
* Arranjo da Zona do Rossio em Montoito
* Piscina Coberta
* Pavilhão Gimnodesportivo
* Zona Verde junto ao Polidesportivo de Santa Suzana
* Balneário de Apoio ao Polidesportivo de Santa Suzana
* Arranjo do Telhado da Igreja de Santo António
* Edifício por detrás do Tribunal, para instalação das Finanças, Tesouraria e Assembleia Municipal (Concurso Público)
* Projecto da ETAR de Montoito
* Projecto de Infraestruturas da Zona Industrial Montoito (Concurso Público).
* Projecto de arranjo da Zona Envolvente ao Castelo
* Projecto de adaptação do Edifício da Antiga Cadeia de Montoito em Sedes de Associações.

ACTIVIDADES DOS SERVIÇOS SÓCIO-CULTURAIS

- Apoio às Cantinas Escolares; Apoio aos Transportes Escolares; Realização do VI Encontro de Teatro Escolar; Apoio a Clube de Astronomia da Escola Básica 2,3 Dr. Hernâni Cidade; Apoio às Marchas Populares, organização da Escola Básica 1 de Redondo; Preparação do Prémio Literário Dr. Hernani Cidade; Dia Mundial da Criança - Espectáculo com o Avô Cantigas; Animação da Biblioteca Municipal; - Hora do Conto (todas as 4.as feiras); Encontro com o escritor António Torrado - 4 de Maio; Teatro "Serafim Malacueco no Reino do Rei Escama" de António Torrado pelo Grupo Pé ante Pé da Casa Cultural de Estremoz - 9 de Maio; Contar "Zeca Afonso" pelo Grupo Ebora e Música - 25 de Maio; Conferência "Ler Jazz" com José Duarte - 26 de Julho; Abertura no dia 1 de Julho de um posto Biblioteca nas Piscinas Municipais; Autor do mês dedicado aos poetas e prosadores alentejanos; Recolha do espólio para o Museu do Vinho; Apoio aos mostros; Elaboração do Programa dos Festos Populares de Agosto; Apoio às Ruas Floridas; Criação de uma Ludoteca na Oficina da Criança - projecto em aprovação no Instituto de Apoio às Crianças; Animação desportiva na Escola do 1.º ciclo de Redondo; Realização de provas integradas nas 8.as Olimpíadas Populares do distrito de Évora em diversos locais do Concelho: andebol, bilhar, basquetebol, futebol 5 (masculino e feminino), malho, natação, pesca, sueca, ténis de mesa, tiro aos pratos, tiro ao alvo, snooker. Participação em diversas provas distritais das 8.as Olimpíadas Populares.

1 - ACTIVIDADE DA CÂMARA

Presidente da Assembleia - Relacionado com o edifício que vão construir por detrás do Tribunal (Finanças, Tesouraria e Salão da Assembleia Municipal) o contrato já foi assinado? Quais as condições de trabalho?

Vereador Recto - No passado dia 7 foi assinado o contracto com a empresa que ganhou o concurso. Foi enviado para Tribunal de Contas para ser visado, visto ser uma obra cerca de 51 mil contos. Correu o Prazo do Concurso. Houve quatro concorrentes, dois foram eliminados logo à partida, porque toda a documentação entrou fora do prazo.

Ficaram duas empresas uma de Elvas e de Messias e Irmão, Ganhou o concurso a Empresa Messias e Irmão. Destas duas Empresas há uma diferença de seis mil contos para a mesma obra.

O nível de curriculum das duas Engenheiras é muito semelhante.

É uma obra que será para continuar a incluir no Orçamento. A obra será adjudicada por ajuste directo.

Presidente da Assembleia - Concordo com a exclusão da Igreja a Jusidor.

Vereador Pedro - já foi, também, informado nesta Assembleia que foi adjudicado a uma firma de Braga [illegible] rónia redes, mas estabelece circuitos e nesta altura de férias, é mais complicado.

Eles vão rodar só a parte de Cebolais, porque há acessórios que se podem aproveitar. E só então desbaratá e nesse altura vão pôr mais duas ou três encomadas.

Miguel Casaca - A primeira Rua de Boa Vista, Gago Coutinho, Rua Manuel Mendes Lamas só têm dois sentidos proibidos, não podiam virá-los? As pessoas que residem nessas ruas têm que andar sempre a dar voltas.

Presidente da Assembleia - A Câmara vai tomar nota, vai ver para depois se corrigir.

Vereador Pedro - A Rua de Boa Vista só tem um sentido. Todas as Ruas que vão ter lá a cima só têm um sentido.

José Portela - se fosse possível pôr as placas mais visíveis, talvez as pessoas se apercebessem que a sinalização está diferente. Estou a referir-me quando chegam ao alto à primeira

Vereador Pedro - As placas ainda estão provisórias, ainda não estão finas. Podemos quanto [illegible] à Junta Autónoma de Estradas e ainda ainda enviar duas. As placas vão-se pregar mas é rua, mas podemos tomar o risco, o alto de pôr provisórias, logo à primeira borrasca meter uma placa que informe, mas só depois de estarem fixas.

Há mais duas ou três coisas que têm de ser vistas e corrigidas.

2 - ASSUNTOS GERAIS DO CONCELHO

Caetano Costa - Seria grande necessidade deabocar a entrada para o Hospital Veterano com pés que os carros passassem melhor, Sei que é um bocado complicado visto ser muralha.

Recordo que quando se ia para Viseu, ao pegar havia uma parte romana que não pode ser arranjada, mas arranjou-se uma solução.

As pessoas do Fraco têm-me feito sentir várias vezes a electrificação do espaço que vai desde o Norberto ao Campo de Futebol.

Fizeram a electrificação do Bairro Novo, puseram postes de luz e os que estavam pedidos há anos, nenhum deles foi satisfeito. Queria saber se a C.M.P. não aceitou o pedido ou se pelo menos pagar aqueles postes de luz.

Presidente da Assembleia - julgo que daqui a pouco vamos ter o Centro de Saúde noutro espaço, não é?

Vereador Pedro - A Câmara disponibilizou o terreno e informou a ARS mas não há nada assinado. Digo-lhes que tem uma área cobrente de 2.200 metros quadrados.

Relativamente ao Fraco não se pode pedir postes de luz, pede-se por outros. Na altura que foi pedido não tinham rede de iluminação pública. Entretanto a E.D.P. adjudicou o PT para o Fraco, onde inclui toda a rede para o seu fornecimento e não meter

estes pontos de luz porque não tem nada a ver com o loteamento.

Quando a Camara se apercebeu que o engrandecimento não meteu esses pontos de luz foi feito um pedido na E.D.P. e são sete. Há mais três pontos de luz, portanto é um total de 10 pontos de luz que estão pedidos para o Freixa.

José Portel – O Vereador Recto tem conhecimento do ponto de luz, do Monte da Cruz que fica do lado direito, ao pé da Vidigueira. Pergunto se sabe é que ponto se encontra esta situação?

Vereador Recto – Neste momento não sei. Sei que há mais três pontos de luz marcados, até pode ser um desses.

José Portel – Queria pôr outra questão que me foi apresentada, pelo menos em duas Assembleias de Freguesia, que tem a ver com a colocação, se houver hipótese disso, de bandas sonoras junto à escola de Santa Susana.

Este assunto já foi levantado em Assembleias municipais, mas de facto nada foi feito. Eu sei que os carros passam com grande velocidade e chegámos à conclusão que, com a colocação de sinais não resulta.

Vereador Recto – As bandas sonoras não passa só por Santa Susana. Temos a situação das Foras que não é menos grave. Já era para ter sido feita fica a promessa que antes do ano lectivo as bandas sonoras serão colocadas.

Presidente da Assembleia – Eu, até alertava que todas as Escolas fossem sinalizadas.

Paula Leão – O ano passado pedi um reforço dos contentores para a zona do mercado. Foi lá colocado mais um contentor, não chega. Quem passa por ali pode verificar. E o mercado a deitar o lixo, são todas aquelas mercearias do lado, a pensaria, mais a rua Cândido dos Reis, o lugar de Emília e uma parte dos moradores vão ali deixar. O José Portel passa por ali à noite e vê que realmente é assim. Ao fim de semana é um horror!

Vereador Recto – Ainda fizemos outra coisa, tiramos aquele que está do lado do Palacio do Justiça, e chegamo-lo mais para ao pé do mercado, mas do outro lado, mas ninguém lá vai.

Paula Leão – Não vão, não.

José Siquenique – Em relação ao ponto de luz quero lembrar a Camara que me afirmou várias vezes que tinha pago um ponto de luz, há dois anos e meio, para ser colocado nas Foras da Fonte Seca. Estou desiludido com a Camara. Há duas semanas estive na E.D.P. e o maior atraso que há de trabalhos para esta zona é de tres meses.

Não percebo, se a Camara diz que pagou o serviço, era para ser feito e não foi, ou se houvesse atrasos estava lá, e não está.

No Largo da Caixa Geral depositam as duas esplanadas dos cafés. interrogem o trânsito constantemente, pelo menos durante o dia. Eu já assisti pelos menos umas 20 vezes as pessoas descer dos autocarros para irem desviarem os tubos para poderem passar.

Vereador Recto – Já foram chamados a atenção. Foi lá o Fiscal. Eles têm o numero de metros quadrados que estão limitados. Os últimos anos, ante

Riormente não, eles colocavam [illegible] as sujonices para comerem limites [illegible] não, tem as bases de cimento, [illegible] e são mesmo os utentes que [illegible] das bases de cimento para se [illegible] dente que se isto continuar assim a única coisa ser obrigado a tomar medicamentos que já a utilidade foi um limite de noites e isto [illegible] gou-se à conclusão que não [illegible] com o trânsito. Agora começa haver obras, problemas, é evidente que teremos que tomar outras medidas.

Este ano, rodeio o Bispo [illegible] de lhe chamar a atenção para irem nascer a área, porque não foi aqui que lhe foi autorizado

Vereador Casimiro - Quando há pouco estava a dizer que estava desiludido com a Câmara, penso que o mínimo deve haver rotina já na Câmara como na C.D.P., por uma razão muito simples. Vou explicar o que efectivamente se passou:

A Câmara podia colocar postes de luz, foi pago e não foi colocado. A I.D.P tem várias situações neste concelho não darei da mesma natureza mas quase. Nós já falámos várias vezes sobre essa questão, desse ponto de luz, e eu próprio falei, já algum tempo, com o engº Pestana, ele disse-me que ia ver, provavelmente esqueceu-se ou não viu.

O I.D.P. também tem algumas coisas um pouco ridículas, eu não queria roubar isto para aqui, mas como o nosso amigo falou [illegible] mais fé na I.D.P. do que na Câmara. Nós temos duas situações, eu penso peremptoriamente não são de [illegible] ftenário, uma delas existe, há bem mais de um ou dois anos. Nós temos 4 postes de luz no Parque Infantil, não sei precisar se são 3 postes de luz, duas lanternas ou três. Já chamámos a atenção, várias vezes a I.D.P. não as substitue e não da responsabilidade dela.

Outra questão que surgiu há cerca de cinco meses ou seis, dois postes de luz que fazem bastante falta no bairro onde estavam colocados, que é precisamente em frente à casa Mortuária de Montoito. Houve um acidente há cerca de cinco ou seis meses, o poste foi partido. A E.D.P. fez a substituição do pedaço do poste, mas esqueceu-se dos postes de luz que estavam lá em cima.

Um poste de luz iluminava a estrada em direcção a outro a entrada da Casa Mortuária. Vou lhe chamar a atenção, eu fui lá duas vezes e os postes de luz não estão lá.

Esta semana o Presidente enviou um ofício a chamar-lhe a atenção disso. Eu só não reportaria a isto por causa da desilusão relativamente a uma entidade e não a outra.

Não é por mal que faço esta chamada de atenção mas também para fazer entender que a I.D.P. também tem algumas falhas.

Nós admitimos que deveríamos estar mais atentos, deveríamos frequentar mais a I.D.P. o sentido de pedir postes de luz que foi pago na altura, sensivelmente há três anos. Em termos de desilusão no mínimo 50% relativamente uma a uma.

José Sequeira - Fiquei até assustado porque fui lá e disseram-me que os atrasos para esta zona eram de três meses.

Presidente da Assembleia – A Câmara tem provas como pagou?

Vereador Casimiro – Temos as guias de pagamento e isso prova que nós pagámos

Presidente da Assembleia – Se a pessoa foi mal informada temos que responsabilizar quem informou mal. Parece-me que era importante que o assunto fosse esclarecido para não haver dúvidas.

Vereador Casimiro – Tem havido uma excelente ligação entre a EDP e a Câmara e continua a haver, talvez por isso é que não haja; às vezes da parte da Câmara tentar pressionar de uma forma mais drástica a EDP. Eu pessoalmente acho que é incorrecto.

Presidente da Assembleia – Neste caso a Câmara deve esclarecer este assunto junto da E.D.P., uma vez que deram uma informação errada. A Câmara pagou os pontos de luz e eles, agora, dizem que não tem nada.

Vereador Casimiro – Concordo perfeitamente por isso é que eu fiz a referência a este aspecto menos positivo da E.D.P. no que respeita aos pontos de luz, se eles de facto já existiam, e a Câmara pagou-os antecipadamente e agora não estão lá.

José Portel – A questão que a Paula levantou dos contentores ao pé do Mercado, ele tem razão em relação àquela situação. Muitas vezes o que acontece é a falta de cuidado, pois enchem os contentores de caixas de cartão e assim o lixo não cabe. Temos que arranjar uma alternativa para a questão do papelão.

Presidente da Assembleia – Compreendo perfeitamente

que isto é um problema que a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal terão que fazer uma campanha de informação às pessoas e haver colaboração da parte destas para manterem a vila limpa. Penso que é um papel importantíssimo a desempenhar da Junta de Freguesia.

José Portel – Tudo bem. Mas acho que não role a pena irmos junto das pessoas e dizer "Não ponham as caixas dentro dos contentores" Penso que seria melhor comprarmos os reservatórios próprios para colocarem as caixas de papelão.

É evidente, e isso já foi falado com a Câmara, que traz alguns problemas no recolho desse mesmo cartão.

Nós sabemos se as coisas funcionarem como deviam, as pessoas terem consciência espalmavam os cartões e punham nos ao pé do contentor. Dividindo o tipo de lixo, posse vidrão, contentor normal ou contentor próprio para o cartão, aí sim.

Na altura em que falei com a Câmara e isso já foi há um ano até nós, Junta de Freguesia, estavamos dispostos a comprar alguns contentores desses para espalharmos pela vila, não seriam muitos porque também não temos muitos hipóteses, e também seria uma experiência.

Por outro lado, também, sabemos que está de certa forma adiantada a questão do aterro sanitário em Évora que depois vai dar solução a toda esta recolha do lixo. Não há dúvida nenhuma que a questão da sensibilização é importante.

Uma outra questão relacionada com o Mercado penso que a Câmara terá que melhorar as instalações do Mercado. Naturalmente que todos esta-

mos de acordo e não só os que aqui estão [illegible] já foi falado com o Presidente da [illegible] e [illegible]dores. Há que melhorar as condições dos [illegible] não só as que estão a vender como também as que vão comprar. Eu sei que o assunto não está parado, mas de qualquer [illegible] agradeceria para lembrar. A zona do [illegible] está degradada, e neste momento merecem grandes melhoramentos e já agora aproveito para perguntar qual o ponto da situação!

Congratulo-me com a recolha de carros velhos, pelo menos uma grande parte deles. Estava na minha Travessa há sete anos, lá se foi agora e outras mais.

Presidente da Assembleia - Quando levantei o problema quis dizer que é papel importantíssimo o da sensibilização e informação às pessoas para colaborarem na limpeza e higiene da vila e começar pelos mais jovens.

Julgo que a Junta de Freguesia, continua a dizer, conjuntamente com a Câmara Municipal desempenharem um papel importantíssimo nisto. Fazer uma campanha de sensibilização para que as pessoas sejam mais educadas na introdução do lixo de casa, que pode evitar certas situações. As pessoas, naturalmente, acabam por fazer o mesmo, mas a técnica campanha escrita, ou até com as pessoas em diálogo.

Não vi nem vejo, efectivamente, esse interesse dos responsáveis Verea

Vereador Recto - Há dois ou três dados que é fundamental dos lixos. No concelho de Resende

há quatro anos existiam cerca de 130 contentores. De há quatro anos a esta parte, estamos na ordem dos 300 contentores. Não é o número de contentores que melhora a situação da recolha do lixo. Quero dizer que a recolha a nível de toneladas duplicou.

É evidente, que através da Associação de Municípios, agora se colhar até estamos a falar um bocado tarde de mais, há o Plano Director de Resíduos Sólidos para todos os que o integram penso que é a única solução para esta questão.

É um estudo que está pronto, é um Projecto que foi concluído está neste momento a aguardar financiamento, aliás já há muito tempo.

Houve a possibilidade de financiamento de 300 mil contos, mas é um Projecto que renda dois milhões de contos, não deu para arrancar.

Entretanto surgiram alguns problemas com a aquisição dos terrenos para a instalação do aterro sanitário. Neste momento já foi feita a posse administrativa do terreno.

Estamos convencidos que dentro do primeiro semestre as obras do aterro começam. A partir daqui é que nós vamos começar a ver este problema resolvido.

Não é com a colocação de mais contentores nem com a questão da formação, não ganhamos nada com isso. Houve na Escola C+S, nalgumas áreas que estão relacionadas com o ambiente; este ano não sei mas o ano passado houve. São as meninas da escola que têm que aprender para ensinarem os pais.

Também quero dizer que a nível do Plano Director de Resíduos Sólidos, há vertente de formação e

informação que vão ussian alguns muitos dos ecopontos. Nós somamos a gajetas, e o [illegible]

Há uma quantidade de equipamentos que utilizam milhares de contos, e que tem de ser comprados.

Quando falamos às pessoas que devem pôr o lixo nos locais próprios, mas também temos que dizer cuidado com as embalagens de plástico, embalagens de água, filhas, enfim tudo tem que ser colocado nos locais próprios, chamo-lhe a isto ecopontos. E, o concelho de Resende vai ter uma quantidade de ecopontos que já estão degradados quando estiverem colocados, aí, estou bem que nós temos que fazer uma campanha é gajetas.

Quando tivermos os ecopontos a funcionar, Resende irá levar uma parte do lixo para Tegueses outra para Bonbe, são duas estações de manipulação. Esses ecopontos facilita a questão da viagem. Há que fazer uma selecção nos resíduos dos locais e depois fazer a entrega.

É uma obra que já poderia ter começado há um ano. Da parte do Governo não se conseguiu. Paciência! Vale mais tarde do que nunca. Vamos arranjar agora.

José Pontes – Quero bem, têm que se arranjar as suas alternativas.

Vereador Pinto - Quando os ecopontos começarem a funcionarem, as pessoas começam a ter um certo cuidado, até na própria casa. Para ser bem feito começa-se a fazer a selecção dos lixos na própria casa. E estou convencido, quando isto se começar a fazer, então temos este País uma ma-

Paula

rinha.

Paula Geronimo – Isso faz parte da sensibilização de todo, até tudo que resultou. Nós com paciência vamos lá pouco junto aos contentores. Não havia nos mercearias de Resende onde se vendessem sacos de lixo e agora já não se vende isso, mais ou menos todo a gente já leva o seu lixo em sacos bem fechados. E, ao pé do mercado, há sempre animais e essa questão, hoje, já não se verifica.

Carlos Pinto – Quase constantemente no início de estarmos a publicidade da campanha "distribuição dos sacos é gratuita". Quem necessita de sacos que se dirigisse à Câmara.

Presidente da Assembleia – Para quando a remodelação do mercado?

Vereador Pinto – O mercado é uma obra que já vinha do outro Plano de Actividades e transitou para este. Também fizemos um Projecto de integração no Novo Plano Comunitário.

Até aqui não foi possível candidatar aos Fundos Comunitários, tudo indica que os mercados neste quarto comunitário, provavelmente, ainda não vá a tempo, mas serão obras a serem contempladas.

E o Mercado de Resende é para fazer em uma intervenção de fundo

E quanto ao como mercado, a digo isto porque já existe um Projecto e vai transformá-lo num Centro Comercial. Esta intervenção de fundo tanto vai, o bem estar de quem vai comprar, como de quem lá está a vender.

Será ponderado depois, vamos criar outras alternativas, criar outra cobertura, criar outro tipo de

gastronomia e de bandas, melhorar as infra-estruturas a nível daquelas casas - parques de lazer.

É uma obra de milhares de contos, de difícil orçamentação. Existe um recanto - Pinheiro Manso, que houver possibilidades é uma obra a integrar no novo Quadro Comunitário.

João Azenha - Relativamente à pedreira de cabeço de Lopes sou da opinião do José Bonet. Que antes haver uma sensibilização de pessoas para a visitação do lago. Primeiro tem que haver locais e acessos próprios para o lago. O caso dos vidros ocupa constante volume. Em Resende há dois viveiros, um junto ao rio Paiva e outro ao pé dos Resendos.

Penso que prioritariamente, tanto a Câmara como a junta de freguesia uma vez que o seu direito municipal está um pouco atrasado, deviam em colaboração colocar mais viveiros onde há mais cafés e restaurantes.

Disse-me a lembrar, na zona da Ervedosa, há bastantes cafés de um lado e outro, há residuais sólidos que ocupam bastante espaço.

Claro que depois de haver os dois «recipientes» seria bom que as escolas com os seus Projectos Educativos, colocasse como interrogação prioritária o caso da situação ambiental?

Estamos mais uma vez no portado de férias. O que é que o Resende tem para mostrar a quem nos visita? Só as Termas?

O Museu do Vinho não há meio de abrir. O Sr. Presidente da Câmara não está cá hoje, mas tem sempre uma desculpa.

Uma reunião da Assembleia Municipal em Fer-

ourei qual o atraso do Museu do Vinho?

Lhe disse-me que havia um desentendimento entre os senhores da Adega e a equipa que vem fazer a montagem das peças.

Na actividade do Sítio Cultural um dos pontos «Recolha de espólio para o Museu do Vinho» O Museu do Vinho não há meio de abrir. O Museu do Barro não se sabe. A zona envolvente ao Cabeço há mais de um ano que se falou no arranjo. E a iluminação da zona de Cortes?

Com referência aos automóveis virados de via pública, havia um automóvel estacionado na Rua do Cabeço, agora foi virado para outro lado. Depois os galinheiros, estão ao terreno junto à ponte de Resende. Em termos de Avioneca, a começar pela igreja Igreja tanto da qual a Câmara não tem nenhuma responsabilidade, como é evidente, diz o Senhor Presidente. Isso uma vez pelo que é uma situação muito confusa

Tive conhecimento que a Igreja de S. Pedro foi caiada sem picada das pedras, ainda bem que foi caiada.

De facto isto a mim preocupa-me muito. Fala-se tanto de turismo. Ajusta-se tanto nos Ruas floridas, e ainda bem que se ajusta, mas depois acaba-se o efeito das Ruas floridas. Os anos passam e a situação é a mesma.

Caetano Ramos - já não lhe chamam Museu do Vinho mas sim Museu da Pena.

Vereador Rocha - O Museu do Vinho neste momento está a decorrer o concurso. Esta questão do espólio é fundamental, só depois é que se faz a selecção e depois iremos lançar os concursos a uma Empresa que faça o design das

interiores, as fotografias já [illegible] e pro-
blemática dos móveis.

Está a decorrer o estudo [illegible]
Recolhe o areia, mas também temos [illegible] agra-
vamento das peças e do seu [illegible] para o
mesmo Museu Regional e é isso que vai ficar.

A questão do Forno Cesteiro, [illegible]
anexo, já sei que [illegible] vão ficar
linheiros não sei onde vão ficar.

João Azevedo - Quando se [illegible]
em direcção ao Comércio [illegible]

Vereador Pacto - Essa [illegible]
e temos reclamado constantemente [illegible]
Foi contactado a Arara, não [illegible]
do arrabalde e já [illegible] hoje
o tempo. Naturalmente temos que retomar os
contactos com a Sr.ª Casa da Misericórdia a ver se
nós conseguimos melhorar aquele estado.

Tem sido uma preocupação da Câmara, aliás [illegible]
alguns problemas com a limpeza das ervas no Forno
do Louça. Tem sido pedido-se empenho para a Câma-
ra.

Nunca cheguei a saber até onde era o limite
do terreno público e onde passava a ser o da Sr.ª
Casa da Misericórdia, nem a Sr.ª Casa sabe qual o limi-
te do terreno. Uma coisa é certa nós temos problemas
com o crescer das ervas. Uma vez que o arrendamento
faleceu e retomado os contactos com a Sr.ª Casa
da Misericórdia e aí estamos de acordo em melho-
rar o aspecto envolvente da muralha.

Uma coisa é a zona envolvente da muralha
outra coisa é um Projecto que está [illegible]

das ao GAT nos estarem menos culpa, a culpa remete
governo. Como sabe o GAT é só um e não foi possível
ter um Projecto nas condições.

Falou da iluminação, e muito bem, é uma das
coisas que vai avançar. Vamos colocar lanternas e
provavelmente as que estão no Praça da República. Va-
mos instalar umas lanternas para melhorar a iluminação
da zona do Largo Duques de Bragança e toda a Praça
da República, e aproveitamos todas as lanternas que
estavam nesta zona para iluminar a zona do Castelo,
Rua dos Cutidas e Praça D. Dinis até ao cemitério.

Já tivemos uma reunião marcada com uma agente
da D.A.E para elaborar o Projecto, como não estamos
a esperar mais tempo pelo Projecto que haveria de vir
do GAT e não vem.

João Azevedo - As responsabilidades dos Governos
e das Câmaras

Vereador Pacto - Do Governo P.S.

João Azevedo - Isso a mim pouco me importa. Responsa-
bilidades dos Governos e das Câmaras. A Torre de Cister
começou a ser caiada antes [illegible] sabe. O relógio pa-
rado não sei há quanto tempo. O Convento de Santo
António que o Projecto [illegible] começou a
ser caiado há um mês, está [illegible]

Vereador Pacto - Isso mostra as dificuldades que
nós temos em o possuir. A intenção está
lá, mostra a vontade que nós temos de recuperar.
Falou do Adro da Igreja de S. Pedro, pintámos
os muros e caiou-se a igreja. Também somos
sensíveis com esse facto.

Pintámos o posto da G.N.R., foram pintadas
as escolas.

João Araújo - Ele bem tem uma [illegible] mostra fotográfica na [illegible] [illegible] [illegible]

Já, o Senhor Presidente disse-me a mim que oportunamente, de acordo com o Regulamento o [illegible] não era cedido a Grupos de Pessoas, era cedido sim a Instituições.

Tive conhecimento no dia 15-6-99 que um Grupo de Pessoas de Redondo foram ao jantar oferecido ao final do Taça de Portugal com o Benfica e tanto bem.

Upsa! como é? Impossível só a Instituições! A Grupo de Pessoas, ou a uns e outras?

Já que o Senhor Presidente não estava aqui, mas de qualquer forma na próxima Assembleia Municipal vou pôr a questão.

O Senhor Presidente disse-me de acordo com o Regulamento do autocarro só empréstimo a Instituições e não a Grupos de Pessoas.

No dia 19 de Junho isso não aconteceu.

Vereador Rocio - No dia 19 de Junho o autocarro foi cedido a um grupo de cidadãos a pedido da Câmara Municipal de Montemor:

Foste-lhe o ofício da Câmara Municipal de Montemor a solicitar a cedência do autocarro para transportar pessoas de Redondo que quisessem ir assistir à final da Taça aliás à semelhança do que se passou com as outras Câmaras. Todas as autocarros das outras Câmaras o processo passou da Câmara Municipal de Montemor e não de Empresários.

João Aranha - Quando há vontade política as coisas fazem-se e resolvem-se. Na altura há um ano se houvesse vontade o Senhor Presidente teria dito! Os estatutos são uma instituição, foram engendrados para que fosse possível". Estou-me a referir a Grupos e mais pessoas.

Vereador Rocio - Eu não soube disso e dou-lhe a minha palavra de honra.

Vereador Esteves - Não sei exactamente quando é que a Grupo de Escuteiros fez esse pedido. Sei, mas não me recordo para quem, não tenho a certeza exacta, mas o autocarro estava cedido para esse dia.

PERÍODO RESERVADO A ASSISTÊNCIA - Não houve intervenientes, e assim o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: [signature]

O 1º SECRETÁRIO: [signature]

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE REDONDO REALIZADA NO DIA 30-9-99.

Aos trinta dias do mês de Setembro de 1999, pelas 20,30 horas na sala de edifício da Biblioteca Municipal reuniu a Assembleia Municipal de Redondo, para discutir a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Actividade da Câmara
2 - Alteração ao Loteamento da Zona Industrial
3 - Assuntos Gerais do Concelho

Estiveram presentes:
Presidente - João Alexo Branco
1º Secretário - Caetano Veríssimo Gato Cruz
2º Secretário - Domingos Alberto Saraiva Bordalo
Compareceram os seguintes membros:
Miguel Elísio Cajinha Alves; Manuel Balbino Gorjão Branco; Joaquim António Siquenique Cruz; João Sebastião Cardoso Aranha; António Alves Garcia; Miguel António Bento Casaca; Manuel Luís Nunes Gomes; Orlando

José Ambrósio Sojara;
Justificaram as faltas os Senhores Deputados
José Manuel Mendes Pontes; Ana Paula Costa Amaral Antunes
Faltaram os Senhores Deputados
Faustino Manuel Salvador Jerónimo; António Raúl Coimbra Tessas; Mónica José Mendes Relvas; José Joaquim Monteiro Siqueique

Tendo verificado que havia quorum o Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão e anunciou a ordem do dia e tendo em conta a alínea b) do artº 25º do Regimento, a Mesa agendou uma moção para ser discutida e aprovada sobre a questão do povo de Timor Leste.

MOÇÃO

- O Povo Timorense, de uma forma inigualável, tem sobrevivido com imensas dificuldades, à invasão dos Indonésios;
- A Coragem deste Povo é de tal ordem, que o mundo tem sentido comovidamente o seu sofrimento;
- É triste e inaceitável o que se tem passado em Timor Leste (agora Timor Dorosae) muitos sofrimento e tanto martírio se deveria ter permitido;
- Procedeu-se desde modo contra um Povo que apenas lutou pela sua liberdade, e pela independência do seu país, é inaceitável;
- Um povo que demonstrou a sua vontade de ser livre através de uma votação onde viu o mundo (98,6% deputados com uma percentagem de 78,5 % a favor da independência);
- Um Povo que os Indonésios matam, abusam de sua dignidade, roubam os seus bens, e deitam fogo às suas residências, é digno de muito respeito, amor e respeito;
- Os Indonésios, não respeitando o resultado das eleições, criaram milícias, que com o apoio das suas tropas, levaram a efeito um brutal massacre contra Timor Leste;
- Perante isto, a Assembleia Municipal de Torres no sua reunião ordinária de 30-9-99, decidiu:

1 - Manifestar o seu mais profundo pesar e repúdio pela terrível situação vivida no território de Timor, provocada pela intervenção injusta do exército Indonésio e das milícias com a sua cobertura, que manifestamente visa a chacina do Povo e a destruição completa do seu património;
2 - Responsabilizar o Governo da Indonésia perante a moralidade e destruição que tem assolado em Timor Leste;
3 - Apelar ao Governo Português, para ajude este martirizado Povo na conquista e implantação da liberdade tão desejada, no nascimento do novo País (Timor Dorosae) e na sua reconstrução;
4 - Manifestar ao Povo de Timor Dorosae, através de mensagem de solidariedade do Povo do Concelho de Torres, manifestado através da sua Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade a moção agendada pela Mesa.

A moção foi enviada para as seguintes entidades: Presidente da República, Primeiro Ministro e Grupos Parlamentares.

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia agendou a seguinte proposta, baseado na alínea b) do artº 25º do Regimento.

«Propondo à consideração dos senhores membros a dispensa do Expediente presente na mesa da Assembleia estando como é óbvio, à disposição dos senhores membros».

Os Senhores Membros aprovaram por unanimidade a dispensa da leitura do expediente presente na reunião.

Carta de José Manuel Mendes Portal informando que não pôde comparecer à reunião de 30-9-99 pelo que solicita a sua justificação.

Ofício da Câmara Municipal de Redondo submetendo à aprovação a alteração ao Loteamento industrial de Redondo, o qual foi aprovado em reunião da Câmara realizada no dia 8-9-99.

Ofício da Secretaria de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território enviando uma publicação elaborada sobre o «Financiamento das Autarquias Locais e de outras instituições locais no XIII Governo (1995-1999).

Ofício da Associação de Municípios Portugueses enviando alguns exemplares n.º 73 referente ao mês de maio/99.

Ofício da Associação de Municípios Portugueses enviando alguns exemplares do n.º 74 referente ao mês de junho/99.

Ofício da Associação de Municípios Portugueses enviando alguns exemplares do n.º 75 referente ao mês de julho/99.

Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses informando que estão a preparar um Seminário Nacional para fins de Novembro, sobre as Autarquias e as Políticas Desjuntivas Locais e Regionais e Nacional».

Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses informando que se encontram disponíveis os Pareceres do Comité das Regiões da União Europeia.

Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses informando das alterações ao D.L 54-A/99 de 22 de Fevereiro.

Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses enviando documento aprovado sobre o conjunto de diplomas aprovados pela Assembleia da República.

Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses informando que foi publicada a lei 159/99, de 14 de Setembro que estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais.

Ofício da Câmara Municipal de Santiago do Cacém informando que nos dias 17, 18 e 19 se vai realizar o XI Congresso sobre o Alentejo.

Ofício da Câmara Municipal de Santiago do Cacém enviando cartazes sobre o XI Congresso sobre o Alentejo na Cidade de Santiago do Cacém.

Ofício da Câmara Municipal de Santiago do Cacém enviando o Programa Definitivo do XI Congresso sobre o Alentejo.

Ofício da Associação de Municípios do Distrito de Évora enviando convite para participar no Festival de Encerramento das 8ªs Olimpíadas Populares do Distrito de Évora.

Ofício do Centro de Estudos para o desenvolvimento Regional e Local informando que vão ocupar novas instalações, pelo que enviam as novas contactos.

APROVAÇÃO DA ACTA - A acta foi aprovada com 8 votos a favor. Houve três abstenções por não estarem presentes na reunião de 9-7-99.

1 - ACTIVIDADE DA CÂMARA

INFORMAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE REDONDO

ARRUAMENTOS

* Arranjo de Sesmos; Conservação de Estradas; Abertura de roleras; Pavimentação de Ruas (Redondo e Montoito); Arranjo de Ruas na Serra d'Ossa

INFRAESTRUTURAS

* Tapada Municipal; Prolongamento de rede de águas, Zona Industrial de Redondo; Parque de Feiras e Exposições; Prolongamento das Redes Esgotos.

APOIO AOS MUNICÍPES

* Programa Casa Caiada (Idosos e Necessitados); Arranjo de Telhados; (Idosos e Necessitados); Limpeza de Linhas de Água na Zona das Vinhas

OBRAS

* Arranjo de Largos em Montoito e Redondo; Museu do Vinho; Pavilhão Polidesportivo junto às Piscinas; Ampliação da Estação de Tratamento de Água da Vigia; Centro de Artes e Ofícios (Castelo); Arranjo da Zona do Rossio em Montoito; Piscina coberta; Pavilhão Gimnodesportivo; Zona Verde junto ao Polidesportivo de Santa Suzana; Balneário do Apoio ao Polidesportivo de Santa Suzana; Edifício por detrás do Tribunal, para a instalação das Finanças, Tesouraria e Assembleia Municipal; Zona Verde na Tapada Municipal; Projecto da ETAR de Montoito; Projecto de Infraestruturas da Zona Industrial Montoito (Concurso Público); Projecto de Arranjo da Zona Envolvente ao Castelo; Projecto de adaptação do Edifício da Antiga Cadeia de Montoito e Sedes de Associações.

ACTIVIDADES DOS SERVIÇOS SÓCIO-CULTURAIS

- Realização das Festas Populares de Agosto - Ruas Floridas
- Apoio às Festas organizadas nas diversas localidades Concelho
- Sessão de entrega dos Prémios Literários Hernani Cidade (3 de Julho)
- Representação nas Festas de Agosto do Peço «As Artimanhas de Scapin» de Molière pelo Grupo de Teatro da I B 2,3, no âmbito do projecto de férias.
- Apoio ao grupo de jovens malabaristas que se apresentaram ao público nos intervalos do peço de teatro da I B 2,3.
- Animação da Biblioteca Municipal;
- Hora do Conto (todas as 4ª feiras);
- Autor do Mês;
- António Sardinha (Agosto);
- Marcelo Espança (Setembro);
- Exposição de Pintura Naif de Paulo Vicente Rosado e Exposição de Cerâmica de do Xico Tareja (durante as Festas Populares);
- Exposição de Fotografia «Sem Terra» de Sebastião Salgado (Setembro);
- Lançamento do livro do escritor António Telmo com exposição das ilustrações do livro da autoria de Armando Alves (dia 4 de Outubro) na Biblioteca Municipal)
- Projecto de Criação de uma Ludoteca na Oficina de Criança - futuro Centro Lúdico de Redondo (aprovado pelo Instituto de Apoio à Criança e Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura da Fundação Calouste Gulbenkian).
- Transferência do fundo infantil da Biblioteca para a Oficina de Criança
- Elaboração do projecto integrado no Centro Lúdico e Biblioteca «Uma Aventura no Mundo das Letras»
- Apoio às Cantinas Escolares
- Elaboração das itinerárias dos transportes escolares para o

ano lectivo 1999/2000.
- Preparação das actividades de expressão corporal e astronomia do 2º ano lectivo
- Elaboração do Plano de Actividades [illegible] Culturais para o ano 2000
- Apoio ao Concurso Nacional Puxe [illegible] Realizar durante a Feira de S. Gonçalo.
- Participação no congresso dinamizado pela Associação Portugal - Escolas Europeias subordinado ao tema Património na Albufeira da Vida.
- Realização de duas grandes festas de aniversariantes do 2º semestre anunciado na Feira de Natal em Fevereiro - O Livro
- Participação no Festival de Agrupamento das Olimpíadas Populares do Distrito de Évora em Montemor-o-Novo.
- Preparação das actividades desportivas nas Escolas para o próximo ano lectivo.

Adriano Carrilho - No que respeita aos postos de apoio é essa equipa, arranjo de telhados, que as freguesias pedem à Câmara devia de haver maior organização.

Há pessoas no Grupo que fazem o pedido já há alguns anos e ainda estão na linha de espera. São atendidas as que primeiramente fazem o pedido, não bem, estou em desacordo, na medida em que começam determinadas trabalhos e depois não acabam, o que cria algumas confusões em relação às pessoas. Lembro-me a um caso no Grupo em que arranjaram já os telhados e fizeram uma casa de banho, mas não a concluíram, e já lá passaram meses. As pessoas queixam-se e pedem-me para colocar o assunto na Assembleia Municipal.

A casa de banho acho que é só uma questão de faltas, ou seja pô-la a funcionar.

Penso que devia ser mais organizado aquele tipo de trabalho, na medida em que foi começado, deve ser concluído acho que de futuro havia de haver mais organização.

Presidente da Câmara - Começo por informar a Assembleia e concretamente o Sr. Vereador Gomes, de que este tipo de apoios que a Câmara presta e de forma alguma os tem prestado, de acordo com a informação que foi prestada, o Relatório ainda não chegou da Inspecção de Finanças que esteve na Câmara durante os meses de Maio, Junho e parte de Julho, é uma actividade que nem sempre é legal, que irá constar forçosamente do próprio relatório.

Começo por dizer isto, para ficar claro, lembro que as Câmaras Municipais são a fazem, fazem-no por entenderem que as pessoas têm necessidade, mas infringindo a própria legislação.

Quando me foi comunicado que ia constar no Relatório e que o Presidente de Câmara é responsável por essas ajudas, eu próprio pedi em meio duzia de cartas que chegam à Câmara a pedir ajuda, tirei fotocópias, mais as que mais do Senhor Inspector para ele as ler e perguntar-lhe o que é que ele queria!

A resposta que me deu é que a Câmara encontrasse a ajudar, nos que ele não podia constar de lá no Relatório porque era uma actividade ilegal.

Começo por dizer isto para se ajuizarem melhor o tipo de apoio que a Câmara dá. E, por vezes o tipo de

apoio com que a Câmara se comprometeu e julgo que alguns munícipes entendem que é obrigação [illegible] já vinha fazendo ou vinha [illegible] que depois acabando ou vindo-do a público, [illegible] que a Câmara assumiu ou o [illegible] assumiu esse caso o Vereador Socio que hoje não está aqui porque está de férias, foi de fornecer determinados materiais, foi bem evidentemente apoio. Depois as pessoas pedem se é determinado apoio entendem que se deve ser outro qualquer esse.

Não conheço esse caso de casa de banho. Gostava o Vereador Pedro não estar aqui, hoje, para saber qual foi o compromisso que a Câmara efectivamente assumiu, se foi fazer mesmo a casa de banho. Sabemos se é uma casa de banho em situações de necessidade, não o fazemos em situações de pessoas que tenham alguma possibilidade de o fazer, pelo menos uma parte e ajuda que é pública é dar-mos os materiais ou fazemos uma parte e as pessoas comprometem-se em dar o resto.

Eu registo. Esse caso concreto vou ver o que se passa em relação a essa casa de banho, mas não é função da Câmara fazer esse tipo de obras em propriedade, a não ser com essa excepcionalidade.

Em relação aos detalhes sobre a organização devo informar o Senhor Vereador Pedro que é uma situação [illegible] questão da necessidade, penso é que necessidade mais é quem é que [illegible] situação [illegible] é uma situação [illegible] situação [illegible] necessidade mais [illegible]

te segundo o seu ponto de vista pode agir [illegible] mente segundo o ponto de vista do Sr. Vereador Comunista. Agora cá porque respeito o seu ponto de vista também, igualmente, deve respeitar o ponto de vista de quem da Câmara decide sobre as prioridades e sobre o tipo de apoio que é dado às pessoas que o têm solicitado.

Não é um apoio maior, posso-lhe garantir, é um apoio importante e é um apoio que a Câmara continuará dar independentemente da forma mais legal que exista de apoios tem segundo a legislação e implementar no futuro.

Para percebermos melhor a legislação o que diz é que as Câmaras só podem dar apoios a entidades não podem dar a pessoas individuais. É evidente que este tipo de apoio das populações é a pessoas individuais e não a entidades.

Isto só para dizer se a Câmara cumprisse a lei melhorava casa de ninguém, nem um tijolo, nem um bocado de areia podia dar. Portanto parece-me este contexto legal e parece aquilo que é justo face que mostrou alguma estranheza pelo tom crítico da maneira como foi feita a sua intervenção.

Vereador Pedro Costa - Senhor Presidente, não critico que a Câmara faça ou que não faça, ou critico a forma como as coisas são feitas, e critico porque tenho alguma razão para as criticar.

Há dias vi o encarregado, o Senhor Alexandre a responder mal a uma senhora, e se calhar tinha razão de responder mal, porque o vereador Pedro pegou na sua e mandou-a ter com o encarregado. Essa situação é criticável, isso é que eu não gostaria de acontecesse. Eu vi e ouvi o senhor Alexandre

rosjeder mal o senhora, uma ocinoia [illegible] o vereador Pedro a fim [illegible] que exprossa mais alguns reparos, [illegible] ocorrência.

Em relação à casa de Lamas, acho que é merecido. É um homem de 60 anos de idade, é viúvo, não tem mulher nem filhos.

Não sei como foi o compromisso, o que é verdade é que ele diz que começaram e não acabaram.

Chamei a atenção que no futuro deveria ser vista a forma como se dá às pessoas que vão ou não vão fazer, ou então alguém é prejudicado que não fazem ou que fazem em determinada altura. Agora enganaram as pessoas isso é que eu não concordo.

Presidente da Assembleia - O Senhor Presidente vai ver o que se passa de qualquer das formas ou pelo menos é de louvar o atadimento cedido da Câmara de hoje destas tenças e que tem efectivamente contribuído para ajudar muitas pessoas independentemente de lei não o permitir e assumir a responsabilidades e continuam a fazê-lo isso é louvável. Muitas vezes temos que ultrapassar a lei.

João Azevedo - Em relação a duas formas a nível individual aos munícipes, já mais do que uma vez veio a esta Assembleia. Mesmo com esse intuito de fazer face da lei, de facto há casos extremos que devem ajudar individualmente e a entidades do concelho. Contudo, compreende-se aí para que há munícipes que não tem situações de pobreza extrema a favor da Câmara, os ajudar. Penso que o

apoio terá que ter muito cuidado em determinadas situações. Não me compete estar nomes, porque isto não é um tribunal, mas de facto compreende-se aí para que há munícipes que não tem necessidade nenhuma tenha ou essa coisa como cooperação certeiras.

Presidente da Assembleia - A Câmara também já informou que quando isso acontece debruça-se sobre o assunto, se há ou não necessidade ou haver um caso ou outro.

Presidente da Câmara - É a questão da subjectividade da mesma forma que se insinua que é atendido primeiro o senhor A porque é mais amigo ou mais conhecido do encarregado ou do senhor vereador ou do senhor presidente, também se pode dizer que as pessoas erram e que não têm necessidade, também o podem fazer porque são mais amigas das pessoas que foram atendidas em segundo lugar, portanto é um problema de subjectividade.

É evidente que num caso destes ou não temos dúvidas nenhumas em reconhecer o dizer que, têm-se verificado algumas situações em que a prioridade não terá sido a melhor. Por vezes é uma questão de oportunidade, ou se andam a fazer uma obra nesse local e acaba-se por ir dar um golpe porque os materiais estão disponíveis, quer máquinas, quer pessoal. Agora a subjectividade desse tipo de apoios que a Câmara possa ser acaba se a Câmara acabar com os apoios, assim não haverá-as ou se der primeiro a este ou aquele ou se der a um que precisa menos e ainda não se deu

a um que precisa mais.

A única hipótese [illegible] abordar esta questão mais [illegible] iremos sempre falar da [illegible].

Não tenho dúvidas que [illegible] com esta análise com [illegible] que estão aqui a surgir é [illegible] ajoios, o que me parece [illegible] quer as necessidades quer as [illegible].

Pelo menos, enquanto for Presidente da Câmara, até como disse há pouco, essa responsabilidade em última instância é-me sempre atribuída, como é lógico. Não tive [illegible] qualquer problema em como não o tive em dizer aos [illegible] de Inspecção que estiveram na Câmara de que assumia a responsabilidade do ajoio que a Câmara prestou aos municípios. E quando eu disse assumia, individualmente, o que quer dizer, enfim, espero que por absurdo, acontecesse que a verba que a Inspecção apurou como de ajoio aos municípios tivesse sido devolvido à Câmara, seria por mim. Mas continuo a dizer que assumo integralmente a responsabilidade por esse ajoio.

Presidente da Assembleia - Faço votos para que o senhor Presidente continue assumir esses ajoios às pessoas necessitadas.

Miguel Alves - As pessoas não estão informadas da Lei dos ajoios. Vão dar ajoio a obras e as pessoas convencem-se que o ajoio vai desde o princípio até ao fim da concretização da obra. Não foi explicado e caem na ilusão de que é a obra na totalidade.

Acabar, agora, uma coisa que o senhor Presidente começou, acho que se torna mais difícil para si e para a Câmara. Torna-se um boado mal visto, principalmente por aqueles mais necessitados, mas também pelos outros que não tem tanta necessidade, mas que quer beneficiar desses ajoios. É um bocado difícil e arriscado acabar com os ajoios aos municípios.

Presidente da Câmara - As pessoas são esclarecidas em relação aos ajoios que a Câmara pode prestar. Ninguém diz às pessoas que as obras são feitas ou que se dá todo o material para se fazer determinada obra.

Em relação aos arranjos dos telhados que é um caso com enoto, é um caso mais frequente, aparecem pessoas necessitadas que pedem ajoio para arranjos de telhados. E, quando se mande um pedreiro, só nos peço que percebam isto as pessoas dizem que têm o telhado com duas ou três telhas partidas. Telhados velhos começa-se a mover e depois no lugar de ser meio dia que um pedreiro lá anda para arranjar meia duzia de telhas, e que ao arranjar estas parte mais, o assim anda lá um ou dois dias.

Até porque há uma norma instituída aos ajoios, as pessoas sem necessidade, em relação ao tipo de materiais que se dão. São seis sacos de cimento, areia e 750 tijolos, isto é, digamos a base. Tudo o que sai, para além disto tem a ver por vezes com o facto da pessoa precisar de 2 ou 3 metros de tubo para uma canalização de água para levar uma torneira no quintal ou casa de banho, um pequeno arranjo, acontece por vezes nós dormos dois ou três metros de tubo.

Nós não temos compromisso nenhum, a não ser os tais casos muito excepcionais, em relação a rijado dos telhados e isso nós temos feito, e por vezes as pessoas quando nós dizemos vamos dar ajoio a arranjar telhados põem-nos logo a questão

[illegible] o as ruas [illegible] em alve-aço [illegible] [illegible] [illegible]

quiserem e poderem dar, para [illegible]
do escritor António Tetro [illegible]
Armando Alves. E, é o [illegible]
Presidente da Assembleia – [illegible]
agradecimento era dirigido a todos [illegible]
que estejam todos presentes.

2 – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA ZONA INDUSTRIAL

Presidente da Assembleia – [illegible] 23 de Setembro de 1999 [illegible] de Torres, do seguinte teor:

«Com a submissão à aprovação da [illegible] final junto remeto a V. Ex.ª a planta de alteramento industrial de Torres o qual foi aprovado em reunião da Câmara realizada no dia [illegible] de Setembro de 1999.»

Presidente da Câmara – A alteração, eu diria que é de ordem burocrática. Não há novos lotes, os lotes são os mesmos, só que houve necessidade de se agravar este novo agrupamento dos lotes para efeitos de registo na Conservatória.

Quem comprar dois ou três lotes podia de acordo com o loteamento construir em dois lotes, só que primeiro procurou fazer o registo na Conservatória confrontava-se com o problema que era ter uma casa em dois lotes de terreno.

A alteração que está para a aprovação é essa que comprou dois lotes e passam a um lote, portanto não se trata de novos lotes, trata-se de agregar num único lote aqueles que compraram mais do que um.

A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade e em minuta a alteração ao loteamento da Zona Industrial.

3 – ASSUNTOS GERAIS DO CONCELHO

Miguel Alves – Nesse momento qual a qualidade de água da Barragem da Vigia que está a abastecer o concelho?

Presidente da Câmara – É uma pergunta oportuna, porque nós ouvimos dizer a Barragem da Vigia tão baixo como está, com tão pouca água. A situação resultou para além da seca normalmente não ter chovido, e o facto de termos tido um Janeiro muito quente e portanto ao contrário do que aconteceu naquele sítio nos quatro anos de seca em que houve uma fiscalização por parte da Direcção Geral do Ambiente e do IDA e da Câmara e da Associação de Bombeiros Voluntários, maior controlo no consumo da água. Neste ano agrícola portanto o ano passado como nova ainda, creio que há reflexo de seis milhões de metros cúbicos de água na barragem, as pessoas responsáveis pelo Instituto de Água não tomaram, digamos as devidas cautelas em relação ao consumo de água. E, verificou-se que houve um consumo exagerado de água por parte do sistema de Rega, e para a água acumulada não devia ter havido aquele consumo. Ele acentuou-se mais no mês de Julho e em que houve calores muito elevados e houve um abaixamento bastante brusco do nível da água da barragem, e aí portanto houve depois da Câmara um contacto imediato com a Direcção Geral do Ambiente e do Instituto da Água que deu origem a uma reunião, no final de Julho em Évora, com o Presidente do Instituto da Água em que tomas definir as regras em termos do que se deva consumir no rega e o que havia de ficar salvaguardado.

Posteriormente houve outra [illegible] que era para ter terminado em [illegible] e [illegible] mas dois ou três dias para [illegible] que disseram terminado pelo Instituto da Água mas [illegible] momento temos água que garante [illegible] até ao fim do ano sem qualquer problema temos depois o otamento do volume morto da água da barragem que nos garante uma gama alarga de volume morto, e usando uma gama de volume morto da barragem, temos água da barragem para garantir abastecimento da população, mesmo que não chova

Naturalmente que o próprio Instituto da Água face à situação que foi criada, não nos a gente estamos a dizer quem foi mais ou menos, já providenciou no sentido de instalar o sistema de bombagem para bombar água se for necessário.

Em relação à qualidade da água, naturalmente que não podemos dizer que seja melhor. Estamos portanto a fazer com a Direcção Regional de Saúde e com a Direcção Geral do Ambiente um controlo mais apertado do que o habitual sobre a qualidade da água, quer da água bruta, quer da água das torneiras, fazemos análises mais assíduas com as diversas entidades, portanto não só pelo que a saúde pública em relação às análises que temos nós quer as que a Câmara executa regularmente, quer as que a Direcção Regional de Saúde executa.

Foi tomado também uma decisão que é retirar lodo da barragem. Estão a ser dados os passos necessários da parte do Instituto da Água para que sejam retiradas umas toneladas de lodo para não acontecer o que tem acontecido nas outras barragens o lodo morre por falta de oxigénio. O Instituto da Água está a arranjar os pescadores com rede para retirarem o lodo da barragem, para salvaguardar a qualidade da água e também o aspecto psicológico.

Na Barragem do Lucefecit foram pescadores de Zona de Norte que fizeram esse trabalho e aqui, o Instituto da Água contratou pescadores dos Locais e Zona de Norgão para virem fazer esse trabalho.

É provável que dentro de alguns dias apareçam por aí a retirar algumas toneladas de lodo.

Até ao momento não há qualquer problema em termos de Saúde Pública se registar alguma situação de má qualidade de água que possa pôr em risco a saúde pública que naturalmente quer a Câmara, quer a Direcção Regional de Saúde avisam a população para tomar as devidas precauções.

Amanhã vou à estação de tratamento das Águas de Vigia, precisamente para ver como é que podemos reforçar o tratamento, nomeadamente o ozono, há que ter um equilíbrio entre a quantidade de ozono que é usado e a quantidade de água que é tratada, isto não é linear, a água está pior mas mais ozono que se resolve o problema, não resolve a fase de problemas, mas pode-nos criar outros. Tem que haver um equilíbrio entre a dosagem de quantidade de ozono que é um tratamento eficaz alem do custo, mas mantem-se a situação. É evidente que a água tenha um sabor mais desagradável, quando seja mais.

João Azaruja – Ainda bem [illegible] pelo estrado não se [illegible] que há debaixo das pontes [illegible]

No sábado participei numa [illegible] foram retirados pulos e pulos [illegible] pontes [illegible] de toda a [illegible]

Gostava de perguntar [illegible] Presidente de quem é a responsabilidade [illegible] envolvente à barragem.

Presidente da Câmara – A responsabilidade da limpeza dessa zona, tal qual como a [illegible] é da Associação dos Beneficiários da [illegible] a quem a barragem está entregue.

Nós sabemos que não o têm feito, não estou a criticar a Associação, sabemos que têm procedido à limpeza de árvores, de postes de telefones que lá estavam, moto, etc, tem sido fundamentalmente os pescadores com o apoio da Câmara e dos Bombeiros e diversas entidades e se verificarmos as mais usuais e também de acesso mais fácil essas até acabaram por estarem mais limpas em termos de arborização.

A questão é esta, qualquer barragem não devia encher sem de lá saírem as árvores. É uma prática e Portugal fazem-se as barragens e as árvores e as coisas que lá estão ficam, depois enche e esquece-se de tirar de lá as árvores. Foi o caso da vigia, havia lá de tudo, o que estava ficou, se tivessem procedido, realmente, realizar limpeza.

Para além dessa limpeza do lixo que foi referida congratulo-me que tenha participado.

João Azaruja – Sim, notou-se a falta de muita

gente, Senhor Presidente.

Presidente da Câmara – Sim, sei que não estiveló.

João Azaruja – Não me estou a referir a si.

Presidente da Câmara – acredito que sim e de qualquer forma está-se a ver se conseguem mais mobilização de pessoas, nomeadamente pescadores são pessoas mais interessadas, mas não só, para fazer uma ou duas jornadas não só de limpeza de lixo como de árvores, arbustos e outros objectos estranhos à barragem.

Estamos a ver se conseguimos organizar e pensamos que seja num fim de semana, as pessoas de semana estão a trabalhar e há dificuldades em haver essa mobilização, mas temos que ver se aproveitamos agora o facto da barragem, infelizmente, estar vazia para fazer mais uma limpeza como se fez há quatro anos.

Infelizmente, na reunião que eu referi há pouco em julho pôs esse problema à Direcção Regional do Ambiente afim de procurar obter verbas para contratar alguém para fazer esse trabalho, e já recebi a resposta dizendo que não havia disponibilidades financeiras para fazer esse tipo de trabalhos.

Todos nós sabemos que a educação em relação aos resíduos sólidos demora tempo. É uma geração que, muitos já têm um hábito tão grande que é um pouco este tipo de raciocínio deitar um maço de cigarros ou uma garrafa de água para o chão junto à barragem, que suja a barragem, esquecendo-se que estão não sei quantas mil pessoas portanto são não sei quantos mil maços de cigarros e garrafas etc. É um problema de mentalidade, não se pôe só

na barragem, nós sabemos infelizmente [illegible] sitios pelas nossas estradas verificamos [illegible] porque é que razão deitamos, quando [illegible], as rezes os nossos cigarros, garrafas [illegible] ou outros objectos pelo vidro, é frequente ver quando vamos na estrada, não devia ser. As estradas não são para sujar, correcto seria que todas nós, se temos um papel ou uma coisa qualquer dentro do carro, deixamos estar ao chegarmos a casa deitamos no lixo normal.

Manuel Luis – Foi falado na última Assembleia o assunto referente ao ponto de luz nos Foros da Fonte Seca. Havia uma dúvida, a Câmara diz que já tinha pago, mas não estava colocado. Há mais alguma coisa sobre isso?

Vereador Casimiro – Estive a esclarecer novamente com o responsável, neste caso com o engº Pestana da I.D.P., de facto ele andou a dar volta aos documentos dele, pediu-me para eu ver também na Câmara, confrontámos as duas situações, de facto é aquilo que foi dito aqui. A Câmara pagou e continua à espera da colocação do ponto de luz.

Nós pagámos. Eu já tinha falado isso com o Vereador Recto foi pena eu não ter trazido fotocópias dos documentos só para provar, se calhar não era preciso, mas estou conformadíssimo com a I.D.P.

Sobre a colocação o engº Pestana disse-me que tinha dado ordens para fazer a colocação do ponto de luz e sentia-se com alguma culpa porque tinha dado ordens ao empreiteiro e de facto o serviço não tinha sido feito.

Presidente da Câmara – Não estive na última Assembleia mas este problema dos pontos de luz, infelizmente não é um problema único do funcionamento da I.D.P. Sejamos realistas, esta é a factura da consequência de privatização da I.D.P., porque a I.D.P. entrega os seus serviços a subempreiteiros e depois tem a responsabilidade da fiscalização.

Bem o ponto de luz nos Foros, o no Freixo que fica lá bem escondido é evidente que o empreiteiro recebeu instruções para o colocar até recebeu indicações e recebeu para o colocar.

Não restam dúvidas de que quando a I.D.P. tinha funcionários colocados no Redondo, o Senhor Ramos, o Ezequiel, aqui permanente, situações destas não aconteciam. Eles próprios eram as interessadas em que os pontos de luz fossem colocados e que as coisas fossem feitas.

Hoje, o que acontece, é que são empreiteiros e o problema não se passa só na E.D.P., o problema é que os empreiteiros, os próprios engenheiros da I.D.P., nesse caso o engº Pestana com quem já tenho falado, ainda ontem, por causa de uma outra obra, têm muita dificuldade em cumprir aquilo que dizem e o que está estabelecido com os acordos da Câmara.

Posso-lhe dar como por exemplo a obra de baixada para alimentar a piscina coberta, o futuro polidesportivo e aquele loteamento para benefício da creche, a Câmara Municipal construiu e em contrapartida a I.D.P. fazia esses trabalhos, quem lá passou vê que a rua está a ser pavimentada.

Foi necessário a Câmara [illegible] mos colocar aqui os tubos de [illegible] para no outro dia de manhã o [illegible] pressa, porque o empreiteiro [illegible] para começar a obra, porque a [illegible] os 20 mil contos, estava adjudicada, mas o chefe de Centro não tinha competência para adjudicar a obra tinha que ir à Administração a Lisboa, e esta não tinha despachado ainda portanto a Empresa que ganhou o concurso não podia começar a obra, entretanto eu disse-lhes venham cá dizer onde quer os tubos, depois somos nós que não autorizamos que partam a rua

O descontrolo é total naquela empresa e então em coisas pequenas, ainda pior.

Orlando Ambrósio — Há tempos falei com o Senhor Vereador Casimiro, porque tinha sido solicitado pelas forças de Segurança em relação à iluminação da escola do espaço envolvente não tem luz. As forças de Segurança em relação disseram para nós colocarmos a luz, falei com o senhor vereador e disse-me passado algum tempo, que já estava a tratar do assunto.

Há um acampamento de ciganos em Montoito e já estão lá alguns dias e começaram a construir barracas de madeira. Hoje contactei a G.V.R. através do telefone, disseram-me que mandavam uma patrulha e os ciganos disseram-lhe que estavam ali com ordem da Junta de Freguesia. Tornei a falar com as forças de Segurança e disseram-me que não podiam estar ali. Então eu solicitava à Câmara, também a intervenção junto das forças de segurança para sermos mais a insistir

Presidente da Câmara — todos têm direito à vida, todos têm direito a ter um lugar, por vezes não é o mais indicado. Vamos fazer a nossa parte, e uma vez que a Junta está a solicitar-nos e são terrenos da Junta de Freguesia.

Os pontos de luz da forma como estavam não parecia a mais correcta. Por outro lado também queria esclarecer a questão da rede porque quando há rede na iluminação pública é muito mais fácil, ali parecia-me que não havia rede na iluminação pública. No orçamento provisório que a E.D.P. enviou estavam a considerar que essa outra prática também habitual da E.D.P., aproveitar um pedido de colocação de um ponto de luz, a Câmara pediu a colocação do ponto de luz para à conta disso substituíram linhas de cobre rubro da carga forçada. Era o que estava acontecer com aquele orçamento, mas nós dissemos não, porque estavamos a pedir pontos de luz e só pagamos os cabos necessários para pôr os pontos de luz.

Aquela situação de pagar o ponto de luz e não estar colocado a partir dessa altura só pagamos quando estiver colocado. Esse caso não aconteceu só nas Foras. Quando foi da remodelação de Montoito, junto à casa do Povo, houve pelo menos 2 ou 3 pontos de luz que estavam pagos. A Câmara paga uma percentagem do custo, portanto aquilo eram obras pequenas, chegava ou mandava para a contabilidade pagar.

Houve uma altura que liguei para o Centro de Distribuição de Évora e disse que só pagaríamos depois da colocação.

João Azaruja — Por privatizações, estou-me a

Penbran, na última acta que o [illegible] disse que começaram a haver [illegible] o caso de faltar o serviço mas já [illegible] o Caminho de Santa Cristina [illegible] caído, também isso já [illegible] continua parado.

Presidente da Câmara - [illegible] às pinturas, às caixas [illegible] foi adjudicado a um pintor - Senhor Deputado, [illegible] altura tomou-se alguma [illegible].

Em relação ao Relógio, o que [illegible] segunda feira é dar-lhe uma [illegible] reposição do Relógio. O Relógio está [illegible], várias é esperar que venham montar o [illegible] quando telefonarem, a dizer-me que [illegible]. Como referi na altura, numa Assembleia, a empresa é de Braga e disse a vir [illegible] trabalho e aproveitaram com a mesma deslocação.

Manuel Luís - Falam mais uma vez nas estradas. Começa a haver chuva e [illegible] estradas já arranjam. Em relação ao cinema continuam a esperar ou começa a funcionar?

Presidente da Câmara - Em relação ao cinema continua a esperar. Quanto às estradas, depende dos vizinhos, porque se formos para o Freixo e chegarmos a Vizela - mesmo não podemos ter a estrada arranjada.

Aqui aproveito a oportunidade de dizer na Assembleia e que está a ser preparado, nomeadamente entrar em vigor a Quadro Comunitário que vai preparar tudo para a partir de Janeiro. Estamos a ficar durante os anos 2000 e 2001 concluída, uma vez que aquela intervenção dos aglomerados se reparou e as estradas foram boas.

João Azevedo - Ouvi!

Presidente da Câmara - Sim. Sim, Sr. Dr. Eu convido-o a ver km e km de estradas municipais e ajás aquela afirmação não é só um dito comum, ou seja onde houve problemas de infiltrações de água a drenagem foi bem feita, houve zelo para a fazer, não é só remendos porque se fez a selagem da estrada, portanto agora com bom a rejeve é na medida adequada, concordamos que, posso-lhe dar um exemplo a estrada de Santa Suzana no final das vinhas tem necessidade, nós não podemos pôr um rejeve naquele troço junto às vinhas, ali vai haver necessidade de drenar ainda alguns 20 ms, preparar alguns 20 ms antes de pormos o rejeve. Depois a partir daí a maior parte não tem só comodas quer dizer que não apareceram buracos.

João Azevedo - Depois há aí alguns buracos nessa zona da estrada de Santa Suzana.

Presidente da Câmara - Sim, mas nessa zona houve efectivamente drenagem, apesar aprovação de emergência na sequência de um Inverno ser bastante rigoroso. Houve sítios em que se conseguiu funcionar e resolveu-se o problema, foram a tempo ainda de fazer a drenagem e abrir valetas.

A estrada de Pontoita Pedinha tinha três meses depois a estrada que ainda hoje o aglomerado foi posto há quatro anos e está lá e outras razões, ou que for causa do homem, características daquela zona, e eu já tive necessidade de remendar esse pavimento já não sei quantas vezes.

João Azevedo - Numa Assembleia Municipal não

sei se se lembra, garantir [illegible] do
jeço velho não iria [illegible]
características, mas de [illegible],
aqui, nesta zona de [illegible]
Presidente da Câmara [illegible] garan-
tir se colhar não foi [illegible]
João Azaruja - Disse que [illegible]
que não deixavam.
Presidente da Câmara - [illegible] que eu
não lhe poderia garantir [illegible] que al-
guns dos cheiros já lá estavam [illegible] estava
a sem abertura, estava [illegible] não
ligavam.

Tenho tido o cuidado de falar com algumas pessoas
e perguntar mesmo qual é o comportamento da ETAR,
e a esmagadora maioria das pessoas dizem-me que
aparece de vez em quando, de manhã. É uma questão que
temos de ver, porque é que é de manhã. É capaz de
ter a ver o arrefecimento nocturno, com o próprio sistema
de lagoagem. As lagoas são novas em termos de
vida, ainda não está em pleno funcionamento o ciclo
biológico, mas a maior parte das pessoas têm-me
dito que não tem havido problemas do cheiro. Lá apa-
rece um cheiro ou outro mas também aparece de ou-
tro lado.

Certamente, estará de acordo, comigo que aquele
cenário catastrófico que era traçado em relação à
localização da ETAR não tem nada a ver com aqui-
lo que se está a passar.
João Azaruja - Mas de facto há pessoas que têm habi-
tações junto da horta do Letras, sentem-se muito in-
comodadas com a quantidade dos mosquitos que são

provenientes da ETAR.
Presidente da Câmara - Acabei de dizer que nem o ci-
clo biológico está completo. Não estando completo toda
a vida animal merente, a estação de lagoagem ainda
não está completa, enfim isto não é anedota, é mesmo
verdade, há vida animal que se encarrega de fazer lim-
peza dos mosquitos, são os celebres cágados lá colo-
cados. É um remedio simples e eficaz.

Estamos em contacto com uma empresa que tem o
sistema de plantas adequadas para lagoas para tor-
nar mais eficaz, para reforçar, digamos o ciclo biológi-
co, e até é provável que se vê fazer o reforço desse
ciclo biológico quando essas plantas forem colocadas.
São umas plantas de origem alemã, quanse natural o que
se revela bastante eficaz para esses tipos de tratamen-
tos.

Há terras, falávamos que havia moscas e mos-
quitos, mas também alguém dizia, bem as moscas
já lá estavam, porque há ali criação de gado, há
vacarias, mais abaixo como nós sabemos e as
moscas já lá andavam, não aparecerem agora por cau-
sa da ETAR.

Há também que procurar o ver se é na zona da
ETAR. Eu já andei mais do que uma vez, e não me
sinto incomodado por circular no espaço daquela zona
é óbvio que não é nenhum jardim.
Presidente da Assembleia - De facto, já me têm
dito que de manhã é que os cheiros são mais acen-
tuados.
Manuel Luis - Em relação à zona industrial, os ter-
renos já estão todos vendidos, ou ainda há terrenos?
Presidente da Câmara - Ainda há terrenos. Estamos a

analisar algumas inscrições que [illegible] já o deviamos fazer, mas vou dar [illegible] para as pessoas que não foram [illegible] e ouvido e porque creio que neste momento [illegible] ou [illegible] disparates.

Essa aprovação do Orçamento, [illegible] foram vendidos são atribuições [illegible] essas áreas. Temos alguns [illegible] a seguir aquele entusiasmo [illegible] para abrir a pistas para a [illegible].

Estamos atentos em relação [illegible] irão a construir se efectivamente [illegible] declararam.

Miguel Ramos - Em relação ao trânsito [illegible] Camilo e Manuel Pedro Lamas, [illegible] só pode virar do lado direito, [illegible] lado esquerdo, porque há [illegible] e outra tem entrada.

Atrás do edifício [illegible] também uma seta a indicar o sentido [illegible] já derrubaram os sinais.

Presidente da Câmara - Foi um [illegible] derrubou os sinais, ou [illegible] deu mal a curva. Os sinais já estão [illegible]

Essa questão da seta já se [illegible] se for uma com o sentido obrigatório, [illegible] que ter uma para cima dois sentidos.

O mais correcto é [illegible] um sinal obrigatório [illegible] virar à direita.

Quanto à rua que diz [illegible] sentido descendente, por isso não se pode virar à esquerda. Isso tem a ver com o acesso à rua de [illegible]. Quem

Obrigado

tem a descer a rua de Sagar vira à esquerda e [illegible] dar [illegible] a quem vem da rua de Sagar, porque as outras que são perpendiculares não podem ter dois sentidos um à esquerda.

As alterações ao trânsito foram bastante discutidas aqui nesta Assembleia Municipal e também foi dito, nessa Assembleia Municipal por mim que não aprovo em termos de trânsito tem sempre uma fase experimental, tem uma fase de verificação. Aquilo que me [illegible] que é bem pensado, depois [illegible] fica-se que não funciona bem se isso acontecer [illegible] algumas coisas há alterações para corrigir.

Garanto-lhe que não é o último [illegible] que me fizeram. Já me fizeram, por exemplo, porque é que a estrada [illegible] há-de ter apenas um sentido naquela zona junto ao Parque de Estacionamento, na entrada da Vila, porque é que há-de ter dois sentidos. Aí já fizeram a chamada dos [illegible] que estabelecem esse sentido.

Domingos Bravida - Em Agosto fez-se uma intervenção no jardim, salvo erro no [illegible] intervenção as pessoas só se [illegible] não é que se consegue ver. Havia três [illegible] acessos ao jardim. Como que continuam na mesma. Nessa altura falei com o [illegible] pois ele estava [illegible] assim.

Presidente da Câmara - Aqui não vou responsabilizar directamente a E.D.P., também não estou aqui para [illegible], mas a conservação da iluminação pública é com a E.D.P. O que é estranho já neste momento é [illegible] alterar [illegible] para alterar os [illegible] que lá estão. Uma das razões tem um [illegible] com o

pensador que vai gatar [illegible] é porque alguns [illegible] passeios e abandonados as colunas que [illegible] com que os Cãezinhos [illegible]. Gostam mais de andar de [illegible], [illegible] os Cãezinhos são mandados [illegible] os canteiros.

Estamos a ver qual a solução é [illegible] mais grossos, mais gastos, depois [illegible] agarrar já não ribram.

Manuel Luis – É mais de competência [illegible] para lá não, há um certo número de pessoas que [illegible] a beber os cãezinhos para [illegible] sidades no jardim, beber água [illegible] a chamar a atenção destas pessoas [illegible] os cães para o jardim.

Presidente da Assembleia – Não sei se sabe que há uma lei que até os animais podem ir aos restaurantes e arrotam nos guardanapos.

João Azaruja – Nós temos que agradecer com as outras instituições, nomeadamente, obrigou-me a Câmara Municipal de Évora onde é apenas proibida a entrada de cães no jardim.

Presidente da Assembleia – Desde que não vá acompanhado.

João Azaruja – O jardim é um local de passeio nas noites de verão. O jardim de Évora fecha no verão.

Presidente da Câmara – Pelo menos já há pessoas que concordam com a redacção do jardim, quando em tempos discordavam do muro e da redacção. O objectivo era esse, não estou a dizer que sou o Dr. Azaruja.

O jardim é fechado, ser que é fechado mais cedo depois há pessoas que vêm ou transmitem à Assembleia municipal, quase gostaríamos de dar uma volta e o jardim estar fechado.

Manuel Luis – Este problema dos cães não é muito recente.

Presidente da Câmara – Posso informar a Assembleia de que o jardim Público vai sofrer uma transformação em termos de funcionamento, de sistema de rega. Naturalmente que depois também ramos ser rigorosos com o funcionamento do jardim; será mesmo um horário? Será mesmo fechar?

A questão de fechar ele fecha, tem um objectivo a partir do momento em que está fechado, quem lá estiver dentro está, teoricamente, numa situação ilegal. É preciso que alguém ache depois.

Voltamos à história dos canteiros. Parece que há zonas que os canteiros não foram acesos.

Miguel Alves – Ó senhora.

PERÍODO RESERVADO À ASSISTÊNCIA

Um grupo de pais das Fontes da Fonte Seca vinham solicitar transporte escolar para os filhos, uma vez que o motorista da Câmara vai com o jeep levar a funcionária todos os dias à creche. Passam todos os dias pelas entradas e não os levam e que isto é injusto.

Presidente da Câmara – Há aqui dois aspectos que é preciso esclarecer de uma vez por todas. A Câmara está a cumprir, até para além daquilo que é obrigatório, com os transportes escolares em termos de distâncias. Portanto não há alunos dos escalões que devia daquela regra de dois km e 3 km que não estejam a ser transportados. Estão todos a ser transportados ou em transportes públicos ou em via-

turas da Câmara.

A situação de alguns alunos [illegible] que eu já tinha falado e que sempre [illegible] alunos a mais do que 2 ou 3 [illegible] sejam transportados. O facto [illegible], nem sempre é a mesma natura que [illegible] para ver e se encontrar os miúdos [illegible] para lhes dar boleia, agora isto [illegible] compromisso de todos os dias, é [illegible] passar. Umas vezes vai o Joey, [illegible] dois lugares, umas vezes vai às 8,30 outras às 8,45 horas. Aquele não é um circuito de transporte escolar. Não temos essa responsabilidade de transporte, nem essa responsabilidade de transportar. Comprovando o problema também andei à escola, também a escola ficava a mais de 7 km da casa aonde eu morava.

Já temos um conjunto de circuitos de transporte de alunos, por vezes muito difícil de conseguir, tendo em conta a localização das escolas, mantes isoladas onde é necessário ir de propósito buscar um miúdo ou dois e os carros saem sempre às sete ou sete e um quarto do estaleiro. Há miúdos que entram às nove e têm que entrar para os carros às 8 horas, para estarem na escola às nove. O circuito assim o obriga é impossível pôr um carro às nove horas ao pé de cada, como é evidente.

É completamente impossível, neste momento, temos mais circuitos quando nem sequer como já referi são circuitos de nossa responsabilidade.

A questão do carro passar, como já foi referido, pelos alunos e não os transportar é uma questão que tenho que ver, tenho que falar e ver com as próprias

motoristas porque há carros que têm seguros próprios até para os transportes escolares, há outros que não têm porque o fazem por nome, portanto só é um carro que tem esses seguros próprios se passa pode levar, porque se houver alguma coisa esperamos que não, até agora não houve felizmente, mas estamos salvaguardados.

Pergunta para haver compromisso para os alunos se porem à boleia depois quando vai o carro de 2 lugares como é que é?

Há dias que vai o carro de dois lugares como é que se resolve o problema de ficar à espera? Chega a horas à escola?

Grupo de Pais – Senhor Presidente, o carro de dois lugares nunca vai. O meu filho mora quase a 2 km tem que levar o almoço e a mochila e não tenho possibilidade de o ir levar sempre à escola e passa todos os dias a minha casa o Joey ou a carrinha de sete lugares por volta das 8,30 horas, a levar a funcionário, acho que isso não é justo. O ano passado falei com o Vereador Dócio e ele deu ordem e disse que ia a dizer aos motoristas e os miúdos foram uns três ou quatro dias. Houve uns dias que não os trouxeram, fomos ter com o motorista e ele disse-nos que não sabia de nada, pois não tinha ordem de os trazer nem levar.

Presidente da Câmara – Repara, não pode haver, mas nunca houve um compromisso da parte da Câmara, nunca houve um compromisso de transportes escolares.

Grupo de Pais – Disseram-nos para estarmos desconsolados, que o Joey traz os miúdos

Vereador Casimiro – Aquilo que disse é que iria ver na Câmara e se não houvesse problemas depois aqui.

Pº que o senhor Presidente já [illegible] aque eu disse o ano passado, [illegible] soão.

Grupo de Paus – O senhor disse isso [illegible] falam em o senhor Presidente, [illegible] consigo, o senhor disse-nos [illegible] dos que eu vou dizer ao [illegible] e razen.

Feroador Casimiro – Não vou [illegible] até porque nós temos aqui outra [illegible] aparentemente qual é o crime que esse irmão está a fazer, nós já fizemos várias [illegible] sujeitamos nós que íamos começar a [illegible] vossos filhos, neste caso. Provàvelmente íamos rir as outras [illegible] e perguntarem porque é que estão a ser [illegible] e os outros não estão?

Se calhar até temos alunos aqueles como, aquele irmão muito despeitado dos Paus de Cima [illegible] esse dinheiro depois não passa. Ele passa só por um caminho, não sei aparentemente se é pelo caminho de cima ou pelo caminho do baixo.

Grupo de Paus – Vai pelo caminho de cima. Todos os que aqui estamos moramos nessa zona.

Feroador Casimiro – Supomos que ele faz sempre este circuito, provàvelmente o que acontece é que vamos ter os pais que ficam no outro estado também a perguntar porque é que o carro só leva aqueles e não leva os outros.

Grupo de Paus – Vai errado de baixo mas ir alunos. Em dias de chuva não temos possibilidades dos levar à escola, não vão. O que acontece é que os outros que moram junto da escola arranjam os meninos e os outros pais vão pelo país porque a professora depois não volta a vinda para dar a matéria.

Presidente da Câmara – A maior parte dos casos é o jogo ou a canalha que vai. Vamos, assim, falar claramente, uma coisa é dar boleia, outra coisa é garantir diariamente esse transporte para escola, para casa, isso eu não posso garantir.

Grupo de Paus – Mas a passa vai todos os dias.

Presidente da Câmara – Imagina que a senhora falta? Imagine que um dia vão mais tarde! Estou a falar em boleia, não estou a falar em compromisso nenhum. Imagine que um dia, o isso acontece, a senhora fica mais um bocado com uma actividade qualquer, vem mais tarde outro dia terá que ir ao médico ou outro dia a irmã de um aluno qualquer vem mais cedo!

Grupo de Paus – Mas a periodicidade variadas as dias.

Presidente da Câmara – Imagine que a senhora falta? Imagine que um dia vão mais tarde?

Estou a falar em dar boleia, não estou a falar em compromisso nenhum. Imagine que um dia, o isso acontece, a senhora fica mais um bocado, vem uma actividade qualquer, vem mais tarde outro dia terá que ir ao médico ou matar de um assunto qualquer e vem mais cedo?

Grupo de Paus – Mas isso é ser um dia.

Presidente da Câmara – Mas isso acontece. Quando isso acontece não nos venham dizer que o transporte escolar falhou, nós não temos, e isso a dizer, nenhuma responsabilidade de assegurar esse transporte escolar.

O vosso problema também se pode em relação aos miúdos na zona dos Vinhos, zona do Freixo. Estou a olhar para o Freixo, a escola é nova para crianças

dos que ficam no outro grupo, e vão para os transportes
Grupo de Pais – Uma coisa é a distância, outra coisa é a distância do Grupo é muito mais longe do que a distância dos meninos dos Foros de Salvaterra.
Presidente da Câmara – Não sabia que havia uma diferença tão grande nessa distância de uns para outros, mas é assim que é distribuído. Se vamos ficar a pensar em cada aluno que está a mais ou a menos nas distâncias escolares da linha escolar.
Grupo de Pais – Temos conhecimento de um miúdo que anda na escola de Reguengo e que, para ir, vai levar todos os dias.
Vereador Carmo – Qual é o nome desse rapaz, para irmos amanhã?
Grupo de Pais – É o filho de Guilhermina, todos os dias o Jeep o vai buscar
Presidente da Câmara – Não sei a distância, são transportes escolares,
Grupo de Pais – Nesse caso, Senhor Presidente, devemos ser obrigados a transportar os nossos filhos para a escola de Reguengo.
Presidente da Câmara – Ia falar precisamente nisso porque penso que há aqui uma situação, há que ter em conta que é isto, os transportes escolares como sabem não é uma competência das Câmaras, passou a ser há uns anos, então há uns anos era do IASE Onde havia autocarros, transportes públicos beneficiavam do passe, onde não havia tinham que se desenrascar, era assim que funcionava antes de passar para as Câmaras Municipais.
Passou para as Câmaras Municipais e agora já não temos a discutir os que se vão buscar ao

que foram a 4 ou 6 Kms ou mais das escolas, já estamos a discutir os que foram juntar a 2 Kms ou menos das escolas. E, possíveis dessas, injustamente até há aceitação que cada haver entre as escolas e depois aparecem situações no estilo, estou-me a lembrar de dois miúdos que vem da Aldeia de Lemos para as escolas de Reguengo, e na altura aceitaram a inscrição, e a escola de Lemos abriu em seis alunos e por causa de situações destas pode ser que daqui por um ano ou dois estejamos a ser confrontados com o Ministério de Educação a querer encerrar a escola dos Foros, como tem andado a querer encerrar a das Galveias.
Grupo de Pais – Não nos faz diferença.
Presidente da Câmara – Ah! Não faz diferença. Confirmam-me discordar, porque vós não podeis ver só para os vossos filhos, agora neste momento, temos que ir mais para a frente. Não podemos ver só para agora.
Portanto, se começamos a deixar encerrar algumas escolas, é evidente que há situações de ordem pedagógica, quais é que devem encerrar?
Não vamos cair nesse de deixar encerrar as escolas e estarmos a contribuir para que as pessoas se encerrem nas vilas, das vilas para as cidades para o interior, e cada vez há menos gente.
Grupo de Pais – Nos Foros, já há pelo menos 3 famílias que já puseram os filhos na escola da vila.
Presidente da Câmara – Não podem ser transportes Posso-lhe dizer que há uma pessoa de 200 dos anos que queria continuar o filho na escola de Reguengo, e foi-lhe dito pelos professores, é muito bom que deve continuar lá no Ciclo das Vinas. Ele insistiu

que deve matricular-se na Escola de [illegible] declaração em como o filho estuda e está [illegible] seguro matricular-se na escola de [illegible] o miúdo está a cargo dos avós, [illegible] ter escolar, então não [illegible] com isso consegue resolver [illegible] um que foi a matricular, mas perdeu [illegible] o transporte.

É uma situação complicada [illegible] assume, e está aqui a Assembleia [illegible] do dar boleia não é um compromisso [illegible] diário, ou encarregar-me de ver [illegible] da Barosa que faz o transporte [illegible] leve os miúdos que vão a caminho [illegible] lhe dê boleia. Agora assumir um compromisso a pagar um circuito ir um carro àquela hora todos os dias passar ali não contem comigo. Assim [illegible] que arranjar um carro para ali todos, outro para aqueles, porque se transportam a 5 Km porque é que se transportam a 15 Km.

Depois se calhar temos que ir ver em quanto é que um miúdo que vem à saúde do Lavandeiro para as Foros, quanto é que esse miúdo anda a pé até às escolas estando naquela zona.

Grupo de Pais - Vai um jeep levar e buscar os miúdos que andam a estudar à noite a Vila Viçosa, porque é que não vão levar as crianças pequenas?

Presidente da Câmara - Em relação aos transportes para Vila Viçosa, esse há aí um assunto que está a ser estabelecido. Os que andam em Vila Viçosa, Évora e Pequenos Lavradores, estamos a falar do 1º e 2º ano, dos 10º e 11º e há duas situações:

- Os alunos do 1º, 8º e 9º ano que querem ir para Vila Viçosa, Pequenos, Évora, nós a Câmara não se tem visto, o que nós faz é o transporte para lá, faz para a escola de Cancelo.

Em relação aos alunos do 10º e 11º ano se estiverem em áreas que estejam na escola de Lavandeiro, se deste áreas quiserem ir para outras escolas, não pagamos. Se são áreas que não há, aqui, na escola de Lavandeiro, normalmente que a Câmara de Lavandeiro paga 50%.

Os regras estão perfeitamente definidas. Nós estamos aqui a ir muito além das regras que são obrigadas, porque se nós fossemos cumprir as regras às 3 Km como estão na lei, como está definido, se calhar alguns miúdos não tinham direito, mas é o dilema quando se estabelece o circuito, se se fosse junto de casa onde há miúdos nascem-se mas isso é porque se vão buscar outras mais longe.

Grupo de Pais - Senhor Presidente, nesse caso não se está a estabelecer circuito, porque ele já lá existe.

Presidente da Câmara - Não, desculpe. Não existe nas casas, não há nenhum circuito aí. Há o transporte um procedimento ao Book de trabalho.

O que existe agora e que já de vir a ser alterado vamos admitir que o procedimento entre a Câmara estabelece um acordo com esse procedimento, como já estabeleceu por exemplo com alguns pais de alunos, eles próprios tinham interesse e para a Câmara também tinha interesse. Nisso e acordamos uma comparticipação monetária para o desejo que tinham.

Vamos admitir que esse procedimento adquire uma maneira a fosse a ir para seus projetos e nós

mo é que é?
Grejo de Pais - Nessa altura também [illegible] mas uma vez quem bó vas, acho mal [illegible] os miúdos.
Presidente da Câmara - Quando a carrinha vai a passar na estrada se as miúdas não for dar boleia e deixá-las na escola, ir pela estrada e caso ou pela estrada de cima isso eu não sei [illegible] ee cro se costuma dizer.
Agora se acontecer, que a professora [illegible] se vem mais cedo, se acontecer que os carros da Câmara atrasam, porque esse carros dão muitas voltas, levam e buscam outras miúdas, vamos admitir portanto que o carro que vai levar a professora [illegible] chegar de ir àquela hora são a passar uns quantos de hora ou dez minutos, nesse altura se as miúdas já vem andando chegam à escola, se já com é as vezes acontece [illegible] bó mais tarde já de continuar a dar-lhes boleia, ou a partir do momento que desaparece vão para casa. É isso que nós não podemos assumir esse compromisso de estarmos, e eu dar instruções aos motoristas da Câmara que quando passam dêem boleia aos miúdos que vão para a escola.
Grejo de Pais - Assim também não dá, não podem [illegible] à espera senão chegavam ao meio dia, e também não sabíamos se iam ou não.
Presidente da Câmara - O problema não é só das nossas filhas nas foras se vamos para as vinhas, as miúdas estão a 1 km da escola e também não têm nada para ir e no fraco a mesma coisa.
Grejo de Pais - Nós sabemos que para aí não vão carros e para as foras vão todos de cima a [illegible]

[illegible] a carrinha.
Presidente da Câmara - Sabe uma coisa, isto aconteceu, quando se começou a arranjar a estrada das Fozes pu nha passoal e se ia levar passoal e ia buscar passoal, toda a freguesia, ele e foi quando começou este esquema de transporte dos miúdos, não foi? Havia carros de um lado para o outro, havia uma data a comer.
Grejo de Pais - Nessa altura nós acordamos porque a carrinha com [illegible] ia cheia com passoas do trabalho. Depois esse período acabou. E continuou a carrinha a ir todos os dias a fazer o trânsito só com aquela passoa. Se a Câmara tiver um bocadinho de boa vontade continua a ajudar.
Presidente da Câmara - Não diga [illegible] se tiver um bocadinho de vontade, porque se nós passarmos fazer em cada escola e fizermos um circulo de 3 km à volta da escola, garanto-lhe que havia aí muitas miúdas que iam a pé e não transportadas. Estou a falar na escola, no geral, nós vamos muito para além daquilo que a lei nos obriga. Tudo tem limites, quer em termos de tempo quer de passoas. Esse problema surgiu há dois anos e os transportes puseram-se [illegible]
Grejo de Pais - Há bocado ouvi o Senhor Presidente dizer que não é permitido segundo a lei, mas o Câmara vai sempre ajudado, porque assim o entende e acho muito bem que seja assim a passoas necessitadas. O nosso caso, as miúdas também é ignorante serem ajudadas.
Presidente da Câmara - O mais que me posso comprometer é com isto, dar boleia, agora um circuito fixo não posso estar-me a comprometer.

Grupo de Pais – Não se [illegible] os miúdos enquanto há [illegible]?

Se um dia se [illegible]

Presidente da Câmara – [illegible] não é um circuito de transportes [illegible] vai aquela hora e passa [illegible] porém o mesmo percurso nos [illegible] problemas nenhuns dar indicações [illegible] que o ano passado havia uns que [illegible]

Presidente da Assembleia – Parece-me que efectivamente, o problema que vocês aqui [illegible] é não dar boleia às crianças [illegible]

Presidente da Câmara – Não é [illegible] Presidente. Desculpe mas não é esse. [illegible] há muito tempo.

Presidente da Assembleia – Apelava para o Senhor Presidente que dentro do possível que resolvesse esta situação.

Presidente da Câmara – Senhor Presidente – o que se pode fazer é aquilo que disse.

Grupo de Pais – Não basta não terem transporte como também não tem cantina. Na Freixa têm uma cantina.

Presidente da Câmara – Já estava a funcionar.

Grupo de Pais – Já estava a funcionar, as dos Foros têm sempre azar com tudo: não sei o que têm com as crianças dos Foros. Cantina nunca pode ser. Os subsídios ficam em meio. Os da Freixa têm subsídio e almoço de graça, os nossos não têm nada.

Presidente da Câmara – Não quero entrar nisso que é para não ter que dizer, quer a Câmara, quer a Junta de Freguesia estão a atribuir muito mais às escolas do que aquilo que são obrigadas a dar. Mesmo em relação ao possoal auxiliar que

estão nas escolas não é da nossa competência.

Grupo de Pais – Ninguém está a pôr em dúvida se dá ou não dá.

Presidente da Câmara – Estou a responder à descriminação. A todas as escolas e que está a ser dado, está a ser dado muito mais do que aquilo que é da nossa competência, que infelizmente de parte do Ministério da Educação esse apoio não vem.

Quando falam da descriminação custa-me ouvir isso porque nós atribuímos apoios muito para além daquilo que somos obrigados.

Grupo de Pais – Não sei se a responsabilidade é da Câmara ou do Ministério da Educação, no que respeito à cantina? É que nos Foros não há cantina

Presidente da Câmara – Vai passar para as Câmaras Municipais. A lei saiu vai ser posta em vigor. Está aqui. Eu trouxe-a. Eu já sabia que vinham cá. Tudo o que for da área de Educação vai ser transferido e o possoal não docente vai ser todo transferido para as Câmaras Municipais mediante verbas inscritas pelo Ministério da Educação no Orçamento do Estado e vai ser acordado pela Associação de Municípios as regras em que vai ser transferido. A partir daí as verbas são transferidas, e aí sim, tem a responsabilidade do possoal auxiliar das escolas, de acordo com as regras que forem definidas. As cantinas a mesma coisa. O possoal das cantinas não tem nada a ver com as Câmaras.

Quando as cantinas passaram, a única coisa que passou para as Câmaras Municipais foi as instalações, os tachos, as janelas e a obrigatoriedade de pôr lá a comida.

O possoal não é da Câmara. Se passam as Câma-

...fas a assembleia ... gente
...dos carros, obri... me.
Presidente da Assembleia - ... Presi-
dente vai dar instruções ... ordem
aos mirones.
Presidente da Câmara - ... compromisso
da bolera.
Grupo de Pais - ... ordem ... retirada-
ção dos motoristas ... alte-
ração aos mirones, ... ordem ...
aconteceu o mesmo ... tudo
dias que os taxistas ... pas-
sistas devuviam ... ordem ...
ordem sanhenda ... rua ...
Presidente da Câmara - ... que vou
dar ordens a cada um ... ordem
vou dá-la ao funcionário e depois ele encarrega-se
de transmitir a ordem a todos. Isto é evidente.
Grupo de Pais - O que nós era a nossa preocupação
entre o funcionário e grisa são os Pavões.
Presidente da Câmara - É uma questão de gosto. Há quem
que é capaz de voltar para os ir buscar. O touro
é um bocado assim. A bolera vai ficar
PERÍODO RESERVADO À ASSISTÊNCIA:
Firmina Patrão - Vinha pedir ao senhor Presidente
se podiam colocar um sinal ao Rua Novo, Redondo com
a Travessa Beires. Os camiões já me derrubaram
o bocado da parede e do telhado, já por mais de
dez vezes. O passeio é muito estreito e eles
encostam.
Presidente da Câmara - Naquela zona já é proibido
estacionar e vejo lá carros estacionados. Nós vamos

...ver o local qual é a melhor solução.
...não havendo mais nada o Senhor Presidente deu por
encerrada a reunião.
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: João Alexandre
O 1º SECRETÁRIO: Catarina Manuela José Correia

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE REDONDO REALIZADA NO DIA 30-12-99

Aos vinte dias do mês de Dezembro de 1999, pelas 20,30 horas na sala de leitura da Biblioteca Municipal reuniu a Assembleia Municipal de Redondo, para discutir a seguinte ordem de trabalhos:

1 - ACTIVIDADE DA CÂMARA
2 - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO 2000
3 - ASSUNTOS DIVERSOS DA CÂMARA MUNICIPAL
4 - ASSUNTOS GERAIS DO CONCELHO

ESTIVERAM PRESENTES:
PRESIDENTE: - João Alexio Brando
1º SECRETÁRIO - Catarina Venâncio Gato Correia
2º SECRETÁRIO - Domingos Alberto Soares Soeiro
COMPARECERAM OS SEGUINTES MEMBROS:
Faustino Manuel Salvador Geraldes; Miguel Clásio Gonçalves Alves; Manuel Babino Borges Brandão; Ana Paula Cunha Leão Geraldes, Joaquim António Siquenique Gonçalves; António Alves Coroa; Miguel António Pereira Casaca; António Inácio Cunha Festas; Manuel Dias Nunes Gomes; Mário José Mendes Relvas; José Joaquim Marafona Siquenique; José Manuel Mendes Portela; Orlando José Ambrósio Lopes; João Sebastião Cardoso Laranjeira

Verificando que havia quorum o Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão e pediu ao Secretário que fizesse a chamada e exarasse o Regimento da Assembleia Municipal agradeceu a seguinte correspondência:

- "Projecto de construção de [illegible] e existência de lugar de Carpinteiro [illegible] Assembleia estando todos os senhores membros".

Os senhores membros tomaram conhecimento da dispensa da leitura da correspondência recebida.

- Carta de D. Maria Paula Correia Lopes informando que não pôde estar presente na reunião de 30-9-99, pelo que solicita a sua justificação.
- Carta de Maria José Nadais Nunes informando que não pôde estar presente na reunião de 30-9-99.
- Ofício da Câmara Municipal de Leiria submetendo à aprovação da Assembleia Municipal os seguintes documentos:

1 - Orçamento e Plano de Actividades para o ano 2000
2 - Alteração ao Orçamento de 2000 referente às Habitações, cujo teor pode ser analisado
3 - Alteração ao Quadro de Pessoal, cujo teor também anexa.
4 - Estatuto do Pessoal dirigente: O parecer da C.M. de 22 de Novembro de 1999 diz que "4 - Compete à Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal e precedendo de audiência das Comissões de representação do pessoal e dirigente das Juntas Municipais e dos serviços municipalizados".
5 - Linha de crédito CGD - BEI projecto de financiamento complementar de investimentos Municipais

das freguesias FEDER. No âmbito do programa de candidatura incluídas no prioridade n.º 4 do nosso Comunitário de apoio.

- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal de Porto Mós enviando Moção sobre Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES)
- Ofício da direcção da Sociedade Filarmónica Pedrogense enviando convite para o almoço comemorativo do VII Centenário de Bandas Civis.
- Ofício da direcção da Sociedade Filarmónica Pedrogense enviando convite para as comemorações do 1º de Janeiro.
- Ofício do Presidente da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, convidando para participar nas comemorações festivas da Criação do Concelho de 1768.
- Ofício do Presidente da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo informando da alteração da data das comemorações do Centenário Concelhio que passou para dia 31-10-99, às 16 horas.
- Ofício do Director do Centro de Estudos para o Desenvolvimento Regional e Local informando que o Colóquio referente "O novo Regime de Competências e Funcionamento dos Municípios Locais".
- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal de Peniche enviando projecto referente aos Presidentes das Juntas de Freguesia.
- Carta de Magalde Rocha informando que ao iniciar as funções de Segurança pelo Grupo Eléctrico de Ferro do PS, coloca-se à disposição para toda a colaboração que achar necessária.
- Ofício do Grupo Parlamentar acusando a recepção do ofício de 20 de Outubro, bem como a moção anexa.

— Ofício do Chefe da Gabinete do Primeiro Ministro acusando a recepção do ofício de 18 de [illegible] e que foi arestado a melhor atenção [illegible] de noção anexa.
— Ofício do Chefe da Casa Civil do Presidente da República acusando a recepção do [illegible] de [illegible] de Outubro, agradecendo o envio de [illegible].
— Ofício do Vice-Presidente do Centro de Estudos e Formação Autárquica informando que vai levar a efeito o seminário sobre "O Código das Expropriações - A Lei n. 168/99 de 18 de Setembro".
— Ofício do Vice Presidente do Centro de Estudos e Formação Autárquica informando que [illegible] dia 24 de Novembro se realiza um seminário sobre "O Código das Expropriações - A Lei n. 168/99 de 18 de Setembro.
— Ofício do Presidente da Assembleia Municipal de Sines informando que está previsto o lançamento do livro "Crónicas do 1º Grave Ecológico em Portugal" para o dia 18-12-99 às 16 horas na Casa de Misericórdia para o qual envia convite.
— Ofício do Presidente da Assembleia Municipal de Mancorvo enviando uma moção sobre a especificidade das funções das autarcas das juntas de Freguesia.
— Ofício do Presidente da Assembleia Municipal de Palença enviando a declaração intitulada "Pela Modernização e Dignificação das Assembleias Municipais".
— Ofício do Presidente da Assembleia Municipal de Alijó enviando protocolo de moção, apresentada pelo presidente da Assembleia Municipal e aprovada por unanimidade, sobre solidariedade com o Estado independente de Timor Lorosme.
— Ofício de Alfredo José Alves Rodrigues informando da iniciativa que vão levar os verbetes de Administração Autárquica, aos Eleitos dos Órgãos de Autarquia.
— Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, enviando uma pequena síntese das principais alterações introduzidas pela Lei n. 169/99 de 18 de Setembro.
— Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses informando que se encontram disponíveis nos Serviços os Pareceres do Comité das Regiões da União Europeia constantes do Formulário de Requisição.
— Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses enviando exemplares do n. 76 do Boletim da Associação Nacional de Municípios Portugueses.
— Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses enviando alguns exemplares do Boletim Municipal do "Especial Timor" referente ao mês de Setembro/99.
— Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses informando que nos dias 20 e 21 de Janeiro do ano 2000 se realiza o Seminário Nacional sobre "Políticas Desportivas Locais, Regionais e Nacional".
— Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses informando sobre as taxas Municipais.
— Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses enviando mapa com o local de realização do Encontro sobre "Políticas Desportivas Locais, Regionais e Nacional".
— Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses informando que à semelhança das anos anteriores manterá o acompanhamento e apoio ao acto eleite-

ral, através de apoio jurídico [illegible].
- Ofício da Associação Nacional [illegible] ses informando das novas [illegible] de educação.
- Ofício da Associação Nacional [illegible] Conu-gueses informando que foi aprovada na Assembleia da República a lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo.
- Ofícios da Associação Nacional de Municípios Conu-gueses enviando o entendimento relativo a algumas situações sobre a modernização e dignificação das Assembleias Municipais.
- Ofício da Assembleia Distrital de Évora enviando convocatória para a reunião de 20-12-98.
- Ofício da Associação de Municípios do Distrito de Évora enviando Caderno Informativo da 8ª Edição das Olimpíadas Populares do Distrito de Évora.

APROVAÇÃO DA ACTA: A acta da reunião ordinária de 30-9-98 foi aprovada com 4 abstenções (as abstenções foram por não estarem presentes)

) - ACTIVIDADE DA CÂMARA

INFORMAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL - ACTIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE REDONDO

ARRUAMENTOS

- Arranjo de Sesmos; Conservação de Estradas, Abertura de Valetas, Pavimentação de Ruas (Redondo e Montoito); Arranjo de Ruas na Serra d'Ossa.

INFRAESTRUTURAS

- Prolongamento da Rede de Águas; Zona Industrial de Redondo; Parque de Feiras e Exposições; Prolongamento das Redes Esgotos.

APOIO AOS MUNICÍPIOS

- Programa Casa Caiada; (Idosos e necessitados); Arranjo de telhados; (Idosos e necessitados); Limpeza de linhas de água na Zona dos Vinhos.

OBRAS - Arranjo de Jorges em Montoito e Redondo; Museu do Vinho; Pavilhão Polidesportivo junto às Piscinas; Ampliação da Estação de Tratamento de Água da Vigia; Centro de Artes e Ofícios (Castelo); Arranjo da Zona do Rossio em Montoito; Piscina Coberta; Pavilhão Gimnodesportivo (Concluído); Zona Verde junto ao Polidesportivo de Santa Susana; Balneário de Apoio ao Polidesportivo de Santa Susana; Edifício por detrás do Tribunal, para a instalação das Finanças; Tesouraria e Assembleia Municipal; Zona Verde da Tapada Municipal; Recuperação da Igreja de Santo António; Projecto da ETAR de Montoito; Projecto de Infraestruturas da Zona Industrial Montoito (Concurso); Projecto de arranjo da Zona Envolvente ao Castelo; Projecto de adaptação do Edifício da Antiga Cadeia de Montoito em Sedes de Associações (Concurso).

ACTIVIDADES DOS SERVIÇOS SÓCIO-CULTURAIS

Outubro, Novembro, Dezembro

Apoio aos Transportes Escolares; Apoio às Cantinas Escolares; Preparação do Plano de actividades dos Serviços para o ano 2000; Apoio às Festas de Natal das Escolas e Jardins de Infância do Concelho, entrega de Caixas com chocolates; Apoio ao festejo do Magusta organizado pelas Escolas e Jardins de Infância do Concelho; Expressão Dramática nas Escolas Básicas) do Concelho; Dinamização do Clube de Astronomia; Representação das Artimanhas de Scapin de Molière ao Cinema Municipal; Animação Desportiva nas Escolas; Animação da Biblioteca Municipal; Hora do Conto (todas as quartas feiras) Autor do Mês: Florbela Espanca - Outubro e Novembro - Azinhal Abelho.

[illegible] Dezembro; [illegible] Com exposição das [illegible] do Ulvel [illegible] Breve de [illegible] Novembro; Exposição de [illegible] Bombal - 30 a 31 [illegible] ção - Dança [illegible] e Pedalera [illegible]

) - ACTIVIDADE DA CÂMARA

José Bonet - [illegible] constantemente a [illegible]

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA - [illegible] re a falar com o Senhor [illegible]

O Câmara vai ler o [illegible]

JOSÉ PORTEL - [illegible] esta acesso.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA - [illegible] situação. Já está esclarecido.

VEREADOR RUIVO - Peço [illegible] Senhor Presidente da Assembleia, [illegible] -se à Casa normalmente [illegible] as pessoas terem que [illegible] que a Casa tem aquecimento e [illegible] Exmos Srs Deputados [illegible] Como da outra. Pensava que [illegible] estava. Estavam alguns desligados e outros não estavam. Estavam alguns desligados e outros ligados no máximo, é evidente que assim não aquece.

Tal como o Senhor Presidente da Junta ou o Senhor Presidente da Assembleia disseram há bocado e eu também há cerca estado e eu só consegui estar [illegible] Sábado, eu também há cerca estado e eu só consegui estar [illegible] que os estores [illegible]

hoje. O Primeiro dá uma potência e o segundo dá outra, nenhum estava na potência máxima, aqueles que estavam ligados, estavam ligados estavam na potência mínima.

Vou chamar o responsável pela casa Municipal vou dar-lhe indicações, nesse período tem que ter o cuidado na altura quando utilizarem o aquecimento de ligar os corredores e de preferência no máximo.

2 - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO 2000.

JOÃO AZAMUJA - Na pag.º 6, código 2.2.1.6.0 que é que entende por apoio a Instalações de Associações Desportivas?

PRESIDENTE DA CÂMARA - Senhor Presidente, se me permite fazer uma pequena explicação do Orçamento e Plano de Actividades, isso poderá ajudar a perceber melhor alguma definição da forma como está apresentado.

Isto tem a ver com uma realidade que está prestes a ser no ano 2001, que é a entrada do POCAL. Este Plano de Actividades e consequentemente o Orçamento foram já concebidos mais apropriadamente possível daquilo que vai ser exigência necessária do Plano de Actividades para depois poder ter aplicação prática no POCAL no Orçamento e nova contabilidade.

Entretanto há algumas especificas legislativas que determinam da forma como nós estávamos a classificar determinados apoios, determinadas obras ou aquisições não era a mais correcta, isto foi feito de alteração de algumas leis.

Aqui, no apoio à Associação Desportiva e Cultural entra portanto aquilo que tem a ver com as subsídios e obras de actividades, depois em geral. Em geral tem que ir à reunião de Câmara. Nada inconveniente

diferentes, quanto à [illegible] apenas o fornecimento de [illegible] dade fazer obras

Chegou-se à conclusão de que [illegible] tavam a sua [illegible] mais regulamentar.

Neste caso o que o senhor [illegible] elui subsídios a fossérias [illegible] ções Desportivas e Associações [illegible]

A relação ao Plano de Atividades [illegible] dizer também, informar a Assembleia de que, por razões conjunturais que se prendem com a data em ter havido eleições legislativas em outubro, prevê a entrada em funções com o seu governo de distinta para diferente e ainda a do Orçamento e Grupo. Pelo facto de se estar ao fim de um Quadro Comunitário de Apoio, simultaneamente da negociação do próximo Quadro Comunitário de Apoio, eu penso o [illegible] ao Quadro Comunitário de Apoio, eu penso o [illegible] certeza que nos próximos anos é a primeira vez que se está a fazer um Plano de Atividades sem saber quanto é que o fundo de Equilíbrio financeiro vai aumentar, nos anos anos falava-se que era 5, 12, 10, 20 por cento. Houve que pensar bem quanto é que poderá ser. O Quadro Comunitário de Apoio está-se a negociar e mesmo da parte do Governo não há mesmo aproximações, não se sabe rigorosamente nada. Não se sabe como é que vai ser a regulamentação, quem são as beneficiárias, quais vão ser as áreas elegíveis, pode-se ter uma ideia, agora saber ao pormenor não se sabe. Como não se sabe já se vê um problema, ou se já se sabe aquilo que se pensa que podemos candidatar ou não já. Sendo [illegible] temos que, se daqui ao decorrer de anos.

ano há ilegibilidade de determinadas obras, lá teremos que ir fazer uma alteração ao Plano de Atividades e Orçamento para poder candidatar. Então estamos perfeitamente a fazer as coisas, mesmo sabendo que algumas delas não passarão do nosso ano, mas se não estivermos cá, temos que estar a proceder a alterações para as poder candidatar.

Há, aqui, realmente uma situação conjuntural, não estou a culpar ninguém. O Governo entrou em funções há pouco tempo, o Orçamento de Estado vai ser aprovado em Fevereiro ou Março, as negociações com a Comunidade encetaram agora. A primeira reunião foi a 10 de Dezembro, em Janeiro é que vão decorrer, provavelmente será para Fevereiro ou Março é que iriam estar concluídas, é que iríamos ter mais informação. Portanto houve que elaborar o Plano de Atividades e Orçamento um pouco na base daquilo que se conhecia e que se pensa que poderão ser as regras do jogo, no sentido amplo, para o próximo ano.

É evidente que também aqui estamos num Quadro que tem a ver com as novas competências para as autarquias locais.

Fala-se muito no Quadro de transferências, novas competências, mas também o que está acordado na própria lei aprovada na Assembleia da República, diz que essa transferência será feita gradualmente ao longo dos próximos quatro anos, a conjugação da devida regulamentação e transferência de meio financeiro.

Não sabemos exactamente aquelas áreas em que se prevê que a transferência deve ser feita mais a curto prazo mas também não se sabe como é que vão ser, e se as negociações se vão arrastar. Portanto

há aqui algumas situações, [illegible]
mais do que nos outros anos [illegible]
procurar incluir aqui a [illegible]
ções e deixando sempre, também, [illegible]
ta para aquelas que, enfim, [illegible]
pensar mas podem vir a ser [illegible]
durante o ano avançar e podermos [illegible]
aqui aprovados para avançarmos [illegible]
sos, por não termos incluindo [illegible]
João Azaruja — Falou na questão de obras para instituições. Até que ponto são legais essas ajudas da parte do Município?
Presidente da Câmara — Sobre a forma de subsídio é sempre legal. A questão que nos foi levantada foi esta:
— Quando a Câmara atribuia materiais para uma determinada obra, havia uma interpretação que não era legal a Câmara atribuir os materiais. Atribuir os subsídios, sim, os materiais não.
Com as alterações que entretanto aconteceram e que ao fim e ao cabo se dissermos que uma clarificação melhor da lei o que acontece e isso pode acontecer, mediante uma deliberação expressa da Câmara.
João Azaruja — E agora perguntaria e a particulares? Mesmo carentes?
Presidente da Câmara — Não. Infelizmente de acordo com a lei que está, não. É evidente que há Programas e nós temos no Plano de Actividades "Programa de Casa Caiada", estando o Programa de Recuperação de Habitação Degradada", "Apoio à População Carenciada".
Repare que Apoio à População Carenciada não aparecia no Plano de Actividades. E temos a nova lei de Competências que prevê, já agora essa intervenção.
A Inspecção de Finanças que decorreu no Verão pôs-nos levantada essa questão do fornecimento de materiais do apoio a pessoas individuais de que era uma decisão ilegal da Câmara.
Os Programas são lançados a nível governamental, muito bom, como o rendimento mínimo, como o combate à pobreza não deixam de contactar a Câmara, para a Câmara participar, apoiar e dar os materiais. Por um lado não podemos dar, por outro lado é um constante pressionar sobre a Câmara para participar.
Se vamos cumprir a lei em relação aos particulares não podemos fornecer, também não podemos ser insensíveis a algumas situações e portanto ceder e ultrapassar a lei.
João Azaruja — Acho muito bem que a Câmara não fique insensível nessas situações.
José Siquenique — Na pag.ª 9 fala na construção de possa séptica nos Foros da Fonte Seca. Onde é que fica essa possa?
E, na aquisição de terrenos nos Foros está o valor de 20 mil contos.
Quais são os terrenos? São para a dita possa?
Presidente da Câmara — Verba definida, digamos é a nacional. Nós temos aí verba definida e a definir, à semelhança dos anos anteriores, isto tem a ver com obras que são passíveis de poderem ser candidatadas em termos comunitários, portanto na definida aquilo que está sempre a contrapartida do orçamento da Câmara, e a definir aquilo que virá.
Em relação à aquisição de terrenos e como eu disse, nós poderemos incluir, até porque se houver por exemplo

o caso concreto de ilegibilidade. [illegible] sendo ilegível a concessão da [illegible] é com o mesmo nome a aquisição [illegible]

José Destacamento tem a [illegible] disse há pouco, que é a procuradoria [illegible] regadores em vez de [illegible] de, precisamente para ir ao encontro [illegible] de acessibilidade, que iremos [illegible] ensaiando para que os seus [illegible] para isso.

José Siquenique - Eu não [illegible] pergunto onde é que é a [illegible] são cedidos à [illegible]?

Presidente da Câmara - Chama a atenção que isso está no ponto 8 "Saneamento Básico, Sistema municipal drenagem, tratamento de águas residuais.

Se regadores têm aí várias [illegible], várias sistemas, depois está a aquisição de terrenos. Não diz que é para os furos de fonte Seca. Terrenos para sistemas de drenagem e tratamento de esgotos.

José Siquenique - Mas a [illegible] diz que é os furos.

Presidente da Câmara - Uma [illegible] dos furos não tem ainda tratamento de esgotos.

José Portel - Na pag.ª 6 - Polidesportivo Cobertura. É aquele Polidesportivo que está junto às Piscinas Municipais?

Presidente da Câmara - Sim. É o que está junto às Piscinas Municipais.

João Azarija - Pelo que percebi, evidentemente algumas obras aqui agendadas para o Orçamento de 2000, algumas delas não se irão concretizar se não houver a dívida comparticipação comunitária?

Presidente da Câmara - Eu diria, talvez, se não houver a disponibilidade dos terrenos que estamos a prever vou dar um exemplo concreto por ser aquele que tem mais peso. Nós temos, aqui, um volume razoável, poderia ser maior se o pudéssemos englobar, ele vai ser motivo ainda de certeza, em relação à regulamentação de estradas. Nós fizemos aí um conjunto de estradas a ser regulamentadas, cada vez garante que tem a medida de acessibilidade que vier a ser aprovada o regulamento. Da forma que nem era se consiga ir obter essas verbas todas. Bom, quais é que fizemos? Então obtêm-se por fim, não disse quase todas, mas aqueles que estão em condições de levar rapidamente. Fizemos essas, de forma que havendo condições é apresentar a candidatura e começar as obras, está previsto.

Pode acontecer que a medida de acessibilidades na contabilização dos fundos temos aqui uma verba de 180 mil contos dos fundos comunitários para estradas que não sei se a parte que vem do FCA se permite que o Concelho de Resende sozinho absorve 180 mil contos, com a distribuição ao ano 2000 o Concelho de Resende pode contar só com 80 ou 90 mil contos e no ano 2001 com o resto. Nós aqui temos que ir fazer a opção daquelas que vão ser fundamentadas.

A Assembleia Municipal de Resende aprovou por unanimidade e em minuto o Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal para o ano de 2000.

3 - ASSUNTOS DIVERSOS DA CÂMARA MUNICIPAL

Presidente da Assembleia - Temos a alteração do Loteamento da Zona Industrial de Resende e Zona Habitacional. Este documento já tinha vindo à Assembleia Municipal, mas agora houve necessidade

de de fazer outra [illegible] Presidente da Câmara que [illegible]
Presidente da Câmara — [illegible] Municipal em que [illegible] para alteração do [illegible] a vida a quem tinha comprado [illegible] conservatória. Isto tinha a [illegible] em que dois lotes passaram a um [illegible] de construção. Houve um [illegible], pois confrontados em quatro situações [illegible] que preferiram ter os terrenos como os tinham comprado. Isto porque tinham feito o projecto e tinham que construir de forma a poder ter dois edifícios no lugar de um.

Agora o que trazemos é uma nova proposta de alteração já depois de ter contactado todas as pessoas uma a uma dizendo caso um e manifestando como é que pretende que os seus lotes fiquem, se agrupados se isolados.

Há três situações de pessoas que querem separados e portanto nós juntámo-los e agora é separá-los novamente, é voltar à forma original, não altera nada as áreas, não altera rigorosamente nada. Só que as pessoas quando construíram tendo em conta terrenos diferentes, portanto uma para de separar os dois edifícios, podem fazê-lo. Também não podemos criar problemas até porque as pessoas não nos pediram para os juntarmos, nós é que pensáramos que era isso que eles pretendiam.

Presidente da Assembleia — Esta alteração é só para estes casos?

Presidente da Câmara — Só para esses casos, as

outras continuam juntas conforme nós tínhamos aprovado e só para facilitarmos a vida às pessoas.

João Azaruja — Penso que o assunto devia ter sido melhor ponderado pelo Pante da Câmara antes da última Assembleia. Nós também não podemos estar a fazer assembleias e dar o dito por não dito, se não o próprio prestígio da Assembleia Municipal e nomeadamente as próprias pessoas que vêm cá estão em jogo.

Presidente da Assembleia — Alguns interessados de terrenos pediram para voltar ao princípio e é essa a razão de alteração ao loteamento.

João Azaruja — Compreendo perfeitamente as conseias dos proprietários que compraram os lotes mas isto não foi há um ano foi há três meses.

Presidente da Câmara — Foi na Assembleia de Setembro. Em relação a estes três casos por isso é que falámos com todos. Estas três pessoas não nos pediram para juntar os lotes. Eu não ponho a questão em termos de falta de prestígio porque os planos são precisamente para fazer alterar e ajustar de acordo com as necessidades, nós é que na altura pensámos, se este tem este problema de registo na Conservatória, queles também têm, então vamos resolver o problema de uma vez por todos. Aquel havia ainda três situações. Devíamos tem perguntado antes de Setembro a todas as pessoas, não o fizemos, mas também o que foi feito foi na boa fé e na melhor das intenções. Agora o que estamos a fazer é esta correcção.

José Siquenique — Fui votar a favor da alteração, não estive na reunião de Setembro, mas concordo com

isso mas não sei se é legal a votar [illegible]
desejam.
Presidente da Câmara - Se [illegible]
à Assembleia Municipal.
José Siqueira - Desejo [illegible] quer juntar com que vir novamente [illegible] ou já foi decidido? Se já não sim.
Presidente da Assembleia - Não [illegible] em causa a legalidade da Câmara [illegible] resolvido.
Presidente da Câmara - Penso que [illegible] já disse que, em relação aos [illegible] já não iria ser permitido a [illegible] ses gravam como estavam. Se houvesse [illegible] dos Bairros é mesma possam [illegible] com o que lá estava. Isso estavam [illegible] não vamos fazer mais alterações. Quanto à questão de legalidade é evidente que é legal.
João Azaruja - Que fique bem claro [illegible] alguma, em causa a legalidade da Assembleia. A Assembleia é soberana.
Presidente da Câmara - Mas eu não disse [illegible] do isso.
João Azaruja - A Assembleia é soberana. As coisas não são imutáveis têm que acompanhar as necessidades das pessoas, mas eu penso que estas coisas têm que ser com o prazo cabalmente ditado, e a minha questão foi só nesse sentido.
Não tem nada a ver com a sessão anterior mas várias pessoas têm ficado em pecado admitidas e até integradas, tem havido de alguns anos

já cá a ideia de separar zonas habitacionais de zonas de oficinas.
Logo ao lado de uma zona de oficinas vai surgir uma nova zona residencial.
Presidente da Câmara - Creio que todos são a favor daquela área que a Câmara adquiriu, três zonas. Uma zona industrial, uma zona de feira e uma zona residencial. Foi aprovado.
O agrupamento para a zona residencial teve em conta dois aspectos:
— Um primeiro aspecto a construção de bairros e até procurámos bairros de pequena dimensão e compacto acessível portanto ir ao encontro de pessoas em necessidade de terreno para construir por outro lado nenhuma daquelas habitações confronta com a zona industrial.
Vês tivemos a preocupação de criar com o bairro habitacional aquele recuo que foi aberto de modo não haver confronto de habitação com aquela zona industrial.
Essa observação não está muito correcta até porque o que está a acontecer é precisamente aquilo que o Sr. Dr. Azaruja serviu de base à sua intervenção que é retirar o comércio das oficinas dentro das vilas. Infelizmente várias oficinas estão dentro da vila, se os seus proprietários adquirirem bairros num instante se transferem para a zona industrial deixando de trabalhar dentro da vila. Isso está a acontecer por isso tivemos o cuidado de fazer os bairros em áreas pequenas para permitir esse tipo de transferência.

Miguel Ponte — Dessa [illegible] com metade de esgoto [illegible] ou vão alterar alguma coisa?

Presidente da Câmara — [illegible] na. Foi aprovado as construções [illegible] rolamento estão em cima daquele [illegible] que não haja problemas, mas de novo [illegible] em relação ao colector aqui [illegible] Caboz terá que assumir [illegible] for que aqui estrangular. [illegible] não irá acontecer.

Aquele colector já [illegible] nas mais velhos, portanto, aqui [illegible] de moseiras dos quintais. O colector [illegible] não vai ao fundo das implantações dos moradores não podem estar acima do colector, isso é que criava problemas. As pessoas sabiam.

Miguel Ponte — Há pessoas que podem fazer antes.

José Ponte — Através dos quintais?

Presidente da Câmara — As pessoas podem fazer antes, mas não as podem fazer sem a Câmara aprovar, e a Câmara só aprovará aquelas que não se situem em cima do colector. Se houver uma pessoa que à revelia da Câmara construir um anexo em cima do colector a responsabilidade é dessa pessoa, porque está a fazer uma obra ilegal não licenciada e ter-se-á [illegible]

Chefe de Divisão — As pessoas ninam [illegible] Para além disso, concordamos e [illegible]

José Ponte — Isso está [illegible]?

Presidente da Câmara — As alterações foram feitas [illegible] Chefe de Divisão — foram enviadas ofícios para terem [illegible] cuidado com isso.

A Assembleia Municipal — Aprovou por maioria (uma abstenção) e em minuta a alteração do Regulamento da Zona Industrial de Lezoso e Zona Habitacional.

Presidente da Câmara — Resp. Desculpa, hoje, que um serviço, daquelas coisas de tribunais, ser testemunha de um processo, e se falarmos como testemunhas o juiz à porta, por isso não tive ocasião de ver o documento na sua versão final, era o que eles tinham para além da Zona Industrial que referimos só-rem uma alteração de áreas em relação às Zonas Habitacionais.

Presidente da Assembleia — Exactamente

Presidente da Câmara — Quando este Plano foi feito os Serviços Técnicos da Câmara elaboram a área de implantação com índices de ordem 0.33; 0.55 por cento da área de implantação do Lote. Como o P.D.M. admite a área de implantação do Lote até 0.75, aquilo que vai, consta também no documento é a autorização até ao limite que o P.D.M. estabelece 0,75 a área de implantação.

As pessoas no lugar de poderem construir um Lote de 300 m² numa área de 0.5 ficam apenas 150 m² poderão construir 150 m², é aquilo que podem construir em qualquer zona da vila.

Miguel Alves — Os colectores são camarários?

Se um dia houver um afluente a esse colector de esgotar a pessoa pode não deixar. Não sei se isso será legal, por isso é que me abstive de votar.

Presidente da Câmara — Como que já foi explicado a situação.

Presidente da Assembleia — O senhor [illegible] explicou que não podem construir [illegible] que a Câmara aprova, não está [illegible]

Miguel Alves — Os quintais são [illegible]

PRESIDENTE DA CÂMARA — O que o senhor Cofinho Alves está a dizer é que sendo o quintal privado se houver um problema de recuo, a pessoa disse-lhe que autorizo que a Câmara venha aqui reparar. [illegible] não autorizar que a Câmara vai reparar a rotura, mas ela reflecte-se no terreno da pessoa [illegible] a pessoa não autorizar que a Câmara repare a rotura, para já, não vou aqui emitir uma opinião pessoal, mas as pessoas quando adquirem [illegible] informadas e está escrito e têm conhecimento que passa ali o colector, mas admitindo esse [illegible] quase que diria, assim, então [illegible] com o mal. Penso que essa situação não se [illegible], mas pronto, o senhor Cofinho Alves tem a sua opinião.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA — Temos a alteração ao Quadro do Pessoal da Câmara, pedia ao senhor Presidente que desse uma explicação.

PRESIDENTE DA CÂMARA — A legislação que foi saindo ao longo do ano obriga que se fizesse uma alteração ao Quadro do Pessoal, nomeadamente a parte administrativa.

Chefe de Divisão — Os oficiais administrativos e havia necessidade e até ao final do ano tinham que actualizar o Quadro do Pessoal com as suas designações.

PRESIDENTE DA CÂMARA — Entretanto, e para além disso e, independentemente, de uma análise mais aprofundada durante o próximo ano do Orga-

nograma o Quadro do Pessoal, havia uma ou duas situações e já que estavamos a aprovar, então aproveitámos. Estou-me a lembrar de mais um motorista de pesados, o caso dos jardineiros, tinhamos poucos, também aumentámos o número de lugares. A situação dos dois técnicos de Gulbenkian com o cessar de serviço por parte de Gulbenkian, da biblioteca itinerante e da sua transferência para a Câmara, houve um acordo em que esses funcionários passam a ser funcionários da Câmara, naturalmente dentro do enquadramento dos rendimentos da Câmara, esses lugares também não estavam previstos e aproveitámos para contemplar essa situação.

A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade e em minuta a alteração ao Quadro do Pessoal da Câmara Municipal de Redondo.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA — Temos aqui uma proposta da Câmara que submete à aprovação da Assembleia Municipal o Estatuto do Pessoal dirigente, solicitava, também, ao senhor Presidente que informasse sobre o assunto.

PRESIDENTE DA CÂMARA — Foi aprovado em junto um subsídio de despesas de representação para a função pública, Chefes de Divisão, 10% do rendimento, com indicação que futuramente seria vista a situação da Administração Local. Aquilo que a lei estabelece é aprovado pela Câmara e submetendo à Assembleia Municipal. Nas Câmara, neste momento temos as duas situações, temos três divisões na Câmara, portanto estamos a falar de três Chefes de Divisão, neste caso já dois em funções e outro vago que iria ser preenchida.

Aquilo que se pagou é [illegible] para a junção gráfica, que [illegible] daqueles que estejam neste [illegible] que já estavam nesse [illegible] do terceiro quando vier a [illegible]

JOÃO AZARUJA — Quais são as [illegible] ra tem?

PRESIDENTE DA CÂMARA — Divisão Administrativa ou Financeira, Divisão Sócio Cultural, Divisão de Obras e Urbanização.

JOÃO AZARUJA — A de Obras é que pede crédito?

PRESIDENTE DA CÂMARA — Sim.

A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade e em minuta a aprovação da abertura de crédito de representação ao passivo dirigente da Câmara Municipal de Resende (Chefe de Divisão Administrativa Financeira, Chefe de Divisão Sócio Cultural e Chefe de Divisão de Obras e Urbanização).

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA — Temos ainda mais documentos, sobre dívida de crédito CGD-BEI projecto de financiamento empréstimo de investimentos municipais comparticipados por subsídios FEDER no âmbito dos programas operacionais incluídos na prioridade [illegible] Quadro Comunitário de Apoio.

Solicitava ao Senhor Presidente que abordasse a Assembleia Municipal sobre este assunto.

PRESIDENTE DA CÂMARA — Face ao conjunto de obras que estão em execução e ao compromisso de conclusão das mesmas dentro do quadro do QCA II, a Câmara Municipal deliberou recorrer a um empréstimo de 60.000 contos no âmbito da linha de crédito CGD-BEI que apresenta condições de juros bastante favoráveis.

Os projectos candidatos que suportam o pedido de empréstimo são os relativos à Zona Industrial de Resende, aprovado pelo INTERREG II e o Parque de Feiras e Exposições aprovado pelo PORA.

O empréstimo é solicitado com amortização no prazo de 8 anos por ser o prazo em que as condições de juros são mais vantajosas, podendo ir até 20 anos. As condições de bonificação são 4% + 0,55% no 1º ano, 3% + 0,55% no 2º ano, 2% + 0,55% nos restantes anos até ao 8º ano.

Como os financiamentos só podem ir até 75% do valor das obras, considerou-se 36.000 contos para a Zona Industrial e 24.000 contos para o Parque de Feiras e Exposições.

A Câmara Municipal de Resende não tem empréstimos contraídos, pelo que estamos com a capacidade de endividamento totalmente livre.

A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade e em minuta o pedido de autorização do empréstimo apresentado pela Câmara Municipal de Resende no valor de 60.000 contos e quadro da linha de crédito CGD-BEI, para execução das obras referidas.

6 - ASSUNTOS GERAIS DO CONCELHO

José Canel — A partir de edições dos terrenos das freguesias de ex-Cadouriche no Largo Duques de Bragança, é um problema que os diz respeito a todos nós, todos podemos constatar. É evidente que junto da freguesia a Câmara não tem responsabilidades pelo acrescento das instalações de radiviena, embora não possam ser ignoradas, agora

as que existem são realmente [illegible]

Diàriamente passam [illegible] cas, pessoas adultas, idosas, [illegible] ções e gostaria de [illegible] ção, um alento para que [illegible] forma pudessemos ver uma [illegible] a esse situação. Chamar quem [illegible] como disse o responsabilidade [illegible] estação não foi nossa, mas de [illegible] arranjar um pone de melhor [illegible] num outro prazo.

Neste tempo faz frio, chuva, [illegible] gadas. Como Presidente da Junta [illegible] sido nesse questão, e [illegible] e não só, para encontrar-mos [illegible] alternativa.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA — Esse assunto já foi debatido, aqui, várias vezes e a Câmara já tem um projecto perto para a solução desse problema.

Tenho me debruçado sobre isso. É lamentável que isso aconteça a situação é claro quem privatizou devia ter-se lembrado dessas situações.

PRESIDENTE DA CÂMARA — O assunto já, aqui, foi debatido e já houve contactos com a empresa concessionária e surgirá até que para além daquilo que a Câmara Municipal tem perto junto da própria empresa que as outras órgãos autárquias, a Junta de Freguesia e Assembleia Municipal, pressionem a Empresa para exacerem melhores condições, uma vez que tem a concessão.

É evidente de parte da Câmara Municipal aquilo que está previsto é quando se iniciarem as obras de arranjo, da zona Envolvente do Chafariz de 2ª Fase do Museu do Vinho, e aquele parte aonde estão as sentinas públicas aquilo tudo é para derrubar e aí se prevê, é onde há espaço para se criar uma zona de apoio, isto terá também que ser coordenado com a empresa concessionária.

Posso-lhes garantir que por causa desse problema já falei com algumas pessoas e pensei também sobre a hipótese de transferência de local destinado às camionetas se houvesse um outro que pudesse, enfim, pelas suas condições naturais, ter melhores condições de abrigo, e que assegurasse, naturalmente a situação dos Autocarros. Também não é muito fácil noutro sítio, a não ser naquele espaço aonde estão as sanitárias, também não estou a ver outro espaço: Toda a outra zona Envolvente é uma zona de casas ou edifícios comerciais. É complicado construir seja o que for para esse fim.

É lamentável que as Empresas funcionais quando se privatizaram que os aspectos de ordem social não tivessem sido, como este, asseguradas, não tivessem sido obrigadas a assumir determinados encargos, isso não foi cancelado e isso não foi acautelado e hoje confrontamo-nos com problemas, enfim para não falar já dos outros em questão de carreiras etc.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA — Quanto tempo poderá demorar essa situação mais ou menos?

PRESIDENTE DA CÂMARA — Penso que durante o próximo ano iremos derrubar aqueles sanitá-

rias e aquilo tudo e a partir daí, [illegible]
zona virada para a Praça, será [illegible]
construção derivada à urgência [illegible]
ANTÓNIO FESTAS – Construção de quê?
PRESIDENTE DA CÂMARA – Aquilo que [illegible]
é uma zona cobente. Penso que, também, não é [illegible]
estar a fazer uma construção para [illegible]
daí o seu lucro.
ANTÓNIO FESTAS – Estava a falar [illegible]
que o senhor Presidente acabou [illegible]
presa foi privatizada, mesmo que [illegible]
fazer uma estação não tinha [illegible]
estação?
PRESIDENTE DA CÂMARA – Não, nunca irá fazer
uma estação.
ANTÓNIO FESTAS – Não há espaço para as autocar-
ras circularem, mesmo que queira fazer tem que
ser fora da localidade.
PRESIDENTE DA CÂMARA – Posso-lhe garantir que
a Empresa nunca fará uma estação [illegible] do garo de
Évora. Se criarmos as condições com terreno que
a Câmara pode, e esta é a ideia ceder e chamado tar-
reno dos tanques, lavadouros, entrando um pouco no ter-
reno dos tanques, aí é que eu rejo a possibilidade
de se arranjar um espaço cobento que as pes-
soas possam utilizar e estar abrigadas.
Se a Empresa estiver disponível para colabo-
rar não tinha problemas em assumir, ao fim e ao
cabo é um abrigo em alvenaria, um espaço co-
bento. Agora se há intenção de fazer mais em
termos de porte fechado, em termos de um espaço
com outras condições, isso aí temos que ver com a

Empresa, ela é concessionária, aliás era o que acontecia
com as outras instalações e chegou a haver negociações
com a Rodoviária no outro espaço e a Câmara disponibi-
lizou-se na altura, há uns anos, para colaborar com a
ex-rodoviária no sentido de haver uma zona só para o
público com instalações sanitárias e haver uma zona
mais recuada para eles poderem ter até inclusivame-
te uma pequena cantina para as refeições. Isso chegou a
estar equacionado, como o espaço era alugado houve
problemas em termos de executar as obras, não podia
executar as obras na altura. Entretanto como se dá
o processo de privatização, a partir daí a rodoviá-
ria nunca mais falou no assunto.
Caetano Carriço – Nas anteriores instalações onde
funcionava segundo informações que tenho, a pessoa que
comprou aquilo, está receptivo a render novamente. Ele
até diz que já esteve com alguém da Câmara, não sei
se esteve ou não, mas ele está receptivo a render e,
ali havia espaço suficiente.
PRESIDENTE DA CÂMARA – E, será que o proprie-
tário já fez essa proposta à Empresa Belos?
Não deve fazer à Câmara, penso eu. Dizer que
quer render à Câmara não está nada a ajudar o pro-
blema.
Caetano Carriço – Mas a Câmara não se debate
mais com o problema do espaço.
Presidente da Câmara – A Câmara tem espaço, acho
que fui claro se se situar todos no espaço que
neste momento está a ser o cujado pelas sanitárias
velhas que além estão e se pensarmos que tudo aquilo
é derrubado, é evidente que se pode criar, tendo
sanitárias públicas na mesma, uma zona para isso. Espaço

há.
José Portel — Com esse espaço [illegible]
Caetano Carriço — Para [illegible] te possível, para não acontecer o que [illegible] as crianças chegam a casa completamente [illegible] de água.
António Gestas — Também quem recebe [illegible] rodoviário.
Caetano Carriço — A Câmara tem que [illegible] coisa em prol crianças do concelho.
Presidente da Câmara — A Câmara já tomou as medidas junto da Empresa e já [illegible] a Empresa que há necessidade urgente de resolver o problema. Eu sugeri no pouco que seria bom, seria útil que a junta de Freguesia e Assembleia Municipal, deixo à vossa consideração, naturalmente, e também, que tomassem uma atitude em relação a isso, pode ser que assim haja mais pouco.
João Azaruja — Seja como for, a ter que entrar em comparações, a Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz resolveu esse problema, desde que pucher dúvidas da parte da Câmara, porque está correcto, a Câmara tem que defender os seus interesses e a Empresa também tem que ter em conta a respectiva lucrativa, mas de facto quem está no meio são os utentes e que estão a sofrer as consequências.
Presidente da Câmara — Se o Sr. Dr. Azaruja está disponível para me ajudar a que haja, como houve para a Câmara de Reguengos, e não só, podia dizer mais duas ou três, um contracto de programa para execução desse obra, a Câmara está disponível para encarar essa possibilidade.
Um contracto de programa em que vêm verbas do orçamento do Estado e depois são complementadas com verbas da Autarquia e da Empresa para execução da obra. Especialmente os Contratos de Programa não são para todos, são só para alguns.
João Azaruja — Como sempre foi, e como sempre há-de ser, infelizmente.
Presidente da Assembleia — Sobre este assunto eu pergunha que a Assembleia Municipal nomeasse, aqui, uma Comissão de dois ou três elementos que entrassem em contacto com a Empresa para levantarmos o problema, para ver se da parte da Rodoviária Nacional há solução para este problema.
Estou a pensar no Sr. José Portel, Dr. Azaruja.
João Azaruja — De facto não posso, não é má vontade. Hoje tinha um outro compromisso e à mesma hora, eu expliquei às pessoas e achei que a minha presença poderia ser mais útil, aqui, na Assembleia do que propriamente no outro lugar. Neste momento não tenho tempo. Quando se tocam muitos instrumentos ao mesmo tempo algum fica para trás.
Presidente da Câmara — O primeiro passo era que o Presidente da Câmara, Presidente da Assembleia e Presidente da Junta de Freguesia de Redondo convocassem uma reunião com os responsáveis da Empresa Belas para debater o assunto. Em Fevereiro há Assembleia Municipal, até lá, pudéssemos ter já algum contacto, trazermos à Assembleia de Fevereiro, alguma informação se conseguíssemos obter.
Não estamos a meter o Presidente da Junta de Freguesia de Monteiro, porque o assunto é da vila de

Rodon.

PAULA TEIXEIRA - Dos terrenos [illegible] muitos estudantes de Penafiel.

PRESIDENTE DA CÂMARA - [illegible] Quido o presidente da Junta [illegible].

A Comissão ficou constituída com [illegible] elementos: Presidente Câmara Municipal e Presidente da Assembleia Municipal e Presidente da Freguesia de Rebordelo e Boavista.

Manuel Reis - Em relação à limpeza [illegible] temos falado várias vezes na Rua Joaquim [illegible] que foi colocado uma [illegible] mas não colocaram um sinal de [illegible] mesmo que se passa na Rua de Cruz.

PRESIDENTE DA CÂMARA - É [illegible] é como o caso na Rua da Cruz, o que [illegible] foi que tiraram de lá o sinal. O estacionamento proibido estava lá, o sinal é que não [illegible] quando foram colocadas as outras balizas.

Há mais dois ou três casos, são situações de pequenos ajustes que é necessário fazer. Recordo-me a lembrar da travessa quando se saí de Vilarinho dos Cambarotes não se deve virar para a esquerda, senão ainda-se ali um confronto.

O Rua por trás da Câmara tem um sentido, mas ali aquele bocadinho ao terminar virar-se para a esquerda falta um sinal de proibição de virar à esquerda.

São os tais pequenos pormenores que são os ajustamentos que resultam da deliberação que foi tomada, é preciso pôr um sinal de proibido virar à esquerda.

Miguel Alves - O que se está a passar no recinto do Calvário? Tem lá muitas de terra.

Presidente da Câmara - Gostava, também, de saber, já mandei averiguar, porque a primeira informação que me deram é que era o engenheiro da obra do Granja e da Assembleia que estava a depositar lá o entulho. E, se é isso, imediatamente é retirar o entulho e não vão pôr lá os entulhos da obra, como é evidente.

Vereador Rocio - Os entulhos é para voltarem para a obra outra vez. Aquela terra que lá está foi a que foi tirada de cima das casas de banho do Mercado. E agora que se está a construir o edifício novo e nós temos que furar as abobadas, porque o alicerce do edifício da Assembleia Municipal entra dentro das casas de banho.

Junto ao Mercado, vemos que tiram toda que é para depois impermeabilizar as abóbadas para não haver infiltração. A terra está ali provisoriamente, ou seja que para a próxima semana que já vai ser resposta ao sítio dela.

Como não havia espaço disponível junto à obra teve que ir para ali, mas não foi ali que eu mandei colocar, aliás eles até já a puxaram para baixo.

Aquele espaço lá em cima junto ao talude, vamos aproveitá-lo porque temos um compromisso com o Rodense, uma vez que eles agora têm um escalão chamado escolinhas, para os miúdos dos nove aos doze, vão improvisar o campo de futebol de dimensões reduzidas.

PERÍODO RESERVADO À ASSISTÊNCIA

João Pinheiro - Vós tomamos conta do edifício da Casa do Povo que tem Centro de Saúde e um Centro

de Dia. A direcção anterior começou, [illegible] de uma obstante grave que foi cedeu as instalações [illegible] conhecimento aos sócios, no entanto a maioria [illegible] apercebeu, e a população teve grandes dificuldades instalações, que se podia chamar Centro Cultural [illegible] eou em uma zona de edifícios que é o electricidade, porque então arquivo e uma biblioteca e uma garantia aos Serviços Sociais, foi a única zona de edifício que não foi cedido à Santa Casa da Misericórdia.

O Protocolo com a antiga direcção assinou com a Santa Casa da Misericórdia e autorizava a cedência de zona de edifício para necessário aos residentes da aldeia, para festas, bailes e actividades culturais.

Nós temos conhecimento que o Protocolo que eles tinham foi assinado por 5 anos o que ia gozar, e a Santa Casa da Misericórdia como não quis ninguém que requerasse o edifício, não havia direcção, e esta não quer saber de nada, o arr e próxima Segurança Social foi extinta, e se não não trouxemos tomado conta daquilo, pertencia à Santa Casa da Misericórdia.

Então nós fizemos uma Comissão Administrativa, para nos informar, inclusivé até ao senhor Governador Civil e soubemos todas as informações como devíamos fazer.

Nadémos já várias ofícios ao Senhor Presidente da Câmara, o senhor Vereador também em conhecimento e queríamos que o Senhor Presidente nos dissesse se haveria alguma possibilidade de alguma ajuda, inclusivé o Senhor [illegible] prometeu que os daria esse ajuda.

Nós temos ideias das instalações não muitas a [illegible] actividade nenhuma, porque a Santa Casa exige mais do que não é permitido.

Sabe uma vez a Câmara que fez algumas obras eles nunca mais queriam saber de nada nem não fez [illegible] dem as ideias.

Nós queríamos fazer alguma coisa, o senhor vereador prometeu-nos que nos daria algum material para nós fazermos mais alguma coisa, uma sala para fazermos uns jogos.

As obras não estão feitas porque víamos dinheiro e gostaríamos de saber se é alguma possibilidade da Câmara nos ajudar até inclusivé de fazermos um projecto.

PRESIDENTE DA CÂMARA – Caso que esse é o primeiro passo a dar, independentemente das [illegible] coisas como se vê para outras instalações e procurar obter ajudas não só da Câmara como de outros lados.

João Pinheiro – Nós já solicitámos várias ajudas, só que temos que ter o Projecto.

Presidente da Câmara – Portanto pode ficar o compromisso de que só mandar estudar e ver convosco, digamos o que é que pretendem e fazem-se o Projecto para poder apresentar e irem buscar o dinheiro a outras bandas e contar também com a ajuda da Câmara, mas primeiro, realmente, terá que ser o Projecto.

João Pinheiro – Claro, Com isso não podemos fazer nada. Nós temos feito algumas obras, poucas porque o dinheiro tem sido pouco, e temos tido também al-

guma ajuda da Câmara. O entusiasmo que esse arranjo [illegible] varas gostando. Andamos lá a ver [illegible] a semana trabalhamos, na última [illegible] ele de amanhã [illegible] de amanhã para se [illegible] que foram escavadas, se chover muito [illegible] car.

Vereador Rocio - Calcule eu [illegible] en que tinha que haver um Projecto [illegible] dado algum entusiasmo, não tem [illegible] ajudas, alguns sacos de cimento, [illegible] areia, não sei quantas horas de [illegible] para consolidar os numeros [illegible] barreira, agora a outra intervenção [illegible] jecto.

Por outro lado, também me parece que a Santa Casa da Misericórdia uma vez [illegible] que já com um elemento da [illegible] que isto seria uma coisa já [illegible] momento só já são dois a estarem a ver se eles [illegible] vêm aqui. Ora, aqui, um empasse um pouco complicado

João Pinheiro - já estão inscritos [illegible] e a todo o momento que eles saiam de lá [illegible] nós só que, há ali uma ambivalência com membros da Santa Casa, começa [illegible] o Sr. Franklim. Não [illegible] tinha mais força porque até o próprio Provedor me disse que aquilo para eles fecharem [illegible] era um descanso.

Estou à espera. Eles próprios é que nos dizem que a todo o momento que nós queiramos que eles saiam é só dizer. Nós ficamos entre a espada e a parede.

Também a assistência que eles deram às pessoas que já morreram desmontou que outras pudessem, e as que lá estavam saíram.

Vereador Rocio - Criaram-se instalações paralelas num espaço daqueles, e é um bocado mau andarmos a criar instalações paralelas dentro do mesmo espaço. Se houvesse o problema resolvido com a Santa Casa da Misericórdia, aquilo que eu uma vez de conversa com um elemento da Casa foi um bocado, aquilo que andámos de dizer, eles estão desejosos que aquilo acabe.

João Pinheiro - Claro, eles querem que alguém os incentive a saírem de lá.

Vereador Rocio - Nessa altura o espaço que disponível. E, o espaço levou uma intervenção também foi a Câmara que deu as materiais para aquela intervenção que a Santa Casa da Misericórdia fez. Isto não tem nada a ver com o Projecto, mas com o espaço tem que haver um centro cultural para resolverem a situação.

João Pinheiro - Nós temos ideia de aumentar o espaço, se virmos que a oferta começa a ser de mais e tem os velhotes lá mais dois anos e nós temos que estar à espera que eles faleçam, isso não se pode aumentar.

Presidente da Assembleia - Segundo a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal e do Senhor Vereador parece-me que têm que chegar a um acordo com a Misericórdia, acho que é ignorância passo que tem a dar.

João Pinheiro - Faz dez anos que aquilo está a funcionar. O acordo foi feito sendo revogável de [illegible]

Sanas se não houvesse [illegible] pode. No entanto nós pretendemos [illegible] mas não vamos deixar [illegible] do que foram. E [illegible] e aí tenham [illegible] das mesas, só [illegible] [illegible] Centro de Dia.

Nós vamos [illegible] condições, principalmente a conservação do edifício, eles ainda mais conservaram, e o edifício está bastante degradado e o senhor Vereador Casimiro já teve ocasião de ver.

O telhado, daqui por mais dois ou três anos, terá que ser todo [illegible] as madeiras começam a estar podres. Ainda mais que queiram saber de nada. Nós não temos poder económico de forma nenhuma para uma obra daquelas.

Presidente da Assembleia – Concretamente qual é a ajuda que os senhores necessitam da Câmara?

João Pinheiro – Desejava que a Câmara nos ajudasse. Já tínhamos falado com o Sr. Vereador Casimiro num Projecto para nós podermos desenvolver.

Vereador Casimiro – Não sei exactamente se vocês depois deram seguimento à conversa que nós tivemos lá em cima. Na altura, foi falado essa hipótese de Câmara os ajudar na elaboração de um Projecto em função das vossas necessidades, e daquilo que a Câmara possibilitasse objectivamente com vocês. Tinha-lhe dito que deviam fazer essa comunicação por escrito.

João Pinheiro – Sim, fiz um ofício dirigido ao Senhor Presidente e como o Senhor Vereador nos disse, fiz também o ofício à Câmara a solicitar a ajuda para o arranjo do edifício.

Vereador Casimiro – De facto aquilo que nós estivemos na altura foi exactamente aquilo que acabou de dizer eu próprio e que eu e mais estivemos lá três vereadores. É, o nosso pedido da Santa Casa da Misericórdia que estavam no Centro para a entregar o Processo e a entregar também as vossas ideias.

Também é um facto que aqui está um jovem [illegible] Presidente da Câmara – Há aqui um problema de ordem social que é a razão de ser de direcção desta Casa da Misericórdia:

– Pelos senhores não se entende.

Aquilo que também estranhamos a rentabilidade é que o espaço que virá a ser utilizado é grande de mais para as necessidades. Se calhar uma pequena ampliação podem-se criar as condições para a ajuda das pessoas da Santa Casa da Misericórdia do espaço, e o salão pode ser usado pela direcção para outras funções e rentabilizarmos aquilo que já existe. Sozinho passará por isto é um entendimento como Santa Casa da Misericórdia.

João Pinheiro – É esse o nosso objectivo a ampliação do edifício nesse sentido. Uma vez saído lá o Centro de Dia, vai trazer benefícios mesmo para o edifício e será sempre da Associação e da Casa do Povo. Nós além da Casa do Povo temos uma Associação ligada a o ano passado pelos Dirigentes temos entendedas com falta de espaço.

Presidente da Câmara – Vamos procurar ver se é possível da Santa Casa, criando um espaço de maneira a

sões, uma vez que aquele é ajuda mais resolver os dois problemas que é não descurar o aspecto social enfim de alguns idosos que precisam de ajuda e permitir que a Associação venha a ganhar de espaço ajuda. Isto será a solução mais rápida e a mais radical.

Procurar estabelecer este consenso e se avançavamos com o estudo do Projecto.

Vereador Recto - A Santa Casa da Misericórdia tem que ser incluída do Processo.

Presidente da Câmara - Solveguo dando isso, mas a Câmara tem o seu poder.

Vereador Recto - Vamos fazer o Projecto e eles depois dizem que não saem porque aquelas instalações foram-lhes cedidas.

João Pinheiro - Eles são os próprios que dizem que saem.

Presidente da Câmara - Se arranjarmos outras condições mais reduzidas, penso que se resolve o problema. E, não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: [signature]

O 1º SECRETÁRIO: [signature]

TERMO DE ENCERRAMENTO

Contém este livro duzentas folhas,

todas numeradas e devidamente rubricadas.

Paços do Concelho, 11 de Novembro de 1996.

O Presidente da Assembleia Municipal,